

EDUARDO AUGUSTO WERNECK RIBEIRO

**A ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS GASTOS
MUNICIPAIS EM SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Unesp,
Campus de Presidente Prudente para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Raul Borges Guimarães

**PRESIDENTE PRUDENTE
FEVEREIRO DE 2005**

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

R368a	Ribeiro, Eduardo Augusto Werneck. A Análise geográfica dos gastos municipais em saúde / Eduardo Augusto Werneck Ribeiro. – Presidente Prudente : [s.n.], 2005 139 f. : il. Dissertação (mestrado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Orientador: Raul Borges Guimarães 1. Geografia. 2. Políticas públicas de saúde. 3. Sistema Único de Saúde. 4. Gastos em Saúde. I. Ribeiro, Eduardo Augusto Werneck. II. Guimarães, Raul Borges. III. Título CDD (18.ed.) 910
-------	---

EDUARDO AUGUSTO WERNECK RIBEIRO

**A ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS GASTOS MUNICIPAIS
EM SAÚDE**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Geografia

Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

1ºExaminador: _____

2º Examinador: _____

Presidente Prudente, 28 de fevereiro de 2004.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram para que este trabalho se realizasse.

Gostaria de agradecer aos professores do curso de Geografia da FCT/UNESP que contribuíram de forma significativa para a minha formação.

Ao CNPq e à FAPESP, o resultado desta pesquisa é fruto do investimento desde a iniciação científica.

Á Ivone, assistente social do hospital Estadual, pela enorme ajuda nas entrevistas com as mães dos recém-nascidos. O tema era muito delicado, a sua presença foi de enorme importância.

Á Carminha pelo carinho, incentivo durante a graduação e nos projetos de iniciação científica. Sempre será o meu parâmetro de como ser professor.

Ao meu orientador e amigo Raul por compartilhar em muitos momentos de decisões da minha vida, pelas discussões teóricas que ajudaram a definir os rumos da pesquisa e projetos para o futuro, por me permitir partilhar seus conhecimentos e amizade.

Á Vera Lucia Werneck Ribeiro, minha mãe querida. O seu enorme esforço, investimentos e desejos de sucesso para seu filho (Ah!!! Para que não entre **em frias** também!) são partes deste trabalho.

Aos meus amigos que de alguma forma contribuíram e descontraíram para que este trabalho fosse possível.

Dedicado à memória de meu pai

Abstract

Researchers, managers and political agents involved with the health need of including and reliable empiric bases to delineate tendencies and to guide the course of the actions and of the reflections on the Brazilian system of health. Such aspirations coincide with the need of evaluating important changes happened in the section of the Health in a period where, among many events, they stand out those directly to get strong of possible alterations in the offer of services and in the new legislation of the section.

This search aim to qualify indicators for the studies that have been accomplished on the theme Geography and public expenses in health. It is looked for, with that, not only to update the basic information already lifted up and published, as well as to deepen the knowledge on such subjects as: "How much does for exclusion area wear out? ".

The distribution of the expenses of health on the public expenses with medical aid shows a favorable tendency to the expansion of the basic cares, although a significant portion of the expense increment if it owes at the displacement of the procedures of high complexity and high cost of hospitals for basics services, not evidencing a significant increase in investment and in costing for the section, causing like this a false investment aspect and reversion of the excluding conditions of most of the population that it is assisted by SUS.

What would like to propose is a geographical reading. The distortions and lacks in SUS still persist in the levels more compounds of attendance. The recognition of categories of geographical analysis (under qualitative aspects) as one of the elements builders in the relationship built space and society, expressed in the relationship between the population and the group of the system of health allows to move forward in the understanding of the several action plans in an one plot, in the which the own geography is just a dimension.

Keys words: Geography, Health, and Brazilian Well Fare State.

SUMÁRIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	
LISTA DE SIGLAS E SIGNIFICADOS.	
LISTA DE MAPAS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS.	
CAPÍTULO 1 – DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO.	
INTRODUÇÃO.....	1
DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA: MATRIZES CONCEITUAIS.....	4
MUNICIPALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: TENDÊNCIAS MUNDIAIS.....	9
MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE: HISTÓRICO NO BRASIL.....	12
CAPÍTULO 2 – A GESTÃO, ATORES E ARENA.	
A GESTÃO HOJE.....	19
A CRISE DA SAÚDE DE PRESIDENTE PRUDENTE EM 2004.....	19
A HISTÓRIA DA GESTÃO: O QUE ESTÁ EM DISPUTA?.....	29
CAPÍTULO 3 - EFETIVIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO DOS GASTOS EM SAÚDE.	
CONCEITOS DE EFETIVIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA.....	33
SOBRE OS DADOS.....	35
O QUE PODEMOS ENTENDER DOS DADOS?.....	49
CAPÍTULO 4 – CONTORNANDO E DEFININDO O ESTUDO	
DOS DADOS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS.....	59
OS NÚMEROS PEQUENOS.....	59
OS NÚMEROS GRANDES.....	72
OS DADOS NÃO VISTOS.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
BIBLIOGRAFIA.....	84
ANEXOS.....	90
Lei 82-213 du 2 mars 1982.....	93
Regolamento Comunale, Legge 8-4-1976, n. 278	121
Ley 7/1985, de 2 de abril, reguladora de las Bases del Régimen Local	139

APRESENTAÇÃO

A preocupação da pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente foi inicialmente a de incorporar categorias geográficas na análise da política de saúde através do Sistema Único de Saúde — SUS, mas o trabalho foi além da proposição inicial.

O desenvolvimento da pesquisa foi muito gratificante. Como parte deste processo de investigação será apresentada a trajetória do trabalho neste item.

Do ponto de vista geográfico, o SUS é uma gestão territorial com impacto efetivo sob esta questão, pois suas implicações na qualidade dos serviços prestados refletem ou refletirão na organização espacial e, da mesma maneira, na sociedade.

Por outra perspectiva, mesmo apoiado por diretrizes que dão fundamento a um sistema universal, a falta de conhecimento do próprio território a ser gerenciado é mais do que evidente, o que justifica o desenvolvimento do estudo aqui apresentado.

Um primeiro passo neste sentido foi dado a partir do trabalho desenvolvido durante a graduação, quando privilegiamos a preocupação apresentada numa pesquisa de iniciação científica: ***“Em busca de uma eqüidade maior: A distribuição socioespacial dos postos de saúde em Presidente Prudente”***, com apoio financeiro da FAPESP.

Neste processo de investigação, os resultados da pesquisa nos ajudaram a compreender a produção territorial da cidade e a situação dos serviços de saúde nela oferecidos¹.

O desenvolvimento **daquela** pesquisa de iniciação científica permitiu a convivência com instigantes indagações que incentivaram a tentar compreender o uso do **espaço** nas políticas públicas de saúde.

Naquele trabalho, ficou evidente que o entendimento sobre o recorte espacial dos projetos públicos de saúde em execução — e sua relação sociedade x espaço — pouco são levados em consideração.

¹ Além disso, mostraram que as unidades básicas de saúde que apresentavam os maiores índices de consultas e atendimentos básicos estavam localizadas em áreas de exclusão social e o número de médicos era pequeno se comparado à demanda potencial das áreas de grande densidade demográfica.

Esta foi a temática que se colocou para a presente investigação: a da questão da fragilidade e desarticulação dos programas municipais de Saúde e a sua dificuldade de articulação com as políticas públicas, tanto na esfera municipal como na federal.

Procurou-se então aprofundar este tema neste trabalho na pós-graduação. No início do projeto de mestrado, pensava-se caminhar para uma pesquisa mais teórica, na qual seriam discutidas questões sobre categorias de análise geográfica (espaço, escala) e seu emprego e compreensão no planejamento em saúde.

Mas no decorrer do projeto, a pesquisa deparou-se com outras circunstâncias que propiciaram outras reflexões sobre o tema, mais pertinentes e que realmente poderiam ser uma contribuição para a sociedade.

Ao buscar entendimentos em novas abordagens, esforços, métodos, experiências, instrumentos utilizados pela Epidemiologia e Estatística foi ampliada a leitura, mas não se perdeu o foco.

Mediante tantas ferramentas e instrumentos, foi necessário buscar uma interlocução. Felizmente, através da Geografia isso foi possível ampliar e efetivar uma forma de interlocução entre as “visões do mundo” num esforço interdisciplinar.

As contribuições da Geografia, principalmente as da corrente do pensamento que se dedica aos estudos sobre Saúde, vêm mostrando releituras de categorias de análises clássicas, como o espaço, por exemplo.

Estas também abrem oportunidades para outras leituras de correntes do pensamento filosófico que construíram e embasaram a contribuição geográfica para a saúde até o momento atual. Uma oportunidade valiosíssima.

Mas em que medida se pode afirmar que as dificuldades enfrentadas pelos gestores de políticas públicas em saúde são de natureza geográfica?

Acreditamos que sim. Na medida em que o entendimento do recorte espacial dos projetos públicos de saúde em execução – e sua relação sociedade x espaço - são poucos levados em consideração resultam em desarticulações de programas municipais de Saúde e a sua dificuldade de articulação com outras políticas públicas.

Com a transferência de responsabilidades e funções para o município, encontramos um gestor municipal, na maioria das vezes, despreparado para assumir tal tarefa.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988:

“A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. (BRASIL, 1988, art. 196)

Não obstante a municipalização das ações da Saúde local, as secretarias municipais de Saúde enfrentam um grande desafio de implementar com equidade uma política pública de Saúde que possa realmente ser acessível à população e que permita ser um dos elementos de reversão dos geradores de exclusão social.

Os problemas locais são de toda ordem. Vão desde a operacionalidade de políticas, até a falta de produção e socialização de informações ou, ainda e pior, o desconhecimento da dinâmica real de sua população.

A desinformação e a falta de conhecimento daqueles que governam podem levar à incapacidade da operacionalidade de todo um planejamento.

Segundo Mattos (1991), um plano é um compromisso que anuncia resultados. O planejador deve conhecer o máximo dos elementos de seu plano para que possa ter a capacidade de antever problemas no caminho dos objetivos traçados.

Para isto, fora elaborada neste trabalho uma reflexão a respeito do tratamento da informação dos gastos do setor, bem como a sua desagregação mínima no nível municipal, utilizando a Geografia como principal instrumento de leitura da dinâmica local.

A principal contribuição desse trabalho é a análise das políticas públicas e utilização dos serviços de saúde nas cidades sob um ponto de vista um ponto de vista geográfico. Afinal, o SUS representa uma gestão territorial e suas implicações na qualidade dos serviços prestados refletem ou refletirão na organização espacial, assim na sociedade.

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. A igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se põe².

Para dar conta desta tarefa, o trabalho está dividido em 4 capítulos.

O primeiro capítulo, ***Democracia, Participação e Representação*** é uma revisão dos conceitos norteadores do SUS. Para se construir uma política pública de saúde que possa realmente ser acessível à população, temos de refletir a respeito da forma em que a participação popular foi institucionalizada, bem como suas matrizes doutrinárias.

No segundo capítulo, ***Gestão, Atores e Arena***, houve uma preocupação de se observar quais são os atores envolvidos na gestão. As questões da fragilidade e desarticulação dos programas municipais de saúde são resultados de uma seqüência de decisões, tomadas por diferentes atores situados em distintas posições institucionais. Por isso, tornou-se imprescindível uma análise da luta que se trava na arena política, na qual há imposições e ocupação de espaços pelos principais atores da gestão do SUS local, no âmbito da formulação das políticas públicas que envolvem o tema.

Ao propor a diversificação das bases de financiamento e interferir no processo de alocação dos recursos dos orçamentos públicos para a saúde local, com vistas à equidade, a municipalidade encontra o desafio de gerir com eficiência, eficácia e efetividade o sistema público de saúde. Para este compromisso, as gestões necessitam de pessoas capacitadas e que devem estar a par de todas as informações sobre o setor em questão. Este é o tema do terceiro capítulo: ***Efetividade, eficiência e eficácia do planejamento dos gastos em saúde***.

O quarto capítulo, ***Contornando e definindo o estudo***, demonstra a preocupação metodológica em relação ao emprego de variáveis com expressão espacial relacionando-se com a complexidade das cidades brasileiras. Ao investigar a diferenciação interna da cidade, reforçamos a leitura de que é preciso ampliar as abordagens, unificar esforços, métodos e experiências que contribuam para um objetivo comum, sendo este o papel da

² Santos, Milton. **O Espaço do cidadão**. Nobel. São Paulo, 1985

Geografia nesta relação de interlocução entre as “visões do mundo” num esforço interdisciplinar saúde x sociedade.

Fica a expectativa que este trabalho possa contribuir mesmo que forma modesta para reflexão sobre a Saúde nos estudos geográficos, além de constituir-se numa sistematização e discussão sobre uma parcela da produção geográfica nacional e internacional.

LISTA DE SIGLAS E SIGNIFICADO

Abrasco - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AIH - Autorizações de Internação Hospitalar
AIS - Ações Integradas de Saúde
Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AVC – Acidente Vascular Cerebral
AVEIANM - Ações de Vigilância Epidemiológica e Imunizações e atos Não-Médicos
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CIB - Comissão Intergestores Bipartite
CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CIT - Comissão Intergestores Tripartite
CMS – Conselho Municipal de Saúde
Conasems - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
Conass - Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Cosems - Conselho de Secretários Municipais de Saúde
CTD - Cooperação Técnica Descentralizada
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONASP - Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária
CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CF – Constituição Federal
Datasus - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DCV - diagnóstico as doenças cerebrovasculares.
DIR - Direção Regional de Saúde
FNS - Fundo Nacional de Saúde
H.U. – Hospital Universitário
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICVS - Índice de Condições de Vida e Saúde
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IRSS - Índice de responsabilidade social
MS - Ministério da Saúde
NOAS - Norma Operacional de Assistência à Saúde
NOB/93 - Norma Operacional Básica 01/93
NOB/96 - Norma Operacional Básica 01/96
Opas - Organização Pan-Americana da Saúde
OMS - /Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PAB - Piso Assistencial Básico
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PEC - Programas de Extensão de Cobertura
PPI - Programação Pactuada Integrada
PIASS - Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento

PREV-SAÚDE - Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde
Profae - Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
Proformar - Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde
PSF - Programa de Saúde da Família
PES - Planejamento Estratégico Situacional
PNDA - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio
Reforsus - Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde
Ripsa - Rede Integrada de Informação para a Saúde
SAF - Serviço de Assistência Farmacêutica
SES – Secretaria Estadual de Saúde
SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde
SIABS - Sistema de Informação de Ações Básicas
SIH/SUS - Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde
SIM - Sistema de Informação Mortalidade
SIH – Sistema de Internação Hospitalar
SIG - Sistema de Informação Geográfica
Sinan - Sistema Nacional de Agravos de Notificação
Sinasc - Sistema Nacional de Nascidos Vivos
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SUS - Sistema Único de Saúde
SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS E MAPAS

Figura 1.....	Capítulo 2.....	Pág. 27
Figura 2.....	Capítulo 2.....	Pág. 35
Figura 3.....	Capítulo 3.....	Pág. 37
Figura 4.....	Capítulo 3.....	Pág. 41
Gráfico 1.....	Capítulo 3.....	Pág. 46
Gráfico 2.....	Capítulo 3.....	Pág. 47
Gráfico 3.....	Capítulo 3.....	Pág. 48
Gráfico 4.....	Capítulo 3.....	Pág. 49
Mapa 1.....	Capítulo 4.....	Pág. 63
Mapa 2.....	Capítulo 4.....	Pág. 75
Quadro 1.....	Capítulo 2.....	Pág. 31
Quadro 2.....	Capítulo 2.....	Pág. 52
Tabela 1.....	Capítulo 3.....	Pág. 40
Tabela 2.....	Capítulo 3.....	Pág. 42
Tabela 3.....	Capítulo 3.....	Pág. 43
Tabela 4.....	Capítulo 3.....	Pág. 44
Tabela 5.....	Capítulo 4.....	Pág. 61
Tabela 6.....	Capítulo 4.....	Pág. 66
Tabela 7.....	Capítulo 4.....	Pág. 73
Tabela 8.....	Anexos	
Tabela 9.....	Anexos	
Tabela 10.....	Anexos	

Capítulo 1 – Democracia, Participação e Representação.

Introdução:

Em 1988, com a promulgação da Constituição, passa a vigorar o Sistema Único de Saúde — SUS, que estabelece como diretrizes de organização o acesso universal, a equidade, o controle social, a gestão única em cada nível de governo e a responsabilidade do Estado, como dever, pela saúde do cidadão.

A materialização da luta da Comissão Mista de Reforma Sanitária na Assembléia Constituinte e a efetivação do SUS se dão praticamente no início dos anos 90¹.

Mesmo já bastante alterada pelos vetos do então presidente Collor, a nova lei deu diretrizes e princípios básicos ao controle social e às regras de financiamento do sistema de saúde público.

A Constituição de 1988 incluiu uma nova relação de direitos e deveres dos cidadãos, expressos nesse caso, na participação legitimada da sociedade nas esferas decisórias da Saúde, os conselhos deliberativos municipal, estadual e federal.

Dentro da nova hierarquia constituída, o Conselho de Saúde Municipal (baseado na lei 8142/90) é o órgão que tem o poder de gestão do SUS na cidade de Presidente Prudente. Através dessa inovadora possibilidade, o poder público local (juntamente com a sociedade e prestadores de serviços) tem sido o principal responsável pelo processo de elaboração das estratégias de políticas de saúde efetivadas de acordo com cada realidade.

Entretanto, essa progressiva transferência de responsabilidades e funções da União e do Estado para o Município, no âmbito do SUS, tem demonstrado, entretanto, que o gestor municipal, na maioria das vezes, está despreparado para assumir tal tarefa. Realidade que não surpreende se considerarmos a forma histórica de organização e participação do nível local no sistema de assistência à Saúde no Brasil.

¹ Foram criadas as leis federais 8080 e 8142 de setembro e dezembro de 1990, referentes à regulamentação e às formas de ações de Saúde que o Estado deve seguir baseadas nas diretrizes da Constituição (Lei Orgânica da Saúde).

É como aponta Magalhães Jr.:

“Na perspectiva histórica da gestão, o município se encarregava principalmente de funções periféricas no sistema público de assistência à Saúde, gerindo uma rede cujas unidades limitavam-se aos cuidados básicos, completamente desarticulados com outras unidades de apoio diagnóstico e terapêutico e, mesmo, a rede hospitalar. Ficava para as Secretarias Estaduais de Saúde, para o antigo INAMPS e para o setor privado contratado a execução da assistência no restante da rede nas cidades de maior porte. Também nas chamadas ações coletivas o papel do município era incipiente e, historicamente, limitado às ações de vacinação” (MAGALHÃES Jr., 1998. Pg. 266).

O poder público municipal, no geral, não tem acumulado experiências no sentido de se capacitar para gerenciar e operacionalizar políticas públicas na Saúde quando é “chamado” à gestão plena das unidades e serviços de saúde municipais, sejam elas primárias secundárias ou terciárias².

Os problemas locais são de toda ordem: vão desde a operacionalidade de políticas ineficazes até a falta de produção e socialização de informações ou, muitas vezes, o desconhecimento da dinâmica real de sua população.

É interessante e ao mesmo tempo frustrante perceber que muitos destes municípios optaram por conformar-se aos limites do jogo institucional. O interessante é o resultado de anos de luta que originou um sistema complexo que transfere para instâncias próximas à população a administração da saúde, ou seja, uma instância para o poder local que pode dinamizar ainda mais um sistema que deve sempre perseguir os objetivos efetivos, eficazes e eficientes da coisa pública.

Contudo, sabemos que este exercício da gestão do poder não está sendo apropriado plenamente, pois muitos dos eleitos nem sempre estão interessados na existência de um forte sistema municipal de Saúde, o que é frustrante. Desta forma desviam as verdadeiras funções do SUS local.

Alguns dados levantados por GUIMARÃES (2000) ilustram esta situação. Ao entrevistar os diretores das Unidades Básicas de Saúde (UBS) em

² Segundo o Ministério da Saúde, as Unidades Básicas são classificadas de acordo com sua complexidade de atendimento. No caso de um nível I, as atividades estão restritas apenas a vacinações e outros serviços preventivos sem a presença médica. No caso do nível II, já conta com atendimento médico (geral, ginecologista, pediatra e dentista) além de distribuição de remédios e atividades preventivas. O nível III representa uma concentração de maiores especialidades (oftalmologia, geriatria, cardiologia e etc.) e tipos de serviço como o de laboratório de análises clínicas.

Presidente Prudente–SP, GUIMARÃES (2000) constata que os trabalhadores da área de saúde desconhecem a forma como são planejadas as ações de sua secretaria.

As Unidades Básicas de Saúde não sabem do que morrem e adoecem seus habitantes adstritos:

“Observa-se um desinteresse generalizado por essas informações entre os profissionais de saúde. Uma evidência disso encontra-se nas respostas dos diretores das unidades básicas quanto aos problemas prioritários de saúde da população. Nenhum dos entrevistados referiu-se aos problemas da população. Ou foram mencionados os programas desenvolvidos ou as necessidades da demanda espontâneas como sinônimas [sic] de problemas da população”. (GUIMARÃES, 2000: pg. 39).

Esta situação dos gestores municipais que reflete a política da Saúde brasileira colocou-nos diante da indagação que originou este projeto de pesquisa. A desinformação e a falta de conhecimento de quem governa pode levar à incapacidade da operacionalidade de todo um planejamento.

Segundo MATTOS (1991), um plano é um compromisso que anuncia resultados, onde planejador deve conhecer o máximo dos elementos de seu plano (a sociedade, o espaço) para que possa ter a capacidade de antever problemas no caminho dos objetivos traçados. Estas dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais também são de natureza geográfica.

Com a municipalização das ações da Saúde local, as Secretarias Municipais de Saúde enfrentam desafio de implementar com equidade uma política pública de Saúde que possa realmente ser acessível à população e que permita ser um dos elementos de reversão dos geradores de exclusão social.

Do ponto de vista geográfico, o SUS é uma gestão territorial com impacto efetivo sob esta questão, pois suas implicações na qualidade dos serviços prestados refletem ou refletirão na organização espacial, e assim, na sociedade.

Mesmo apoiado por diretrizes que dão fundamento a um sistema universal, a falta de conhecimento do próprio território a ser gerenciado é mais

do que evidente, o que justifica o desenvolvimento deste estudo, motivando a apresentar um ponto de partida para a reflexão ao indicar possibilidades para uma gestão local cidadã e democrática.

Certamente há de se considerar que tais possibilidades estão, de início, limitadas por uma série de fatores macro-estruturais, entre os quais, as regras do jogo econômico, ditadas pelos governos centrais, organismos supranacionais e as grandes corporações.

Outros fatores que remetem à realidade local podem também potencializá-las ou limitá-las: a capacidade organizativa, técnica e gerencial das administrações locais; a capacidade de articulação e de mobilização de recursos dos atores propulsores; o tecido associativo e a base econômica local; e a disponibilidade de recursos financeiros. (Dowbor, 1997; Bresser Pereira & Sola, 2001).

Ao tratar sobre as possibilidades de se construir uma política pública de Saúde que possa realmente ser acessível à população, necessário se faz de refletir na forma em que a participação popular é institucionalizada no sistema de saúde público.

Desta forma não haverá riscos em se pensar que o SUS é democrático por apenas assegurar a participação popular, mas sim, necessitando rever que este é apenas uma das várias formas de participação política da sociedade.

Democracia e participação popular: matrizes conceituais

A legitimação dos regimes democráticos passa a se basear em valores³ como participação, governabilidade e eficiência. A questão dos canais de mediação que os garantem e que se estabelecem pela descentralização e fortalecimento do poder local torna-se acentuatadamente importante. No entanto, buscando-se as raízes históricas destes valores, encontrar-se-á na Grécia Antiga o momento histórico rico para reflexão.

Na Idade Clássica, o termo democracia era utilizado para designar uma forma de governo, no qual o poder político era exercido pelo povo (Bobbio,

³ Valores consolidados da 2ª metade do século XX que estaremos tratando mais adiante.

1988: 135). A *pólis* grega (cidade) pode ser considerada como o marco original do conceito.

No exercício de direitos e deveres daqueles que habitavam a *pólis* havia uma qualificação de seus moradores que era atribuída através da cidadania.

No sentido etimológico da palavra, cidadão deriva da palavra *Civita*, que em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra *politikos* — aquele que habita a cidade⁴.

A maioria dos filósofos da Antiguidade e alguns da Modernidade não viam com bons olhos a participação popular. Platão, por exemplo, criticava esta forma de governo, pois para ele só os filósofos eram capazes de discutir a essência da ordem política. Por serem os filósofos os possuidores do saber, seriam estes os mais indicados para governar, independentemente da vontade do povo.

Além de nos legar os conceitos básicos descritos, isto é, democracia e cidadania, especificaram seus funcionamentos da seguinte forma na Grécia: Havia um *forum*, lugar denominado *Ágora* (praça pública), onde os cidadãos reuniam-se para discutir assuntos que diziam respeito à coletividade e que, a partir dos embates de opiniões, eram aperfeiçoadas as instituições e as relações entre os cidadãos. Era a democracia direta, na qual os membros da comunidade, dotados de cidadania, reuniam-se em assembleia para deliberar sobre assuntos estatais em pauta.

Na Idade Média, a idéia de cidadania desaparece na medida em que a *pólis* e a República, como comunidades políticas, são substituídas pela concepção da coletividade organizada como *república christiana*, que associa a ordem e a unidade da sociedade cristã à coordenação da Igreja e aos poderes temporais⁵. Foi esse o princípio basilar da “grande síntese política da Idade Média”.

No Renascimento, período em que nascem os conceitos modernos de política e de direitos e deveres do Estado com seus cidadãos, Maquiavel inaugura uma nova tradição no pensamento político. Primeiro por utilizar a

⁴ É interessante lembrarmos que o sentido ateniense do termo, cidadania é o direito da pessoa em participar das decisões nos destinos da Cidade através da *Ekklesia* (reunião dos chamados de dentro para fora) na *Ágora*. Dentro desta concepção surge a DEMOCRACIA GREGA, onde somente 10% da população determinava os destinos de toda a Cidade (eram excluídos os escravos, mulheres e artesãos).

⁵ Ambos instituídos por Deus para manter, sobre a terra, a paz e a justiça.

palavra “Estado” para designar o que os gregos tinham chamado de “*pólis*”, os romanos de “*res publica*” e que, mais tarde, se transformaria em “república”. Segundo, porque passou a descrever um Estado totalmente diferente daquele idealizado por Platão.

O Estado encontrará obstáculos na governabilidade⁶ se deixarem limitar pelos códigos e por muitos que opinem na condução política do Estado em situações difíceis. O destino poderia ser igual ao da própria Grécia democrática de Platão, ineficaz em organizar uma defesa forte contra as invasões que a sucumbiram.

Contudo, avisou o autor, tais atributos deveriam ser sempre utilizados em função do bem comum e não em detrimento deste para favorecimento pessoal da autoridade estatal, pois o *Príncipe*, “deve tratar amistosamente o povo”⁷, e só deve usar de severidade quando sua segurança é ameaçada ou quando dela resultar benefícios para os cidadãos; caso contrário a severidade levará à sua queda.

Embora um pensador dos tempos modernos, Rousseau vai buscar inspiração nos valores da cidade antiga para fundamentar a sua idéia de participação popular. Mais precisamente, a natureza e limites da integração do indivíduo na sociedade, fundada, naqueles termos, pelo pacto social.

Diferente dos outros autores da época, sua teoria é marcada pela exigência de uma participação direta do povo no legislativo, ele não admite a representação da vontade de um cidadão para o outro.

A vontade só será geral se tiver a participação de todos os cidadãos de um Estado, em uma arena de debate político. Assim haverá a garantia efetiva do bem comum e dos direitos dos cidadãos.

ANDRIOLI (2003) ao analisar Rosseau, entende que todos precisam estar em condições de igualdade para haver democracia. Nenhum ser humano poderá ser autoridade diante dos demais e as convenções, criadas por todos, são as bases de toda autoridade legítima.

O interesse de um representante sempre é privado e não poderá expressar o que os outros têm a dizer. Rosseau refere-se à representatividade

⁶Trata-se de um conceito amplo, entretanto aqui, apenas o entendimento de poder governar.

⁷ Maquiavel, N. **O Príncipe**, In: Capítulo IX, p. 73, 2004.

como uma idéia absurda, originária da sociedade civil corrompida, não podendo haver democracia se essa não for direta e as leis que não forem ratificadas pelo próprio povo serem consideradas nulas.

Para Bobbio (1998), a Revolução Francesa representou a primeira vez que houve exercício do direito do povo de decidir seu próprio destino (direito de liberdade em um de seus sentidos), ou seja, o direito que tem um povo de não ser impedido por outras forças de dar a si mesmo uma Constituição Civil. Mais tarde, esta constituição não passou de expressão retórica, materializadas pela Declaração universal dos Direitos dos Homens de 1789.

Na nova ordem política que se instaurou, as pessoas passaram a ser iguais perante a lei, erigida como padrão de igualdade entre todos os seres humanos. Mas não aconteceu uma modificação das condições materiais das classes populares, e a liberdade, desvirtuada na prática, passou a ser utilizada pelo homem burguês como capacidade ilimitada de exercer a sua iniciativa, a sua criatividade e os seus direitos individuais.

A possibilidade da efetivação da democracia direta tornou-se cada vez mais difícil, uma vez que, no mundo moderno, os Estados possuem territórios extensos, sociedades mais complexas e numerosas e ainda há um grau de dificuldade para se gerir a coisa pública somada à falta de tempo dos cidadãos, absorvidos nos afazeres particulares. Diante desta situação, surgiu o sistema em que o povo não se governa diretamente, mas, através de institutos constitucionalmente garantidos, e estes têm o direito de intervir diretamente no processo de formação das leis, nos momentos decisivos do funcionamento dos órgãos estatais e nas principais decisões políticas de interesse da coletividade (Fleury et al, 1997).

Na democracia moderna, a forma de participação perdeu seu sentido originário. As estruturas administrativas que deveriam ser as representantes da vontade da maioria ou a participação direta do cidadão foram substituídas por uma participação representativa do desejo público. É a democracia indireta.

Em contrapartida às diferenças aprofundadas pelo Estado liberal com o capitalismo industrial, também influenciou o pensamento político. Segundo esta

perspectiva, o Estado burguês deveria ser substituído pelo Estado proletário⁸, que aplainaria as desigualdades sociais.

De acordo com o proletariado⁹, o Estado liberal era extremamente individualista, injusto e desigual, e converteu a representação popular em um instrumento sem qualquer participação nas arenas decisórias.

Os movimentos de base passaram a questionar o fosso que se alargara entre os postulados de igualdade e liberdade para todos e a trágica situação vivida pelos trabalhadores e pela população em geral, reivindicando a real efetivação de tais direitos declarados.

Por força das pressões da sociedade, cada vez maiores no começo do XX, acabou ocorrendo a transição do modelo liberal clássico para o Estado Social. Mudança esta, perceptível pelo paulatino abandono da atitude de um Estado abstencionista por uma posição intervencionista propiciadora de meios de acesso aos bens sociais.

Nas primeiras décadas do século XX, a Revolução Mexicana – de 1917 (com sua Constituição socialista), e a Constituição de Weimar – na Alemanha de 1919 (ressaltando os direitos sociais), ampliam a realidade da dimensão dos direitos humanos, declarados em 1789, que deixaram de ser entendidos apenas como direitos individuais e passaram a abarcar – ainda que restritamente, em muitos lugares – os direitos coletivos de natureza social.

A crise econômica de 1929, trouxe a necessidade de refletir sobre um Estado que equilibra a economia com uma proposta específica. Surgiu, então, a crença de que os indivíduos que não têm direitos a conservar são os que mais precisam do Estado.

Finalmente, com o fim da II Guerra Mundial, o problema dos direitos básicos da pessoa humana foi posto mais uma vez na ordem do dia. Com a Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945, criou-se uma organização internacional (a ONU) voltada à permanente ação conjunta dos Estados na defesa da paz mundial, incluída aí a promoção dos direitos humanos e das liberdades públicas.

⁸ A gestão do proletariado só é compreendida na gestão da burguesia. O processo de transformação do camponês em proletário teve circunstâncias distintas entre países.

⁹ Há diversas correntes políticas de esquerda que discutem o caráter do Estado capitalista. Há uma discussão entre a social democracia, anarquistas e socialistas a respeito do Estado. Num outro modo de produção há a teoria do Estado de Lênin.

Com tais propósitos, ao menos em tese a noção dos Direitos Humanos deixou de ser um compromisso de cada país, individualmente, para passar ao “status” de princípio constitucional, recepcionando parâmetros internacionais, a inspirar as ações dos membros – fundadores ou futuros – da organização.

Mas como a experiência já havia deixado claro que não pode haver paz sem justiça social, decidiu-se por uma Resolução específica sobre tais direitos, vagamente referidos na Carta.

Na terceira sessão ordinária da Assembléia Geral da ONU, verificada em Paris, a 10 de dezembro de 1948, foi aprovada a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha.

A declaração proclamou os direitos e liberdades fundamentais “como o ideal comum a ser atingido por todos”, e tratou de exaustivamente enumerá-los com a finalidade de permitir-lhes melhor proteção jurídica, partindo do postulado geral de que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos (...) e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”, como reza o primeiro artigo.

Os artigos da Declaração trazem características como a certeza dos direitos (com a prévia e cristalina fixação de direitos e deveres), a segurança dos direitos (impondo normas para sua respeitabilidade) e a possibilidade dos direitos (exigindo os meios para todos terem acesso ao gozo destes).

Com a declaração, esses direitos se projetaram acima do patamar de pretensões individuais e coletivas perante o Estado, cabendo a este o papel de agente promotor das garantias e direitos chamados sociais.

Estabelecidos os aspectos legais sobre os direitos dos homens, a relação entre sociedade civil e governo também desenvolveu uma complexidade maior sobre o pensamento de representação popular e seus instrumentos.

Novos instrumentos precisavam ser repensados para se representar a soberania popular. Homens com direitos e que passaram a ser cidadãos modernos que exercem sua cidadania, reforçando o reposicionamento de governantes democráticos não apenas por serem a fonte de sua legitimidade, mas também por serem portadores dos mesmos direitos.

Quando garantidos, esses direitos dão poder ao cidadão e limitam os governantes. Assim, novas formas em dar à participação popular possibilidades

de administrar, ajudam a legitimar a democracia representativa e, dentre tais possibilidades, a municipalização surge não apenas como um instrumento, mas também como uma escala da representação e gestão.

A municipalização e a participação: Tendências mundiais

As reformas administrativas decorrentes dos anos 70 desenvolveram em muitos países estudos sobre a reorganização da gestão territorial dos processos econômicos, sócio-políticos e administrativos. O grande volume de reflexões foi proveniente da Europa, onde o Estado provedor estava passando por reformulações. Estas reformas tiveram inspirações e características diversas em função da quantidade de países e sistemas políticos onde ocorreram.

Diante da diversidade, encontraram um eixo centralizador nas suas reflexões a respeito do território e sua gestão do Estado do Bem Estar, que estavam em crise.

Acreditavam que a centralização da administração dificultaria o desenvolvimento de políticas sociais eficazes, pois enfraqueceria muito as necessidades locais em nome da centralização de recursos e competências em favor do governo central.

NETTO (1991) descreve os exemplos da Itália, França e Espanha como experiências que ajudaram a expandir o pensamento sobre a municipalização e democratização do poder.

No caso da experiência italiana, o autor analisa o processo que ocorreu em Bolonha. Segundo ele, foi de lá que irradiou a gestão a partir da descentralização municipal, em 1963.

Rapidamente, a iniciativa de Bolonha estendeu-se pelos municípios governados pela esquerda, principalmente no norte da Itália. Em 1976, o governo italiano, por meio da lei 278¹⁰ deu suporte legal à experiência rica e bem sucedida.

Legalmente, a regionalização do Estado na Itália já encontrava subsídios na Constituição de 1948, apesar de não se verificar nenhum avanço sobre o

¹⁰ Regolamento Comunale, Legge 8-4-1976, n. 278 in circoscrizioni., ver em anexo

tema até então. Vinte anos depois, por meio de eleições regionais (provinciais e municipais), foram criadas novas estruturas que fomentaram um novo pensar sobre o papel da municipalidade.

Naquele momento, a Itália tinha uma herança de um passado oligárquico e fascista e da falta de alternância de poder. O país contava com mais de 8000 municípios em uma esfera hierárquica administrativa menor, e de 90 províncias na esfera intermediária. No topo da hierarquia administrativa está o governo central. Os níveis administrativos municipais e provinciais foram concebidos no século XIX com fins militares e de ordem pública periférica a do governo central.

Estes fatos impulsionaram as administrações das localidades periféricas a buscarem mudanças na estrutura territorial administrativa. Assim, com o incremento destes níveis institucionais tornou-se viável não só a possibilidade de se descentralizar o Estado, mas também a de se estruturar uma democratização e a reforma de um Estado cheio de vícios.

No caso da França, NETTO (1991) diz ser um caso raro. Por ser um país politicamente desenvolvido, apresentava um grau de centralização elevado, devido à herança do período napoleônico.

Segundo o autor o debate polarizou entre a centralização e descentralização da administração regional. A discussão do tema procurou denunciar o quanto o processo de centralização na condução da acumulação capitalista exigiu formas específicas de relação entre as instituições de financiamentos de recurso centrais e as administrações locais.

O ponto de partida foi uma lei de 1982¹¹ (a lei da descentralização), pela qual foram definidos os direitos e liberdades dos municípios, departamentos, regiões e redimensionamento dos 3 três níveis da administração (NETTO apud Massolo, 1988).

Com a insatisfação gerada pela com a divisão do trabalho entre o governo central e os locais, o que gerou estudos que demonstraram um esvaziamento da força administrativa local, gerando pouca participação local, clientelismo e acúmulo de cargos.

¹¹ Loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, ver em anexo.

As críticas à descentralização estavam apontando que esta prática estaria escondendo a responsabilidade do governo central e decisões que eram tomadas nos bastidores que favoreciam a reprodução do capital monopolista na nova divisão territorial política. Os recursos eram escassos e todos estavam centralizados devido à crise que o Estado francês passava naquele momento.

Devido à fragmentação espacial da França, onde existem mais de 36.000 municípios, 4000 cantões, 96 departamentos e 22 regiões, havia a possibilidade do aumento da diferenciação social e econômica entre as regiões. Assim, o pensamento da municipalização não era de racionalização de esquemas de ordenação territorial e sim o de ser um instrumento mais eficiente na utilização de recursos.

Na Espanha, ao contrário da França, os processos de descentralização produziram resultados mais concretos com os temas descentralização e participação popular. Isto se deve ao fato de que o processo de democratização do Estado espanhol, no início dos anos 80 do século XX, não pode ser explicado sem levarmos em conta a importância de demandas da população local e regionais na luta contra a ditadura de Franco.

Segundo o mesmo autor, na reorganização da sociedade espanhola a vontade em recuperar elementos de identidade e vida coletiva coincidiu com as demandas das regiões e localidades.

Sem estes ingredientes não se poderia entender o caráter pacífico, descentralizado e consensual do processo de democratização política na Espanha.

A complexidade de se pensar um sistema de gestão que pudesse dar voz à diversidade nacional e à vasta gama de conjuntos ou subsistemas regionais e locais de representação política era o desafio. Foi assim então que em 1985, foi aprovada a *Ley Reguladora de las bases del regimen Local*¹².

A lei estabeleceu as hierarquias, competências, participação e descentralização das comunidades autônomas e municípios, assim resgatando o caráter democrático da vida local em comparação ao regime do governo anterior.

¹² Ley 7 Reguladora de las Bases del Régimen Local., de 2 de abril de 1985, ver em anexo.

Municipalização da saúde: histórico no Brasil

Os exemplos europeus nos mostram que a criação de mecanismos de representações para esta época foi comum a todos na sua história de formulação e implantação. O que será abordado é a história da municipalização da saúde no Brasil.

A proposta de municipalização da Saúde foi introduzida no Brasil, já nos anos 60, no contexto das discussões em tornos das chamadas Reformas de Base, sendo inclusive objeto de debate na 3ª Conferência Nacional de Saúde de 1963 (TEIXEIRA, 1991).

Com a implantação do regime militar, o processo se fortaleceu, mas caminhou em sentido contrário. Desenhou-se um sistema de saúde centralizador e com a concentração dos recursos na esfera federal. Isto de certa forma favoreceu uma política de privatização do sistema, através da transferência de recursos públicos geridos pela Previdência Social (INPS e depois INAMPS), ao gestor privado.

Em meados dos anos 70, no contexto da abertura política do governo Geisel, o Ministério da Saúde desencadeia a implantação dos chamados Programas de Extensão de Cobertura (PECs) que já mostram as propostas de regionalização e hierarquização dos serviços de saúde pública vinculada às Secretarias Estaduais de Saúde.

Nos anos 80, no contexto da eclosão da crise previdenciária, o Ministério da Previdência foi desencadeador de reformas parciais através do SUDS. O Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) implicava na delegação de responsabilidades, por meio de convênios com governos estaduais e termos de adesão dos municípios ao sistema.

Paralelamente a isso, crescia o Movimento Sanitário, que desde 1978 já havia colocado a discussão da Saúde como parte da conquista da democracia e proposto a criação do Sistema Único de Saúde.

O que norteava o movimento como um todo era a intenção de construir uma nova política de saúde que fosse efetivamente democrática, considerando a descentralização, universalização e unificação como elementos essenciais para a reforma do setor.

No início da década de 80, procurou-se consolidar o processo de expansão da cobertura assistencial iniciado na segunda metade dos anos 70, em atendimento às proposições formuladas pela OMS na Conferência de Alma-Ata (1978), que preconizava "Saúde para Todos no Ano 2000", principalmente por meio da Atenção Primária à Saúde. Mas ficaram apenas em formulações genéricas.

Nessa mesma época, começa o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, constituído inicialmente por uma parcela da intelectualidade universitária e dos profissionais da área da saúde. Posteriormente, incorporaram-se ao movimento outros segmentos da sociedade, tais como centrais sindicais, movimentos populares de saúde e alguns parlamentares.

Várias foram as propostas de implantação de uma rede de serviços voltada para a atenção primária à saúde, com hierarquização, descentralização e universalização, iniciando-se já a partir do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), em 1976.

Em 1980, foi criado o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE) - que, na realidade, nunca saiu do papel, logo seguida pelo plano do Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP), em 1982, a partir do qual foi implementada a política de Ações Integradas de Saúde (AIS), em 1983. Estas providências constituíram em estratégia, de extrema importância para o processo de descentralização da saúde.

A 8ª Conferência Nacional da Saúde, realizada em março de 1986, é um marco histórico, pois, consagra os princípios preconizados pelo Movimento da Reforma Sanitária.

Em 1987 é implementado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), como uma consolidação das Ações Integradas de Saúde (AIS), que adota como diretrizes: a universalização, a equidade no acesso aos serviços, à integralidade dos cuidados, a regionalização dos serviços de saúde e implementação de distritos sanitários, a descentralização das ações de saúde, o desenvolvimento de instituições colegiadas gestoras e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos.

A Constituição de 1988 instituiu o Estado democrático - conceito-chave da nova ordem política - atribuindo-lhe um conteúdo normativo de institucionalização do poder popular (Caldeira, 1992).

Dentre os princípios constitucionais que norteiam o Estado democrático brasileiro, destacamos os seguintes: (a) a República federativa há de constituir uma democracia representativa, participativa, pluralista e que seja a garantia geral da vigência e eficácia dos direitos fundamentais (art.1 da CF); (b) o sistema de direitos fundamentais e individuais, coletivos, sociais e culturais (Títulos II, VII e VIII da CF); (c) princípio da igualdade (art.5, *caput*, e inciso I da CF).

Tais preceitos formalizaram a democracia participativa, dotando a sociedade dos instrumentos necessários à sua realização mediante novas formas de organização, representação e intermediação de interesses dos mais diversos grupamentos sociais, como as associações profissionais, sindicais e outras.

A liberdade de associação foi reassegurada e consideravelmente ampliada na Constituição de 1988 (art.5º, XVII da CF), não sendo necessária prévia autorização para a criação de associações, desde que persigam fins lícitos e não tenham caráter paramilitar (art. 5º, XII e XIII da CF).

O Estado não pode intervir no funcionamento das associações (art.5º, XIII da CF), que, só mediante sentença judicial *transitada em julgado*¹³, podem ser dissolvidas compulsoriamente (art. 5º, XIX da CF).

Tal como aponta Caldeira, a grande inovação é o reconhecimento do direito de representação coletiva. Acresce ainda a garantia constitucional de intervenção direta dos cidadãos nas decisões de interesse geral mediante o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

Como afirma FIGUEIREDO¹⁴ (2001), a Constituição confirma, assim, a relevância da dimensão associativa da ordem social ao considerar os grupos organizados para fins lícitos como canais legítimos de representação e de mediação dos interesses da comunidade, dessa forma contribuindo para a governabilidade.

¹³ Esgotamento dos meios de reformas da sentença

¹⁴ Figueiredo, Jorge Eduardo St. Aubyn de. **Comunidade cívica, capital social e conselhos de saúde no Estado do Rio de Janeiro**. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. 113 p.

Na análise de CHICKESON (2002), a Constituição confere novos papéis e espaços para a atuação das organizações da sociedade civil:

- a)** cooperação no planejamento municipal (art.29, X da CF);
- b)** presença assegurada na realização de audiências públicas com as comissões permanentes e temporárias do Congresso Nacional e suas Casas (art.58, §2º, II da CF);
- c)** legitimidade ativa em denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (art.74, §2º da CF);
- d)** participação na gestão da Seguridade Social (art.194, VII da CF);
- e)** participação nas ações e serviços públicos da saúde (art.198, II da CF).

Verifica-se que a Constituição estabeleceu a possibilidade de adotarmos uma democracia participativa na esfera social, atribuindo papel de destaque às associações em variadas instâncias de decisão e de consulta. Essa decisiva inovação institucional decorreu, contudo, das lutas políticas e sociais que tiveram início ainda na década de 1970 e que serviram de exemplo.

No setor saúde, os movimentos populares desenvolveram positivas experiências de participação das comunidades na discussão e resolução de seus problemas.

A materialização da luta da Comissão Mista de Reforma Sanitária na Assembléia Constituinte de 1988 e a efetivação do SUS se dá praticamente no início dos anos 90. Foram criadas as Leis Federais 8080 e 8142 de setembro e dezembro de 1990, respectivamente referentes à regulamentação e as formas de ações de Saúde que o Estado deve seguir baseado nas diretrizes da Constituição e com a Lei Orgânica da Saúde.

Mesmo já bastante alterada pelos vetos do então presidente Collor, a nova lei deu diretrizes e princípios básicos para o controle social e para as regras de financiamento do sistema de saúde público.

As leis estipulam a criação do Fundo Nacional de Saúde (FNS) como requisito para Estados e Municípios receberem recursos do Governo Federal. Legislação subsequente reafirmou a importância do orçamento do Fundo de Saúde como instrumento que deve ser elaborado e pactuado com a intervenção dos Conselhos de Saúde e por eles acompanhado em sua execução.

Na atualidade, os Conselhos de Saúde são realidades institucionais no Brasil. Além do Conselho Nacional de Saúde, funcionam, embora com graus bem variáveis de eficiência e autonomia, em praticamente todos os municípios nos 26 estados e Distrito Federal.

Hoje, por exemplo, no Estado de São Paulo somente dois municípios, entre os 645, não estão habilitados em nenhuma das formas de gestão da Normas de Organização Básica de 1996 (NOB -96). Existem 161 municípios habilitados na Gestão Plena do Sistema e 482 habilitados na Gestão Plena da Atenção Básica, segundo o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo “Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP.

A Saúde foi a área de política social em que o modelo descentralizador foi mais amplo e radicalmente aplicado. O Sistema Único de Saúde - SUS é hoje dotado de um formidável arcabouço jurídico-normativo, que lhe define uma arquitetura institucional bastante consistente e adequada tanto à idéia da centralidade do Município no funcionamento do sistema, quanto à idéia de sua permeabilidade às demandas sociais.

Dentre as experiências internacionais mencionadas anteriormente, o modelo italiano de descentralização foi aquele que mais influenciou os rumos da reforma sanitária brasileira.

Capítulo 2 – Gestão, Atores e Arena.

A Gestão hoje:

Como visto no capítulo anterior, está em processo de construção no Brasil, um sistema de saúde que tem como características o acesso universal, descentralizado e controlado democraticamente pela população organizada. Isto coloca os brasileiros diante dos desafios também analisados no capítulo anterior a respeito da relação entre a sociedade civil e o governo.

A municipalização da gestão da política de saúde foi a estratégia adotada pelas lideranças da Reforma Sanitária brasileira para se tornassem realidade os preceitos constitucionais. É o objetivo deste trabalho é analisar os impasses advindos desta escolha naqueles municípios que nunca tiveram tradição em políticas públicas de saúde como, aliás, é o caso da grande maioria dos municípios brasileiros.

Segundo Vianna (1999), devemos lembrar que os municípios não podem ser considerados de forma simétrica, ou seja, não se pode imaginar que todos os municípios sejam iguais, funcionem do mesmo modo, tenham o mesmo nível de necessidades ou, mais especificamente, tenham o mesmo padrão de receitas e despesas.

O leitor verificará através do exemplo de Presidente Prudente¹, analisado a seguir, como estas cidades que não participaram da discussão do SUS estão encontrando dificuldades na manutenção da administração do setor.

A crise da saúde de Presidente Prudente em 2004

“Conselho aprova desabilitação da gestão plena” Esta foi a manchete estampada na primeira página do Jornal *O Imparcial* no dia 18 de setembro de 2004. De acordo com este jornal, o Conselho Estadual de Saúde havia aprovado a desabilitação da gestão plena do SUS (Sistema Único de Saúde) do município de Presidente Prudente.

¹ Guimarães (2000) demonstrou em sua tese de doutorado que a história da saúde pública em Presidente Prudente, dominada pelas oligarquias rurais, tomou a forma da benevolência dos coronéis e de seus afilhados políticos. Tal prática produziu no imaginário social local uma cadeia sinonímica entre a luta por mais saúde pública e a criação e expansão da Santa Casa de Misericórdia.

Tal fato nos interessa aqui para a identificação dos atores políticos envolvidos na questão, bem como o jogo de interesses e as disputas entre eles. Por causa disto, iremos nos ater à seqüência de fatos noticiados pela imprensa local no decorrer do ano de 2004, visando buscar elementos para esta análise. Como neste ano, o tema da saúde ganhou enorme destaque nos jornais² devido à eleição municipal, selecionamos as principais notícias para o propósito deste capítulo:

- Em 9 de janeiro de 2004, o jornal O Imparcial,³ já alertava em sua coluna *Plantão* que o governo repassava, em média, 1,7 milhões de reais por mês ao município e que haveria muito pano para manga (sic) com a forma da aplicação e a com a falta de fiscalização da verba da saúde.
- No dia 15 de janeiro, dois meses depois do anúncio da Santa Casa (novembro de 2003) em não atender mais pelo SUS, o Pronto Socorro passa a ser atendido pelo Hospital Universitário. A Santa Casa alegou ser impossível manter o funcionamento do PS após a prefeitura anunciar mudanças no valor do repasse que fazia às instituições prestadoras de serviços conveniadas ao SUS (Sistema Único de Saúde). A verba do SUS, enviada pelo governo federal, era complementada pela prefeitura, que decidiu remanejar os valores.
- No dia 25 de janeiro, a notícia, no mesmo periódico, era que a Prefeitura decidiu pela redução de R\$900.000,00 reais no repasse aos prestadores de serviços de saúde do município, diminuindo em 34% o teto financeiro para esta rubrica. Com a determinação do corte do teto, houve várias manifestações diante da prefeitura. Dentre estas, a manifestação que ganhou grande destaque no jornal *O imparcial*, foi aquela realizada pelos funcionários dos hospitais de saúde mental, Allan Kardec e Bezerra de Menezes

² Durante os meses que analisamos, o Jornal Imparcial destinava um espaço titulado “Fala povo: Como você analisa a crise na Saúde Pública de Presidente Prudente”. Neste espaço, havia comentários da população em geral sobre a crise da saúde.

³ Os itens sublinhados a seguir são grifos nossos para identificarmos os atores políticos.

que começaram a dar altas a seus pacientes sob alegação de não ter recursos para mantê-los.

- No dia 8 de fevereiro de 2004, o governador Geraldo Alckimin, afirmava que aguardava a posição da auditoria da Comissão Bipartite (Conselho dos secretários de saúde da região e a Direção Regional de Saúde- DIR) de Saúde para comentar se o Estado iria assumir a gestão. Afirmava o governador que o responsável pelo pagamento aos prestadores de serviços de saúde era o poder público local e que estava informado de uma série de denúncias do não pagamento dos serviços prestados.
- No mesmo dia, em seu editorial, *O Imparcial* afirmava que os interesses pessoais, caprichos políticos e a postura da maioria da Câmara Municipal em não fiscalizar acabaram conduzindo o sistema de saúde pública em Presidente Prudente ao caos. Não bastasse, a coluna Plantão, do mesmo dia, apontava que no relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Setor de Saúde da Câmara deveria conter a denúncia do prefeito contra seus ex-secretários — o vereador Alfredo Penha e sua esposa, Luciana Penha — por omissão.
- Em uma reunião realizada no dia 11 de fevereiro, os secretários municipais de saúde da região aprovaram o relatório da Comissão Bipartite e a sugestão para o descredenciamento da gestão plena de Presidente Prudente. Não foi uma decisão final, mas uma sugestão que ainda seria enviada para apreciação da Comissão Estadual⁴.
- No dia 27 de fevereiro, o Editorial do Imparcial, ressaltou a importância da construção do hospital do Câncer, que naquele momento comemorava-se a primeira laje construída. Descrevia também, algumas contribuições financeiras como a do Estado de São Paulo com R\$ 4,7 milhões e da fundação Bradesco com R\$ 250.000,00 - sem contar as muitas em menor escala dos municípios. Incentivou, o editorial do jornal, para o empenho em

⁴ A íntegra do relatório está na página 4-B do caderno Cidade do Jornal *O Imparcial*

continuar contribuindo e apontava que com a organização das comunidades locais e regionais chegariam a meta o mais rápido possível.

- Contrapondo este editorial, na coluna Plantão, a notícia era que o Instituto de Radioterapia estava tomando uma atitude drástica em cortar até 60% o número de atendimentos a seus pacientes devido ao corte do repasse de verbas. Também na mesma coluna, a Câmara Municipal estaria realizando naquela data, a audiência pública da Secretaria Municipal da Saúde de Presidente Prudente para apresentar à sociedade dados da suas atividades nos últimos quatros meses, por força de lei do setor. O “interessante” que nos dias seguintes não houve nenhum comentário sobre o resultado desta audiência.
- 4 de março foi o dia em que a Comissão Estadual iria dar o parecer sobre a possível perda da gestão plena de Saúde do município, ao contrário do que muitos poderiam imaginar, o prefeito não pareceu muito preocupado com a possível perda da Gestão Plena de Saúde no município. Na reportagem do jornal *Oeste Notícias*, do mesmo dia, ele disse: “Vejo isso com muita satisfação. Eu não quero a gestão plena”. Além disso, o prefeito deixou claro que, da forma como o Ministério da Saúde vem administrando os recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) no município, a Gestão Plena não é um bom negócio. Segundo o prefeito Agripino de Oliveira Lima: “o Ministério manda R\$ 1,6 milhão para 30 prestadores de serviços, o que eu faço com isso?”, questionou. “O Estado que tome conta, porque eu não quero mais a Gestão Plena”, completou. Agripino também sugeriu que os prestadores de serviço do SUS na cidade recorram ao Governo Federal “na hora que precisarem de dinheiro”, caso a perda se confirme hoje. “Eles [os prestadores] que vão para Brasília falar com Lula, quero ver se eles têm coragem. Vão pedir o dinheiro da CPMF”, disse o prefeito.
- Tardamente, o Conselho de Saúde se reúne para analisar a situação da Saúde local, de acordo com a notícia do *Imparcial* no

dia 18 de março. Assim, o Conselho tentando dar uma satisfação à população por meio de um relatório de defesa, demonstrou a ineficiência - já constatada pela Câmara Municipal no editorial do *Imparcial* do mesmo dia, e ficou apenas no plano da discussão e possíveis encaminhamentos sem alguma substancial repercussão.

No decorrer dos meses seguintes, começaram as articulações políticas para as eleições municipais e as manchetes sobre as notícias do setor de saúde deixaram de ganhar notoriedade, por alguns meses, até o começo do pleito em julho.

A situação da gestão da saúde pública em Presidente Prudente foi o principal alvo de ataques da oposição ao prefeito Agripino Lima que, acrescente-se, foi reeleito.

O calor da disputa eleitoral fomentou um clima de caos, levando a população a pensar que estava desassistida; e o que é pior, pensava-se que nada podia fazer para buscar soluções, a não ser esperar pelo resultado das eleições, quando o “grande salvador” viria e tudo ficaria bem, menosprezando a complexidade da saúde pública.

As decisões políticas não são atos singulares tomados em determinado momento do tempo. Ao contrário, são resultados de uma seqüência de decisões, tomadas por diferentes atores situados em distintas posições institucionais.

Torna-se imprescindível uma análise da luta que se trava na arena política, na qual as imposições e ocupação de espaços pelos atores, no âmbito da formulação das políticas públicas que envolvem o tema, quando observado o papel dos atores. Estes exercem influência no processo decisório e também função fiscal, buscando influenciar as decisões (tanto na esfera do legislativo como do executivo) de acordo com seus objetivos.

Para orientação da nossa reflexão, listamos a seguir os principais atores (grifados nas notícias descritas acima) que participaram no confronto de posições, que redundaram (ou redundam) na formulação de políticas públicas de saúde de Presidente Prudente.

Jornal O Imparcial: Um dos jornais mais antigos da cidade. O jornal tem mostrado simpatia às causas filantrópicas, como a construção do Hospital do Câncer, e tem dado ampla cobertura ao caso do fechamento do Pronto Socorro da Santa Casa e aos problemas gerados com a falta de remédios nas Unidades Básicas.

Jornal O Imparcial: Um dos jornais mais antigos de Presidente Prudente. Em sua história, o jornal tem demonstrado apreço por causas filantrópicas/sociais locais e regionais, e apóia atualmente, ações como a construção do Hospital do Câncer, e tem dado ampla cobertura ao caso do fechamento do Pronto Socorro da Santa Casa e aos problemas gerados com a falta de remédios nas Unidades Básicas de Saúde do município e região.

Em vários de seus editoriais e matérias publicadas ao longo do período analisado, **O Imparcial** apontou supostas irregularidades na prestação de contas da Saúde, como também criticou os trabalhos da Câmara Municipal e Conselho Municipal de Saúde. É visto na cidade como jornal de oposição ao grupo político do prefeito Agripino.

Prefeito Agripino Lima: político com grande hegemonia na política local, é cotista da Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC), que por sua vez é mantenedora do Hospital Universitário da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). É acionista de várias empresas de telecomunicação como o Jornal Oeste Noticias e TV Hum (Canal Futura) e de um plano de saúde Unoeste Saúde.

Ministério da Saúde: organismo do Estado que administra a Saúde na esfera federal. É a última instância para a análise de credenciamento de uma cidade da gestão plena.

Conselho Municipal de Saúde: É o principal órgão deliberativo da gestão local do SUS. A sua atuação não teve um papel efetivo na condução da Saúde. Aprovou e não questionou as manobras fiscais e políticas no repasse de verbas do SUS. Esteve sempre atrasado nas discussões. A própria reunião de dia 18 de março, mencionada anteriormente, mostrou o descompasso e a falta de integração com outros atores envolvidos. Não houve divulgação de seus atos antes dos problemas surgirem.

Câmara Municipal: O prefeito tinha a maioria dos votos, a oposição era praticamente voto vencido no plenário, mas conseguiu instalar uma comissão

de acompanhamento e avaliação do setor de Saúde no final de 2003 para averiguar se houve irregularidades. De certa forma, não contrariou — quando deveria ao menos ter averiguado com cautela e publicidade de atos — os termos aditivos oferecidos aos prestadores de serviços da saúde quando a prefeitura reduziu em R\$ 900.000,00 reais as verbas destinadas a estes, desviando tais recursos para o Pronto Socorro do Hospital Universitário.

Gestão Plena de Saúde: É a capacidade total de administração de recursos e planejamento em Saúde do município. É a arena da disputa política analisada. Também é motivo das principais críticas à gestão do prefeito Agripino.

Secretaria Municipal da Saúde de Presidente Prudente: É o organismo do Estado que administra a saúde na esfera municipal. No período estudado, o secretário municipal de saúde ao longo do mandato do prefeito foi ocupado pelo vereador Alfredo Penha e a engenheira Luciana Penha, sua esposa. Uma das suspeitas levantadas pela Comissão da Câmara é que a conta o fundo Municipal não está sob administração da Secretaria de Saúde, mas do Gabinete do Prefeito.

Hospital do Câncer: Hospital filantrópico, ainda está na fase de construção. É encampado por várias entidades tais como Rotary, Lions, empresas privadas, corpo clínico da Santa Casa e personalidades públicas.

Prestadores de serviços do município da saúde, Instituto de Radioterapia, hospitais psiquiátricos **Allan Kardec e Bezerra de Menezes:** São ao todo 30 prestadores, todos dependem essencialmente do repasse de verbas. Allan Kardec e Bezerra são hospitais psiquiátricos, também são os prestadores que mais consomem Autorizações de Internações Hospitalares (AIH) do sistema de saúde local.

Vereador Alfredo Penha e Luciana Penha: Marido e mulher, durante a gestão de Agripino Lima (2000-2004) foram secretários da Saúde. Alfredo Penha em outras campanhas, já foi candidato a vice-prefeito na chapa apoiada pelo atual prefeito e também candidato a deputado estadual, sempre com o apoio de Agripino Lima. Saiu da secretaria para fazer parte da maioria na Câmara, pois um vereador da base governista fora impugnado. Luciana, que era secretária do planejamento foi remanejada para a pasta que conduziu até surgirem as denúncias, quando foi afastada do cargo. Ambos sofreram

acusações do prefeito que afirmava sem pormenores ter sido enganado por eles por não o terem avisado da real situação da Saúde, os ex-secretários teriam escondidos os fatos para o prefeito.

Jornal Oeste Notícias: Faz parte das empresas da família de Agripino Lima. É visto como o jornal da situação. Também apóia a construção do Hospital do Câncer.

Hospital Universitário: Depois que o Pronto Socorro da Santa Casa deixou de prestar atendimento aos pacientes do SUS, passou a ser referência para toda a população carente da assistência médica estatal. Atualmente passa por dificuldades orçamentárias, conforme os próprios jornais apontam.

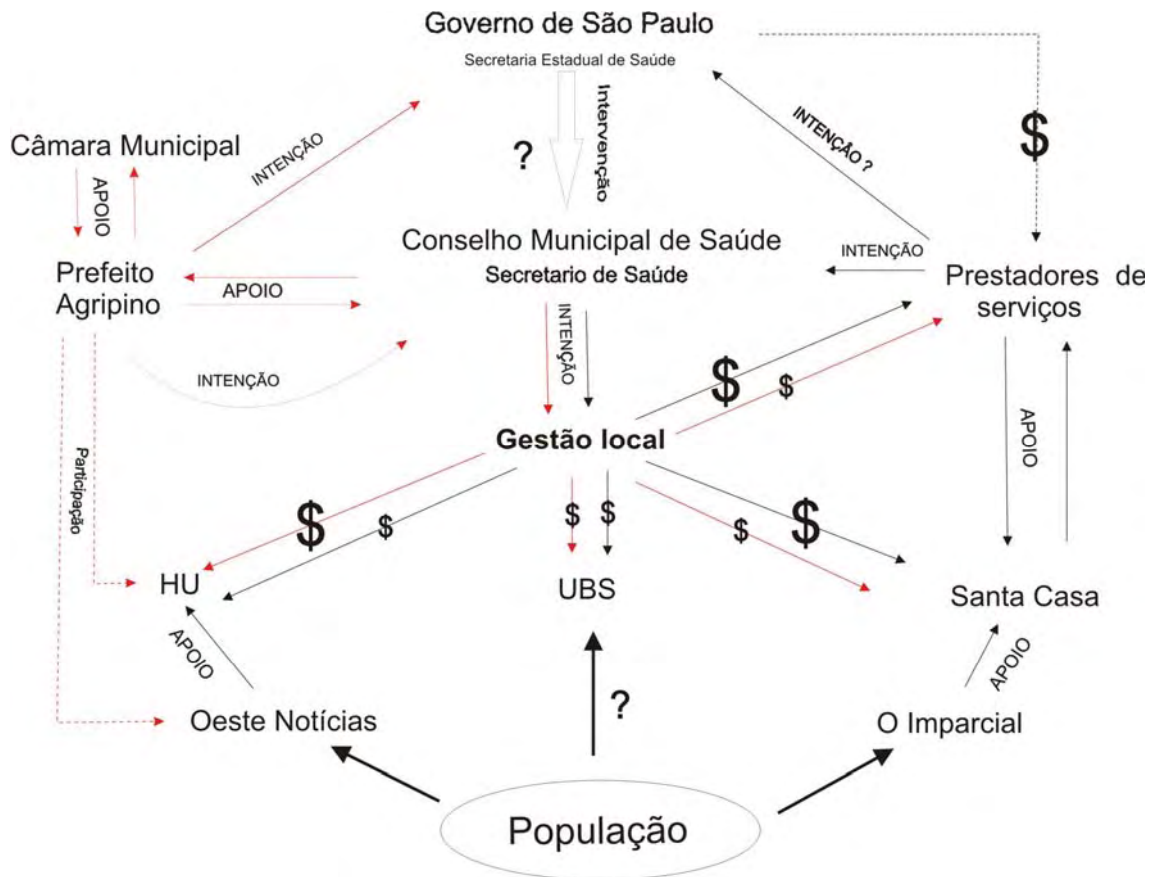
Santa Casa de Misericórdia: Um dos principais prestadores de serviços de Saúde do Município, esteve até em 2003, com o pronto socorro municipal. Começou a passar por dificuldades financeiras com os atrasos de repasses do próprio SUS e com a diminuição do teto promovida pela secretaria municipal. Nas eleições, os médicos ligados a este hospital, tiveram um colega da categoria como vice- prefeito em uma das coligações.

Na figura 1, a seguir, o leitor poderá observar um diagrama de relacionamentos entre estes diversos atores descritos acima na disputa pela agenda e verba da saúde pública em Presidente Prudente.

FIGURA 1

PRESIDENTE PRUDENTE

ATORES POLITICOS E SUAS INTERAÇÕES NA GESTÃO DO SUS
2004



Org: Werneck, 2004

De acordo com a figura 1, observa-se no centro dos relacionamentos entre os atores políticos envolvidos na política de saúde a arena em disputa: a gestão do SUS local.

Os cifrões representam o volume de verbas destinado a cada prestador de serviços. O cifrão maior significa um grande volume de recursos e o cifrão menor significa um volume menor.

As setas (preta e vermelha) identificam as relações objetivas (apoios) e subjetivas (intenções) de cada ator. As setas pontilhadas mostram a participação do ator sob dois pontos de vista: como acionário e como provedor.

Assim, temos o prefeito Agripino, representado pelas setas em vermelho. As suas relações mostram que existe estreita colaboração com a

Câmara Municipal, com o Conselho Municipal de Saúde e os secretários de saúde, relações estas que onde representamos com a dupla seta e mais a palavra *apoio*. As setas vermelhas pontilhadas mostram a participação empresarial do prefeito no jornal e no Hospital Universitário.

Mesmo com a intervenção, o prefeito conforma-se com a decisão desde que mantida o volume de verbas como encontramos hoje, ou seja, a manutenção dos mesmos percentuais depois da intervenção.

O outro grupo político que podemos visualizar é aquele ligado aos prestadores de serviços: Santa Casa, Allan Kardec, Instituto de Radioterapia entre outros. Estes estão representados pelas setas pretas.

Na análise das relações deste grupo, visualizamos a luta pela manutenção da gestão local, desde que mantido o volume de verbas vigente que estava colocado antes do corte proporcionado pelo Prefeito. Pode-se também apontar a participação do governo estadual no custeio da construção do Hospital do Câncer, como também na ajuda à outras entidades de assistência social ligadas a este grupo de atores⁵.

A população, ao buscar informações sobre o tema nos veículos de comunicação impressa do município (**Oeste Noticiais** e **O Imparcial**) poderá perceber que ambos estão posicionados de acordo com seus pares políticos. Apesar destas diferenças, mas não deixam de simpatizar-se comumente por alguns temas, como é o caso da construção do hospital do Câncer.

Independente do grupo, as verbas destinadas à atenção primária (UBS) sempre estão com o menor volume de investimentos.

Desta forma podemos visualizar a disputa de dois grupos distintos, aqueles que não querem a gestão plena (grupo do prefeito), beneficiando o pronto socorro do H.U. com a preferência na alocação de verbas; e um outro grupo, que quer a gestão plena, desde que esta beneficie os prestadores de serviços, como a Santa Casa, que dependem de AIH.

É bom lembrarmos que a AIH é a forma pela qual são remunerados os prestadores de serviços de saúde no Brasil. Este sistema consiste em montar uma tabela de pagamentos que remunera cada um dos componentes que compõe o custo médio da intervenção médica necessária para aquele

⁵ As notícias pesquisadas não demonstram isso claramente, mas sabendo da importância deste ator, achamos conveniente representa-lo.

diagnóstico. Tal sistema de pagamento constitui-se num resquício do antigo padrão de financiamento do INAMPS, que privilegiou uma lógica da do SUS.

Sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS), que são tratadas em segundo plano, em nenhum momento durante a crise questionou-se o volume das verbas empenhadas para as UBS. Apenas apontou-se a falta de suprimentos das farmácias. Para ambas as vertentes políticas, não haverá manutenção de verba. É importante lembrarmos que as UBS são unidades de saúde voltadas à proteção e atenção básica, que têm uma demanda popular muito grande. É a porta de entrada do SUS.

No mapa conceitual as setas de interrogação mostram exatamente algumas indagações que apenas o futuro nos mostrará.

Será que ao se efetivar a intervenção, haverá uma melhor distribuição de verbas entre os prestadores? As UBS serão tratadas realmente como porta de entrada do SUS local? Seria de interesse do grupo ligado aos prestadores apenas a manutenção do fluxo de verbas? Mesmo que com a intervenção do Estado, seria possível ao poder público municipal encampar a gestão plena outra vez?

A história da gestão: o que está em disputa?

A conjuntura política descrita no início deste capítulo é um indicativo do que estamos observando: uma disputa de modelo de gestão e não a ruptura dos paradigmas esperados por seus idealizadores, como acesso universal e qualidade na prestação de serviços.

Entendemos que o modelo de gestão plena precisa fundar suas estratégias na contínua evolução da correlação de forças, conhecendo os diversos atores que podem facilitar ou dificultar o processo conforme sua ação. Mas a qual modelo de gestão estamos nos referindo?

De acordo com Teixeira (2001), o sistema de saúde brasileiro está sendo disputado por atores com diferentes concepções. Segundo, esta autora haveria, em linhas gerais, três modelos de gestão.

O primeiro deles é denominado de modelo médico-assistencial-privatista de saúde, que privilegia os interesses dos fabricantes e fornecedores privados de medicamentos e equipamentos médico-hospitalares e serviços de

saúde transformando-os em meras mercadorias. Tem como prática comum colocar o lucro máximo sempre acima dos direitos da saúde da população usuária.

Neste modelo de gestão, na oferta de serviços predomina a assistência às doenças, com alta porcentagem de assistência evitável ou desnecessária. Os valores desse modelo são a produção quantitativa de serviços, de média e alta complexidade. Um indicador deste modelo é o número de AIH comparado em um período.

O segundo modelo, o modelo sanitarista, tem como objetivo o controle de doenças ou riscos à saúde em grupos populacionais específicos. Este modelo ainda predomina no SUS, haja vista que o Brasil ainda é um país muito carente em equipamentos públicos de saúde, principalmente os de saneamento básico. Sendo assim, na oferta de serviços, predominam as campanhas sanitárias, programas de controle de transmissão e fatores de risco de uma doença na perspectiva epidemiológica, utilizando um conjunto de meios que compõem a tecnologia sanitária, como educação em saúde, saneamento, imunização e etc.

Finalmente, um terceiro modelo de gestão seria aquele denominado vigilância em saúde, que privilegia os interesses e direitos de cidadania da população usuária. De acordo com seus protagonistas, o ponto de partida do planejamento das ações é sempre das necessidades da população, identificadas pelos indicadores sociais, epidemiológicos e pelas informações das entidades representantes dos usuários. Neste caso, na oferta de serviços predomina a defesa da vida e a proteção da saúde, sem deixar de assistir os doentes, a partir de rede de Atenção Básica à Saúde, equitativa e de acesso universal.

Uma síntese dessas idéias pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro1**Modelos Assistenciais e Vigilância em Saúde**

Modelo	Sujeito	Objeto	Meios de trabalho	Formas de organização
Médico – assistencial privatista	Médico -Especializações -complementariedade (paramédicos)	- Doenças (patológicas e outras) - Doentes (clínica e cirurgia)	Tecnologia médica (indivíduo)	-Rede de serviços de saúde - Hospital
Sanitarista	Sanitaristas - Auxiliares	- Modos de transmissão - Fatores de risco	Tecnologia sanitária	-Campanhas sanitárias - Programas especiais - Sistema de vigilância epidemiológica e sanitária
Vigilância em Saúde	Equipe de saúde População (cidadãos)	Danos, riscos, necessidade e determinantes dos modos de vida e saúde (condições de vida e trabalho)	Tecnologia de comunicação social, de planejamento e programação local situada e tecnologias médicos-sanitárias	-Políticas públicas saudáveis - Ações intersetoriais - Intervenções específicas (promoção, prevenção e recuperação) - Operação sobre problemas e grupos populacionais

Fonte: Ministério da Saúde, 1993 e org. Werneck, 2004.

O que pudemos observar na disputa pela gestão da saúde pública municipal em 2004 foi apenas a manutenção de um modelo médico – assistencial privatista, disputa esta em que a análise dos papéis dos atores é reflexo do sistema de financiamento da política de saúde. Afinal, a composição dos tetos fiscais de repasse de verba, o AIH foi o determinante de maior relevância para a eclosão da crise.

Além disso, a discussão sobre política pública de saúde apenas polarizou temas como: o pronto-socorro (abertura ou não da Santa Casa?), quem será o secretário da saúde? (representante da classe médica ou não?) e o abastecimento de remédios e funcionamento das farmácias das Unidades

Básicas. Quanto aos atores sociais envolvidos, em momento algum interesse destes em debater a formação das políticas públicas e as definições de prioridades das políticas públicas de saúde.

Conclui-se daí, que a implementação do sistema único de saúde num município sem tradição na luta pela reforma sanitária, como é o caso de Presidente Prudente, não provocou nenhum impacto na forma de gestão dos serviços de saúde oferecidos à população. Assim como na década de 1930, o centro do debate da política de saúde local, continua sendo o papel da Santa Casa de Misericórdia. Da mesma forma, a beneficência – financiada pela verba pública - permanece sendo a própria coisa pública.

Nos capítulos seguintes estaremos analisando esta realidade a partir de parâmetros epidemiológicos. Se o investimento que vem sendo empenhado neste município desde a implementação do SUS resultasse na efetividade das ações, a discussão do modelo de gestão não teria a menor relevância. Contudo, demonstraremos que, infelizmente, os rumos tomados na política de saúde local não resultaram em nenhum impacto significativo na melhoria da Saúde da população.

Capítulo 3 - Efetividade, eficiência e eficácia do planejamento dos gastos em Saúde.

Conceitos de efetividade, eficiência e eficácia.

Como vimos no capítulo anterior, os objetivos do sistema de saúde são desigualmente compartilhados por representantes de variadas correntes políticas. Assim, a forma de atingí-los está no cerne das disputas de poder da gestão local. Aqueles que detêm o poder num determinado momento obviamente têm mais chances de fazer prevalecer sua visão de futuro e seus métodos para alcançá-lo.

No caso de Presidente Prudente, qual é o modelo de gestão? Iremos analisar a situação da saúde do município por meio dos indicadores de gastos considerando a efetividade, eficiência e eficácia do planejamento dos gastos em saúde. Desta forma, os reflexos serão observados nos indicadores epidemiológicos e nos aspectos já apontados das ações desenvolvidas no campo da saúde.

Segundo Jannuzzi (2001), é comum encontrarmos na literatura especializada de avaliação referências à dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados. São utilizados como indicadores de programas os termos: efetividade, eficiência e eficácia.

Para Marinho & Façanha (2001), no uso corrente, a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos. Tratando-se de programas sociais, diria respeito, à implementação e ao aprimoramento de objetivos, independentemente das insuficiências de orientação e das falhas de especificação rigorosa dos objetivos iniciais declarados do programa.

Os programas ou as organizações são efetivos quando seus critérios decisórios e suas realizações apontam para a permanência, estruturam objetivos verdadeiros e constroem regras de conduta confiáveis e dotadas de credibilidade para quem integra a organização e para seu ambiente de atuação.

A eficiência denotaria a competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços, dados que, por sua vez, remetem a

avaliação para considerações de benefício e custo dos programas sociais, ou seja, os investimentos que foram mobilizados devem produzir os efeitos desejados.

A eficácia, por sua vez, remete às condições controladas e a resultados desejados de experimentos, critérios estes que, é necessário deve-se reconhecer não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais. Programas sociais regem-se, também, por objetivos de eficácia, uma vez que, esperadamente, os investimentos que mobilizam devem produzir os efeitos desejados.

Concordamos com os autores, quando mencionam que:

(...) é importante reconhecer que a efetividade e a eficiência (ou seja, efetividade organizacional) dos programas são ingredientes indispensáveis da eficácia, inclusive para fins de conhecimento dos resultados pretendidos. (Marinho & Façanha, 2001: 12)

Assim, também, entendemos que os programas sociais serão somente eficazes se forem antes efetivos e eficientes, pois os objetivos pretendidos destes programas também são estruturados pela condução e objetivos efetivos dos programas.

O debate teórico em torno desta questão é tão produtivo quanto vasto, a ponto de motivar divisões metodológicas importantes. Cientes disto, para este trabalho foi eleito um autor e seu método. Por todas as suas qualidades, o método de Planejamento Estratégico Situacional (PES) de Carlos Mattus (1993) serviu como arcabouço metodológico para pesquisarmos sobre o planejamento de nível político e estratégico.

Segundo este autor, um plano é um compromisso que anuncia resultados. Para este compromisso, planejamento em um todo, são necessárias pessoas capacitadas e que estejam a par de todas as informações sobre o setor em questão.

Entendemos que o SUS é um modelo de gestão estratégica de um serviço essencial para uma grande parcela da população brasileira. Contudo, um dos grandes problemas da implementação do modelo que o SUS propõe é sem dúvida a desinformação e a falta de conhecimento de quem governa.

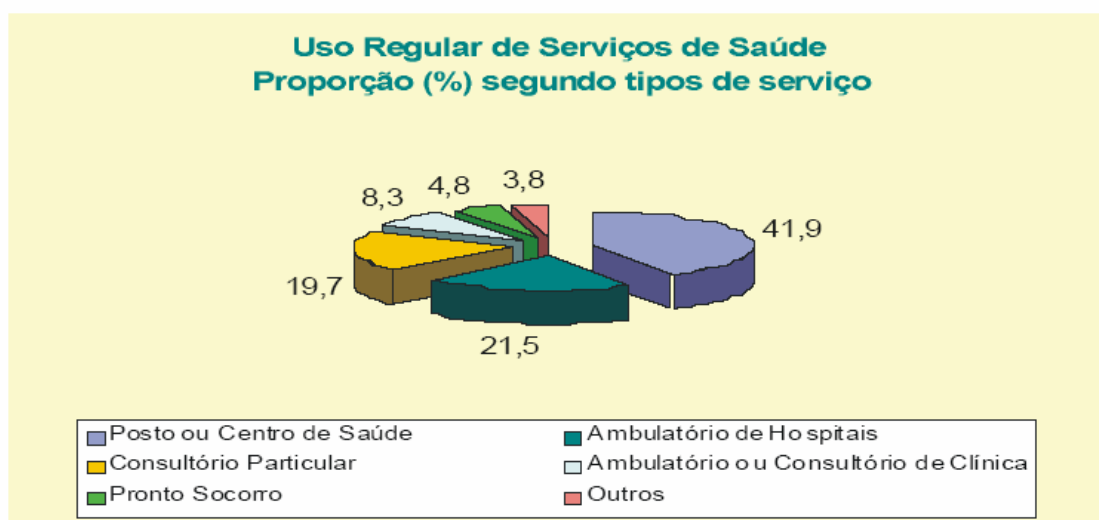
A saúde pública é caracterizada, geralmente, por um perfil de não possuir um efetivo sistema de custos e também pela falta de profissionalização. Colocam-se muitas vezes pessoas totalmente despreparadas para as funções, Muitas vezes, colocam-se pessoas totalmente despreparadas para as funções, o que resulta na desmotivação dos demais profissionais, aumentando absurdamente a falta de qualidade da utilização dos recursos, e, finalmente, traduzindo em falta de qualidade de serviço prestado aos usuários.

Sobre os dados:

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio de 98 (PNDA) mostra que 72,2% dos usuários regulares dos serviços de saúde no Brasil usam como porta de entrada os postos de saúde, centros de saúde, bem como as enfermarias dos hospitais.

Em 1999, o Ministério da Saúde realizou a “Estatística da Saúde – Atividade Médico Sanitária” com o IBGE. Nesta pesquisa concluiu-se que a maioria da população (75,5%) sem plano privado de saúde, encontra nos serviços públicos do SUS o acesso aos serviços e ações de saúde.

Figura 2



Fonte: PNAD/98-IBGE

Neste sentido, a partir do trabalho desenvolvido durante a graduação, nos preocupamo-nos em estudar os serviços de saúde pública em uma

pesquisa de iniciação científica intitulada: “*Em busca de uma equidade maior: A distribuição socioespacial dos postos de saúde em Presidente Prudente*”, com apoio financeiro da FAPESP (Werneck, 1999).

A pesquisa teve como objetivo compreender a dinâmica que define a centralidade das Unidades Básicas de Saúde em Presidente Prudente, partindo-se da análise da localização das UBS em relação aos mapas de exclusão social, densidade populacional e além da aplicação de enquetes junto à população que utiliza esses equipamentos.

Os resultados da pesquisa nos ajudaram a compreender a produção territorial da cidade e a situação dos serviços de saúde oferecidos na cidade neste processo. Além disso, mostraram que as unidades básicas de saúde que apresentavam os maiores índices de consultas e atendimentos básicos estavam localizadas em áreas de exclusão social e o número de médicos era pequeno comparado à demanda potencial das áreas de grande densidade demográfica.

A pesquisa realizada em Presidente Prudente também demonstra como a UBS é a porta de entrada do sistema de saúde público e atende uma parcela muito expressiva da população, uma maioria de baixa renda e dependente de transporte coletivo (Werneck, 1999). O atendimento não é restrito a Presidente Prudente, estende-se também a cidades próximas.

A organização da porta de entrada do sistema, através da estruturação da atenção básica, segundo os preceitos do SUS, deve garantir a articulação e integração com os demais níveis de atenção à saúde. A pesquisa realizada em 1999 nos mostrou a importância da articulação da rede básica de saúde no município através da gestão local da saúde. Este papel articulador ganha força com as atribuições garantidas pela Norma Operacional Básica¹ de 1996.

Devemos lembrar que ocorreram mudanças marcantes a partir de 1997, quando teve início a vigência da NOB/96, com a participação dos recursos federais no financiamento da saúde pública. De um lado, a União deixou de usar o pagamento direto ao prestador do serviço de saúde como a forma preferencial de alocar recursos, passando a priorizar as transferências aos

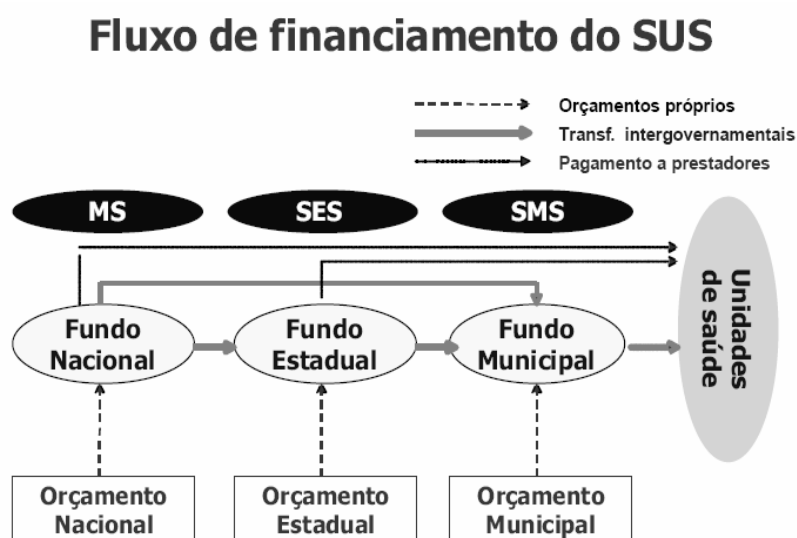
¹ A norma Operacional Básica (NOB) é uma lei complementar instituída para regulamentar as atribuições do Estado no campo da saúde através do SUS. Estas atribuições encontram-se descritas nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal.

municípios. De outro, focalizou a Atenção Básica como prioridade, de modo que os recursos a ela destinados foram cada vez mais significativos no total das transferências.

Há quem afirme que a NOB/96 – em que pese ser um instrumento na operacionalização da descentralização do sistema, ao incrementar as transferências diretas fundo a fundo no campo da Atenção Básica – pode impedir ou criar obstáculos a construção de uma política de saúde fundada nas necessidades locais, mas acreditamos que este trabalho não se apresenta como espaço apropriado para este debate.

Desta forma, podemos então verificar o financiamento, de maneira simplificada, através da figura abaixo:

Figura 3



Fonte: Datasus e Ministério da Saúde e org. Werneck

Segundo o Ministério da Saúde, desde 2000, o financiamento do SUS tem como marco legal a Emenda Constitucional nº 29 (EC-29), estabelecendo que os governos (federal, estadual e municipal) aumentem seus investimentos na Saúde, garantindo recursos constitucionais mínimos para ações e serviços no âmbito do SUS.

No Brasil, o financiamento é dado pelas 3 esferas de governo (federal, estadual e municipal). Na esfera federal, 64% da arrecadação do total dos impostos como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade

Social) e com a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) somadas aos 0,2% da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) contribuem no orçamento. Na esfera estadual, o governo estadual tem de destinar 12% do orçamento e os municípios devem contribuir com 15%. Os recursos seriam descentralizados e regulamentados por uma lei específica para este objetivo (Norma Operacional Básica 01/93).

A NOB 01/93 começou a modificar essa situação ao implantar progressivas formas de gestão municipal das ações de saúde. De forma incipiente, passando pela parcial até a semiplena, os municípios habilitados passaram a dispor de tetos financeiros definidos a serem repassados pelo governo federal e autonomia de gestão de todas as unidades de abrangência municipal ou regional (dependendo do porte do município).

Existem dois tipos de modalidades de repasse: Transferência Regular e Automática (Fundo a Fundo) e Remuneração por Serviços Produzidos.

É diante desse quadro, que surge outra Norma Operacional do SUS, a NOB 01/96 (Portaria N.º 2203 de 05 de novembro de 1996) que introduziu alguns instrumentos de repasse e tornou a autonomia de estados e municípios mais próximas do espírito das leis que hoje regulam o setor.

Um desses instrumentos constituiu-se no estabelecimento de um Piso Assistencial Básico (PAB). Este piso consiste num montante de recursos financeiros destinado ao custeio de procedimentos e ações de assistência básica, de responsabilidade tipicamente municipal.

O PAB é definido pela multiplicação de um valor *per capita* nacional pela população de cada município (fornecida pelo IBGE), e transferido regular e automaticamente ao fundo de saúde ou conta especial dos municípios e, transitoriamente, ao fundo estadual, até a habilitação municipal. O valor do PAB foi fixado em R\$ 10,50/habitante/ano (valores de 2002).

Os serviços custeados pela PAB são chamados de assistência ambulatorial básica e consistem nos procedimentos das Ações de Vigilância Epidemiológica e Imunizações e atos Não-Médicos (AVEIANM): vacinas, curativos, inspeção sanitária, visita domiciliar, as consultas em especialidades médicas básicas (clínica médica, pediatria, ginecologia-obstetrícia e pequena cirurgia ambulatorial) e os procedimentos preventivos de odontologia.

Além desses procedimentos, constantes na parte fixa do PAB, existe uma outra parte, variável, composta por incentivos para o Programa de Saúde da Família - PSF e Programa de Agentes Comunitários – PACS. Esta outra parcela é destinada para a aquisição de medicamentos básicos, manutenção da vigilância sanitária, combate à endemias e ações sobre o ambiente, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Outro instrumento, já vinculado à produção, é o Teto Financeiro Hospitalar. Para cada estado, deveria ser fixada uma cota física anual de internações hospitalares por meio da AIH², correspondente a 10% da população, a qual, multiplicada pelo custo médio da internação no estado, resultaria no teto financeiro para custeio das atividades hospitalares. Os tetos municipais seriam estabelecidos a partir da definição de uma cota física de 8% da população, multiplicada pelo custo médio da internação no município

É importante lembrarmos que em 1998, com a gestão plena, não apenas Presidente Prudente, mas muitas cidades no interior do Estado de São Paulo³ passaram a ser os gestores do sistema de saúde de seu território, o que significou assumir a responsabilidade pela prestação de todos os serviços, inclusive os do setor privado, decidindo sobre o seu credenciamento, pagamento e controle.

Desta forma, procuramos com esta pesquisa, levantar informações adequadas sobre os gastos em saúde no município por meio do sistema de informações do DATASUS do Ministério da Saúde, Fundação SEADE (órgão do governo estadual), Conselho e Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Prudente.

Pudemos avaliar, pelas referidas fontes, a participação de cada esfera de governo na composição das receitas municipais para a área de saúde, as mudanças decorrentes do novo padrão de financiamento e a existência de iniciativas desenvolvidas pelos municípios para obterem recursos adicionais para a saúde.

2- AIH (Autorização de Internação Hospitalar) é a forma pela qual são remunerados os prestadores de serviços de saúde no Brasil. Este sistema consiste em montar uma tabela de pagamentos que remunera cada um dos componentes que compõe o custo médio da intervenção médica necessária para aquele diagnóstico. Tal sistema de pagamento constitui-se num resquício do antigo padrão de financiamento do INAMPS, que privilegiou uma lógica de gestão bastante diversa do SUS.

³ Dados até 2001, segundo a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

O fundo municipal de saúde é um instrumento legal, de natureza contábil, orçamentária e financeira, destinado a gerir centralizadamente, com racionalidade e transparência, a totalidade dos recursos da saúde do município. O quadro abaixo apresenta a evolução das transferências federais para o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Prudente.

Tabela 1**Presidente Prudente****Valor despendido por Tipo Transferência segundo Ano Competência
1998 – 2003**

Ano Competência	Remuneração por serviços produzidos	Transferências a Estados	Transferências a Municípios	Total
1998	16.413.731,53	-	17.639.527,03	34.053.258,56
1999	8.256.038,05	441.958,95	34.101.480,36	42.799.477,36
2000	9.241.201,09	533.588,04	35.171.520,06	44.946.309,19
2001	10.671.442,84	541.961,55	39.806.701,77	51.020.106,16
2002	12.017.151,24	550.831,68	39.899.348,27	52.467.331,19
2003	7.755.293,39	647.697,92	44.365.705,43	52.768.696,74
TOTAL	64.354.858,14	2.716.038,14	210.984.282,92	278.055.179,20

Fonte: Datasus

Observemos que na passagem do ano de 1998 para 1999, houve um enorme incremento de recursos federais para o SUS local, o volume que seguiu aumentando gradativamente até o ano 2003. Vale mais uma vez salientar que o município é gestor pleno do SUS. Este dado é um bom indicativo para observarmos como o município vem administrando e criando condições para diminuir a dependência federal na composição orçamentária municipal da saúde.

Sobre a remuneração por serviços, podemos observar que houve um brusco corte no repasse de verbas, refletido pela implantação da gestão plena. No entanto, as despesas vinham aumentando até 2002, mas em 2003 apresentaram um corte de mais de 50% do valor do repasse em relação ao ano

anterior. É bom salientarmos que no mês de agosto de 2003, o Ministério da Saúde deixou de repassar a verba a estes prestadores, assim criando o estopim da crise orçamentária sofrida pelo setor naquele ano e geração dos fatos analisados no capítulo anterior.

A partir deste fato, buscamos comparar o comportamento do orçamento na área de Saúde em municípios com a gestão plena no interior do Estado de São Paulo. Segundo os dados do Datasus, as despesas municipais de saúde de Presidente Prudente, comparada a outros municípios de porte regional⁴ do interior paulista como Marília, Araçatuba e São José do Rio Preto, refletem uma grande heterogeneidade regional nos gastos de saúde no que se refere ao repasse federal para os fundos municipais de saúde da gestão plena.

A localização destes centros regionais podem ser observados na figura abaixo:

Figura 4

**Localização de Municípios do Interior Paulista
2004**



Org. Werneck

⁴ Consciente do grande debate sobre este tema, delimitamos apenas o conceito “porte regional” em relação a funções de referências na prestação de serviços em saúde do SUS.

Dente estes municípios, Araçatuba mostra um sensível aumento na remuneração por serviços produzidos no mesmo período da tabela anterior. Alguns anos nos chamaram a atenção e duas passagens de ano, obtiveram um comportamento anormal.

Na passagem de 2000 para 2001 os valores pagos aos prestadores de serviços obtiveram um aumento em mais de sete vezes nos serviços prestados comparados ao período anterior. Em outro momento, conforme a tabela 2, na passagem de 2001 para 2002 podemos observar um aumento em mais de três vezes no valor pago aos prestadores. Em ambos os momentos destacados, o índice de aumento não foi refletido nas transferências federais para o fundo municipal de saúde.

O fundo municipal é praticamente o principal agente de financiamento do SUS local, mas a participação dos prestadores vem aumentando de forma progressiva.

Tabela 2

Araçatuba

Valor despendido por Tipo Transferência segundo Ano Competência

1998 – 2003

Ano Competência	Remuneração por serviços produzidos	Transferências a Estados	Transferências a Municípios	Total
1998	4.109.077,06	-	11.453.525,78	15.562.602,84
1999	35.604,44	140.029,91	19.723.074,32	19.898.708,67
2000	42.656,76	169.302,96	19.976.396,13	20.188.355,85
2001	322.627,06	171.387,24	25.517.409,15	26.011.423,45
2002	1.478.832,93	171.288,96	24.644.343,17	26.294.465,06
2003	1.935.283,44	208.400,88	28.419.712,22	30.563.396,54
TOTAL	7.924.081,69	860.409,95	129.734.460,77	138.518.952,41

Fonte: Datasus

Marília é o município que vem diminuindo sensivelmente a participação dos prestadores e reforçando o fundo municipal como o principal agente de

saúde do município. A participação dos prestadores de serviços no período comparado vem diminuindo expressivamente. Em 1998, a participação dos prestadores era em torno de 75% no orçamento e o fundo com os outros 25%. Hoje os prestadores têm uma participação em torno de 9% e o fundo municipal como mais de 89% no orçamento.

Tabela 3

Marília

Valor despendido por Tipo Transferência segundo Ano Competência 1998 – 2003

Ano Competência	Remuneração por serviços produzidos	Transferências a Estados	Transferências a Municípios	Total
1998	19.110.173,05	-	6.428.767,76	25.538.940,81
1999	10.212.785,47	155.506,74	20.919.061,93	31.287.354,14
2000	4.976.209,69	188.691,00	26.976.578,51	32.141.479,20
2001	5.872.861,29	194.523,99	31.253.895,69	37.321.280,97
2002	5.943.915,92	201.573,96	31.499.497,27	37.644.987,15
2003	4.025.583,86	261.431,49	37.538.139,50	41.825.154,85
TOTAL	50.141.529,28	1.001.727,18	154.615.940,66	205.759.197,12

Fonte: Datasus

São José do Rio Preto é o maior orçamento dos municípios pesquisados. No período comparado, os investimentos somados em saúde somam quase meio bilhão de reais. Os dados das transferências federais mostram um comportamento interessante. O volume de investimento praticamente não tem sido alterado desde 1999, conforme a tabela 4.

Podemos observar também que os pagamentos aos prestadores de serviços é praticamente o dobro dos valores transferidos para o fundo municipal.

A diferença no repasse das verbas entre os prestadores e o fundo municipal chega a ser de duas vezes como apresenta em 1998, quando o

repassse aos prestadores chegou a representar mais de 70% do orçamento da saúde do município. A diferença entre os volumes de repasse e a participação dos prestadores de serviços estava diminuindo até 2000, sendo que em 2001 e 2002, a diferença e a participação no orçamento dos prestadores voltam a crescer.

Apenas em 2003, a diferença de valores nos pagamentos voltam ao mesmo volume de 2000. Desta forma, os investimentos para o ano de 2003 são praticamente os mesmos valores executados em 2000.

Tabela 4

São José do Rio Preto

Valor despendido por Tipo Transferência segundo Ano Competência 1998 – 2003

Ano Competência	Remuneração por serviços produzidos	Transferências a Estados	Transferências a Municípios	Total
1998	47.647.988,08	-	18.328.769,09	65.976.757,17
1999	50.892.286,86	288.842,27	31.605.540,26	82.786.669,39
2000	45.546.646,91	351.944,04	30.003.703,87	75.902.294,82
2001	54.986.851,95	362.456,79	30.687.868,35	86.037.177,09
2002	64.299.613,05	367.247,04	29.121.006,54	93.787.866,63
2003	42.839.035,49	350.521,76	32.593.271,24	75.782.828,49
TOTAL	306.212.422,34	1.721.011,90	172.340.159,35	480.273.593,59

Fonte: Datasus

Diante deste quadro orçamentário regional, podemos identificar elementos motivadores para iniciarmos a reflexão que propomos para esta pesquisa.

Somados todos os anos de repasses aos municípios que utilizamos como parâmetros, encontraremos um orçamento regional executado, nos últimos 6 anos, algo em torno de 1 bilhão de reais. É um valor substancial para

uma população aproximadamente de 1 milhão de habitantes⁵, segundo o Datasus.

Vale mais uma vez salientar que os municípios são gestores plenos do SUS. Este dado pode ser um indicativo de como o município vem administrando e criando condições para diminuir a dependência dos prestadores de serviços na composição orçamentária municipal. Assim, saindo do modelo de gestão médico assistencial privatista como descrevemos no capítulo anterior. As tabelas acima mostram, no geral para todos os municípios, um crescimento acentuado dos repasses aos orçamentos municipais de saúde neste período estudado.

É importante salientarmos que as gestões plenas foram implantadas no mesmo ano em cada município. Desta forma, podemos observar que os repasses federais para os fundos praticamente mais que dobrou em todos os municípios no período compreendido entre 1998 e 2003.

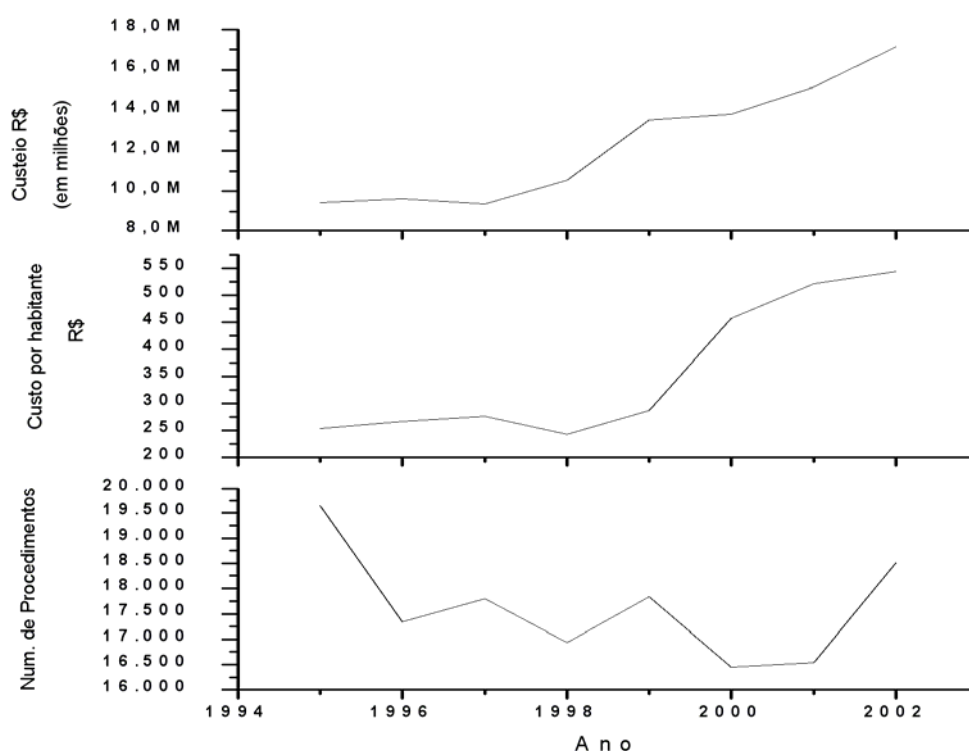
É possível observar também que em alguns municípios, a participação dos prestadores de serviços não diminuiu, e chega a ser superiores aos valores repassados aos fundos municipais. É o caso de São José do Rio Preto.

Mas na cidade de São José do Rio Preto, como se nota na tabela 5, a diferença do volume entre os investimentos (pagamento a prestadores e repasse ao fundo) vem diminuindo progressivamente.

Sobre os repasses aos municípios para os fundos municipais, Presidente Prudente aparece como a cidade que mais recebeu verbas em 2003, comparada aos demais municípios no mesmo período. É o terceiro maior orçamento acumulado e de volumes de repasses federais ao longo do período estudado.

Ao analisarmos a relação entre o custeio da saúde nos municípios observados, encontraremos dados interessantes. Os gráficos abaixo mostram a relação entre o custeio da Saúde no município, custeio por habitante e os números de procedimentos hospitalares pagos aos prestadores no período entre 1998 e 2002.

⁵ Por aglomerado urbano, as projeções do Datasus utilizam os dados do IBGE.

Gráfico 1**Presidente Prudente****Custeio da saúde no município e procedimentos pagos por habitante****1995 – 2002**

Fonte: Datasus e org. Werneck, 2004.

Como vimos anteriormente, um dos pilares políticos do SUS é o reforço da atenção básica por meio das unidades básicas de saúde (portas de entrada) e os programas a ela ligados como o PSF e outros.

No sentido inverso desta proposta, o custeio dos prestadores de serviços de saúde em Pres. Prudente vem aumentando os recursos pagos. Este fato é observado no gráfico de custeio, na qual encontramos todo o volume empenhado no pagamento de recursos em procedimentos médicos ao longo de um período. Como podemos observar, os pagamentos mantinham um padrão de recursos financeiros até 1998, mas a partir deste ano, os valores tomaram outra dimensão, aumentando progressivamente.

Refletindo também no valor médio das internações por habitante, os valores acompanham a mudança no pagamento dos custos aos prestadores. A

média do AIH em 1998 era em torno de R\$ 250 reais, chegando a 2002 com os valores próximos a R\$ 550 reais.

Os números de procedimentos têm variado de forma irregular. Não aparentando, ao compararmos com os outros gráficos, nenhuma correlação que pudéssemos encontrar.

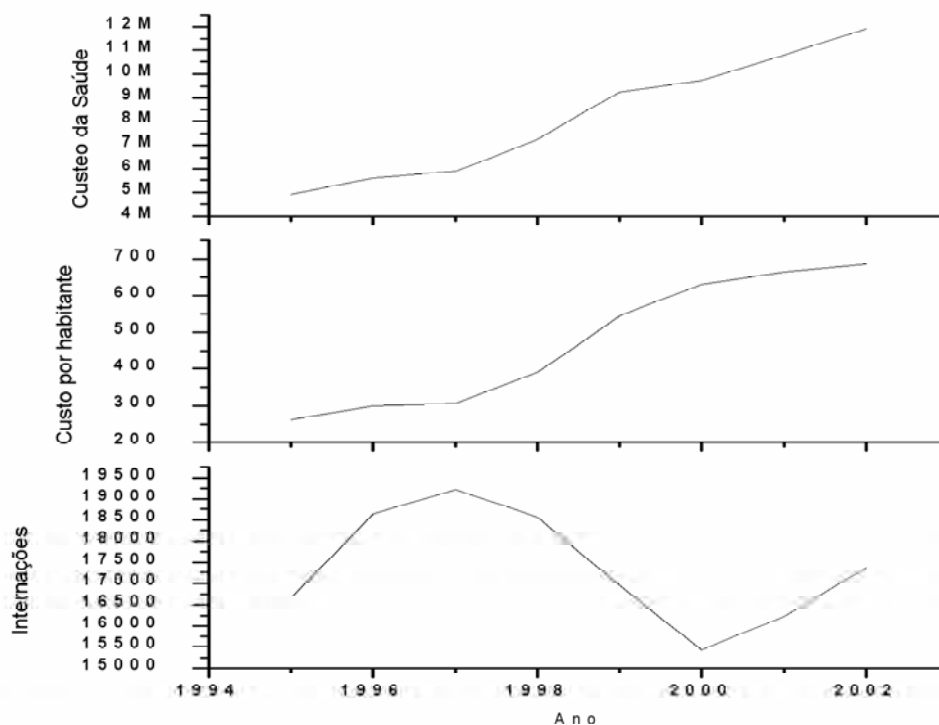
O comportamento dos custos em Araçatuba mostra que a partir de 1997, a relação entre pagamento aos prestadores de serviços vem diminuindo e, desta forma, os procedimentos também. Como em Presidente Prudente, os valores médios dos procedimentos por habitante também aumentaram. O que nos chama a atenção é o retorno do aumento de procedimentos a partir de 2000.

Poderemos notar que há um progressivo aumento no volume do custeio dos recursos da Saúde do Município desde 1995 se observarmos o gráfico 2.

Gráfico 2

Araçatuba

Custeio da saúde no município e procedimentos pagos por habitante 1995 – 2002



Fonte: Datasus e org. Werneck, 2004.

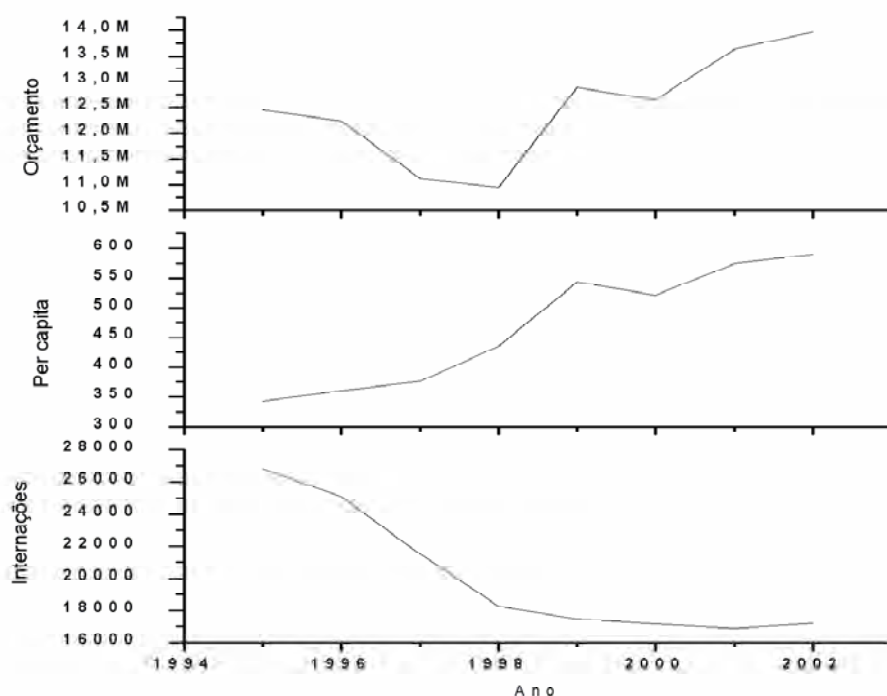
O município de Marília tem o mesmo comportamento dos outros municípios acima descritos. Após 1998, o custo de internação vem aumentando e assim influenciando nos valores médios dos procedimentos *per capita*. O que surpreende, no entanto, nos mostra uma surpresa é a queda vertiginosa dos números de procedimentos no período analisado.

Gráfico 3

Marília

Custeio da saúde no município e procedimentos pagos por habitante

1995 – 2002



Fonte: Datasus e org. Werneck, 2004.

São José do Rio Preto como Marília, apresenta uma evolução nos gastos com o pagamento de serviços. Mas apresenta uma variação em 2000 quando os valores pagos foram quase os mesmos praticados em 1998, ano da implantação da gestão, o que reflete também no custo médio *per capita* no período analisado.

Sobre o comportamento dos números de procedimentos, no geral, sofreram uma queda quando a gestão local foi implantada em 1998. Mas a

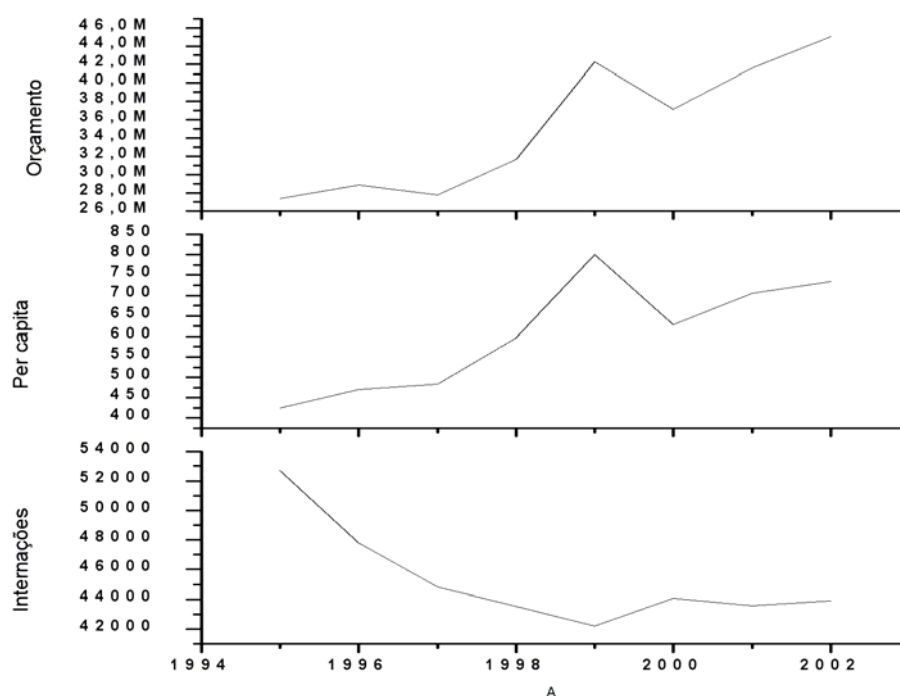
partir de 2000, podemos observar que estes valores voltaram a subir e refletiram no aumento do volume de recursos pagos aos prestadores.

Gráfico 4

São José do Rio Preto

Custeio da saúde no município e procedimentos pagos por habitante

1995 – 2002



Fonte: Datasus e org. Werneck, 2004.

O que podemos entender a partir destes dados?

Os valores apresentados nos dão a possibilidade de presumir que houve uma melhoria sensível na qualidade dos serviços de saúde ofertados pelos municípios e uma participação dos poderes locais na gestão da saúde?

Gostaríamos de dizer que sim, mas não é o que estamos visualizando.

Ao avaliarmos os gastos em Saúde, entendemos que há uma forma clássica de interpretação das informações sobre a implantação e os impactos das ações governamentais propostas que visam alterar as condições daqueles

menos favorecidos. Certamente, não se deve iniciar a avaliação a partir da observação de resultados, pois, em geral, há dificuldades e críticas sobre a mensuração de resultados de programas sociais.

Ao considerar a relação custo x resultados, a análise de custo-efetividade permite a incorporação da perspectiva dos usuários e dos prestadores, desde que os resultados obtidos contemplem uma programação prévia do programa ou serviço e as necessidades da população-alvo.

Podemos observar que em todos os municípios não houve eficiência em um dos objetivos traçados pela NOB/96 que era diminuir a dependência do pagamento de serviços prestados e reforçar o atendimento básico. Todos os municípios mostraram um aumento nos valores dos recursos pagos e assim aumentaram também a média *per capita* dos procedimentos por habitantes.

Em duas cidades mesmo não atendendo esta diretriz, encontramos nas ações (diretas ou indiretas) locais que diminuíram os números de procedimentos que são os casos de Marília e São José do Rio Preto. Araçatuba tinha também esta característica, mas em 2000 este indicador sofreu mudanças e, por este motivo, preferimos desconsiderá-lo fora deste exemplo.

A efetividade e a eficiência dos programas são ingredientes indispensáveis da eficácia, inclusive para fins de conhecimento dos resultados pretendidos. O que nos leva indagar: programas de saúde serão eficazes quando forem antes efetivos e eficientes?

Segundo Marinho & Façanha (2001), os objetivos pretendidos das ações em saúde também são estruturados pela condução e objetivos efetivos dos programas. Essa constatação, se acatada, define uma agenda de atividades de escopo substancial para a avaliação, assim garantindo a sua eficácia.

A necessidade de "refinamentos metodológicos" durante o processo de investigação não é incomum em investigações de natureza qualitativa. Ao contrário, admite-se que a realidade seja histórica e socialmente construída. Tanto sua expressão quanto sua apreensão somente podem ser buscadas em sua síntese.

Não se trata, portanto, em nosso caso, de uma eleição simples de critérios de classificação dos programas de saúde, como efetivo, eficiente e

eficaz; ou com outras categorias de análise – *gasto, financiamento, modelo de gestão e equidade* - particularmente porque a *equidade* tem sido associada à distribuição e alocação de recursos do SUS e esta, obviamente, está ligada ao *modelo de gestão*.

Estudo dos modelos epidemiológicos e de avaliação de serviços e sistemas de saúde para alocação de recursos financeiros, tem sido tema para muitas pesquisas, patrocinadas por várias instituições, para o conhecimento das desigualdades de condições de vida e saúde entre os municípios brasileiros e os resultados das ações de saúde implementadas nesses municípios, como foi a pesquisa do Instituto de Saúde (2002).

Na descrição metodológica da pesquisa, os desafios postos e da compreensão de processos de alta complexidade, eram claros, pois corria-se o risco de valer-se de procedimentos que culminassem no isolamento de uma parcela particular do contexto, convertendo-se artificialmente na totalidade do objeto.

Desta forma, realizou-se então uma comparação entre o índice de responsabilidade social (IRSS) da Assembléia do Estado de São Paulo (que é um indicador complexo) com um indicador que os pesquisadores construíram como um dos produtos da citada pesquisa, Índice de Condições de Vida e Saúde (ICVS). Assim, foi possível puderam identificar os municípios que estavam distribuídos nos mesmos grupos de igualdade ou desigualdade.

Segundo os pesquisadores do Instituto de Saúde, os Índices Sintéticos de Condições de Vida e Saúde (ICVS) e de Respostas do Sistema (IRSS) permitem a análise das desigualdades em saúde entre os municípios. No entanto, cada um dos indicadores oferece limites estatísticos e qualitativos para análise. A saída para esta pesquisa mencionada foi criar um indicador que reunisse o que tem de melhor de cada um⁶.

Esta modalidade de análise, embora não seja privilegiada nas discussões acadêmicas, tem sido utilizada, sob a ótica dos gestores, para o reconhecimento de situações e de necessidades de intervenções na implementação de políticas públicas de saúde.

Observemos as cidades segundo esta comparação:

⁶ Para mais detalhes, recomendamos a leitura das notas técnicas do CD- Rom **Quantos Brasis** do Instituto de Saúde, 2002..

Quadro 2

Indicadores comparativo entre as cidades

2002

	ICVS	Agrupamento	IRSS	Agrupamento
Araçatuba	0.794	1	0.804	1
Marília	0.788	1	0.742	1
Presidente Prudente	0.815	1	0.788	1
São José do Rio Preto	0.846	1	0.841	1

Fonte: Instituto de Saúde, 2000.

Nesta tabela, cada indicador tem seu próprio agrupamento, no caso do ICVS, os municípios estão divididos em três grupos, enquanto o IRSS está em quatro. Individualmente cada município está demonstrado a qual grupo pertence segundo o indicador. Ambos indicadores utilizam, o índice de 0 a 1, para qual o melhor índice é dado pelo valor 1 (um) e o pior é representado pelo 0 (zero).

Assim, a análise através de agrupamento de indicadores de municípios teve a finalidade de identificar grupos de municípios semelhantes. Metodologicamente, a pesquisa do Instituto de Saúde utilizou-se da técnica de análise de agrupamentos (*cluster analysis*)⁷, tanto para os componentes do ICVS quanto para os do IRSS.

Com base nos resultados das análises estatísticas dos componentes do IRSS e do ICVS, o indicador comparado mostra uma classificação de dez grupos, onde todos os municípios acima mencionados estão no primeiro grupo.

Diante destes dados, constata-se que é pouca a diferença entre cidades selecionadas em nossa pesquisa. Todas estão, segundo os indicadores, onde se melhor aplica o dinheiro. Sob o ponto de vista do sistema são todas parecidas. Mas se analisarmos uma outra escala, encontraremos cidades produzidas espacialmente e socialmente desiguais. O Brasil é um país de cidades produzidas desigualmente.

Existe uma vasta produção bibliográfica sobre a produção do espaço urbano, mas gostaríamos de deixar claro, que não é nosso objetivo esgotar a

⁷ Esta técnica é empregada quando se dispõe de um conjunto de dados multivariados, ou seja, uma matriz de dados com p variáveis e n elementos e deseja-se identificar padrões de similaridades existentes entre os elementos deste conjunto.

discussão sobre tal aspecto, mas, apenas, a riqueza da produção científica e autores sobre o tema.

Carlos (1994) ao refletir sobre a dimensão da desigualdade no espaço intra-urbano, ensina:

"(...) Podemos analisar o urbano de dois pontos de vista: o do produtor, que necessitará de equipamentos de infra-estrutura, de informação, de inovação, de amplas instalações e o do consumidor, que usará o espaço fundamentalmente por questões de sobrevivência: o habitar e o trabalho, mas que para tal necessita de equipamentos de lazer, oferecimento de determinados bens e serviços coletivos, de cultura etc. Em suma, cada um desses personagens tentará usufruir desse espaço do melhor modo possível para a satisfação de suas necessidades, seja a de produzir ou a de consumir; mas, se levarmos em conta que o produzir não exclui o consumo, e o vice-versa, a análise nos colocará outras questões (...)." (Carlos, 1994. p.53).

Desta forma, a reprodução do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital.

A cidade aparece como um bem material, consumida de acordo com as leis de reprodução do capital. Mas, por outro lado, a cidade não é simples condição objetiva de vida, ela supõe condições de direção, gestão, atividades sociais, políticas, religiosas etc. Pode-se dizer que em certo sentido é também cultura: e guarda a dimensão do humano. Todavia, ela se produz de forma vinculada à propriedade privada, que se materializa na segregação espacial.

Milton Santos (1993) aponta:

" (...) A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (...)." (Santos, 1993. p. 10).

Para Correia (1993), ao olharmos o intra-urbano encontraremos uma cidade fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem.

(...) O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade e à cidadania plena e igual para todos - é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço(...)" (Correia, 1993. p.11).

A maioria das políticas sociais é elaborada como tentativas de manter uma certa distribuição de renda em um sistema social ou para a redistribuição entre os vários grupos sociais que formam uma sociedade.

Parece que os mecanismos de identificação sobre a alocação dos recursos financeiros num sistema urbano complexo, como são as cidades brasileiras, estimulam a visualizar estas como números homogêneos.

Isso é ruim, pois, o impacto das informações criadas sobre as pessoas que as recebem pode refletir nos significados que os mesmos dão aos sinais, símbolos, ou qualquer coisa que se assemelhe com a condição de melhoria⁸.

O aumento no número de consultas médicas, ou até mesmo, a construção de alguma unidade básica de saúde em um bairro carente para aquela comunidade que luta para sua implantação é um avanço e uma melhoria no serviço de saúde. A cidade, por sua vez, com esta nova unidade aumentou o número de atendimentos, assim dando novos valores aos indicadores sociais que irão refletir no acompanhamento dos gastos em saúde (eficiência, eficácia e efetividade).

Entendemos que os números, por si só, não significam que houve uma melhora na qualidade dos serviços prestados. Isso tem implicações imediatas na forma de se pensar em políticas públicas sociais, porque indica a necessidade de encarar e usar, criativamente, o espaço, e de apreciar o significado das formas espaciais criadas pelos outros para mensurar se realmente houve melhorias.

⁸ Em vários momentos os jornais locais perguntavam à população sobre a solução da crise da saúde. Expressivamente a resposta foi que o problema seria resolvido se aumentasse o número de atendimentos e unidades básicas.

Devemos relacionar as categorias que a Geografia nos oferece e a forma espacial que a cidade assume com os mais variados indicadores da área de saúde. Os indicadores infelizmente não conseguem evidenciar estas categorias de análise de grande importância para pesquisas sociais. É o que estaremos apresentando no capítulo a seguir.

Capítulo 4 - Contornando e definindo o estudo

A revisão dos parâmetros:

A pesquisa bibliográfica realizada no início deste trabalho, permitiu um conhecimento amplo de múltiplas experiências e as possibilidades de se auxiliar a gestão da saúde pública no Brasil por meio de um planejamento interdisciplinar, potencializando a Geografia em uma condição privilegiada, de acordo com os contextos onde se desenvolveram, com categorias de análise que permitem tais realizações.

A própria evolução do pensamento geográfico mostra que na medida em que as influências das diversas visões do mundo (marxismo, estruturalismo funcional, fenomenologia, por exemplo), passam a contribuir, de certa forma para uma reconceitualização dos paradigmas da Geografia e também para a Saúde, pois esta tem se recolocado em bases renovadas.

Sentimos isso no I^o Simpósio de Geografia da Saúde¹. Os participantes mostraram nos mais diversos trabalhos, que este é um caminho rico e promissor para a ciência. As idéias de Luisa Rojas sintetizam este ambiente de reflexão e debate:

Asumir el espacio como sistema de objetos y acciones (Santos, 1996), como herencia, como construcción social, posibilita interpretar y actuar de acuerdo a donde y como las colectividades viven, es una opción que enfrenta no pocos problemas de orden teórico y operacional, entre los cuales se destacan la necesidad de elaborar nuevos conceptos, de definir espacios alternativos de medición de procesos y la construcción de modelos particulares de interpretación para determinados contextos y enfermedades y hasta el manejo de los espacios y números pequeños. (INIGUEZ ROJAS, 1998)

Assim, além do intenso debate teórico-metodológico sustentado pelo pensamento geográfico brasileiro, especialmente no campo da Geografia Urbana, importantes interlocutores da presente pesquisa podem ser localizados

¹ Evento realizado em dezembro de 2003 em Presidente Prudente – SP. O encontro foi marcado por seus participantes, profissionais de várias áreas do conhecimento interessados no tema.

no âmbito da Geografia da Saúde, no contexto internacional. Entre outras referências latino-americanas, podemos citar, principalmente, o conjunto de autores envolvidos no movimento denominado *pós-geografia médica*, que vem fazendo do espaço a categoria central da releitura das correntes do pensamento filosófico que construíram e embasaram a contribuição geográfica para a saúde até o momento atual.

Nestes termos, segundo KEARNS (1995):

(...)Medical geographers have not been accustomed to thinking in the theory-laden terms of society and space. Rather, the roots of these fields are firmly grounded in applied work and most practioners retain this orientation. In other words, progress in medical geography has tended to be pragmatic and related to solving problems (...)(KEARNS, 1995. Pg. 253)

Outros autores, como LITVA & EYLES (1995), tiveram a preocupação conceitual em reforçar o papel da Geografia da Saúde na interlocução com a Saúde quando apresentam uma análise das várias correntes do pensamento na literatura internacional sobre este tema. Um esforço muito importante, pois :

"(...) what we see depends on what we look at as well as what our previous (visual –perceptual-conceptual) experiences have taught us to see. What we say we see is presupposed by a particular view of the world (a theory)(...) (LITVA & EYLES, 1995. Pg.6)

A principal crítica à contribuição geográfica na área da Saúde é a de que os trabalhos, segundo esta abordagem, têm convertido todas as dimensões dos problemas de saúde em dados mensuráveis e quantificáveis. Estudar a saúde através da perspectiva geográfica, nestes termos, está relacionados a metodologias descritivas com base em modelos matemáticos que desconsideram os aspectos culturais e políticos que envolvem a Saúde Pública.

Por muito tempo, estudos de outras áreas foram renegados pelos geógrafos. Perdemos muito nas divergências e nas discussões em classificar ou até mesmo catalogar trabalhos como: positivistas, quantitativistas, da USP,

de Rio Claro entre outros. Fatos que prejudicaram muito o desenvolvimento não apenas deste tema, mas também da própria Geografia.

Ao buscarmos o entendimento destas novas abordagens, estaremos apontando para uma tentativa de unificar esforços, métodos, experiências. É pela da Geografia que podemos contribuir para um objetivo comum, reforçando o papel do espaço nesta relação saúde x sociedade. Vemos também a possibilidade de ampliar e efetivar uma forma de interlocução entre as “visões do mundo” num esforço interdisciplinar.

Dos Dados, Técnicas e Instrumentos

Dois caminhos foram estabelecidos para a coleta e análise de dados relativos a nossa pesquisa. Ao escolhemos o município de Presidente Prudente, buscávamos então indicadores que pudessem testar a nossa metodologia adotada.

Trabalhamos em duas frentes de análise. A primeira, com internações e mortes de recém-nascidos com uma pequena amostra numérica; e segunda, com internações e mortes produzidas por acidentes cardiovasculares (AVC) com um número de casos expressivos para aplicação da metodologia desenhada.

Os números pequenos

A mortalidade infantil, por muito tempo foi utilizada não só como indicador de saúde, mas também como indicador de qualidade de vida, pois despertou em diferentes profissionais, principalmente nos da área de saúde pública, o interesse em investigar, cada vez mais, as inter-relações existentes entre esse indicador e as variáveis sócio-econômicas, como aponta Yunes (1983). Presidente Prudente apresentou em 2000, um dos maiores indicadores de internação por problemas do aparelho respiratório em menores de um ano no Estado de São Paulo. Este fato chamou a nossa atenção.

Para este caso, construímos um indicador simples, por 1000 habitantes, para que pudéssemos comparar com as outras cidades já citadas em capítulos anteriores.

Ao compararmos as internações por especialidade pudemos ver como está sendo direcionado os recursos. Os dados são ainda mais instigantes quando a análise é feita por faixa etária.

A escolha do ano de 2000 para este estudo ocorreu em função dos bancos de dados completos obtidos com a Divisão Regional de Saúde (DIR) de Presidente Prudente.

Segundo o departamento de informática deste órgão estadual, a informações dos anos seguintes trariam dificuldades à tabulação dos dados, pois a pessoa responsável por este setor faleceu recentemente “pasmem!” e o serviço demoraria para localizar os dados e deixá-los compatíveis com os sistemas operacionais. Outro detalhe interessante é que , eles também migraram para outro sistema operacional.

Vejamos as internações, de acordo com alguns dos procedimentos mais caros para os municípios . A classificação dos itens da tabela está de acordo com os capítulos do CID² 10 .

Tabela 5
Presidente Prudente
Internações segundo o CID 10
2000

² Com base na 43ª Assembléia Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde, por intermédio da portaria nº 1.311, de 12 de setembro de 1997, definiu a implantação da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10. A partir da competência de janeiro de 1998, em todo o território nacional, nos itens Morbidade Hospitalar e Ambulatorial, compatibilizando, assim, o Sistema de Informação de Mortalidade, objeto da portaria GM/MS/nº 1832/94, com o de Morbidade.

Pres. Prudente 2000	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	total	Valor média Internação R\$
Internações	854	1.101	612	377	790	2.057	1.724	1.529	1.203	1.061	732	457	12.497	
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	13	61	267	507	632	448	256	100	90	2.374	1.207,38
Habitantes	2.746	11.670	15.426	16.688	18.009	33.207	30.802	24.712	16.435	11.104	6.089	2.298	189.186	
indicador (1000 hab)	0	0	0	0,779	3,3872	8,0405	16,46	25,575	27,2589	23,0548	16,42306	39,1645	12,5485	
VI. Doenças do sistema nervoso	13	41	29	13	13	15	15	14	17	18	15	12	215	1.271,08
Habitantes	2.746	11.670	15.426	16.688	18.009	33.207	30.802	24.712	16.435	11.104	6.089	2.298	189.186	
indicador (1000 hab)	4,7341588	3,513	1,88	0,779	0,72186	0,4517	0,48698	0,5665	1,03438	1,62104	2,463459	5,22193	1,13645	
IX. Doenças do aparelho circulatório	4	8	5	3	7	51	123	183	210	255	194	116	1.159	932,34
Habitantes	2.746	11.670	15.426	16.688	18.009	33.207	30.802	24.712	16.435	11.104	6.089	2.298	189.186	
indicador (1000 hab)	1,4566642	0,686	0,324	0,1798	0,38869	1,5358	3,99325	7,4053	12,7776	22,9647	31,86073	50,4787	6,12625	
X. Doenças do aparelho respiratório	288	450	171	63	24	34	54	53	49	82	80	57	1.405	379,32
Habitantes	2.746	11.670	15.426	16.688	18.009	33.207	30.802	24.712	16.435	11.104	6.089	2.298	189.186	
indicador (1000 hab)	104,87983	38,56	11,09	3,7752	1,33267	1,0239	1,75313	2,1447	2,98144	7,38473	13,13845	24,8042	7,42655	
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	16	434	1.075	357	26	1	-	-	-	1.909	246,48
Habitantes	2.746	11.670	15.426	16.688	18.009	33.207	30.802	24.712	16.435	11.104	6.089	2.298	189.186	
indicador (1000 hab)	0	0	0	0,9588	24,0991	32,373	11,5902	1,0521	0,06085	0	0	0	10,0906	

fonte: DIR/Presidente Prudente

Ao compararmos este indicador com os dados de outros municípios já mencionados anteriormente³, podemos observar que Presidente Prudente apresenta a maior média das cidades - aproximadamente 105 crianças em 1000, comparando com Marília (49/1000), Araçatuba (91,54 /1000), São José do Rio Preto (95,9/1000) e o Estado de São Paulo, como um todo (71,90/1000).

A partir da análise destes dados, optamos por aprofundar o nosso estudo, considerando a situação das internações de crianças menores de 1 ano por doenças respiratórias que, além de representar enormes volumes de recursos, é um procedimento que poderia ser evitado em sua plenitude mediante o fortalecimento das ações preventivas.

Partimos para a coleta de dados nas secretarias de saúde municipal e estadual e outras entidades ligadas ao setor que disponibilizam estas informações. Tais instâncias permitiram realizar inicialmente um mapeamento⁴ geral da ocorrência da morbidade e óbito na cidade a partir de 1999, mas é importante salientarmos que estes se apresentam incompletos.

O passo seguinte foi realizar uma averiguação sobre a relação existente entre óbitos e internações das morbidades com os vários outros dados que o

³ Ver anexo

⁴ Todos os dados foram georeferenciados, utilizando o software Mapinfo e os indicadores utilizados foram obtidos do Datasus – MS e estão conforme o CID 10.

SIMPESPP⁵ e censo 2000 do IBGE disponibilizam, tais como: perfil do chefe de família, cadastro do desemprego, tipos e qualidades das residências e localização destas em relação às áreas de exclusão social do município de Presidente Prudente. Em função desta escolha, o passo seguinte da investigação nos levou ao maior prestador deste serviço no município de Presidente Prudente e sua região: o Hospital Estadual e Maternidade.

Ao verificar o local de habitação daqueles que buscaram atendimento por causa de problemas respiratórios nesta unidade hospitalar, na maioria, observamos uma coincidência com as áreas urbanas de exclusão social, na maioria deles, identificadas por meio do mapeamento efetuado pelo SIMESPP/UNESP⁶ de Presidente Prudente.

⁵ Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão e Mapeamento para Políticas Públicas é um grupo de pesquisa da FCT/ Unesp.

⁶ O Grupo de pesquisa produziu um Atlas Digital da Exclusão Social em Presidente Prudente, lançado em 2003, baseados nos dados do Sistema de Indicadores Sociais Georreferenciados - SisGEO.

MAPA 1

Presidente Prudente

INTERNAÇÃO E ÓBITO POR DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO EM MENORES DE 1 ANO



LEGENDA

- Síntese dos indicadores
- Inclusão Social (67)
 - Baixa Exclusão Social (104)
 - Média Exclusão Social (55)
 - Alta Exclusão Social (7)
- () Número de setores censitários
- Limite do setor censitário
 - Internação
 - ★ Óbito
 - ✚ Unidades Básicas de Saúde

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Datusus/MS

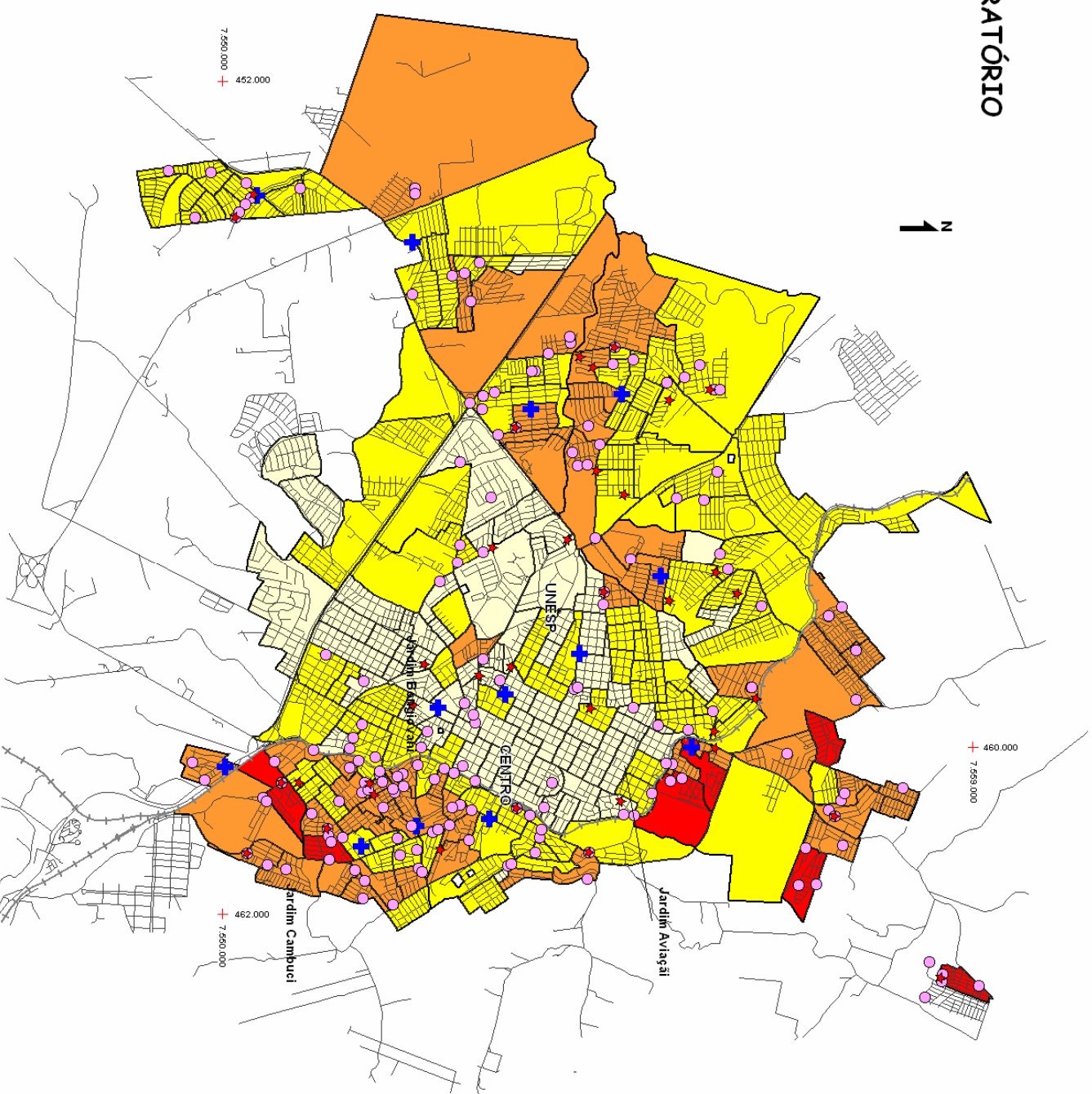
Organização: Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

Presidente Prudente, 2004.

Escala 1 : 50.000



Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RM 1585H e RM 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Não foi o que verificamos, contudo, não foi o que verificamos no caso dos óbitos causados pela doença em questão, como podemos ver no mapa.

O fato da localização espacial destes pacientes que foram internados, na sua quase totalidade, concentrar-se em áreas de exclusão social, quando estes são comparados com de óbitos de mortalidade infantil por causa específica (doenças respiratórias e outras associadas), o estudo demonstrou que as áreas prioritárias são outras, o que nos coloca em questão a eficiência dos gastos efetuados no município. Quase que a totalidade dos casos se concentram em áreas de baixa e média exclusão social⁷.

Começamos, então, a estudar os dados de 2000 a mais aprofundadamente com outros perfis de morbidade e óbito.

Em termos estatísticos, buscamos relacionar os casos de internações e os óbitos associados num certo nível de significância. Usamos a correlação de **Pearson** para demonstrar esta significância. É importante neste momento, descrevermos o que é o cálculo do coeficiente de **Pearson** para depois discutir sobre os resultados obtidos adiante.

O coeficiente de correlação de **Pearson** pode ser entendido como uma “medida do grau de relacionamento linear entre duas variáveis aleatórias”. Logo, o coeficiente de correlação tem ênfase na predição do grau de dependência entre duas variáveis aleatórias.

O coeficiente de correlação pode levar qualquer valor entre -1 e 1. O sinal do coeficiente de correlação (+, -) define a direção da relação entre as duas variáveis (positiva ou negativa). Uma correlação positiva indica que, enquanto os valores das componentes de uma variável também aumentam, os valores das componentes da outra variável aumentam. Para uma correlação negativa, acontece o oposto: enquanto uns aumentam, os outros diminuem e vice-versa.

O valor em módulo do coeficiente de correlação mede a “força” da relação entre as duas variáveis. Um coeficiente igual a 0,5 indica maior grau de dependência linear que um de 0,4. Um coeficiente de valor zero indica a total ausência de relacionamento linear entre as variáveis e coeficientes de valor 1 e -1 indicam uma perfeita dependência linear entre elas.

⁷ Interessante confrontar os dados acessando o Atlas da Exclusão Social, no site do SIMESPP.

Tentamos construir um indicador⁸ correlacionando variáveis que até então se mostravam com uma forte ligação. Mas por estar tratando-se de pequenos números, os resultados começaram a ser outros.

Este foi o problema encarado quando estávamos trabalhando com universos pequenos. A própria bibliografia da área não é freqüente em apontar soluções para esta questão. O problema era que estaticamente os dados não estavam fortemente correlacionados, mesmo assim, buscamos alternativas, pois não podíamos desprezar aquele grupo de usuários.

Apesar da dificuldade de trabalhar com pequenos números, isso não deveria ser o nosso principal ponto de reflexão na pesquisa, pois sabemos que não há razão para se estabelecer uma hegemonia de métodos em detrimento de outros. É o que pensa também Castiel (2000),

“(...)Portanto, é imperativo, quando se trabalha com o coletivo das populações, enxergar outras construções de saúde-doença, admiti-las nas coletas de dados, construir novas taxonomias, incorporando a interpretação das narrativas, reconhecer os aspectos simbólicos, perceber a diversidade dos gêneros e a singularidade do adoecer humano — belo subtítulo para um livro. Imagino que esses sejam tópicos merecedores da atenção tanto ao elaborar e desenvolver nossos futuros projetos de pesquisa, como ao empreender as respectivas discussões teórico-metodológicas (...) “. (CASTIEL, 2000, pág.18.)

Quando não se pode tornar preciso o objeto, faz-se necessário buscar outra maneira para se lidar com ele. Checamos os endereços dos usuários do SUS no ano de 2000 para os óbitos em crianças com menos de 1 ano.

Eram 288, dentro do universo de quase 100.000 usuários em 2000. Destes 288, 45 foram a óbito. Se observarmos quais foram às causas dos óbitos, encontraremos a patologia de 38 delas descritas em dois capítulos: XVI e XVII, afecções adquiridas no período pré-natal e má formação congênita.

Estes óbitos representam a maioria absoluta dos óbitos em Presidente Prudente no período. Outros 18 casos não tiveram informações sobre se

⁸ Segundo a metodologia utilizada pela Fundação Nacional de Saúde (2002).

obtiveram assistência médica, indo mais além, 26 foram a óbito por motivos evitáveis⁹, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 6

Óbitos segundo CID10, por faixa etária

Presidente Prudente

2000

CID 10	0 a 6 dias	7 a 27 dias	1 a 11 meses
Algumas afecção originadas no período perinatal	9 (6 evitáveis)	5 (todas evitáveis)	3 (1 evitável)
Má formação congênita	15 (7 evitáveis)	3 (todas evitáveis)	3 (todas evitáveis)

Fonte: Datasus e org. Werneck

Um ponto importante que devemos considerar é que nos registros dos óbitos, constam também, em que momento este procedimento deveria ter sido administrado. As categorias utilizadas nos registros dos óbitos evitáveis são classificadas em redutíveis por adequado controle na gravidez, redutíveis por adequada atenção ao parto, redutíveis por ações preventivas/diagnóstico/tratamento precoces, redutíveis através de parcerias com outros setores, não evitáveis e mal definidas.

Para nós, iremos condensar estas formas em um item só, evitáveis e as demais como “não evitáveis”, pois estamos no caso, buscando apenas o entendimento da prevenção para o óbito em crianças de menores de um ano.

Como havia sido apontado, tínhamos uma pequena amostra para subtrair dela, informações que pudessem ir além do detalhamento do custo operacional, o custo/benefício, mas também que buscasse avaliar a qualidade de funcionamento dos serviços de saúde. Por isso optamos pelas entrevistas.

As entrevistas nos deram possibilidade de interpretação dos acontecimentos concretos, da história de quem são os sujeitos em questão e onde estão inseridos, considerando as experiências da vida cotidiana. Segundo Milton Santos (2002) é uma possibilidade de unir inter-relações horizontais e verticais, na qual a verticalidade é resultado de discursos econômicos e hegemônicos, fazendo da cidade um arranjo onde seus interesses prevalecem

⁹ Segundo nota técnica do Datasus.

(atividades políticas), enquanto nas horizontalidades, estão aqueles que se movimentam os homens lentos, que são dotados de uma grande capacidade de adaptação na conjuntura e sustentados no seu próprio meio geográfico.

A importância de entendermos os usuários como "atores" na pesquisa, refletiu também na adoção do recurso da entrevista, para buscar, pelas informações dadas por eles, a interpretação dos dados (internações/óbitos) e dos contextos em que estes se materializam, não deixando de considerar os limites e as possibilidades dessa opção.

A concepção de atores adotada nesse trabalho, baseou-se nas idéias formuladas por Minayo que os considera atores como *"informantes particularmente estratégicos para revelar os segredos do grupo"* (Minayo, 1992:118).

O processo de preparação e de realização das entrevistas balizou-se pela indicação dessa mesma autora:

" (...)chama atenção de um lado para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social, e de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social, determinado fato deve sua maior dependência. Porém, a base de seu raciocínio é de que, em qualquer caso, a ação humana é significativa, e assim deve ser investigada" (Minayo,1992. pág.163).

Optou-se por entrevistas abertas, realizadas em parceria a assistente social do Hospital Estadual Maternidade de Presidente Prudente. Foram selecionados os usuários que tiveram os seus recém nascidos internados e/ou que foram a óbito, utilizaram os serviços do hospital e que moravam no município no período de 2000, para o teste inicial.

Delimitamos a partir da localização do endereço do recém-nascido que veio a óbito um raio de 500 metros, dentre do qual onde entrevistamos também todos os responsáveis por aqueles que se encontravam nesta área e que também foram internados no mesmo período. Muitos dos óbitos não encontravam nenhum registro de internação próxima ao raio limite estabelecido. Mesmo assim, foram entrevistadas 32 pessoas, 22 mães das 45 crianças que foram a óbito e 10 das internações que não foram a óbito. Todos dentro dos parâmetros descritos.

As entrevistas tiveram uma boa distribuição geográfica como pudemos observar no mapa anterior.

A elaboração do roteiro informal de entrevista foi um processo de enriquecimento a parte do tema, pois estávamos abordando um tema delicado para a família, no caso, o óbito de um recém-nascido.

Dois usuários não concordaram em participar das entrevistas. Desta forma, entendemos que deveríamos revisar as técnicas de abordagem e questões apresentadas aos usuários tanto para as mães que perderam seus filhos, como para as que foram apenas internadas.

Uma parte não foi encontrada – quatro usuários. Motivos foram variados, segundo os próprios vizinhos, do aumento do aluguel ao fim do relacionamento devido à morte do recém-nascido. Mesmo com aqueles que realizamos as entrevistas, tivemos de retornar mais de uma vez, pois um elemento constante a estes, é a mobilidade residencial. Nestas circunstâncias, a ajuda dos vizinhos foi fundamental para encontrar os atuais endereços.

Das 32 entrevistas, em 20 encontramos famílias desestruturadas ou com grande troca de parceiros (instabilidade conjugal). Consideramos famílias desestruturadas¹⁰ todas aquelas cujas respostas faziam referência do tipo; *“estávamos brigados”, “quase separamos”, “morava com a minha mãe na época”, “era o meu primeiro marido”, “segundo marido”*.

O nível de escolaridade também é uma variável a ser considerada, uma vez que a grande maioria das entrevistadas variava entre o semi-analfabetismo e o nível fundamental incompleto.

Os chefes de famílias eram trabalhadores braçais como pedreiro, pintor (quando empregados regularmente) ou vivendo de subempregos, como catadores de matérias recicláveis e até mesmo desempregados plenos (sem nenhuma renda).

Apenas 3 pessoas disseram que desejaram ou planejaram o filho. Na maioria, o filho veio do “descuido do casal”, segundo os relatos das entrevistadas.

Ao perguntarmos sobre os exames de pré-natal, todas afirmaram que fizeram regularmente os pré-natais. Fato que nos chama a atenção. Se

¹⁰ As considerações e orientações técnicas foram dadas pela assistente social do Hospital Estadual.

realmente elas fizeram todos os pré-natais (e se fizeram, só se fizeram da 16ª semana em diante), por que teríamos um grande índice de internação e óbito em recém nascidos?

Mesmo duvidando da realização ou não dos exames, e quando realizados tardiamente, é um dado que devemos apontar.

Ao longo das entrevistas, a qualidade dos exames foi um ponto abordado. Em pelo menos 4 óbitos, as mães alegaram erro ou imperícia médica.

O interessante é que não existe registro no DATASUS sobre isso. Erros até grosseiros, como errar o cálculo em 6 semanas da idade do feto, forçando uma cesárea desnecessária, que depois levaria ao óbito da criança, por exemplo.

As reclamações sobre a qualidade do atendimento para aqueles que utilizam o SUS, na sua maioria é uma observação de grande relevância. “O médico não viu meu caso. Pegou as folhas, passou e foi logo na última sem ver o restante do prontuário”. Esse foi um dos casos que vamos exemplificar.

Uma mulher de 33 anos de idade, 4 filhos, sendo os 3 primeiros do primeiro casamento. Já possuía um histórico familiar de abortos, segundo esta pessoa, a mãe dela já teve aborto. Mora em uma área da cidade considerada de inclusão social, Jardim Aviação. No entanto, a sua casa era de madeira com o forro do teto comprometido e tinha 6 cachorros quase esqueléticos e 1 tomado completamente por sarna.

As informações contidas no prontuário poderiam evitar, por exemplo, que o bebê dela chegasse a falecer, pois era um dos casos evitáveis por atenção na hora do parto.

O trabalho do ginecologista nos exames pré-natais foi jogado fora em apenas um pequeno momento de relapso do médico que atendeu ela. Segundo ela, “o neném já nasceu prematuro, não tinha o pulmão maduro, pegou uma infecção logo depois do parto”. Ao dar mais detalhes das condições de sua saúde dela, verificamos que sofria de pressão alta. Uma gravidez de risco, ela mesmo dizia. Inclusive para a própria gestante. Mesmo tomando todos os remédios e fazendo os exames, ela assumiu o risco de enfrentar mais uma gravidez.

O óbito que nos fez chegar até ela era na verdade a segunda tentativa dela com o atual marido. Já mencionara que havia ocorrido uma vez com o outro há 4 anos, quando ainda estava casada formalmente. Depois do aborto, o casamento ruiu. Assim, a entrevistada concluiu, ressaltando: *“Agora estou amigada com esse”*.

Casos como o da jovem moça que ainda cursa faculdade - quando ainda tinha 17 anos ficou grávida do namorado, não se casou e continuou convivendo com a família - parece ser um fato corriqueiro nas famílias de renda média. Foi o que encontramos em um bairro de classe média na região do Jardim Bongiovani (ver mapa 2). Segundo ela, *“eu tinha Unimed (plano de saúde particular), fiz todos os exames, mas o bebê nasceu já com acefalia”*. Realmente não tinha o que lamentar, o médico já me havia prevenido.

A situação de outra que estava na quinta gestação (37 semanas) que apresentava anoxia-uterina, nos apresentou contou um outro fato para pensarmos. No momento em que ela estava em trabalho de parto, na ambulância do resgate municipal, o motorista pergunta a ela: *“Qual hospital você quer ir? Estadual ou Hospital Universitário?”* Ou seja, “aonde você quer ser jogada”, foi o que ela sentiu, conforme relatou. Naquele momento de dor, ela apenas queria chegar até o hospital mais próximo e, por causa disso, foi para o Hospital Universitário.

Ora, este exemplo nos chama a atenção para quem decide ou faz o papel de encaminhar as pessoas aos hospitais; o motorista da ambulância. Pode ser um caso isolado, mas é uma lacuna da administração. Desta forma, as atribuições das funções que deveriam ser de uma central de atendimento ou de triagem do município, mostram-se estarem sendo exercidas por motoristas.

Quando relatamos que existe um grande índice de mobilidade residencial com as pessoas que entrevistamos, isto evidencia também a dinâmica da estrutura do espaço urbano prudentino.

A produção de novos espaços urbanos na periferia de baixo padrão, cria a possibilidade de muitos que não têm casa própria a se sujeitar a certas condições e, quem sabe até, de privações em função de um teto próprio.

Nas respostas de quase todos os entrevistados (de áreas de inclusão ou exclusão social) que mudaram mais de uma vez desde 2000, a razão da casa própria era unânime. Existe uma mobilidade dentro da cidade, que o SUS

desconsidera, quando planeja a distribuição das Unidades Básicas de Saúde e define suas áreas de abrangência.

Estas pessoas que vivem neste padrão de alta mobilidade espacial intra-urbana, vivem em domicílios pequenos, quer seja na quantidade ou no tamanho dos cômodos e geralmente localizada nos fundos de outra casa de melhor qualidade ou até mesmo em porões. Nem todas gozam de saneamento adequado - na maioria das casas que pudemos entrar, principalmente nas residências mais periféricas notamos a presença de fossas.

Também encontramos casas com boa infra-estrutura. O interessante é que algumas destas se localizavam em áreas conhecidas como de exclusão social: Jardim Guanabara; assim como também o inverso: encontramos outras moradias de baixa qualidade em bairros considerados de inclusão social, como Jardim Aviação e Jardim Estoril.

Um outro detalhe que chamou atenção foram as relações de vizinhança que estas pessoas mantinham e que, muitas vezes, mencionavam a falta que faziam os antigos vizinhos na nova moradia.

Na busca de um endereço, deparamo-nos quase no fim (ou começo?) da cidade. Era o bairro Jardim Cambuci, um bairro recente com menos de 10 anos de existência, mas já bastante populoso. As casas ainda não tinham toda a infra-estrutura necessária e nem havia ainda bens coletivos para a população. É realmente sofrível o percurso que aquela mãe que então buscávamos teve de fazer para chegar até a unidade de saúde mais próxima e, por sua vez, ao hospital.

Em vários momentos, a solidariedade entre vizinhos ficou evidente. Quem ajudou a esta mãe que mora no final/começo da cidade, foi um vizinho que tinha um carro e ajudou a levá-la ao hospital. Mas não foi apenas isso. Em muitas vezes, quando não encontrávamos o endereço ou até mesmo a pessoa, fazia uma grande diferença conversar com estas pessoas. A espontaneidade e muitas vezes até nos receber em suas casas foi algo que nos chamou muito a atenção.

Os dados apresentados pelos óbitos mostraram que as causas de internação por doença do aparelho respiratório são conseqüências da má formação congênita do aparelho das crianças ou a falta de diagnóstico ao longo do período pré-natal quando a patologia é uma afecção adquirida. A

razão por termos um número elevado de internações mostra um alerta sobre o tipo de trabalho preventivo realizado pelo sistema local.

Em nenhum momento, as entrevistadas citaram como sendo de qualidade do trabalho preventivo realizado pela equipe das Unidades Básicas de Saúde, a porta de entrada do SUS.

As reclamações foram constantes quando mencionaram se médico atendia bem, *“ele apenas pergunta, mal observa a gente, nem olha direito na cara”*.

Os profissionais em saúde precisam dar mais tempo para ouvir o paciente, pois os seus efeitos são grandes e geram ações não impactantes sobre a população em relação à saúde. Quando as atividades de prestação de serviços, essenciais como este, não atentam para as formas diferenciadas morar e viver de cada cidadão.

Os números grandes

Conhecido popularmente como "derrame cerebral", o Acidente Vascular Cerebral (designado pela sigla AVC pelos médicos) é uma das principais causas de morte em vários países do mundo. No Brasil, de acordo com os dados do DATASUS, o AVC representa a primeira causa de morte por doenças cardiovasculares.

O derrame é, também, um dos principais responsáveis por deixar o indivíduo incapacitado para realizar suas atividades habituais. De acordo com o grau do AVC, ou seja, da extensão e localização da área do cérebro atingida, ele pode fazer com que as pessoas fiquem totalmente dependentes de terceiros, sem condições, às vezes, de sair da cama, ou pode ser tão discreto ao ponto de não deixar nenhuma seqüela ou deixar uma leve perda de força na mão.

Entre os vários elementos que causam o AVC, a hipertensão arterial está presente em 40% das mortes por acidente vascular encefálico e em 25% das mortes por doença arterial coronariana, além de ser responsável pela alta

freqüência de internações, segundo dados do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo em uma nota publicada no Jornal o Imparcial¹¹.

A viabilidade do tratamento eficaz dos pacientes com AVC depende diretamente do conhecimento dos seus sinais e sintomas pela população e da agilidade dos serviços de emergência, ou seja, de um trabalho preventivo.

Diferente dos números dos usuários menores de um ano, o perfil desta patologia é para adultos, pois é muito raro acometer em crianças e adolescentes. Assim, a escolha deste problema poderá permitir a análise das correlações que não foram possíveis com os óbitos infantil.

A população a ser estudada foi identificada com idade entre 20 a 59 anos, hospitalizados na rede própria ou conveniada ao SUS, tendo como diagnóstico as doenças cerebrovasculares (DCV). Para isto, exploramos a base de dados do SIH/SUS e selecionamos os casos com AVC, independentemente da classificação dos subtipos, conforme ensina Falcão (2004).

Repetimos todo o procedimento estatístico anteriormente descrito, e para nossa surpresa, os resultados mostraram uma forte ligação positiva. A correlação de *Pearson* mostrou uma forte relação entre internação e óbitos a partir desta doença (+ 0.6), conforme a tabela abaixo:

Tabela 7

Presidente Prudente

Correlação internação e óbito por AVC

2000

	Coluna 1 e 2	Coluna 1 e 3
N (pares) =	255	255
r (Pearson) =	0.6620	0.4871
IC 95% =	-0.06 a 0.19	-0.07 a 0.17
IC 99% =	-0.10 a 0.22	-0.11 a 0.21
R2 =	0.0044	0.0024
t =	1.0545	0.7757
GL =	253	253
(p) =	0.2937	0.4394

¹¹ Início da Campanha de Hipertensão em 6 de novembro de 2004.

Fonte: DIR/ Pres.Prudente e org: Werneck

Obtivermos esta tabela com o auxílio do programa *BioEstat 2.0* (Ayres & Ayres Jr., 1998) utilizando uma tabela com três colunas. Na primeira coluna, colocamos os números relativos às internações por AVC por cada setor censitário (254) para a população de 20 a 59 anos. Na segunda coluna, informamos os óbitos por AVC em números relativos por cada setor censitário para a mesma população. Na terceira coluna, colocamos os setores censitários de acordo com a nota da exclusão social (dos setores de inclusão para os de exclusão) segundo os dados do SIMPESPP.

Os resultados da correlação envolvendo as colunas 1 e 3 (internação e áreas de inclusão e exclusão) mostram que não existe uma forte correlação entre as internações e os locais onde ocorreram, pois de acordo com a análise de correlação, ao caminharmos das áreas de inclusão para exclusão, os registros de internações não a acompanham ou estão poucos relacionados (0,4).

De acordo com todos os dados, construímos os mapas 1 e 2. Para a sua confecção, primeiramente, obtivemos os dados das internações através da Secretaria Estadual da Saúde. Estes dados foram formatados e geocodificados, através do software Mapinfo®. Assim identificamos cada usuário do SUS no seu local de residência.

Visualmente podemos verificar esta informação no mapa a seguir:

MAPA 2

Presidente Prudente

INTERNAÇÃO E ÓBITO POR DOENÇAS CIRCULATÓRIAS



LEGENDA

- Síntese dos indicadores**
- Inclusão Social (67)
 - Baixa Exclusão Social (104)
 - Média Exclusão Social (56)
 - Alta Exclusão Social (7)
- () Número de setores censitários**
- Limite do setor censitário
 - Internação
 - ★ Óbito
 - + Unidade Básica de Saúde

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Datasus/MS

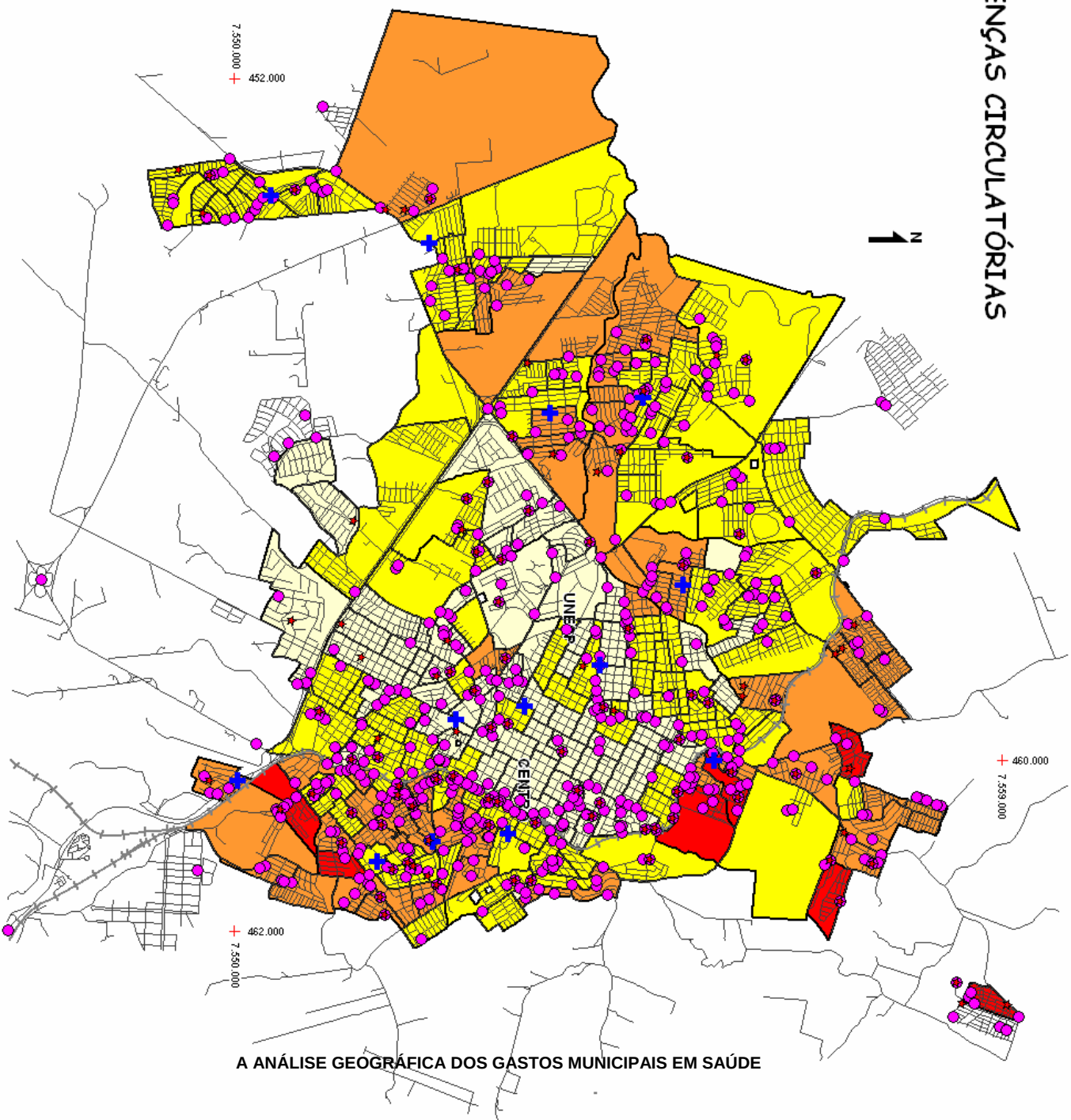
Organização: Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

Presidente Prudente, 2004.

Escala 1 : 50.000



Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RII 1585H e RII 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre.



A ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS GASTOS MUNICIPAIS EM SAÚDE

Como nós trabalhamos com mortes evitáveis, os problemas observados no levantamento de campo não se tratam de questões isoladas. Neste sentido, o estudo dos Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC) trata-se de um outro tipo de episódio com alto custo e que o óbito pode ser evitado.

Comparando os resultados do trabalho desenvolvido com as internações de crianças por causas respiratórias com os casos de AVC podemos identificar uma questão central, que a necessidade de se implementar com equidade uma política pública de Saúde que possa realmente ser acessível à pela população e que permita ser um dos elementos de reversão dos geradores de exclusão social.

As evidências sobre a fragilidade e desarticulação dos programas municipais de Saúde e a sua dificuldade de articulação com outras políticas públicas que estão sendo implementadas, tanto na esfera municipal como na federal, permite-nos partir de hipótese de que os responsáveis pela gestão não conhecem as informações que o próprio setor gera.

Os dados não vistos

Diante disto, fomos entrevistar os responsáveis por toda a articulação operacional dos programas de saúde local para checar se realmente há estes tipos de dificuldades.

Para cada entrevistado, oferecemos os mapas das internações de Pres. Prudente dos casos estudados: internações por doenças do aparelho respiratório e circulatório para os gestores do SUS.

Entrevistamos atores importantes da gestão local¹². Cada um apreciou e apontou diferentes razões para a existência dos dados representados nos mapas. Perguntamos quatro questões:

A primeira questão: **Que informações são utilizadas pela secretaria de saúde/ Conselho Municipal de Saúde?** O objetivo desta pergunta era saber se o planejador conhecia o máximo dos elementos e informações de seu plano (as características básicas de sua população) para que se possa ter a capacidade de antever problemas no caminho dos objetivos traçados.

¹² Dois ex-presidentes do Conselho de Municipal de Saúde e o responsável pela vigilância sanitária do município.

Basicamente os dados utilizados são obtidos pelos bancos de dados do Ministério da Saúde – Datasus. Mas não houve até então um debate sobre o que estas informações estão dizendo. Infelizmente os números que mais os interessam é o montante qual é da fatia do repasse das verbas.

A segunda questão estava baseada na apresentação dos mapas 1 e 2 e as possíveis leituras, ***“Qual sua percepção sobre o que está vendo?”***, a utilização de ferramentas que possibilitem leituras qualitativas como mapas temáticos é um instrumento que pode ajudar a compreender a produção territorial da cidade e a situação dos serviços de saúde oferecidos na cidade da interação entre sociedade.

Um dos entrevistados (responsável pela vigilância) disse: *“parece que os postos de saúde não estão atendendo”*. A indagação de outro foi *“que bairro é esse mesmo?”*. Em todas as entrevistas, a declaração de surpresa com o que estavam observando foi notória.

Com base na terceira questão, ***“Em sua opinião, você vê alguma importância no mapeamento desta natureza para a Saúde?”***, procurou-se verificar a compreensão dos entrevistados em relação ao auxílio da computação gráfica e da cartografia como componentes importantes no estudo. Afinal, sabe-se que este tipo de ferramenta pode permitir a leitura da realidade de como a população de uma região está distribuída e comparar as informações obtidas para formular programas a serem instituídos.

Todos os entrevistados reconheceram a importância e os benefícios deste tipo de trabalho, mas deram respostas diversas para a não realização. As alegações variam entre a falta de interesse do grupo e ausência de apoio técnico e financeiro.

Por fim a questão: ***Você tem algum conhecimento que o município utiliza alguma informação desta natureza para a gestão da saúde?*** No contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância. As informações geradas podem mostrar direções e avaliações dos programas sociais quanto à efetividade, eficiência e eficácia do planejamento dos gastos em saúde.

As respostas da quarta questão foram unânimes. Para a infelicidade da sociedade, não existe nenhum dado gerado pelos organismos responsáveis pela saúde no município.

O interessante é que estes organismos localizam-se em prédios vizinhos aos da municipalidade. Não há distância física que inviabilize o encaminhado de dados entre a secretaria municipal, o local onde se reúne o conselho municipal, a vigilância sanitária, entre outros organismos, e nem também com a própria sede da Divisão Regional de Saúde (DIR XV)! Os prédios são próximos e estão todos num mesmo lado do quarteirão!

As respostas dos entrevistados demonstraram de forma inequívoca que as unidades de atenção básica cumprem papel estratégico na dinâmica de funcionamento do SUS e no estabelecimento de suas relações com a população. No entanto, o papel das Unidades Básicas do município como porta de entrada do SUS por meio do trabalho preventivo está falho.

Os casos estudados mostram que os números de internações poderiam ser menores se houvesse um planejamento integrado de informações e objetivos a serem alcançados. O resultado desta pesquisa nos remete a esta reflexão.

Os dados também mostram o despreparo dos próprios gestores em não conhecer o próprio município refletido pelos números levantados e nem as unidades distintas onde estes são auferidos.

Considerações Finais

Para que haja realmente mudanças no modelo médico–assistencial–privatista de gestão da saúde local que o tornem um modelo de vigilância em saúde, as mudanças de iniciativa devem partir de todos os atores da gestão do SUS.

Na esfera federal, a criação de outros mecanismos de financiamento, além do AIH seria uma possibilidade. O AIH é um resquício do antigo padrão de financiamento do INAMPS, que privilegiou uma lógica de gestão bastante diversa do SUS e é ainda hoje esta a forma pela qual são remunerados a maioria dos prestadores de serviços de saúde no Brasil.

Existe uma padronização da distribuição dos recursos, mas cada município tem feito as suas obrigações diferentemente. Cada município tem seu modelo de gestão. A padronização das formas de repasse faz com que o governo federal trate todos os municípios da mesma maneira, o que é um equívoco.

Reforçamos a idéia da necessidade de se discutir outros mecanismos que possam rever o financiamento do SUS. Não existe nenhum benefício para o município que consegue atingir suas metas ou até mesmo quando reduz o volume de AIH. Pode ocorrer o inverso, com os recursos para o ano seguinte serem até menores.

Na esfera local, a política de saúde não deve somente observar a ocorrência de doenças. As estratégias de intervenção devem deixar o pensamento puramente individual em relação àquele que adoeceu e passar a ter uma atuação sobre a leitura dos diferentes elementos que geram a situação. As estratégias devem privilegiar ações para aqueles que podem adoecer, agindo, então, de maneira preventiva.

Em face desta questão colocada, a política de saúde pública deve dar respostas a esses processos. A gestão local, infelizmente não mostra estas repostas. É evidente a falta de visão estratégica dos gestores locais para criarem um ambiente em que se promovam condições que já estão previstas na Constituição de 1988.

A compreensão destes elementos através da Geografia demonstra-se um campo de estudo promissor ignorado pelos representantes do povo.

Entendendo que a produção e distribuição da doença e a constituição do espaço têm os mesmos determinantes, este último, enquanto expressão das condições de vida dos segmentos que o ocupam, representa a mediação possível de informar certas relações entre a sociedade e a saúde. Tais referências poderiam aprimorar o conhecimento dos planejadores na elaboração das políticas sociais, principalmente na Saúde.

Em face desta questão colocada, a política de Saúde pública tem que dar respostas a esses processos. A gestão local, infelizmente não demonstra estas aspirações.

O SUS se mostra um sistema híbrido que pode atender qualquer bandeira partidária. O grande diferencial será, no entanto, o pacto político entre os atores na arena de debate.

Os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade são indicativos às dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados. E neste sentido, atestam que o município não está fazendo suas obrigações corretamente. A municipalidade vem recebendo gradativos aumentos de recursos em vem alocando de forma questionável e não raro seja equivocada.

A participação popular no Conselho Municipal se mostrou inexpressiva em Presidente Prudente. O próprio Conselho não presta à população a publicidade de seus atos praticados, como também não se abre à futuras ações, campanhas e até mesmos às reuniões regulares.

Foi muito difícil acompanhar o ritmo dos trabalhos do Conselho Municipal de Saúde nas reuniões regulares. Infelizmente, o que sabemos veio pela fatalidade das irregularidades na administração dos recursos.

A Câmara de Vereadores deveria ter um papel mais atuante em relação à participação social, acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho e os resultados das ações empreendidas pelo executivo municipal no campo da saúde.

No decorrer do período analisado, o legislativo não acompanhou o ritmo do desenrolar dos acontecimentos, dando a impressão do descompasso e o não cumprimento de uma de suas funções, a fiscalização dos atos do

executivo. A criação de uma comissão para o acompanhamento e possível investigação foi tardia e sem nenhum efeito.

A reflexão também apontou alguns desafios a serem enfrentados ou problemas que caracterizam as mais recentes possibilidades de análise da Saúde na Geografia.

A primeira neste sentido, a questão do financiamento da gestão do SUS não seria uma tarefa do geógrafo. Contudo, o estudo desenvolvido demonstrou a necessidade de incorporar conceitos geográficos para melhorar definições de alocações de recursos.

Dentre os aspectos aqui abordados os mecanismos de financiamento em vigor desconsideram a realidade intra-urbana, o que entendemos como outro desafio.

Tendo abarcado um segmento da produção geográfica pouco desenvolvida, nossa pesquisa deixa em aberto a discussão e reflexão sobre os caminhos da análise da Saúde, desta forma, as questões acima apontadas colocam-se como indicativos de futuras pesquisas a serem desenvolvidas na Geografia.

Bibliografia

AYRES, M. & AYRES Jr., M. A., 1998. **BioEstat: Aplicações Estatísticas nas Áreas das Ciências Biológicas e Médicas**. Manaus: Sociedade Civil Mamirauá/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ANDRADE, Regis de Castro. **The individual and the citizen in the history of ideas (with an essay on Machiavelli)**. *Lua Nova*, 2002, no.57, p.33-71. ISSN 0102-6445.

BRASIL. **Lei nº 8.080** de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde).

BRASIL. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 33**, de 23 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a constituição e estruturação de Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Norma Operacional Básica - SUS 01/1991**.

BRASIL. Ministério da Saúde / SUS. **Descentralização das ações e Serviços de Saúde: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei**, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório final da IX Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório final da X Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1996.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BITTUN, Jan. Políticas de saúde e as inovações na gestão local. In: **Cidadania é Notícia**. Recife,. Editora Etapas, nº4, p. 2-3– Abril/Maio, 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, WILHEIM, Jorge & SOLA, Lourdes (orgs.), **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo. Unesp, 2001.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1988

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo, Edusp, 1994.

CASTIEL, L. D. Dédalo dentro do dédalo? Identidade cultural, risco e promoção de saúde. In: **VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva - O Sujeito na Saúde Coletiva**, Anais, CD-ROM, Salvador: ABRASCO, 2000.

CALDEIRA, César. **Entidades Representativas e Poder Local: A Participação Social Institucionalizada**. Rio de Janeiro: Archè, Ano I, nº2, 1992

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, editora Ática, 2ª edição, 1993.

DOWBOR, L. Globalização e Tendências Institucionais. In: DOWBOR, L. et al. (Org.) **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FALCÃO, Ilka Veras, CARVALHO, Eduardo Maia Freese de, BARRETO, K a Magdala lima *et al.* **Early cerebrovascular accident: implications in working-age adults assisted by the Brazilian Public Health System**. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, Jan./Mar. 2004, vol.4, no.1, p.95-101. ISSN 1519-3829.

FIGUEREDO, Jorge Eduardo St. Aubyn de. **Comunidade cívica, capital social e conselhos de saúde no Estado do Rio de Janeiro**. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. 113 p

FLEURY, Sonia (org). **Saúde e Democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Editora Lemos, 1997.

FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, PNDA de 1998**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em CD – ROM.

FUNDAÇÃO IBGE. **Estatística da Saúde: Assistência Médico-Sanitária 1999**. Rio de Janeiro, 2000.

JANUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 36(1): 51-72. Jan./Fev., 2002.

GADELHA, Angela Maria Jourdan, COIMBRA JR., Carlos E. A., STOTZ, Eduardo Navarro *et al.* **The integration of epidemiology and anthropology**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Nov. 1999/Feb. 2000, vol.6, no.3, p.689-705. ISSN 0104-5970.

GUIMARÃES, R. B. **Saúde Pública e Política Urbana**. Tese de Doutorado em Geografia.. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000. 312 p.

GUIMARÃES, R. B. **O território do cidadão e a saúde mental em Presidente Prudente**. II Jornada de Saúde Mental. Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1998.(mimeo)

INSTITUTO DE SAÚDE. **Quantos Brasis? Equidade para alocação de recursos no SUS**. São Paulo, 2002. Disponível em CD - ROM

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: Conceitos fontes e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

KEARNS, Robin A. Medical geography: making space for difference. In: **Progress in Human Geography** . London, vol. 19 , nº2, p. 251- 259, 1995.

LITVA, A. & EYLES, John. Coming Out: exposing theory in medical geography. In: **Health & Place**. London, vol. 1, nº1, p. 5 –14, 1995.

MAGALHÃES JR, H. M. Estrutura Administrativa: Um enfoque necessário para a Consolidação do SUS. In: **Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte**. São Paulo: Editora Xamã. p. 177 – 191, 1998.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo, editora Martin Claret, 2004.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio de F. **Programas sociais - efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MASSOLO, Alejandra . Em direção às bases:descentralização e município. In:**Revista Espaço e Debate**. São Paulo, nº42, 40-45, 1988.

MATTOS, C. O plano como aposta. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Revista da Fundação SEADE, p. 28 – 42, 1991.

MINAYO, M. C. S. O. **Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992.

MORAES, A. C. R. de. **Ideologias Geográficas**. 3^a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

NETTO,J. S. M. Descentralização e Democracia : Tópicos para debate. In **Saúde em Debate** .Londrina, nº3, 33-39, dezembro de 1991.

OLIVEIRA, C. M. D. & SILVA, M. R. **Avaliação operacional dos Conselhos Municipais de Saúde da XVI Direção Regional do Estado de São Paulo**. Unesp. Presidente Prudente, 1999. (Trabalho de conclusão de curso).

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Edusp, 2002.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1985

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

TEIXEIRA, S. M. F., 1991. **Avaliação comparativa das ações integradas de saúde**. Divulgação em Saúde para Debate, 3: 78-81.

VIANNA . A. **Programas sociais - efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

WERNECK, E. **Em busca de uma equidade maior: a distribuição socioespacial dos postos de saúde em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 1999. (Relatório de pesquisa em Iniciação Científica).

Acessos na internet:

INIGUEZ ROJAS, Luisa. **Geography and health: themes and perspectives in Latin America**. *Cad. Saúde Pública*. [online]. out./dez. 1998, vol.14, no.4 [citado 01 Fevereiro 2004], p.701-711. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000400012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-311X.

ANDRIOLI , ANTONIO INÁCIO. **A democracia direta em Rousseau**. *Revista Espaço Acadêmico*. [online]. Março. 2002, Ano II, nº 22, [citado 25 Agosto 2004]. Disponível na World Wide Web <http://www.espacoacademico.com.br/22and_rousseau.htm> . ISSN 1519.6186.

Artigos de Jornais

Vai dar muito pano para manga. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 9 de janeiro de 2004. Coluna Plantão , A-3.

Pronto Socorro passa a ser atendido pelo Hospital Universitário. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 15 de janeiro de 2004. Caderno Cidades, B-1.

Prefeitura vai reduzir R\$900 mil da saúde de PP. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 25 de janeiro de 2004. Caderno Cidades, B-3.

Promete Polemizar. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 8 de fevereiro de 2004. Coluna Plantão, A-3.

Foi necessária uma intervenção judicial para o prefeito repassar recursos devidos à Santa Casa. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 8 de fevereiro de 2004. Editorial, A-3.

Unanimidade pede destituição da gestão plena. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 11 de fevereiro de 2004. Caderno Cidades, B-4.

PP pode perder gestão do SUS, afirma Alckmin. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 8 de fevereiro de 2004. Caderno Cidades, B-7.

Bipa decidirá descredenciamento de Prudente. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 12 de fevereiro de 2004. Caderno Cidades, B-1.

Importância da construção do hospital do Câncer. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 27 de fevereiro de 2004. Caderno Cidades, B-1.

Comissão Estadual dará o parecer sobre a possível perda da gestão plena de Saúde do município,. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 4 de março de 2004. Caderno Cidades, B-2.

Sem confirmação. **Jornal Oeste Notícias**. Presidente Prudente, 4 de março de 2004. Coluna do Oeste, pg.3.

Conselho se reúne para prestar esclarecimentos. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 18 de março de 2004. Caderno Cidades, B-3.

Conselho aprova desabilitação da gestão plena. **Jornal O imparcial**. Presidente Prudente, 18 de setembro de 2004. Caderno Cidades, B-3.

Tabela 8**Marília****Internações segundo o CID 10****2000**

Marília 2000	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Total	Valor média Internação R\$
Internações	522	684	511	415	1.161	2.881	2.220	1.863	1.471	1.245	1.172	603	14.748	
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	21	107	412	660	564	387	152	71	12	2.386	300,09
Habitantes	3.061	12.895	16.397	17.228	18.743	35.541	31.060	25.241	16.510	11.495	6.594	2.577	197.342	
Índice (1000 hab)	0	0	0	1,21895	5,7088	11,5922	21,249	22,345	23,4403	13,2231	10,7674	4,6566	12,0907	
IX. Doenças do aparelho circulatório	2	1	3	5	16	77	133	253	290	336	341	167	1.624	1.323,78
Habitantes	3.061	12.895	16.397	17.228	18.743	35.541	31.060	25.241	16.510	11.495	6.594	2.577	197.342	
Índice (1000 hab)	0,65338	0,0775	0,183	0,29023	0,8537	2,16651	4,282	10,023	17,5651	29,2301	51,7137	64,804	8,22937	
X. Doenças do aparelho respiratório	150	231	88	15	14	64	54	67	88	109	150	98	1.128	404,86
Habitantes	3.061	12.895	16.397	17.228	18.743	35.541	31.060	25.241	16.510	11.495	6.594	2.577	197.342	
Índice (1000 hab)	49,0036	17,914	5,3668	0,87068	0,7469	1,80074	1,7386	2,6544	5,3301	9,48238	22,748	38,029	5,71597	
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	13	42	83	54	78	165	163	151	88	90	85	38	1.050	392,25
Habitantes	3.061	12.895	16.397	17.228	18.743	35.541	31.060	25.241	16.510	11.495	6.594	2.577	197.342	
Índice (1000 hab)	4,24698	3,2571	5,0619	3,13443	4,1616	4,64253	5,2479	5,9823	5,3301	7,82949	12,8905	14,746	5,32071	
XV. Gravidez parto e puerpério	0	-	-	24	579	1.460	476	52	1	1	-	-	2.593	266,84
Habitantes	3.061	12.895	16.397	17.228	18.743	35.541	31.060	25.241	16.510	11.495	6.594	2.577	197.342	
Índice (1000 hab)	0	0	0	1,39308	30,892	41,0793	15,325	2,0601	0,06057	0,08699	0	0	13,1396	

Tabela 9**São José do Rio Preto****Internações segundo o CID 10****2000**

São José do Rio Preto 2000	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	total	Valor média Internação R\$
Internações	973	1.139	774	691	1.915	4.933	3.954	3.460	2.663	2.972	2.419	1.361	27.254	
IX. Doenças do aparelho circulatório	11	24	24	24	26	132	288	458	641	892	786	427	3.733	1.248,84
Habitantes	4.713	20.282	26.989	30.125	33.398	63.735	59.479	49.131	32.504	21.777	11.868	4.522	358.523	
Índice (Hab 1000)	2,33397	1,1833	0,889	0,79668	0,77849	2,0711	4,84205	9,322	19,721	40,9606	66,229	94,4272	10,4122	
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	5	48	199	353	422	225	119	36	12	1.419	1.018,03
Habitantes	4.713	20.282	26.989	30.125	33.398	63.735	59.479	49.131	32.504	21.777	11.868	4.522	358.523	
Índice (Hab 1000)	0	0	0	0,165975	1,43721	3,1223	5,93487	8,5893	6,9222	5,46448	3,0334	2,65369	3,95791	
VI. Doenças do sistema nervoso	38	88	52	41	27	66	92	85	41	48	42	19	639	962,44
Habitantes	4.713	20.282	26.989	30.125	33.398	63.735	59.479	49.131	32.504	21.777	11.868	4.522	358.523	
Índice (Hab 1000)	8,062805	4,3388	1,927	1,360996	0,80843	1,0355	1,54676	1,7301	1,2614	2,20416	3,5389	4,20168	1,78231	
XVII. Malf cong deformidade e anomalias cromossômicas	22	37	22	56	26	19	6	3	3	1	-	-	195	852,02
Habitantes	4.713	20.282	26.989	30.125	33.398	63.735	59.479	49.131	32.504	21.777	11.868	4.522	358.523	
Índice (Hab 1000)	4,66794	1,8243	0,815	1,858921	0,77849	0,2981	0,10088	0,0611	0,0923	0,04592	0	0	0,5439	
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	17	27	38	31	103	148	141	82	99	60	25	772	812,3
Habitantes	4.713	20.282	26.989	30.125	33.398	63.735	59.479	49.131	32.504	21.777	11.868	4.522	358.523	
Índice (Hab 1000)	0,212179	0,8382	1	1,261411	0,9282	1,6161	2,48827	2,8699	2,5228	4,54608	5,0556	5,52853	2,15328	
X. Doenças do aparelho respiratório	452	535	242	106	191	399	321	356	410	643	686	435	4.776	
Habitantes	4.713	20.282	26.989	30.125	33.398	63.735	59.479	49.131	32.504	21.777	11.868	4.522	358.523	635,91
Índice (1000 hab)	95,90494	26,378	8,967	3,518672	5,71891	6,2603	5,39686	7,2459	12,614	29,5266	57,802	96,1964	13,3213	

Tabela 10
Araçatuba
Internações segundo o CID 10
2000

Araçatuba 2000	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	total	Valor média Internação R\$
Internações	728	785	503	406	1.090	2.560	2.120	1.966	1.593	1.616	1.379	686	15.432	
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	98	96	47	12	21	56	75	35	23	39	24	13	539	
população	2.436	9.872	13.005	14.443	15.870	29.091	27.603	22.806	15.363	10.624	5.839	2.302	169.254	450,09
Índice (1000 hab)	40,23	9,72	3,614	0,8309	1,3233	1,925	2,7171	1,535	1,497	3,6709	4,11	5,6473	3,1846	
VI. Doenças do sistema nervoso	29	26	25	30	38	75	59	28	28	42	31	14	425	
população	2.436	9.872	13.005	14.443	15.870	29.091	27.603	22.806	15.363	10.624	5.839	2.302	169.254	1.171,78
Índice (1000 hab)	11,905	2,63	1,922	2,0771	2,3945	2,5781	2,1374	1,228	1,823	3,9533	5,309	6,0817	2,511	
IX. Doenças do aparelho circulatório	4	1	4	8	11	57	152	278	354	382	413	181	1.845	
população	2.436	9.872	13.005	14.443	15.870	29.091	27.603	22.806	15.363	10.624	5.839	2.302	169.254	1.156,53
Índice (1000 hab)	1,642	0,1	0,308	0,5539	0,6931	1,9594	5,5066	12,19	23,04	35,956	70,73	78,627	10,901	
respiratório	223	295	101	29	27	55	68	105	99	144	178	108	1.432	
população	2.436	9.872	13.005	14.443	15.870	29.091	27.603	22.806	15.363	10.624	5.839	2.302	169.254	563,8
Índice (1000 hab)	91,544	29,9	7,766	2,0079	1,7013	1,8906	2,4635	4,604	6,444	13,554	30,48	46,916	8,4607	
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	21	606	1.245	330	21	-	1	-	-	2.224	1.471,80
população	2.436	9.872	13.005	14.443	15.870	29.091	27.603	22.806	15.363	10.624	5.839	2.302	169.254	
Índice (1000 hab)	0	0	0	1,454	38,185	42,797	11,955	0,921	0	0,0941	0	0	13,14	

Loi 82-213 du 2 mars 1982

Relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions.

L'Assemblée nationale et le Sénat ont délibéré,
L'Assemblée nationale a adopté,
Le Conseil constitutionnel a déclaré conforme à la Constitution,
Le Président de la République promulgue la loi dont la teneur suit,

Article 1er.

Les communes, les départements et les régions s'administrent librement par des conseils élus.
Des lois détermineront la répartition des compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, ainsi que la répartition des ressources publiques résultant des nouvelles règles de la fiscalité locale et des transferts de crédits de l'Etat aux collectivités territoriales, l'organisation des régions, les garanties statutaires accordées aux personnels des collectivités territoriales, le mode d'élection et le statut des élus, ainsi que les modalités de la coopération entre communes, départements et régions, et le développement de la participation des citoyens à la vie locale.
En ce qui concerne les départements d'outre-mer, la présente loi s'applique jusqu'à la promulgation de lois adaptant certaines de ses dispositions à la spécificité de chacune des collectivités concernées.

TITRE Ier

DES DROITS ET LIBERTES DE LA COMMUNE

CHAPITRE Ier

Suppression de la tutelle administrative.

Article 2.

Les délibérations, arrêtés et actes des autorités communales ainsi que les conventions qu'elles passent sont exécutoires de plein droit (1).

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

Les dispositions de l'alinéa précédent ne font pas obstacle à l'exercice, par le représentant de l'Etat dans le département, du pouvoir de substitution qu'il tient, notamment en matière de police, des articles L. 131-13 et L. 131-14 du code des communes, ni à celui de son pouvoir hiérarchique sur les arrêtés du maire lorsque celui-ci, en application des articles L. 122-14 et L. 122-23 du code des communes, agit comme représentant de l'Etat dans la commune.

Article 3.

Les délibérations, arrêtés et actes des autorités communales ainsi que les conventions qu'elles passent sont transmis dans la quinzaine au représentant de l'Etat dans le département ou à son délégué dans l'arrondissement.

Le représentant de l'Etat dans le département défère au tribunal administratif les délibérations, arrêtés, actes et conventions qu'il estime contraires à la légalité dans les deux mois suivant la transmission prévue à l'alinéa précédent (1).

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

A la demande du maire, le représentant de l'Etat dans le département l'informe de son intention de ne pas déférer au tribunal administratif une délibération, un arrêté, un acte ou une convention des autorités communales qui lui a été transmis en application du premier alinéa du présent article.

Le représentant de l'Etat peut assortir son recours d'une demande de sursis à exécution. Il est fait droit à cette demande si l'un des moyens invoqués dans la requête paraît, en l'état de l'instruction, sérieux et de nature à justifier l'annulation de la délibération, de l'arrêté, de l'acte ou de la convention attaqués.

Lorsqu'un des actes administratifs mentionnés au premier alinéa du présent article est de nature à compromettre l'exercice d'une liberté publique ou individuelle... (1), le président du tribunal administratif prononce le sursis dans les quarante-huit heures. La décision relative au sursis du président du tribunal administratif est susceptible d'appel devant le Conseil d'Etat dans la quinzaine de sa notification. En ce cas, le président de la section du contentieux du Conseil d'Etat ou un conseiller d'Etat délégué à cet effet statue dans un délai de quarante-huit heures.

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

Le Gouvernement soumet chaque année, avant le 1er juin, au Parlement, un rapport sur le contrôle a posteriori exercé à l'égard des délibérations, arrêtés, actes et conventions des communes par les représentants de l'Etat dans les départements.

Article 4.

Sans préjudice du recours direct dont elle dispose, si une personne physique ou morale est lésée par un acte administratif d'une commune, elle peut demander au représentant de l'Etat dans le département de mettre en oeuvre la procédure prévue à l'article 3 ci-dessus. Le représentant de l'Etat met en oeuvre cette procédure lorsque l'acte en cause ne lui a pas été transmis dans le délai prévu au premier alinéa dudit article.

Article 5.

L'Etat a la responsabilité de la conduite de la politique économique et sociale, ainsi que de la défense de l'emploi.

Néanmoins, sous réserve du respect de la liberté du commerce et de l'industrie, du principe de l'égalité des citoyens devant la loi ainsi que des règles de l'aménagement du territoire définies par la loi approuvant le Plan, la commune peut intervenir en matière économique et sociale dans les conditions prévues au présent article.

I. -- Lorsque son intervention a pour objet de favoriser le développement économique, la commune peut accorder des aides directes et indirectes dans les conditions prévues par la loi approuvant le Plan.

II. -- Lorsque la protection des intérêts économiques et sociaux de la population communale l'exige, la commune peut accorder des aides directes et indirectes à des entreprises en difficulté pour la mise en oeuvre de mesures de redressement prévues par une convention passée avec celles-ci.

La commune peut passer des conventions avec d'autres collectivités territoriales concernées et disposant de moyens adaptés à la conduite de ces actions, notamment au plan financier.

Les mêmes règles s'appliquent lorsque l'intervention a pour but d'assurer le maintien des services nécessaires à la satisfaction des besoins de la population en milieu rural et que l'initiative privée est défaillante ou absente.

III. -- Sont toutefois exclues, sauf autorisation prévue par décret en Conseil d'Etat, toutes participations dans le capital d'une société commerciale et de tout autre organisme à but lucratif n'ayant pas pour objet d'exploiter les services communaux ou des activités d'intérêt général dans les conditions prévues à l'article L. 381-1 du code des communes.

Article 6.

I. -- Une commune ne peut accorder à une personne de droit privé sa garantie à un emprunt ou son cautionnement que si le montant total des annuités d'emprunts déjà garantis ou cautionnés à échoir au cours de l'exercice, majoré du montant net des annuités de la dette communale, n'excède pas un pourcentage, défini par décret, des recettes réelles de la section de fonctionnement du budget communal.

II. -- Une loi déterminera le régime juridique des sociétés d'économie mixte.

CHAPITRE II

Suppression de la tutelle financière.

Article 7.

Dans le cas où le budget de la commune n'a pas été adopté avant le 1er janvier de l'exercice auquel il s'applique, le maire est en droit, jusqu'à l'adoption de ce budget, de mettre en recouvrement les recettes et d'engager les dépenses de la section de fonctionnement dans la limite de celles inscrites au budget de l'année précédente.

Si le budget n'est pas adopté avant le 31 mars de l'exercice auquel il s'applique, le représentant de l'Etat dans le département saisit sans délai la chambre régionale des comptes qui, dans le mois, et par un avis public, formule des propositions pour le règlement du budget. Le représentant de l'Etat règle le budget et le rend exécutoire. Si le représentant de l'Etat dans le département s'écarte des propositions de la chambre régionale des comptes, il assortit sa décision d'une motivation explicite.

Ces dispositions ne sont pas applicables quand le défaut d'adoption résulte de l'absence de communication avant le 15 mars au conseil municipal d'informations indispensables à l'établissement du budget. La liste de ces informations est fixée par décret.

En cas de création d'une nouvelle commune, le conseil municipal adopte le budget dans un délai de trois mois à compter de cette création. A défaut, le budget est réglé et rendu exécutoire par le représentant de l'Etat dans le département, sur avis public de la chambre régionale des comptes, dans les conditions prévues au deuxième alinéa du présent article.

Ces dispositions ne sont pas applicables quand le défaut d'adoption résulte de l'absence de communication au conseil municipal, dans les deux mois et demi suivant cette création, d'informations indispensables à

l'établissement du budget. Dans ce cas, le conseil municipal dispose de quinze jours après cette communication pour arrêter le budget de la commune.

Article 8.

Le budget de la commune est en équilibre réel lorsque la section de fonctionnement et la section d'investissement sont respectivement votées en équilibre, les recettes et les dépenses ayant été évaluées de façon sincère, et lorsque le prélèvement sur les recettes de la section de fonctionnement au profit de la section d'investissement, ajouté aux recettes propres de cette section, à l'exclusion du produit des emprunts, et éventuellement aux dotations des comptes d'amortissement et de provision, fournit des ressources suffisantes pour couvrir le remboursement en capital des annuités d'emprunt à échoir au cours de l'exercice.

Lorsque le budget d'une commune n'est pas voté en équilibre réel, la chambre régionale des comptes, saisie par le représentant de l'Etat dans un délai de trente jours à compter de la transmission prévue à l'article 3, le constate et propose à la commune, dans un délai de trente jours à compter de sa saisine, les mesures nécessaires au rétablissement de l'équilibre budgétaire et demande au conseil municipal une nouvelle délibération.

La nouvelle délibération du conseil municipal, rectifiant le budget initial, doit intervenir dans un délai d'un mois à partir de la communication des propositions de la chambre régionale des comptes.

Si le conseil municipal n'a pas délibéré dans le délai prescrit, ou si la délibération prise ne comporte pas de mesures de redressement jugées suffisantes par la chambre régionale des comptes, qui se prononce sur ce point dans un délai de quinze jours à partir de la transmission de la nouvelle délibération, le budget est réglé et rendu exécutoire par le représentant de l'Etat dans le département. Si celui-ci s'écarte des propositions formulées par la chambre régionale des comptes, il assortit sa décision d'une motivation explicite.

Article 9.

L'arrêté des comptes communaux est constitué par le vote du conseil municipal sur le compte administratif présenté par le maire après transmission, au plus tard le 1er juillet de l'année suivant l'exercice, du compte de gestion établi par le comptable de la commune. Le vote du conseil municipal arrêtant les comptes doit intervenir avant le 1er octobre de l'année suivant l'exercice.

Lorsque l'arrêté des comptes communaux fait apparaître dans l'exécution du budget communal un déficit égal ou supérieur à 10 p. 100 des recettes de la section de fonctionnement s'il s'agit d'une commune de moins de 20 000 habitants et à 5 p. 100 dans les autres cas, la chambre régionale des comptes, saisie par le représentant de l'Etat, propose à la commune les mesures nécessaires au rétablissement de l'équilibre budgétaire, dans le délai de deux mois à compter de cette saisine.

Lorsque le budget d'une commune a fait l'objet des mesures de redressement prévues à l'alinéa précédent, le représentant de l'Etat dans le département transmet à la chambre régionale des comptes le budget primitif afférent à l'exercice suivant.

Si, lors de l'examen de ce budget primitif, la chambre régionale des comptes constate que la commune n'a pas pris de mesures suffisantes pour résorber ce déficit, elle propose les mesures nécessaires au représentant de l'Etat dans le département dans un délai d'un mois à partir de la transmission prévue à l'alinéa précédent. Le budget est réglé et rendu exécutoire par le représentant de l'Etat, après application éventuelle des dispositions de l'article L. 235-5 du code des communes. Si celui-là s'écarte des propositions formulées par la chambre régionale des comptes, il assortit sa décision d'une motivation explicite.

En cas de mise en oeuvre des dispositions des alinéas précédents, la procédure prévue à l'article 8 n'est pas applicable.

Article 10.

La liste des communes ayant bénéficié de subventions exceptionnelles en vertu des dispositions de l'article L. 235-5 du code des communes et le montant détaillé de ces subventions font l'objet d'une publication dans le rapport annuel de la Cour des comptes sur le projet de loi de règlement du budget de l'Etat.

Article 11.

Ne sont obligatoires pour les communes que les dépenses nécessaires à l'acquittement des dettes exigibles et les dépenses pour lesquelles la loi l'a expressément décidé.

La chambre régionale des comptes saisie, soit par le représentant de l'Etat dans le département, soit par le comptable public concerné, soit par toute personne y ayant intérêt, constate qu'une dépense obligatoire n'a

pas été inscrite au budget communal ou l'a été pour une somme insuffisante. Elle opère cette constatation dans le délai d'un mois à partir de sa saisine et adresse une mise en demeure à la commune concernée. Si, dans un délai d'un mois, cette mise en demeure n'est pas suivie d'effet, la chambre régionale des comptes demande au représentant de l'Etat d'inscrire cette dépense au budget de la commune et propose, s'il y a lieu, la création de ressources ou la diminution de dépenses facultatives destinées à couvrir la dépense obligatoire. Le représentant de l'Etat dans le département règle et rend exécutoire le budget rectifié en conséquence. S'il s'écarte des propositions formulées par la chambre régionale des comptes, il assortit sa décision d'une motivation explicite.

Article 12.

A défaut de mandatement d'une dépense obligatoire par le maire dans le mois suivant la mise en demeure qui lui en a été faite par le représentant de l'Etat dans le département, celui-ci y procède d'office. Le délai prévu à l'alinéa précédent est porté à deux mois si la dépense est égale ou supérieure à 5 p. 100 de la section de fonctionnement du budget primitif.

Article 13.

Lorsque la chambre régionale des comptes est saisie en application des articles 7, 8, 9 et 11 de la présente loi, le maire ou son représentant peut, à sa demande, présenter oralement ses observations. Il peut être assisté par une personne de son choix.

Article 14.

Le comptable de la commune est un comptable direct du Trésor ayant qualité de comptable principal. Il est nommé par le ministre du budget après information préalable du ou des maires concernés. Il prête serment devant la chambre régionale des comptes. Il est tenu de produire ses comptes devant la chambre régionale des comptes qui statue par voie d'arrêt.

Article 15.

Le comptable ne peut subordonner ses actes de paiement à une appréciation de l'opportunité des décisions prises par l'ordonnateur. Il ne peut soumettre les mêmes actes qu'au contrôle de légalité qu'impose l'exercice de sa responsabilité personnelle et pécuniaire. Il est tenu de motiver la suspension du paiement. Lorsque le comptable de la commune notifie sa décision de suspendre le paiement d'une dépense, le maire peut lui adresser un ordre de réquisition. Il s'y conforme aussitôt, sauf en cas d'insuffisance de fonds communaux disponibles, de dépense ordonnancée sur des crédits irrégulièrement ouverts ou insuffisants ou sur des crédits autres que ceux sur lesquels elle devrait être imputée, d'absence totale de justification du service fait et de défaut de caractère libératoire du règlement. L'ordre de réquisition est notifié à la chambre régionale des comptes. En cas de réquisition, l'ordonnateur engage sa responsabilité propre. Dans un délai de six mois à compter de la publication de la présente loi, un décret fixera la liste des pièces justificatives que le comptable peut exiger avant de procéder au paiement.

CHAPITRE III

Dispositions diverses.

Article 16.

Les dispositions du présent titre sont applicables aux établissements publics communaux et intercommunaux.

Toutefois et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi relative à la répartition des compétences prévue à l'article 1er de la présente loi, les établissements et services publics sanitaires et sociaux restent soumis aux règles antérieurement applicables, telles qu'elles résultent des lois n 70-1318 du 31 décembre 1970 et n 75-535 du 30 juin 1975 modifiées.

En outre et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi relative à la répartition des compétences prévue à l'article 1er de la présente loi, toute délibération d'une commune ou d'un établissement public communal ou intercommunal qui entraîne obligatoirement une participation financière de l'Etat ne peut engager celui-ci qu'avec son accord. Cet accord est réputé donné si le représentant de l'Etat dans le département n'a pas fait connaître son opposition dans le délai de deux mois à compter de la transmission faite en application de l'article 3 de la présente loi.

Jusqu'à l'entrée en vigueur d'une loi relative aux agglomérations nouvelles actuellement administrées conformément à la loi n 70-610 du 10 juillet 1970, les actes budgétaires des ensembles urbains et des syndicats communautaires d'aménagement demeurent régis par les articles L. 255-3 et L. 256-2 du code des communes.

Article 17.

I. -- Les dispositions du présent titre sont applicables aux communes des départements de la Moselle, du Bas-Rhin et du Haut-Rhin, à l'exception de celles de l'article 9.

Les dispositions relatives au rétablissement de l'équilibre budgétaire ne sont applicables ni aux communes de plus de 25 000 habitants, ni aux communes mentionnées à l'article L. 181-3 du code des communes.

II. -- Sont abrogés les articles ci-après du code des communes:

L. 181-1 (dernier alinéa), L. 181-23, L. 181-24, L. 181-25, L. 181-30, L. 181-33, L. 181-34 (dernier alinéa), L. 181-37, L. 181-38 (dernier alinéa), L. 181-63 (deuxième alinéa), L. 181-66 (deuxième alinéa), L. 261-2, L. 261-3 (second alinéa), L. 261-5, L. 261-6 (second alinéa), L. 261-15, L. 261-16, L. 391-9 et L. 391-15 (1).

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

III. -- Dans l'article L. 181-17, dernier alinéa, du code des communes, sont supprimés les mots: <<à l'autorité de surveillance et transmises par celle-ci>>.

IV. -- Dans l'article L. 181-22 du même code, les mots: <<à l'autorité de surveillance>> sont remplacés par les mots: <<au représentant de l'Etat dans le département>>.

V. -- Le premier alinéa de l'article L. 181-29 du même code est remplacé par les dispositions suivantes: <<Les oppositions sont portées devant le tribunal administratif de Strasbourg qui statue.>>

VI. -- Dans l'article L. 181-39 du même code, les mots: <<sous la surveillance et l'inspection de l'autorité de surveillance>> sont supprimés.

VII. -- Dans l'article L. 181-41 du même code, les mots: <<sauf l'approbation du préfet>> sont supprimés.

VIII. -- Dans l'article L. 181-45 du même code, les mots: <<sauf réformation par l'autorité de surveillance>> sont supprimés.

IX. -- Dans les articles L. 181-20, L. 181-28, L. 181-36, L. 181-50, L. 181-51, L. 181-52, L. 181-54, L. 181-59, L. 181-61, L. 261-14, L. 391-18 et L. 391-20 du même code, les mots: <<autorité de surveillance>>, <<autorité supérieure>> et <<préfet>> sont remplacés par les mots: <<représentant de l'Etat dans le département>>.

X. -- Dans l'article L. 181-63, premier alinéa, du même code, l'expression: <<ainsi qu'à l'approbation de ces délibérations>> est supprimée.

XI. -- Dans l'article L. 181-64, premier alinéa, du même code, l'expression: <<dont les délibérations sont approuvées par l'autorité de surveillance>> est supprimée et, dans le troisième alinéa, l'expression: <<de l'article L. 261-5>> est remplacée par l'expression: <<de l'article 11 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions>>.

XII. -- Dans le 5 de l'article L. 261-4 du même code, les mots: <<et, pour la commune dont la police a été étatisée, le contingent assigné conformément à la loi>> sont supprimés.

XIII. -- L'article L. 391-11 du même code est complété comme suit: <<la location de la chasse, en application de l'article 2 de la loi du 7 février 1881 sur l'exercice du droit de chasse, aura lieu conformément aux conditions d'un cahier des charges type arrêté par le représentant de l'Etat dans le département qui fixera notamment les modalités de révision des baux à la demande du maire>>.

XIV. -- Dans l'article L. 391-18 du même code, les mots: <<et arrêté par le préfet>> sont supprimés.

XV. -- Dans l'article L. 391-19 du même code, les mots: <<avec l'approbation du préfet>> sont supprimés.

XVI. -- A la fin du dernier alinéa de l'article L. 391-22 du même code, les mots: <<et soumis à l'approbation du préfet>> sont supprimés.

XVII. -- Dans le second alinéa de l'article L. 391-24 du même code, les mots: <<et arrêté définitivement par le préfet>> sont supprimés.

XVIII. -- Dans l'article L. 441-2 du même code, les mots: <<par dérogation aux dispositions de l'article L. 412-47>> sont supprimés.

XIX. -- Dans l'article L. 181-1 du même code, les expressions suivantes: <<L. 121-22, L. 121-32, L. 121-33, L. 121-38, L. 121-39>> sont supprimées et l'expression: <<L. 122-27 à L. 122-29>> est remplacée par l'expression: <<L. 122-27 et L. 122-29>> (1).

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

XX. -- Dans l'article L. 261-1 du même code, les expressions suivantes: <<L. 212-5 à L. 212-9>>, <<L. 221-5>> sont supprimées et l'expression: <<L. 241-1 à L. 241-4>> est remplacée par l'expression: <<L. 241-1, L. 241-3 et L. 241-4>>.

XXI. -- Dans l'article L. 391-1 du même code, l'expression: <<L. 311-9>> est supprimée et les mots: <<L. 313-1 à L. 313-3>> sont remplacés par les mots: <<L. 313-1 et L. 313-2>> ainsi que les mots: <<L. 316-3 à L. 316-13>> par les mots: <<L. 316-3, L. 316-8 et L. 316-11 à L. 316-13>>.

XXII. -- Dans l'article L. 441-1 du même code, l'expression: <<L. 412-47>> est supprimée.

Article 18.

La chambre régionale des comptes compétente pour les communes de Mayotte est celle compétente pour les communes du département de la Réunion.

Article 19.

Les dispositions du présent titre seront étendues aux communes des territoires d'outre-mer par une ou des lois qui définiront les adaptations nécessitées par la spécificité de chacun de ces territoires, après consultation des assemblées territoriales intéressées.

Article 20.

Le deuxième alinéa de l'article L. 161-2 du code des communes est ainsi rédigé:

<<Les représentants de l'Etat dans le département peuvent assister à ces conférences si les communes intéressées le demandent.>>

Article 21.

Le code des communes est ainsi modifié:

I. -- Sont abrogés les articles ci-après:

L. 121-21 (deuxième alinéa), L. 121-22, L. 121-29, L. 121-32, L. 121-33, L. 121-36, L. 121-37, L. 121-38, L. 121-39, L. 122-6 (deuxième alinéa), L. 122-28, L. 161-3, L. 212-1 (deuxième alinéa), L. 212-3, L. 212-4, L. 212-5, L. 212-6, L. 212-7, L. 212-8, L. 212-9, L. 212-10, L. 212-11, L. 212-13, L. 221-5, L. 231-15, L. 231-16, L. 231-17, L. 233-41 (deuxième alinéa), L. 236-8, L. 241-2, L. 241-3 (deuxième alinéa), L. 242-1, L. 311-8, L. 311-9, L. 312-5, L. 313-3, L. 314-1, L. 316-9, L. 316-10, L. 322-1, L. 322-2, L. 322-3, L. 322-5 (troisième alinéa), L. 322-6 (deuxième alinéa), L. 323-2 (deuxième alinéa), L. 323-6, L. 323-7 (1 et 2), L. 323-16 (quatrième alinéa), L. 324-1, L. 324-7, L. 324-8, L. 324-9, L. 324-10, L. 324-11, L. 324-12, L. 324-13, L. 324-14, L. 354-14 (deuxième et troisième alinéa), L. 361-19 (deuxième alinéa), L. 362-1 (troisième alinéa), L. 371-2, L. 376-1, L. 376-3 (deuxième alinéa), L. 381-1 (deuxième alinéa), L. 411-27 (deuxième alinéa), L. 412-39, L. 412-47, L. 412-51, L. 413-10 (deuxième alinéa), L. 414-23 (troisième alinéa), L. 414-24 (deuxième alinéa) et L. 417-12 (1).

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

II. -- L'article L. 315-2 est abrogé à l'expiration d'un délai de dix-huit mois à compter de la publication de la présente loi.

III. -- Dans les articles L. 112-2, L. 112-3, L. 112-4, L. 112-5, L. 112-14, L. 112-16, L. 112-17, L. 112-18, L. 121-4, L. 121-5, L. 121-9, L. 121-26 (deuxième alinéa), L. 121-28 (10), L. 122-10, L. 122-14, L. 122-18, L. 122-23, L. 122-26, L. 124-3, L. 124-6, L. 124-7, L. 124-8, L. 131-3, L. 131-5, L. 131-6, L. 131-7, L. 131-13, L. 131-14, L. 132-7, L. 142-5, L. 142-8, L. 143-1, L. 151-5, L. 151-6, L. 151-8, L. 151-10, L. 151-11, L. 151-12, L. 151-13, L. 151-14, L. 152-2 (premier alinéa), L. 153-8, L. 162-3, L. 163-1, L. 165-4, L. 165-6, L. 165-26, L. 165-29, L. 171-7, L. 173-3, L. 173-7, L. 183-1, L. 183-2, L. 236-9, L. 311-4, L. 312-9, L. 316-11, L. 317-2, L. 317-3, L. 317-4, L. 323-19, L. 351-2, L. 361-4, L. 373-4, L. 376-5, L. 376-11, L. 378-2, les expressions: <<administrations supérieures>>, <<autorité supérieure>>, <<préfet>>, <<autorité administrative>>, <<sous-préfet>> sont remplacées par les mots: <<représentant de l'Etat dans le département>> et le mot: <<préfectoral>> par les mots: <<du représentant de l'Etat dans le département>>.

IV. -- Dans les articles L. 152-2 (deuxième alinéa), L. 163-15, L. 163-16, L. 163-17, L. 164-1, L. 164-3, L. 164-7, L. 166-2, L. 171-6, L. 312-8, L. 381-8, L. 412-17, L. 412-19, L. 413-3, L. 421-4, L. 421-7, L. 421-10, L. 422-3, l'expression: <<autorité supérieure>> est remplacée par l'expression: <<autorité qualifiée>>.

V. -- Dans les articles L. 122-19, L. 122-22 et L. 131-1, l'expression: <<sous la surveillance de l'administration supérieure>> est remplacée par l'expression: <<sous le contrôle administratif du représentant de l'Etat dans le département>>.

VI. -- Dans l'article L. 121-21, le terme: <<sous-préfet>> est remplacé par le terme: <<maire>>.

VII. -- Dans l'article L. 121-34, l'expression: <<au préfet qui statue sur sa demande après vérification des faits>> est remplacée par l'expression: <<au tribunal administratif>>.

VIII. -- Dans l'article L. 121-35, le terme: <<annulables>> est remplacé par le terme: <<illégaux>>.

IX. -- Dans l'article L. 122-14 est inséré, après le mot <<maire>>, l'expression: <<en tant qu'agent de l'Etat>>.

X. -- Le premier et le deuxième alinéa de l'article L. 122-15 sont remplacés par les dispositions suivantes:

<<Les maires et adjoints, après avoir été entendus ou invités à fournir des explications écrites sur les faits qui leur sont reprochés, peuvent être suspendus par arrêté ministériel pour un temps qui n'excède pas un mois. Ils ne peuvent être révoqués que par décret en conseil des ministres.>>

XI. -- Dans l'article L. 122-19 (6), l'expression: <<et par les articles L. 121-37 et L. 121-39>> est supprimée.

XII. -- Dans l'article L. 122-20 (3), l'expression: <<lorsqu'il s'agit d'emprunts contractés auprès des organismes mentionnés au 1 de l'article L. 121-38>> est supprimée.

XIII. -- Le premier alinéa de l'article L. 122-21 est remplacé par les dispositions suivantes: <<Les décisions prises par le maire en vertu du précédent article sont soumises aux mêmes règles que celles qui sont applicables aux délibérations des conseils municipaux portant sur les mêmes objets.>>

XIV. -- Dans l'article L. 131-1, l'expression: <<autorité supérieure>> est remplacée par l'expression: <<Etat>>.

XV. -- Dans l'article L. 133-3, l'expression: <<à l'article L. 212-9>> est remplacée par l'expression: <<à l'article 11 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions>>.

XVI. -- Dans l'article L. 151-14, l'expression: <<les articles L. 316-9 à L. 316-12>> est remplacée par l'expression: <<les articles L. 316-11 et L. 316-12>>.

XVII. -- Dans l'article L. 161-1, l'expression: <<et après en avoir averti les préfets>> est supprimée.

XVIII. -- Dans l'article L. 162-3, sont supprimées, au premier alinéa, l'expression: <<soumise à approbation de l'autorité supérieure>> et, au deuxième alinéa, l'expression: <<ou dans l'intervalle des sessions, de la commission départementale>>; au quatrième alinéa, l'expression: <<à l'article L. 212-9>> est remplacée par les mots: <<à l'article 11 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions>>.

XIX. -- Dans l'article L. 163-8, deuxième alinéa, l'expression: <<après mise en demeure du préfet>> est supprimée.

XX. -- Dans l'article L. 163-10, premier alinéa, l'expression: <<les conditions d'annulation des délibérations, de nullité de droit et de recours>> est supprimée.

XXI. -- Dans l'article L. 163-12, deuxième alinéa, est supprimée l'expression: <<soit par l'invitation du préfet, soit>>.

XXII. -- Le troisième alinéa de l'article L. 164-6 est rédigé ainsi qu'il suit: <<Les conditions de fonctionnement du conseil et les conditions d'exécution de ses délibérations sont celles que fixe le titre II pour les conseils municipaux.>>

XXIII. -- L'article L. 165-35 est rédigé ainsi qu'il suit:

<<Art. L. 165-35. -- Les conditions de fonctionnement du conseil de communauté et les conditions d'exécution de ses délibérations sont déterminées par les dispositions du chapitre Ier du titre II du présent livre qui ne sont pas contraires à celles du présent chapitre.>>

XXIV. -- Dans l'article L. 233-1, est abrogée la deuxième phrase du troisième alinéa.

XXV. -- Dans l'article L. 233-7, premier alinéa, l'expression: <<peuvent être autorisées à majorer>> est remplacée par l'expression: <<peuvent majorer>>; le deuxième alinéa du même article est abrogé.

XXVI. -- Dans l'article L. 233-8, l'expression: <<une majoration temporaire des taux limites peut être autorisée par décret en Conseil d'Etat>> est supprimée et est ajoutée, après l'expression: <<L. 233-7 ci-dessus>>, l'expression: <<la commune ou le groupement peut modifier temporairement les taux limites pour la durée et jusqu'au niveau nécessaire à la couverture des charges intégrales d'électrification que les ressources procurées par le taux limite ne permettent pas d'assurer>>.

XXVII. -- Dans l'article L. 233-32, l'expression: <<par le décret de classement>> est remplacée par l'expression: <<par délibération du conseil municipal>>; le deuxième alinéa du même article est abrogé.

XXVIII. -- Dans l'article L. 233-52, l'expression: <<régulièrement approuvées>> est supprimée.

XXIX. -- Dans l'article L. 236-3, premier alinéa, l'expression: <<lorsque le principe de cet emprunt a été approuvé par l'autorité compétente pour en autoriser la réalisation dans les formes requises pour cette autorisation elle-même.>> est supprimée.

XXX. -- L'article L. 236-5 est ainsi rédigé:

<<Art. L. 236-5. - Les communes peuvent recourir à l'emprunt sous réserve des dispositions des articles suivants.>>

XXXI. -- L'article L. 236-13 est ainsi rédigé:

<<Art. L. 236-13, -- Les communes peuvent accorder des garanties d'emprunts sous réserve des dispositions des articles suivants.>>

XXXII. -- Dans l'article L. 242-2, les mots: <<la Cour>> sont remplacés par les mots: <<la chambre régionale des comptes>>.

XXXIII. -- L'article L. 242-3 est ainsi rédigé:

<<Art. L. 242-3. -- Les comptables des communes et des établissements publics communaux peuvent être condamnés par la chambre régionale des comptes à une amende dont le montant maximum est fixé à 100 F par mois de retard et par compte.>>

XXXIV. -- Dans l'article L. 251-3 (4), l'expression: <<de la région>> est insérée entre les mots: <<de l'Etat>> et les mots: <<du département>>.

XXXV. -- Dans l'article L. 253-2 (8), l'expression: <<prévue au 6 de l'article L. 121-38.>> est supprimée.

XXXVI. -- Dans l'article L. 255-3, deuxième alinéa, l'expression: <<L. 212-9>> est remplacée par les mots: <<11 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions>>.

XXXVII. -- Dans l'article L. 311-7, premier alinéa, l'expression: <<qu'après avis du conseil municipal et en vertu d'un arrêté motivé du préfet>> est remplacée par l'expression: <<qu'après accord du conseil municipal>>.

XXXVIII. -- L'article L. 312-1 est ainsi rédigé:

<<Art. L. 312-1. -- Le conseil municipal statue sur l'acceptation des dons et legs faits à la commune.>>

XXXIX. -- Dans l'article L. 312-2, troisième alinéa, l'expression: <<du préfet>> est remplacée par l'expression: <<du représentant de l'Etat dans le département après avis du président du tribunal administratif>>.

XL. -- L'article L. 312-3 est remplacé par les dispositions suivantes:

<<Art. L. 312-3. -- Les établissements publics communaux acceptent et refusent les dons et legs qui leur sont faits.>>

XLI. -- Dans l'article L. 312-4, troisième alinéa, l'expression: <<l'arrêté du préfet ou>> est supprimée.

XLII. -- Dans l'article L. 312-9, l'expression: <<après avis du président du tribunal administratif>> est ajoutée à la fin du deuxième alinéa.

XLIII. -- Dans l'article L. 316-2, l'expression: <<nulles et de nul effet>> est remplacée par le mot: <<illégal>>.

XLIV. -- a) Dans l'article L. 321-1, premier alinéa, l'expression: <<chargé de la tutelle et du contrôle des administrations communales>> est supprimée.

b) Le 2 du même article est ainsi rédigé:

<<2 D'établir des modèles de cahiers des charges auxquels les communes peuvent se référer pour leurs services exploités sous le régime de la concession ou de l'affermage ainsi que des modèles de règlements auxquels elles peuvent se référer pour leurs services exploités en régie.>>

XLV. -- Le premier alinéa de l'article L. 321-5 est ainsi rédigé:

<<Le conseil national des services publics départementaux et communaux est obligatoirement consulté sur les modèles de cahiers des charges et de règlements prévus à l'article L. 321-1.>>

XLVI. -- Dans l'article L. 322-5, deuxième alinéa, l'expression: <<au titre de ces services publics, des dépenses autres que celles qui résultent de traités ou cahiers des charges dûment approuvés>> est remplacée par l'expression: <<des dépenses au titre de ces services publics>>.

XLVII. -- Dans l'article L. 323-1, premier alinéa, l'expression: <<être autorisés dans les conditions prévues par le 6 de l'article L. 121-38 et les articles L. 121-39 et L. 323-2, à>> est supprimée.

XLVIII. -- Dans l'article L. 323-4, deuxième alinéa, les expressions: <<ou apurés>> et: <<ou apure>> sont supprimées.

XLIX. -- Dans l'article L. 323-11, l'expression: <<L. 314-1>> est supprimée.

L. -- L'article L. 323-16, premier alinéa, est rédigé ainsi qu'il suit: <<Après la délibération du conseil municipal, le maire ouvre une enquête sur le projet.>>

LI. -- Dans l'article L. 323-18, l'expression: <<et agréé par le préfet>> est supprimée.

LII. -- Dans l'article L. 324-4, premier alinéa, l'expression: <<sous réserve de l'autorisation préalable donnée par l'autorité supérieure>> est supprimée; l'expression: <<sont justiciables de la Cour des comptes>> figurant au deuxième alinéa est remplacée par l'expression: <<sont justiciables de la chambre régionale des comptes>>.

LIII. -- Dans l'article L. 331-1, premier alinéa, l'expression: <<des articles L. 121-38 et L. 121-39>> est supprimée.

LIV. -- Dans l'article L. 354-14, l'expression: <<à la demande du conseil municipal>> est supprimée.

LV. -- Dans l'article L. 362-2, premier alinéa, l'expression: <<et approuvés par le préfet>> est supprimée.

LVI. -- Dans l'article L. 362-11, premier alinéa, l'expression: <<régulièrement approuvés par l'autorité supérieure>> est supprimée.

LVII. -- Dans l'article L. 375-4, l'expression: <<et n'est définitive qu'après avoir été approuvée par le préfet>> est supprimée.

LVIII. -- Dans l'article L. 376-12, l'expression: <<sous l'approbation de l'autorité supérieure>> est supprimée.

LIX. -- Dans l'article L. 381-1, premier alinéa, sont supprimées les expressions: <<prise dans les conditions prévues au 6 de l'article L. 121-38 et à l'article L. 121-39>> et <<mentionnés au 6 de l'article L. 121-38>>.

LX. -- Dans l'article L. 381-4, deuxième alinéa, l'expression: <<approuvée dans les mêmes conditions que la décision d'acquiescer>> est supprimée.

LXI. -- Dans l'article L. 411-27, troisième alinéa, l'expression: <<Lorsque l'affiliation a été prononcée>> est supprimée et le mot: <<alors>> est ajouté après les mots: <<la commune est>>.

LXII. -- Dans l'article L. 412-2, l'expression: <<soumises à l'approbation de l'autorité supérieure>> est supprimée.

LXIII. -- Dans l'article L. 412-18, deuxième alinéa, l'expression: <<à condition qu'ils soient agréés par l'autorité supérieure>> est supprimée.

LXIV. -- Dans l'article L. 412-38, deuxième alinéa, l'expression: <<approuvée par l'autorité supérieure>> est supprimée.

LXV. -- Dans l'article L. 412-40, l'expression: <<et avec l'agrément de l'autorité supérieure>> est supprimée.

LXVI. -- L'article L. 412-48 est ainsi rédigé:

<<Art. L. 412-48. -- Les gardes champêtres sont agréés par le procureur de la République et assermentés.>>

LXVII. -- L'article L. 412-49 est ainsi rédigé:

<<Art. L. 412-49. -- Les agents de la police municipale nommés par le maire doivent être agréés par le procureur de la République.>>

LXVIII. -- Dans l'article L. 414-14, troisième alinéa, le mot: <<préfet>> est remplacé par les mots: <<maire ou président de syndicat de communes>>.

LXIX. -- Le premier et le deuxième alinéa de l'article L. 414-23 sont ainsi rédigés:

<<Les gardes champêtres peuvent être suspendus et révoqués par le maire.

<<La suspension ne peut durer plus d'un mois.>>

LXX. -- Le premier alinéa de l'article L. 414-24 est remplacé par les dispositions suivantes:

<<Les agents de la police municipale peuvent être suspendus et révoqués par le maire.

<<La suspension ne peut durer plus d'un mois.>>

Article 22.

Outre les dispositions prévues par l'article précédent, sont abrogées toutes les dispositions prévoyant l'annulation, par le Gouvernement ou ses représentants, des délibérations, arrêtés et actes des autorités communales et toutes les dispositions soumettant à approbation ces délibérations, arrêtés et actes ainsi que les conventions passées par les autorités communales.

TITRE II

DES DROITS ET LIBERTES DU DEPARTEMENT

CHAPITRE Ier

Des institutions départementales.

Article 23.

Le conseil général règle par ses délibérations les affaires du département.

Le département apporte aux communes qui le demandent son soutien à l'exercice de leurs compétences.

Article 24.

Le conseil général élit son président et les autres membres de son bureau.

Le bureau est composé du président, de quatre à dix vice-présidents et éventuellement d'un ou plusieurs autres membres.

Le conseil général peut déléguer l'exercice d'une partie de ses attributions au bureau, à l'exception de celles visées aux articles 50, 51 et 52 de la présente loi.

Article 25.

Le président du conseil général est l'organe exécutif du département.

Il prépare et exécute les délibérations du conseil général.

Il est l'ordonnateur des dépenses du département et prescrit l'exécution des recettes départementales, sous réserve des dispositions particulières du code général des impôts relatives au recouvrement des recettes fiscales des collectivités locales.

Il est le chef des services du département. Il peut, sous sa surveillance et sa responsabilité, donner délégation de signature en toute matière aux responsables desdits services.

Le président du conseil général gère le domaine du département. A ce titre, il exerce les pouvoirs de police afférents à cette gestion, notamment en ce qui concerne la circulation sur ce domaine, sous réserve des attributions dévolues aux maires par le code des communes et au représentant de l'Etat dans le département ainsi que du pouvoir de substitution du représentant de l'Etat dans le département prévu au paragraphe III de l'article 34 ci-dessous.

Article 26.

Les services ou parties de services de la préfecture nécessaires à la préparation et à l'exécution des délibérations du conseil général ainsi qu'à l'exercice des pouvoirs et responsabilités dévolus à l'exécutif du département sont placés, du fait du transfert de l'exécutif départemental résultant de l'article précédent, sous l'autorité du président du conseil général.

Dans chaque département et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi prévue à l'article 1er de la présente loi et relative à la répartition des compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, une convention conclue entre le représentant de l'Etat dans le département et le président du conseil général, et approuvée par arrêté du ministre de l'intérieur, constate la liste des services ainsi placés sous l'autorité du président du conseil général.

Cette convention adapte à la situation particulière de chaque département les dispositions d'une convention type approuvée par décret. A défaut de convention passée dans le délai de trois mois après la publication de la présente loi, cette liste est établie par décret en Conseil d'Etat.

Article 27.

Jusqu'à la publication de la loi prévue à l'article 1er de la présente loi, relative à la répartition des compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, et pour la préparation et l'exécution des délibérations du conseil général, son président peut disposer, en tant que de besoin, de services extérieurs de l'Etat. Le président du conseil général adresse toutes instructions nécessaires pour l'exécution des tâches qu'il confie auxdits services.

Il peut, pendant cette période, sous sa surveillance et sa responsabilité, donner délégation de signature aux chefs desdits services pour l'exécution des missions qu'il leur confie en application de l'alinéa précédent. Un décret en Conseil d'Etat fixe, dans un délai de trois mois après la publication de la présente loi, les conditions et les modalités de la mise à disposition de ces services.

Article 28.

I. -- Les agents de l'Etat affectés, pour l'application de la convention mentionnée à l'article 26, à l'exécution de tâches départementales sont mis à la disposition du président du conseil général et sont placés, pour l'exercice de leurs fonctions, sous l'autorité de celui-ci.

Les agents du département affectés, pour l'application de la convention mentionnée à l'article 26, à l'exécution de tâches de l'Etat sont mis à la disposition du représentant de l'Etat dans le département et sont placés, pour l'exercice de leurs fonctions, sous l'autorité de celui-ci.

II. -- Les personnels des services mentionnés aux articles 26 et 27 restent régis par les statuts qui leur sont applicables lors de l'entrée en vigueur de la présente loi.

En outre, et jusqu'à la date d'entrée en vigueur de la loi fixant le statut du personnel départemental, tout engagement d'un fonctionnaire départemental s'effectue selon les modalités de recrutement, de rémunération et de déroulement de carrière qui étaient appliquées par le département à la date du 15 juillet 1981, pour des emplois équivalents lorsque de tels emplois existaient. Dans le cas contraire, ces modalités doivent être fixées par référence à celles applicables aux emplois de l'Etat équivalents.

Article 29.

La coordination entre l'action des services départementaux et celle des services de l'Etat dans le département est assurée conjointement par le président du conseil général et le représentant de l'Etat dans le département.

Article 30.

Jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi prévue à l'article 1er de la présente loi, relative à la répartition des ressources entre l'Etat, les communes, les départements et les régions, restent à la charge de l'Etat les prestations de toute nature qu'il fournit actuellement au fonctionnement des services transférés à la collectivité départementale par la présente loi ou mis à la disposition de cette collectivité en tant que de besoin, ainsi qu'aux agents de ces services. Dans les mêmes conditions, restent à la charge des départements les prestations de toute nature, y compris celles relatives à l'entretien et l'acquisition des matériels, qu'ils fournissent actuellement au fonctionnement de l'administration préfectorale et des services extérieurs de l'Etat ainsi qu'à leurs agents.

Lorsque ces participations entraînent l'inscription de crédits au budget de l'Etat (titres III et IV) et à la section de fonctionnement du budget du département, le montant de ceux-ci doit être au moins égal à la moyenne des crédits engagés sur les budgets des trois dernières années, à l'exclusion de toutes dépenses engagées à titre exceptionnel.

Article 31.

Le président du conseil général est seul chargé de l'administration; mais il peut déléguer par arrêté, sous sa surveillance et sa responsabilité, l'exercice d'une partie de ses fonctions aux vice-présidents et, en l'absence ou en cas d'empêchement de ces derniers, à d'autres membres du conseil général. Ces délégations subsistent tant qu'elles ne sont pas rapportées.

Article 32.

Le département, des communes et des établissements publics intercommunaux peuvent créer entre eux un établissement public dénommé agence départementale. Cette agence est chargée d'apporter aux collectivités territoriales et aux établissements publics intercommunaux du département qui le demandent une assistance d'ordre technique, juridique ou financier.

Article 33.

En cas de vacance du siège de président pour quelque cause que ce soit, les fonctions de président sont provisoirement exercées par un vice-président, dans l'ordre des nominations et, à défaut, par un conseiller général désigné par le conseil. Il est procédé au renouvellement du bureau, dans le délai d'un mois, selon les modalités prévues à l'article 38.

Toutefois, avant ce renouvellement, il est procédé aux élections qui peuvent être nécessaires pour compléter le conseil général. Si, après les élections complémentaires, de nouvelles vacances se produisent, le conseil général procède néanmoins à l'élection du bureau.

CHAPITRE II

Du représentant de l'Etat dans le département.

Article 34.

I. -- Le représentant de l'Etat dans le département est nommé par décret en conseil des ministres.

Il représente chacun des ministres et dirige les services de l'Etat dans le département, sous réserve des exceptions limitativement énumérées par un décret en Conseil d'Etat.

Il est seul habilité à s'exprimer au nom de l'Etat devant le conseil général.

Le représentant de l'Etat dans le département a la charge des intérêts nationaux, du respect des lois, de l'ordre public et, dans les conditions fixées par la présente loi, du contrôle administratif. S'il n'en est disposé autrement par la présente loi, il exerce les compétences précédemment dévolues au préfet de département en tant que délégué du Gouvernement dans le département. Il est assisté, à cet effet, dans le département, d'un secrétaire général et, le cas échéant, de délégués dans les arrondissements du représentant de l'Etat.

Dans les conditions prévues par la présente loi, il veille à l'exercice régulier de leurs compétences par les autorités du département et des communes.

II. -- Sur leur demande, le président du conseil général et les maires reçoivent du représentant de l'Etat dans le département les informations nécessaires à l'exercice de leurs attributions.

Sur sa demande, le représentant de l'Etat dans le département reçoit des maires et du président du conseil général les informations nécessaires à l'exercice de ses attributions.

III. -- Outre les pouvoirs qu'il tient de l'article L. 131-13 du code des communes, le représentant de l'Etat dans le département est seul compétent pour prendre les mesures relatives au bon ordre, à la sûreté, à la sécurité et à la salubrité publiques, dont le champ d'application excède le territoire d'une commune.

Le représentant de l'Etat dans le département peut, dans le cas où il n'y aurait pas été pourvu par le président du conseil général, et après une mise en demeure restée sans résultat, exercer les attributions dévolues au président du conseil général en matière de police en vertu des dispositions de l'article 25 de la présente loi.

CHAPITRE III

Du fonctionnement du conseil général.

Article 35.

Les conseils généraux ont leur siège à l'hôtel du département.

Ils se réunissent à l'initiative de leur président, au moins une fois par trimestre, dans un lieu du département choisi par le bureau.

Pour les années où a lieu le renouvellement triennal des conseils généraux, la première réunion se tient de plein droit le second vendredi qui suit le premier tour de scrutin.

Article 36.

Par accord du président du conseil général et du représentant de l'Etat dans le département, celui-ci est entendu par le conseil général.

En outre, sur demande du Premier ministre, le représentant de l'Etat dans le département est entendu par le conseil général.

Article 37.

Les conseils généraux sont également réunis à la demande:

du bureau;

ou du tiers des membres du conseil général sur un ordre du jour déterminé, pour une durée qui ne peut excéder deux jours. Un même conseiller général ne peut présenter plus d'une demande de réunion par semestre.

En cas de circonstances exceptionnelles, ils peuvent être réunis par décret.

Article 38.

Lors de la réunion de droit qui suit chaque renouvellement triennal, le conseil général, présidé par son doyen d'âge, le plus jeune membre faisant fonction de secrétaire, élit son président et ses vice-présidents.

Le conseil général ne peut dans ce cas délibérer que si les deux tiers de ses membres sont présents. Si cette condition n'est pas remplie, la réunion se tient de plein droit trois jours plus tard. La réunion peut alors avoir lieu sans condition de quorum.

Le président est élu à la majorité absolue des membres du conseil général pour une durée de trois ans. Si cette élection n'est pas acquise après les deux premiers tours de scrutin, il est procédé à un troisième tour de scrutin et l'élection a lieu à la majorité relative des membres du conseil général. En cas d'égalité des voix, l'élection est acquise au bénéfice de l'âge.

Chaque membre du bureau est élu dans les mêmes conditions que le président et pour la même durée.

Article 39.

Le conseil général établit son règlement intérieur.

Article 40.

Les séances du conseil général sont publiques sauf si celui-ci en décide autrement.

La décision est prise à la majorité absolue des membres présents ou représentés.

Article 41.

Le conseil général ne peut délibérer si la majorité absolue de ses membres en exercice n'est présente.

Toutefois, si le conseil général ne se réunit pas, au jour fixé par la convocation, en nombre suffisant pour délibérer, la réunion se tient de plein droit trois jours plus tard et les délibérations sont alors valables quel que soit le nombre des présents.

Sous réserve des dispositions de l'article 38 de la présente loi, les délibérations du conseil général sont prises à la majorité des suffrages exprimés.

Article 42.

I. -- Huit jours au moins avant la réunion du conseil général, le président adresse aux conseillers généraux un rapport sur chacune des affaires qui doivent leur être soumises.

II. -- Chaque année, le président rend compte au conseil général, par un rapport spécial, de la situation du département, de l'activité et du financement des différents services du département et des organismes qui dépendent de celui-ci. Le rapport précise également l'état d'exécution des délibérations du conseil général et la situation financière du département.

Ce rapport spécial donne lieu à un débat.

III. -- En outre, chaque année, le représentant de l'Etat dans le département informe le conseil général, par un rapport spécial, de l'activité des services de l'Etat dans le département.

Ce rapport spécial donne lieu, éventuellement, à un débat en présence du représentant de l'Etat.

Article 43.

Lorsque le fonctionnement d'un conseil général se révèle impossible, le Gouvernement peut en prononcer la dissolution par décret motivé pris en conseil des ministres; il en informe le Parlement dans le délai le plus bref.

La dissolution ne peut jamais être prononcée par voie de mesure générale.

En cas de dissolution du conseil général, de démission de tous ses membres en exercice ou d'annulation devenue définitive de l'élection de tous ses membres, le président est chargé de l'expédition des affaires courantes. Ses décisions ne sont exécutoires qu'avec l'accord du représentant de l'Etat dans le département. Il est procédé à la réélection du conseil général dans un délai de deux mois. L'assemblée se réunit de plein droit le second vendredi qui suit le premier tour de scrutin.

Le représentant de l'Etat dans le département convoque chaque conseiller général élu pour la première réunion, dont il fixe l'heure et le lieu.

Article 44.

Un conseiller général empêché d'assister à une réunion peut donner délégation de vote, pour cette réunion, à un autre membre de l'assemblée départementale.

Un conseiller général ne peut recevoir qu'une seule délégation.

CHAPITRE IV

De la suppression des tutelles administratives et financières.

Article 45.

Les délibérations, arrêtés et actes des autorités départementales ainsi que les conventions qu'elles passent sont exécutoires de plein droit (1).

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

Article 46.

Les délibérations, arrêtés et actes des autorités départementales ainsi que les conventions qu'elles passent sont transmis dans la quinzaine au représentant de l'Etat dans le département.

Le représentant de l'Etat dans le département défère au tribunal administratif les délibérations, arrêtés, actes et conventions qu'il estime contraires à la légalité dans les deux mois suivant la transmission prévue à l'alinéa précédent (1).

A la demande du président du conseil général, le représentant de l'Etat dans le département l'informe de son intention de ne pas déférer au tribunal administratif une délibération, un arrêté, un acte ou une convention des autorités départementales qui lui a été transmis en application du premier alinéa du présent article.

Le représentant de l'Etat peut assortir son recours d'une demande de sursis à exécution. Il est fait droit à cette demande si l'un des moyens invoqués dans la requête paraît, en l'état de l'instruction, sérieux et de nature à justifier l'annulation de la délibération, de l'arrêté, de l'acte ou de la convention attaqués.

Lorsqu'un des actes administratifs mentionnés au premier alinéa du présent article est de nature à compromettre l'exercice d'une liberté publique ou individuelle... (1), le président du tribunal administratif prononce le sursis dans les quarante-huit heures. La décision relative au sursis du président du tribunal administratif est susceptible d'appel devant le Conseil d'Etat dans la quinzaine de sa notification. En ce cas, le président de la section du contentieux du Conseil d'Etat ou un conseiller d'Etat délégué à cet effet statue dans un délai de quarante-huit heures.

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

Le Gouvernement soumet chaque année, avant le 1er juin, au Parlement, un rapport sur le contrôle a posteriori exercé à l'égard des délibérations, arrêtés, actes et conventions des départements par les représentants de l'Etat dans les départements.

Article 47.

Sans préjudice du recours direct dont elle dispose, si une personne physique ou morale est lésée par un acte administratif d'un département, elle peut demander au représentant de l'Etat dans le département de mettre en oeuvre la procédure prévue à l'article 46 ci-dessus. Le représentant de l'Etat met en oeuvre cette procédure lorsque l'acte en cause ne lui a pas été transmis dans le délai prévu au premier alinéa dudit article.

Article 48.

L'Etat a la responsabilité de la conduite de la politique économique et sociale ainsi que de la défense de l'emploi.

Néanmoins, sous réserve du respect de la liberté du commerce et de l'industrie, du principe de l'égalité des citoyens devant la loi ainsi que des règles de l'aménagement du territoire définies par la loi approuvant le plan, le département peut intervenir en matière économique et sociale dans les conditions prévues au présent article.

I. -- Lorsque l'intervention du département a pour objet de favoriser le développement économique, il peut accorder des aides directes et indirectes dans les conditions prévues par la loi approuvant le plan.

II. -- Lorsque la protection des intérêts économiques et sociaux de la population départementale l'exige, le département peut accorder des aides directes et indirectes à des entreprises en difficulté pour la mise en oeuvre de mesures de redressement prévues par une convention passée avec celles-ci. Le département peut passer des conventions avec d'autres collectivités territoriales concernées et disposant de moyens adaptés à la conduite de ces actions, notamment au plan financier.

Les mesures visées aux alinéas précédents doivent faire l'objet d'un avis préalable du conseil municipal de la commune où est située l'activité économique concernée.

Les mêmes règles s'appliquent lorsque l'intervention a pour but d'assurer le maintien des services nécessaires à la satisfaction des besoins de la population en milieu rural et que l'initiative privée est défaillante ou absente.

III. -- Sont toutefois exclues, sauf autorisation prévue par décret en Conseil d'Etat, toutes participations dans le capital d'une société commerciale et de tout autre organisme à but lucratif n'ayant pas pour objet d'exploiter les services départementaux ou des activités d'intérêt général dans les conditions analogues à celles prévues, pour les communes, par l'article L. 381-1 du code des communes.

Article 49.

Un département ne peut accorder à une personne de droit privé sa garantie à un emprunt ou son cautionnement que si le montant total des annuités d'emprunts déjà garantis ou cautionnés à échoir au cours de l'exercice, majoré du montant net des annuités de la dette départementale, n'excède pas un pourcentage, défini par décret, des recettes réelles de la section de fonctionnement du budget départemental.

Article 50.

Dans un délai de deux mois précédant l'examen du budget, un débat a lieu au conseil général sur les orientations budgétaires.

Le projet de budget du département est préparé et présenté par le président du conseil général qui est tenu de le communiquer aux membres du conseil général avec les rapports correspondants, dix jours au moins avant l'ouverture de la première réunion consacrée à l'examen dudit budget.

Le budget et les budgets supplémentaires sont votés par le conseil général.

Ils se divisent en section de fonctionnement et section d'investissement.

Article 51.

Les dispositions des articles 7, 8, 9, premier alinéa, et 13 de la présente loi sont applicables aux budgets du département.

La procédure de redressement prévue à l'article 9, deuxième alinéa, de la présente loi s'applique lorsque le déficit est égal ou supérieur à 5 p. 100 des recettes de la section de fonctionnement du budget départemental.

L'arrêté des comptes départementaux est constitué par le vote du conseil général sur le compte administratif établi par le président du conseil général après transmission, au plus tard le 1er juillet de l'année suivant l'exercice, du compte de gestion établi par le comptable du département; le vote du conseil général arrêtant les comptes doit intervenir avant le 1er octobre de l'année suivant l'exercice.

Article 52.

Ne sont obligatoires pour les départements que les dépenses nécessaires à l'acquittement des dettes exigibles et les dépenses pour lesquelles la loi l'a expressément décidé.

La chambre régionale des comptes saisie, soit par le représentant de l'Etat dans le département, soit par le comptable du département, soit par toute personne y ayant intérêt, constate qu'une dépense obligatoire n'a pas été inscrite au budget départemental ou l'a été pour une somme insuffisante. Elle opère cette constatation dans le délai d'un mois à partir de sa saisine et adresse une mise en demeure au département intéressé.

Si, dans le délai d'un mois, cette mise en demeure n'est pas suivie d'effet, la chambre régionale des comptes demande au représentant de l'Etat dans le département d'inscrire cette dépense au budget

départemental et propose, s'il y a lieu, la création de ressources ou la diminution de dépenses facultatives destinées à couvrir la dépense obligatoire. Le représentant de l'Etat dans le département règle et rend exécutoire le budget rectifié en conséquence. S'il s'écarte des propositions formulées par la chambre régionale des comptes, il assortit sa décision d'une motivation explicite.

Article 53.

A défaut de mandatement d'une dépense obligatoire par le président du conseil général dans le mois suivant la mise en demeure qui lui en a été faite par le représentant de l'Etat dans le département, celui-ci y procède d'office.

Le délai prévu à l'alinéa précédent est porté à deux mois si la dépense est égale ou supérieure à 5 p. 100 de la section de fonctionnement du budget primitif.

Article 54.

Le comptable du département est un comptable direct du Trésor ayant qualité de comptable principal. Il ne peut être chargé des fonctions de comptable de l'Etat.

Le comptable du département est nommé par le ministre du budget, après information préalable du président du conseil général.

Il prête serment devant la chambre régionale des comptes.

Il est tenu de produire ses comptes devant la chambre régionale des comptes qui statue par voie d'arrêt.

Article 55.

Le comptable ne peut subordonner ses actes de paiement à une appréciation de l'opportunité des décisions prises par l'ordonnateur. Il ne peut soumettre les mêmes actes qu'au contrôle de légalité qu'impose l'exercice de sa responsabilité personnelle et pécuniaire. Lorsque le comptable suspend le paiement, il est tenu de motiver sa décision.

Lorsque le comptable du département notifie sa décision de suspendre le paiement d'une dépense, le président du conseil général peut lui adresser un ordre de réquisition. Le comptable s'y conforme aussitôt, sauf en cas d'insuffisance de fonds départementaux disponibles, de dépense ordonnancée sur des crédits irrégulièrement ouverts ou insuffisants ou sur des crédits autres que ceux sur lesquels elle devrait être imputée, d'absence totale de justification du service fait et de défaut de caractère libératoire du règlement. L'ordre de réquisition est notifié à la chambre régionale des comptes.

En cas de réquisition, l'ordonnateur engage sa responsabilité propre.

Dans un délai de six mois à compter de la publication de la présente loi, un décret fixera la liste des pièces justificatives que le comptable peut exiger avant de procéder au paiement.

CHAPITRE V

Dispositions diverses et transitoires.

Article 56.

Les dispositions du présent titre sont applicables aux établissements publics départementaux, aux établissements publics interdépartementaux ainsi qu'aux établissements publics communs aux communes et aux départements.

Toutefois et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi relative à la répartition des compétences prévue à l'article 1er de la présente loi, les établissements et services publics sanitaires et sociaux restent soumis aux règles antérieurement applicables, telles qu'elles résultent des lois n 70-1318 du 31 décembre 1970 et n 75-535 du 30 juin 1975 modifiées.

En outre et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi relative à la répartition des compétences prévue à l'article 1er de la présente loi, l'Etat participe aux dépenses d'action sociale et de santé publique dans les conditions prévues aux articles 189 à 192 du code de la famille et de l'aide sociale. Toute délibération d'un département ou d'un établissement public départemental qui entraîne obligatoirement une participation financière de l'Etat ne peut cependant engager celui-ci qu'avec son accord. Cet accord est réputé donné si le représentant de l'Etat dans le département n'a pas fait connaître son opposition dans le délai de deux mois à compter de la transmission faite en application de l'article 46. Toutefois, l'accord de l'Etat n'est exigé que pour sa participation aux dépenses ne résultant pas d'une décision d'admission à l'aide sociale.

Les pouvoirs exercés par le préfet relatifs au service départemental d'incendie et de secours sont transférés au président du conseil général, à l'exception de ceux concernant la mise en oeuvre opérationnelle des moyens relevant de ce service qui continuent d'être exercés par le représentant de l'Etat dans le département. Les modalités d'organisation du service départemental d'incendie et de secours sont

déterminées par un décret en Conseil d'Etat. Celui-ci fixe notamment la composition de la commission administrative dont le représentant de l'Etat dans le département est membre de droit.

Article 57.

La chambre régionale des comptes compétente pour la collectivité territoriale de Mayotte est celle qui est compétente pour le département de la Réunion.

Article 58.

I. -- Les articles 2, 3, 19 (premier alinéa), 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 (premier, deuxième, troisième, quatrième et cinquième alinéa), 33, 34, 35, 36, 46 (24), 47, 47 bis, 51, 52, 54, (troisième et quatrième alinéa), 55, 56, 57, 62, 63 (deuxième alinéa), 66 (deuxième, troisième et cinquième alinéa), 69 à 88, 90 (deuxième alinéa), 91 (premier et deuxième alinéa) de la loi du 10 août 1871 relative aux conseils généraux sont abrogés.

II. -- a) Dans l'article 20 de la loi du 10 août 1871, l'expression: <<ou au président de la commission départementale>> est supprimée; le terme: <<préfet>> est remplacé par l'expression: <<représentant de l'Etat dans le département>>.

b) Dans les articles 37 et 43 de la même loi, l'expression: <<à sa session d'août>> est supprimée.

c) Dans l'article 45 de la même loi, l'expression: <<de la commission départementale>> est remplacée par l'expression: <<du conseil général>>.

d) Dans le premier alinéa de l'article 46 de la même loi, le terme: <<définitivement>> est supprimé.

Dans l'article 46 (25) de la même loi, l'expression: <<sauf lorsque le budget est soumis à approbation>> est supprimée.

Dans l'article 46 (28) de la même loi, l'expression: <<soit sur une proposition du préfet, soit sur l'initiative d'un de ses membres ou de la commission départementale>> est supprimée.

L'article 46 (29) de la même loi est abrogé à partir des mots: <<à la condition que>>.

L'article 46 (30) de la même loi est abrogé à partir des mots: <<lorsque la décision>>.

e) Dans l'article 54 de la même loi, les mots: <<sur l'avis conforme de la commission départementale>> sont supprimés.

f) Dans l'article 89 de la même loi, les mots: <<et après en avoir averti les préfets>> sont supprimés.

g) Dans l'article 90 de la même loi, le premier alinéa est supprimé à partir des mots: <<soit par la commission départementale>> et, dans le troisième alinéa, l'expression: <<sous les réserves énoncées aux articles 47 et 49 de la présente loi>> est supprimée.

III. -- Dans les articles de la loi du 10 août 1871 non abrogés par la présente loi, l'expression: <<président du conseil général>> est substituée à celle de: <<préfet>>.

IV. -- Les articles 2, 3, 7, 8 et 11 de la loi du 28 pluviôse an VIII et l'article 2-9 de la section III de la loi des 22 décembre 1789 et 8 janvier 1790 sont abrogés.

V. -- Le deuxième alinéa (1) de l'article 61 de la loi du 10 août 1871 est abrogé à compter de l'entrée en vigueur de la loi mentionnée au premier alinéa de l'article 30 de la présente loi.

VI. -- L'acte dit loi du 2 novembre 1940, interdisant aux collectivités locales l'attribution d'indemnités aux fonctionnaires préfectoraux, est abrogé à compter de l'entrée en vigueur de la loi mentionnée au premier alinéa de l'article 30 de la présente loi.

VII. -- a) Dans l'article 1er, premier alinéa, de l'ordonnance n 45-290 du 24 février 1945 portant création d'un conseil national des services publics départementaux et communaux, est abrogée l'expression: <<chargé de la tutelle et du contrôle des administrations départementales et communales>>.

Le 2 du même article est ainsi rédigé:

<<D'établir des modèles de cahiers des charges auxquels les départements peuvent se référer pour leurs services exploités sous le régime de la concession ou de l'affermage ainsi que des modèles de règlements auxquels ils peuvent se référer pour leurs services exploités en régie.>>

b) Les articles 2 et 3 de l'ordonnance précitée sont abrogés.

c) Le deuxième alinéa de l'article 4 de l'ordonnance précitée est ainsi rédigé:

<<Ce conseil est obligatoirement consulté sur les modèles de cahiers des charges et de règlements prévus au 2 de l'article 1er de la présente ordonnance.>>

VIII. -- L'article 85 de la loi n 47-1465 du 8 août 1947 relative à certaines dispositions d'ordre financier est abrogé, en tant qu'il concerne les départements et leurs établissements publics, à l'expiration d'un délai de dix-huit mois à compter de la publication de la présente loi.

IX. -- a) Au quatrième alinéa de l'article L. 192 du code électoral, l'expression: <<à la session qui suit le renouvellement>> est remplacée par: <<à la réunion qui suit le renouvellement>>.

b) Au premier alinéa de l'article L. 209 du code électoral, l'expression: <<dans les trois jours qui suivent l'ouverture de la session>> est remplacée par l'expression: <<dans les trois jours qui suivent la plus prochaine réunion du conseil général>>.

Au troisième alinéa du même article, l'expression: <<par la commission départementale dans l'intervalle des sessions>> est remplacée par l'expression: <<par le bureau du conseil général réuni à cet effet>>.

c) Les deux derniers alinéas de l'article L. 221 du code électoral sont remplacés par les dispositions suivantes:

<<Toutefois, si le renouvellement d'une série sortante doit avoir lieu dans les trois mois de la vacance, l'élection partielle se fait à la même époque.

<<Le président du conseil général est chargé de veiller à l'exécution du présent article. Il adresse ses réquisitions au représentant de l'Etat dans le département et, s'il y a lieu, au ministre de l'intérieur.>>

d) Les deux derniers alinéas de l'article L. 255 du code électoral sont remplacés par les dispositions suivantes:

<<Aucune décision en matière de sectionnement ne peut être prise dans les six mois qui suivent la date à laquelle le conseil général a été saisi. Dans ce délai, une enquête est ouverte à la mairie de la commune intéressée, et le conseil municipal est consulté par les soins du président du conseil général.

<<Le délai étant écoulé et les formalités observées, le conseil général se prononce sur chaque projet. Les sectionnements ainsi opérés subsistent jusqu'à une nouvelle décision. Le tableau de ces opérations est dressé chaque année par le conseil général, au cours du dernier trimestre. Ce tableau sert pour les élections intégrales qui doivent avoir lieu dans l'année.>>

X. -- Dans le troisième alinéa de l'article L. 163-18 du code des communes, l'expression: <<commission départementale>> est remplacée par l'expression: <<bureau du conseil général>>.

XI. -- Dans tous les articles de loi non modifiés par la présente loi, le terme: <<préfet>> est remplacé par l'expression: <<représentant de l'Etat dans le département>> et le terme: <<sous-préfet>> par l'expression: <<délégué du représentant de l'Etat dans l'arrondissement>>.

XII. -- Sont en outre abrogées toutes les dispositions prévoyant l'annulation par le Gouvernement ou ses représentants des délibérations, arrêtés et actes des autorités départementales et toutes celles soumettant à approbation ces délibérations, arrêtés et actes ainsi que les conventions que passent les autorités départementales.

TITRE III

DES DROITS ET LIBERTES DE LA REGION

Article 59.

Les régions sont des collectivités territoriales. Elles sont administrées par un conseil régional élu au suffrage universel direct.

Le conseil régional règle par ses délibérations les affaires de la région.

Il a compétence pour promouvoir le développement économique, social, sanitaire, culturel et scientifique de la région et l'aménagement de son territoire et pour assurer la préservation de son identité, dans le respect de l'intégrité, de l'autonomie et des attributions des départements et des communes.

Il peut engager des actions complémentaires de celles de l'Etat, des autres collectivités territoriales et des établissements publics situés dans la région, dans les domaines et les conditions qui seront fixés par la loi déterminant la répartition des compétences prévue à l'article 1er de la présente loi.

La région peut passer des conventions avec l'Etat, ou avec d'autres collectivités territoriales ou leurs groupements, pour mener avec eux des actions de leur compétence.

La création et l'organisation des régions en métropole et outre-mer ne portent atteinte ni à l'unité de la République ni à l'intégrité du territoire.

Article 60.

Toutefois, jusqu'à la première réunion des conseils régionaux élus au suffrage universel dans des conditions qui seront déterminées par une loi ultérieure, les régions demeurent des établissements publics régis, sous réserve des modifications qui résultent des articles suivants de la présente loi, par les dispositions de la loi n 72-619 du 5 juillet 1972 et, pour l'Ile-de-France, par la loi n 76-394 du 6 mai 1976. En tant qu'elles ne sont pas contraires à celles de la loi fixant, dans le cadre du statut particulier de la Corse, l'organisation administrative de cette région, les dispositions des articles ci-dessous du présent titre sont applicables à la région de Corse, jusqu'à l'entrée en vigueur des lois qui définissent les compétences de cette région pour tenir compte de ses caractères spécifiques.

CHAPITRE Ier

De l'élargissement des compétences des établissements publics régionaux et du transfert de l'exécutif au président du conseil régional.

Article 61.

L'article 3 de la loi n 72-619 du 5 juillet 1972 et l'article 2 de la loi n 76-394 du 6 mai 1976 sont modifiés comme suit:

<<Le conseil régional par ses délibérations, le président du conseil régional par l'instruction des affaires et l'exécution des délibérations, le comité économique et social par ses avis, concourent à l'administration de la région.>>

Article 62.

L'article 13 de la loi du 5 juillet 1972 précitée et l'article 24 de la loi du 6 mai 1976 précitée sont remplacés par les dispositions suivantes:

<<Dans un délai de trois mois à compter de la publication de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, un décret en Conseil d'Etat fixera notamment la composition des comités économiques et sociaux, les conditions de nomination de leurs membres ainsi que la date de leur installation dans leur nouvelle composition. Les membres des comités économiques et sociaux actuellement en fonction le demeurent jusqu'à cette date.>>

Article 63.

Les dispositions des articles 14 et 15 de la loi du 5 juillet 1972 et des articles 25 et 26 de la loi du 6 mai 1976 sont abrogées et remplacées par les dispositions suivantes:

<<Le comité économique et social est, auprès du conseil régional et du président du conseil régional, une assemblée consultative.

<<Préalablement à leur examen par le conseil régional, le comité économique et social est obligatoirement saisi pour avis des documents relatifs:

<<-- à la préparation et à l'exécution du Plan national dans la région;

<<-- au projet de plan régional de développement et à son bilan annuel d'exécution;

<<-- aux orientations générales du projet de budget régional.

<<A l'initiative du président du conseil régional, il peut être saisi de demandes d'avis et d'études sur tout projet à caractère économique, social ou culturel.

<<Il peut en outre émettre des avis sur toute question entrant dans les compétences de la région.>>

Article 64.

I. -- Le premier alinéa du paragraphe I de l'article 4 de la loi du 5 juillet 1972 précitée est remplacé par les dispositions suivantes:

<<L'établissement public a pour mission, dans le respect des attributions des départements et des communes et, le cas échéant, en collaboration avec ces collectivités et avec l'Etat, de contribuer au développement économique, social et culturel de la région par:>>.

II. -- Le début du premier alinéa de l'article 1er de la loi du 6 mai 1976 précitée est ainsi rédigé:

<<La région d'Ile-de-France a pour mission, dans le respect des attributions des départements et des communes et, le cas échéant, en collaboration avec ces collectivités et avec l'Etat, de contribuer au développement économique, social et culturel...>>

(Le reste sans changement.)

Article 65.

Les dispositions du paragraphe II de l'article 4 de la loi du 5 juillet 1972 et de l'article 9 de la loi du 6 mai 1976 sont remplacées par les dispositions suivantes:

<<Deux ou plusieurs régions peuvent, pour l'exercice de leurs compétences, conclure entre elles des conventions ou créer des institutions d'utilité commune.

<<Le conseil régional peut décider, avec l'autorisation du Gouvernement, d'organiser, à des fins de concertation et dans le cadre de la coopération transfrontalière, des contacts réguliers avec des collectivités décentralisées étrangères ayant une frontière commune avec la région.>>

Article 66.

I. -- Au I de l'article 4 de la loi du 5 juillet 1972 précitée, sont ajoutées les dispositions suivantes:

<<5 Toute participation à des dépenses de fonctionnement liées à des opérations d'intérêt régional direct;

<<6 Toutes interventions dans le domaine économique, dans les mêmes conditions et limites que celles prévues pour les communes par l'article 5 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, sans préjudice des dispositions des 7 et 8 du présent article. Ces mesures doivent faire l'objet d'une consultation préalable des conseils municipaux et des conseils généraux concernés;

<<7 L'attribution pour le compte de l'Etat d'aides financières que celui-ci accorde aux investissements des entreprises concourant au développement régional et à l'emploi dans des conditions prévues par décret;

<<8 La participation au capital des sociétés de développement régional et des sociétés de financement interrégionales ou propres à chaque région, existantes ou à créer, ainsi que des sociétés d'économie mixte.>>

II. -- A l'article 3 de la loi du 6 mai 1976 précitée, sont ajoutées les dispositions suivantes:

<<6 Toute participation à des dépenses de fonctionnement liées à des opérations d'intérêt régional direct;

<<7 Toutes interventions dans le domaine économique, dans les mêmes conditions et limites que celles prévues pour les communes par l'article 5 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, sans préjudice des dispositions des 8 et 9 du présent article. Ces mesures doivent faire l'objet d'une consultation préalable des conseils municipaux et des conseils généraux concernés;

<<8 L'attribution pour le compte de l'Etat d'aides financières que celui-ci accorde aux investissements des entreprises concourant au développement régional et à l'emploi dans des conditions prévues par décret;

<<9 La participation au capital des sociétés de développement régional et des sociétés de financement interrégionales ou propres à chaque région, existantes ou à créer, ainsi que des sociétés d'économie mixte.>>

III. -- A. -- La faculté d'exonérer de la taxe professionnelle, offerte aux collectivités locales et aux communautés urbaines dans les conditions prévues par l'article 1465 du code général des impôts, est étendue aux établissements publics régionaux.

B. -- En conséquence, dans la première phrase du premier alinéa de l'article 1465 du code général des impôts, les mots: <<ainsi que les établissements publics régionaux>> sont insérés après les mots: <<et les communautés urbaines>>.

C. -- Le huitième alinéa de l'article 1465 du code général des impôts est ainsi rédigé:

<<Pour l'application du présent article, les délibérations prises par les conseils municipaux s'appliquent aux impositions perçues au profit des groupements de communes autres que les communautés urbaines.>>

Article 67.

I. -- Le second alinéa de l'article 8 de la loi du 5 juillet 1972 est remplacé par les dispositions suivantes:

<<Il concourt, par ses avis, à l'élaboration du plan national.

<<Il élabore et approuve le plan régional, dans le respect des orientations du plan national et des normes et critères fixés par la loi portant approbation de ce dernier.

<<Le conseil régional consulte les collectivités territoriales intéressées pour l'élaboration du plan régional.

<<Il propose aux collectivités territoriales de la région toutes mesures tendant à favoriser la coordination des investissements publics locaux dans la région.>>

II. -- Il est inséré dans la loi du 6 mai 1976 un article 3-1 ainsi rédigé:

<<Art. 3-1. -- Le conseil régional concourt, par ses avis, à l'élaboration du plan national.

<<Il élabore et approuve le plan régional, dans le respect des orientations du plan national et des normes et critères fixés par la loi portant approbation de ce dernier.

<<Le conseil régional consulte les collectivités territoriales intéressées pour l'élaboration du plan régional.

<<Il propose aux collectivités territoriales de la région toutes mesures tendant à favoriser la coordination des investissements publics locaux dans la région.>>

Article 68.

Il est institué dans chaque région un comité des prêts comportant une majorité d'élus régionaux, départementaux et communaux désignés respectivement par la région, les départements et les communes. Ce comité déterminera les orientations générales des prêts à consentir par la caisse des dépôts et consignations et par la caisse d'aide à l'équipement des collectivités locales pour les équipements publics des établissements publics régionaux, des collectivités locales et de leurs groupements. Il peut être consulté sur les décisions d'attribution des prêts relatifs aux équipements d'intérêt régional dans des conditions fixées par un décret en Conseil d'Etat qui précisera en outre l'organisation de ces comités. Lorsque l'une des collectivités publiques mentionnées à l'alinéa précédent n'a pas pu obtenir de la caisse des dépôts et consignations ou de la caisse d'aide à l'équipement des collectivités locales le prêt sollicité, elle peut en référer au comité régional des prêts. Celui-ci peut demander à la caisse concernée un nouvel examen de la demande.

CHAPITRE II

De la suppression des tutelles administratives.

Article 69.

L'article 7 de la loi du 5 juillet 1972 précitée et l'article 18 de la loi du 6 mai 1976 précitée sont remplacés par les dispositions suivantes:

<<I. -- Les délibérations, arrêtés et actes des autorités régionales, ainsi que les conventions qu'elles passent sont exécutoires de plein droit (1).

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

<<Les délibérations, arrêtés et actes des autorités régionales ainsi que les conventions qu'elles passent sont transmis dans la quinzaine au représentant de l'Etat dans la région.

<<Le représentant de l'Etat dans la région défère au tribunal administratif les délibérations, arrêtés et actes ainsi que les conventions qu'il estime contraires à la légalité dans les deux mois suivant la transmission prévue à l'alinéa précédent (1).

<<Le représentant de l'Etat dans la région, à la demande du président du conseil régional, informe celui-ci de son intention de ne pas déférer au tribunal administratif une délibération, un arrêté, un acte ou une convention des autorités régionales transmis en application des alinéas précédents.

<<Le représentant de l'Etat peut assortir son recours d'une demande de sursis à exécution. Il est fait droit à cette demande si l'un des moyens invoqués dans la requête paraît, en l'état de l'instruction, sérieux et de nature à justifier l'annulation de la délibération, de l'arrêté, de l'acte ou de la convention attaqués.

<<Lorsqu'un des actes administratifs mentionnés au premier alinéa du présent article est de nature à compromettre l'exercice d'une liberté publique ou individuelle... (1), le président du tribunal administratif prononce le sursis dans les quarante-huit heures. La décision relative au sursis du président du tribunal administratif est susceptible d'appel devant le Conseil d'Etat dans la quinzaine de sa notification. En ce cas, le président de la section du contentieux du Conseil d'Etat ou un conseiller d'Etat délégué à cet effet statue dans un délai de quarante-huit heures.

(1) Cf. décision du Conseil constitutionnel en date du 25 février 1982, publiée au Journal officiel du 3 mars 1982.

<<Le Gouvernement soumet chaque année, avant le 1er juin, au Parlement, un rapport sur le contrôle a posteriori exercé à l'égard des délibérations, arrêtés, actes et conventions des régions par les représentants de l'Etat dans les régions.

<<II. -- Sans préjudice du recours direct dont elle dispose, si une personne physique ou morale est lésée par un acte administratif d'une région, elle peut demander au représentant de l'Etat dans la région de mettre en oeuvre la procédure prévue au paragraphe précédent. Le représentant de l'Etat dans la région met en oeuvre cette procédure lorsque l'acte en cause ne lui a pas été transmis dans le délai prévu au même paragraphe.

<<III. -- Jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi prévue à l'article 1er de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, et portant répartition des compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, les établissements et services publics sanitaires et sociaux restent soumis aux règles antérieurement applicables, telles qu'elles résultent des lois n 70-1318 du 31 décembre 1970 et n 75-535 du 30 juin 1975 modifiées.

<<En outre et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi prévue à l'alinéa précédent, toute délibération d'une région qui entraîne obligatoirement une participation financière de l'Etat ne peut engager celui-ci qu'avec son accord.

<<Cet accord est réputé donné si le représentant de l'Etat dans la région n'a pas fait connaître son opposition dans le délai de deux mois à compter de la transmission faite en application du paragraphe I du présent article.>>

Article 70.

Sont abrogées toutes les dispositions prévoyant l'annulation par le Gouvernement ou ses représentants des délibérations, arrêtés et actes des autorités régionales ainsi que toutes celles soumettant à approbation les délibérations et arrêtés ainsi que les conventions qu'elles passent.

CHAPITRE III

Du fonctionnement des institutions régionales.

Article 71.

I. -- Les deux premiers alinéas de l'article 11 de la loi du 5 juillet 1972 précitée et les alinéas 1er et 3 de l'article 22 de la loi du 6 mai 1976 précitée sont remplacés par les dispositions suivantes:

<<Le conseil régional élit un président, des vice-présidents et éventuellement les autres membres de son bureau après chaque renouvellement général ou partiel des assemblées dont sont issus les conseillers régionaux.

<<Il établit son règlement intérieur.

<<Il se réunit, à l'initiative de son président, au moins une fois par trimestre.
 <<Il se réunit également à la demande:
 <<-- du bureau;
 <<-- ou du tiers de ses membres, sur un ordre du jour déterminé, pour une durée qui ne peut excéder deux jours. Un même conseiller régional ne peut présenter plus d'une demande de réunion par semestre.
 <<En cas de circonstances exceptionnelles, il peut être réuni également par décret.
 <<Le règlement intérieur du conseil régional fixe les critères de détermination de l'ordre des nominations des vice-présidents.>>
 II. -- Le premier alinéa de l'article 12 de la loi du 5 juillet 1972 et l'article 23 de la loi du 6 mai 1976 précités sont ainsi rédigés:
 <<Le conseil régional peut déléguer une partie de ses attributions à son bureau, à l'exception de celles relatives au vote du budget, à l'approbation du compte administratif et aux mesures de même nature que celles visées à l'article 52 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions.>>

Article 72.

Il est inséré, dans la loi du 5 juillet 1972 précitée, un article 16-1 et, dans la loi du 6 mai 1976 précitée, un article 27-1, ainsi rédigés:
 <<I. -- Huit jours au moins avant la réunion du conseil régional, le président adresse aux conseillers régionaux un rapport sur chacune des affaires qui doivent leur être soumises.
 <<Les projets sur lesquels le comité économique et social est obligatoirement et préalablement consulté sont adressés simultanément aux membres du conseil régional.
 <<II. -- Chaque année, le président rend compte au conseil régional, par un rapport spécial, de la situation de la région, de l'état d'exécution du plan régional ainsi que de l'activité et du financement des différents services de la région et des organismes qui dépendent de celle-ci. Le rapport précise l'état d'exécution des délibérations du conseil régional et la situation financière de la région.
 <<III. -- En outre, chaque année, le représentant de l'Etat dans la région informe le conseil régional, par un rapport spécial, de l'activité des services de l'Etat dans la région.
 <<Ce rapport spécial donne lieu, éventuellement, à un débat en présence du représentant de l'Etat.>>

Article 73.

L'article 16 de la loi du 5 juillet 1972 précitée et l'article 27 de la loi du 6 mai 1976 précitée sont remplacés par les dispositions suivantes:
 <<Le président du conseil régional est l'organe exécutif de la région.
 <<Il peut déléguer par arrêté, sous sa surveillance et sa responsabilité, l'exercice d'une partie de ses fonctions aux vice-présidents et, en l'absence ou en cas d'empêchement de ces derniers, à d'autres membres du conseil régional. Ces délégations subsistent tant qu'elles n'ont pas été rapportées.
 <<Il prépare et exécute les délibérations du conseil régional.
 <<Il est l'ordonnateur des dépenses de la région et prescrit l'exécution des recettes régionales sous réserve des dispositions particulières du code général des impôts relatives au recouvrement des recettes fiscales des collectivités locales. Il gère le patrimoine de la région.
 <<Il est le chef des services que la région crée pour l'exercice de ses compétences. Il peut, sous sa surveillance et sa responsabilité, donner une délégation de signature aux responsables desdits services. Les services ou parties de services de la mission régionale nécessaires à la préparation et à l'exécution des délibérations du conseil régional ainsi qu'à l'exercice des pouvoirs et responsabilités dévolus à l'exécutif de la région sont placés, du fait du transfert de l'exécutif régional résultant du présent article, sous l'autorité du président du conseil régional.
 <<Dans chaque région, une convention conclue entre le représentant de l'Etat dans la région et le président du conseil régional, et approuvée par arrêté du ministre de l'intérieur, constate la liste des services ainsi placés sous l'autorité du président du conseil régional. Cette convention adapte à la situation particulière de chaque région les dispositions d'une convention type approuvée par décret. A défaut de convention passée dans le délai de trois mois après la publication de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, cette liste est établie par décret en Conseil d'Etat.>>

Article 74.

Il est créé un article 16-2 dans la loi du 5 juillet 1972 et un article 27-2 dans la loi du 6 mai 1976 ainsi rédigés:
 <<Jusqu'à la publication de la loi prévue à l'article 1er de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, et concernant la répartition des

compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, et pour la préparation et l'exécution des délibérations du conseil régional, son président peut disposer, en tant que de besoin, de services extérieurs de l'Etat. Le président du conseil régional adresse toutes instructions nécessaires pour l'exécution des tâches qu'il confie auxdits services.

<<Il peut, pendant cette période, sous sa surveillance et sa responsabilité, donner délégation de signature aux chefs desdits services pour l'exécution des missions qu'il leur confie en application de l'alinéa précédent.

<<Un décret en Conseil d'Etat fixe, dans un délai de trois mois après la promulgation de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, les modalités de la mise à disposition de ces services.>>

Article 75.

Il est créé, dans la loi du 5 juillet 1972 précitée, un article 16-3 et, dans la loi du 6 mai 1976 précitée, un article 27-3 ainsi rédigés:

<<I. -- Les agents de l'Etat et les agents départementaux affectés, pour l'application de la convention mentionnée à l'article 73 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, à l'exécution de tâches régionales sont mis à la disposition du président du conseil régional et sont placés, pour l'exercice de leurs fonctions, sous l'autorité de celui-ci.

<<Les agents de la région et les agents départementaux affectés, pour l'application de la convention mentionnée à l'article 73 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 précitée, à l'exécution de tâches de l'Etat, sont mis à la disposition du représentant de l'Etat dans la région et sont placés, pour l'exercice de leurs fonctions, sous l'autorité de celui-ci.

<<II. -- Les personnels des services mentionnés aux articles 73 et 74 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 précitée restent régis par les statuts qui leur sont applicables lors de la publication de ladite loi.

<<En outre, et jusqu'à la date d'entrée en vigueur d'une loi fixant le statut du personnel régional, tout engagement d'un fonctionnaire régional s'effectue selon les modalités de recrutement, de rémunération et de déroulement de carrière qui étaient appliquées par le département dans lequel se trouve le chef-lieu de la région à la date du 15 juillet 1981, pour des emplois équivalents lorsque de tels emplois existaient. Dans le cas contraire, ces modalités doivent être fixées par référence aux emplois de l'Etat équivalents.>>

Article 76.

Il est créé un article 16-4 dans la loi du 5 juillet 1972 et un article 27-4 dans la loi du 6 mai 1976 ainsi rédigés:

<<La coordination entre l'action des services régionaux et celle des services de l'Etat dans la région est assurée conjointement par le président du conseil régional et le représentant de l'Etat dans la région.>>

Article 77.

Il est créé un article 16-5 dans la loi du 5 juillet 1972 précitée et un article 27-5 dans la loi du 6 mai 1976 précitée ainsi rédigés:

<<Jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi prévue à l'article 1er de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, et portant répartition des ressources entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, restent à la charge de l'Etat les prestations de toute nature qu'il fournit actuellement au fonctionnement des services transférés à la collectivité régionale par ladite loi ou mis à la disposition de cette collectivité en tant que de besoin ainsi qu'aux agents de ces services. Dans les mêmes conditions, restent à la charge des départements et des régions les prestations de toute nature, y compris celles relatives à l'entretien et l'acquisition de matériels, qu'ils fournissent actuellement au fonctionnement de l'administration préfectorale et des services extérieurs de l'Etat dans les régions ainsi qu'à leurs agents.

<<Lorsque ces participations entraînent l'inscription de crédits au budget de l'Etat (titres III et IV) et à la section de fonctionnement du budget du département et de la région, le montant de ceux-ci doit être au moins égal à la moyenne des crédits engagés sur les budgets des trois dernières années, à l'exclusion de toutes dépenses engagées à titre exceptionnel.>>

Article 78.

Il est créé un article 16-6 dans la loi du 5 juillet 1972 et un article 27-6 dans la loi du 6 mai 1976 ainsi rédigés:

<<En cas de vacance du siège de président du conseil régional pour quelque cause que ce soit, les fonctions de président sont provisoirement exercées, jusqu'au renouvellement du bureau, par un vice-président, dans l'ordre des nominations ou, à défaut, par un conseiller régional désigné par le conseil.>>

CHAPITRE IV

Du représentant de l'Etat dans la région.

Article 79.

Il est inséré dans la loi du 5 juillet 1972 précitée, un article 21-1 et, dans la loi du 6 mai 1976 précitée, un article 36-1 ainsi rédigés:

<<Le représentant de l'Etat dans la région est nommé par décret en conseil des ministres.

<<Il représente chacun des ministres et dirige les services régionaux de l'Etat, sous réserve des exceptions limitativement énumérées par un décret en Conseil d'Etat.

<<Il est seul habilité à s'exprimer au nom de l'Etat devant le conseil régional.

<<Le représentant de l'Etat dans la région a la charge des intérêts nationaux, du respect des lois et, dans les conditions fixées par la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, du contrôle administratif. S'il n'en est pas disposé autrement par ladite loi, il exerce les compétences précédemment dévolues au préfet de région en tant que délégué du Gouvernement dans la région.

<<Dans les conditions prévues par la loi visée à l'alinéa précédent, il veille à l'exercice régulier de leurs compétences par les autorités régionales.

<<Sur sa demande, le président du conseil régional reçoit du représentant de l'Etat dans la région les informations nécessaires à l'exercice de ses attributions.

<<Sur sa demande, le représentant de l'Etat dans la région reçoit du président du conseil régional les informations nécessaires à l'exercice de ses attributions.>>

Article 80.

Dans tous les articles de lois non modifiés par la présente loi, l'expression: <<préfet de région>> est remplacée par l'expression: <<le représentant de l'Etat dans la région>>.

Article 81.

Il est inséré, dans la loi du 5 juillet 1972, un article 21-2 et, dans la loi du 6 mai 1976, un article 36-2 ainsi rédigés:

<<Par accord du président du conseil régional et du représentant de l'Etat dans la région, celui-ci est entendu par le conseil régional.

<<En outre, sur demande du Premier ministre, le représentant de l'Etat dans la région est entendu par le conseil régional.>>

CHAPITRE V

De la suppression de la tutelle financière.

Article 82.

A. -- Il est ajouté, à la loi du 5 juillet 1972 précitée, un article 21-3 et, à la loi du 6 mai 1976 précitée, un article 36-3, ainsi rédigés:

<<I. -- Le comptable de la région est un comptable direct du Trésor ayant qualité de comptable principal.

<<Il ne peut être chargé des fonctions de comptable de l'Etat. Il est nommé par le ministre du budget, après information préalable du président du conseil régional.

<<Le comptable de la région prête serment devant la chambre régionale des comptes.

<<Il est tenu de produire ses comptes devant la chambre régionale des comptes qui statue par voie d'arrêt.

<<II. -- Le comptable ne peut subordonner ses actes de paiement à une appréciation de l'opportunité des décisions prises par l'ordonnateur. Il ne peut pas non plus soumettre les mêmes actes à un contrôle de légalité autre que celui qu'impose l'exercice de sa responsabilité personnelle et pécuniaire. Lorsqu'il suspend le paiement, il est tenu de motiver sa décision.

<<Lorsque le comptable de la région notifie sa décision de suspendre le paiement d'une dépense, le président du conseil régional peut lui adresser un ordre de réquisition. Le comptable s'y conforme aussitôt, sauf en cas d'insuffisance de fonds régionaux disponibles, de dépense ordonnancée sur des crédits irrégulièrement ouverts ou insuffisants ou sur des crédits autres que ceux sur lesquels elle devrait être imputée, d'absence totale de justification du service fait et de défaut de caractère libératoire du règlement.

<<L'ordre de réquisition est notifié à la chambre régionale des comptes.

<<En cas de réquisition, l'ordonnateur engage sa responsabilité propre.>>

B. -- Dans un délai de six mois à compter de la publication de la présente loi, un décret fixera la liste des pièces justificatives que le comptable peut exiger avant de procéder au paiement.

Article 83.

Les dispositions des articles 51, 52 et 53 sont applicables aux actes budgétaires des régions.

TITRE IV**DISPOSITIONS COMMUNES ET RELATIONS ENTRE L'ETAT, LES COMMUNES, LES DEPARTEMENTS ET LES REGIONS****CHAPITRE Ier****Du contrôle financier.****Article 84.**

Il est créé dans chaque région une chambre régionale des comptes. Elle comprend au minimum un président et deux assesseurs.

Les arrêts, avis, propositions, rapports et observations de la chambre régionale des comptes sont délibérés et adoptés collégialement.

Les membres de la chambre régionale des comptes sont des magistrats. Ils sont et demeurent inamovibles.

Article 85.

Le président de la chambre régionale des comptes est un conseiller maître ou un conseiller référendaire à la Cour des comptes nommé, à sa demande et sur proposition du premier président de la Cour des comptes, par décret du Président de la République.

Dans des conditions fixées par leur statut, les membres du corps des conseillers des chambres régionales des comptes pourront accéder, sur proposition du premier président de la Cour des comptes et par décret du Président de la République, aux fonctions de président de chambre régionale des comptes.

Des magistrats de la Cour des comptes peuvent, à leur demande et sur proposition du premier président de la Cour des comptes, être détachés auprès des chambres régionales des comptes.

Chaque chambre régionale des comptes comporte un ou plusieurs commissaires du Gouvernement, choisis parmi les magistrats de la chambre, qui exercent les fonctions du ministère public et sont les correspondants du procureur général près la Cour des comptes.

Des agents de l'Etat ou des collectivités territoriales peuvent être détachés auprès des chambres régionales des comptes pour assister leurs membres dans l'exercice de leurs compétences dans des conditions fixées par décret. Les intéressés ne peuvent exercer aucune activité juridictionnelle.

Article 86.

I. -- Le quatrième alinéa (3) de l'article L. 195 du code électoral est remplacé par les dispositions suivantes:

<<3 Les membres des tribunaux administratifs et des chambres régionales des comptes, dans le ressort de leur juridiction;>>.

II. -- Le quatrième alinéa (3) de l'article L. 231 du code électoral est remplacé les dispositions suivantes:

<<3 Les membres des tribunaux administratifs et des chambres régionales des comptes;>>.

Article 87.

La chambre régionale des comptes juge, dans son ressort, l'ensemble des comptes des comptables publics des collectivités territoriales et de leurs établissements publics, des établissements publics régionaux ainsi que les comptes des personnes qu'elle a déclarées comptables de fait. La Cour des comptes statue en appel.

Elle vérifie sur pièces et sur place la régularité des recettes et dépenses décrites dans les comptabilités des collectivités territoriales et de leurs établissements publics. Elle s'assure du bon emploi des crédits, fonds et valeurs. Elle dispose des mêmes pouvoirs que ceux attribués à la Cour des comptes par l'article 9 de la loi modifiée n° 67-483 du 22 juin 1967 relative à la Cour des comptes.

Elle peut assurer la vérification des comptes et de la gestion des établissements, sociétés, groupements et organismes, quel que soit leur statut juridique, auxquels les collectivités territoriales ou des organismes dépendant de ces collectivités territoriales ainsi que les établissements publics régionaux apportent un concours financier ou dans lesquels elles détiennent séparément ou ensemble plus de la moitié du capital ou des voix dans les organes délibérants, ou exercent un pouvoir prépondérant de décision ou de gestion. Les organismes dont la gestion n'est pas assujettie aux règles de la comptabilité publique et qui bénéficient d'un concours financier d'une collectivité territoriale ou d'un organisme relevant lui-même de sa compétence ou d'une région peuvent être soumis aux mêmes contrôles que ceux exercés par la Cour des comptes en application des dispositions de la loi n° 67-483 du 22 juin 1967 précitée.

Elle concourt au contrôle budgétaire des collectivités territoriales, de leurs établissements publics ainsi que des établissements publics régionaux dans les conditions définies aux articles 7, 8, 9, 11 et 13 du titre Ier, 51 et 52 du titre II et 83 du titre III de la présente loi.

Elle peut présenter aux collectivités territoriales soumises à sa juridiction des observations sur leur gestion.

Article 88.

La Cour des comptes consacre chaque année une partie de son rapport public à la gestion des communes, des départements et des régions, établi notamment sur la base des observations des chambres régionales des comptes.

La Cour des comptes informe les communes, les départements et les régions des observations relatives à leur gestion qu'elle envisage d'insérer dans ce rapport et les invite à lui faire part de leurs réponses.

Celles-ci sont publiées à la suite des observations de la Cour des comptes.

Article 89.

Des lois ultérieures, modifiant notamment la loi n° 67-483 du 22 juin 1967 relative à la Cour des comptes, préciseront les relations de la Cour des comptes et des chambres régionales des comptes, le statut et le régime disciplinaire des membres du corps des conseillers des chambres régionales des comptes. Dès la première année d'installation de celles-ci, la proportion des magistrats recrutés par concours spécial parmi ceux qui y siègent ne pourra être inférieure à la moitié.

Il est créé un corps d'assistants de vérification des chambres régionales des comptes pour assister leurs membres dans l'exercice de leurs compétences. Leur statut est fixé par décret. Les assistants de vérification ne peuvent exercer aucune activité juridictionnelle.

CHAPITRE II

De l'allègement de la tutelle technique.

Article 90.

I. -- Seules peuvent être opposées aux communes, départements et régions:

les prescriptions et procédures techniques prévues par une loi ou un décret pris en application d'une loi et applicables à l'ensemble des personnes physiques comme des personnes morales de droit privé ou de droit public;

les prescriptions et procédures techniques prévues par une loi ou un décret pris en application d'une loi spécialement applicables aux communes, départements et régions. Ces prescriptions et procédures sont réunies dans un code élaboré à cet effet.

L'attribution par l'Etat, par une collectivité territoriale ou par la région ainsi que par tout organisme chargé d'une mission de service public, d'un prêt, d'une subvention ou d'une aide ne peut être subordonnée au respect de prescriptions ou de conditions qui ne répondent pas aux règles définies ci-dessus.

II. -- Un code de prescriptions et de procédures techniques particulières applicables aux communes, départements et régions sera élaboré dans un délai de deux ans après la publication de la présente loi.

Il déterminera les règles particulières applicables aux communes, aux départements et aux régions, notamment en matière d'hygiène, de prévention sanitaire, de sécurité, d'affaires culturelles, d'urbanisme, de construction publique, de lutte contre les pollutions et nuisances et de protection de la nature.

Le code des prescriptions et procédures techniques est élaboré selon la procédure prévue à l'article 1er de l'ordonnance du 2 novembre 1945 relatif à la codification des textes législatifs et réglementaires concernant l'administration départementale et communale.

Toutes les prescriptions qui n'auraient pas été reprises dans ce code dans le délai prévu au premier alinéa du présent paragraphe ne seront pas opposables aux communes, aux départements et aux régions, à leurs groupements, aux établissements publics qui en dépendent ni aux établissements privés ayant passé convention avec elles, à l'exception des établissements hospitaliers.

Article 91.

Un comité d'allègement des prescriptions et procédures techniques, ouvert, dans des conditions définies par décret, aux représentants des régions, est institué au sein du conseil national des services publics départementaux et communaux.

Ce comité propose, notamment avant l'élaboration du code visé au paragraphe II de l'article précédent, toutes mesures d'allègement, de simplification, d'unification ou d'adaptation aux conditions locales des prescriptions et procédures techniques qui s'appliquent aux communes, départements et régions ainsi qu'à leurs établissements publics.

Il est saisi pour avis de tout projet portant création ou codification de prescriptions et de procédures techniques principalement applicables aux communes, départements et régions.

CHAPITRE III

De l'allégement des charges des collectivités territoriales.

Article 92.

Les dispositions du présent chapitre s'appliquent aux communes des territoires d'outre-mer.

Article 93.

A compter du 1er janvier 1982 et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi prévue à l'article 1er de la présente loi et relative à la répartition des compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, une dotation spéciale est attribuée par l'Etat aux établissements publics régionaux et aux collectivités territoriales ou à leurs groupements pour atténuer les charges résultant de leur action culturelle et contribuer au développement de cette action

Cette dotation culturelle comprend deux fractions:

70 p. 100 de la dotation ont pour but d'atténuer la charge résultant de l'action culturelle des collectivités territoriales et des établissements publics régionaux; les modalités de répartition de cette fraction de la dotation seront présentées au Parlement dans le cadre de la loi de finances;

30 p. 100 de la dotation constituent un fonds spécial de développement culturel dont le montant est réparti entre les régions qui en disposent librement.

Article 94.

A compter du 1er janvier 1982, une dotation spéciale est attribuée par l'Etat aux communes pour compenser progressivement la charge supportée par elles pour le logement des instituteurs.

Dans la limite des crédits inscrits dans les lois de finances, cette dotation est, pour chaque département, déterminée pour 1982 par le produit du nombre des instituteurs exerçant dans les écoles publiques des communes par le tiers du montant annuel moyen des indemnités représentatives de logement effectivement versées par les communes du département.

Cette dotation budgétaire est répartie entre les communes du département proportionnellement au nombre des instituteurs logés par chaque commune ou qui reçoivent d'elles une indemnité de logement.

Article 95.

A compter du 1er janvier 1982, la contribution communale aux dépenses de police dans les communes où a été instituée une police d'Etat est supprimée.

En conséquence, sont abrogés les articles L. 132-10 et L. 183-3 du code des communes ainsi que les mots: <<et pour la commune dont la police est étagée le contingent assigné conformément à la loi>> figurant à l'article L. 221-2-6 du même code.

Article 96.

A compter du 1er janvier 1982 et jusqu'à l'entrée en vigueur de la loi prévue à l'article 1er de la présente loi et relative à la répartition des compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, une dotation spéciale est attribuée par l'Etat aux collectivités territoriales pour compenser les dépenses de fonctionnement supportées par elles au titre du service public de la justice ainsi que les dépenses d'équipement et la charge de remboursement des emprunts souscrits par ces collectivités pour la construction ou la rénovation de bâtiments judiciaires lorsque ces opérations sont entreprises dans le cadre de programmes d'équipement définis en accord avec l'Etat. Cette dotation est égale pour 1982 au montant des dépenses constatées dans les comptes administratifs de l'exercice 1981 des collectivités concernées.

Article 97.

Les collectivités territoriales et leurs établissements publics ne peuvent, pour des prestations qui leur sont fournies par des services extérieurs ou des établissements publics de l'Etat, verser directement, sous quelque forme que ce soit, des indemnités aux agents desdits services et établissements publics de l'Etat. Les collectivités territoriales et leurs établissements publics peuvent, dans des conditions fixées par décret en Conseil d'Etat, verser des indemnités supplémentaires aux agents des services extérieurs de l'Etat ou des établissements publics de l'Etat au titre des prestations fournies personnellement par ces agents en dehors de l'exercice de leurs fonctions dans lesdits services et établissements publics de l'Etat.

L'article L. 423-1 du code des communes est abrogé.

Toutefois, les dérogations accordées en application dudit article resteront en vigueur pendant les six mois suivant la publication de la présente loi.

CHAPITRE IV

Dispositions transitoires et diverses.

Article 98.

I. -- Les dispositions des articles 11, 12, 52, 53 et 83 de la présente loi ne sont pas applicables à l'inscription et au mandatement des dépenses obligatoires résultant, pour une collectivité territoriale, un établissement public régional, leurs groupements et leurs établissements publics, d'une décision juridictionnelle passée en force de chose jugée. Ces opérations demeurent régies par la loi n 80-539 du 16 juillet 1980.

II. -- La loi n 75-356 du 15 mai 1975 portant réorganisation de la Corse est complétée par le nouvel article suivant:

<<Art. 4 bis. -- Par dérogation aux dispositions de l'article 25 de la loi n 82-213 du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions, le représentant de l'Etat dans le département de la Corse du Sud est ordonnateur du compte de liquidation de l'ancien département de la Corse; le représentant de l'Etat dans le département de la Haute-Corse en est l'ordonnateur secondaire.>>
Cette disposition entre en vigueur dès la publication de la présente loi.

Article 99.

I. -- Des décrets en Conseil d'Etat procéderont, après avis de la commission supérieure chargée d'étudier la codification et la simplification des textes législatifs et réglementaires, à la codification:

des dispositions de la présente loi concernant la commune, dans le code des communes;

des dispositions de la présente loi intéressant le département, dans un code des départements;

des dispositions de la présente loi intéressant la région, dans un code des régions.

Ces décrets ne devront apporter aux textes codifiés que les adaptations de forme strictement et évidemment nécessaires, à l'exclusion de toute modification de fond.

II. -- Il sera établi ultérieurement un code général des collectivités locales regroupant l'ensemble des dispositions intéressant la commune, le département et la région.

Article 100.

Jusqu'au 1er janvier 1983, les mesures relatives aux actes budgétaires des collectivités territoriales et des régions qui doivent être prises en vertu de la présente loi après intervention de la chambre régionale des comptes sont prises directement par le représentant de l'Etat dans le département ou dans la région. Celui-ci doit, avant de prendre ces mesures, adresser aux autorités locales concernées les propositions et mises en demeure prévues par la présente loi.

Les premiers comptes jugés par les chambres régionales des comptes seront ceux de la gestion de 1983.

Les comptes des exercices antérieurs demeurent respectivement jugés par la Cour des comptes ou arrêtés par les trésoriers-payeurs généraux et les receveurs des finances selon les modalités de répartition des compétences résultant de la loi n 67-483 du 22 juin 1967 précitée.

Article 101.

Lorsqu'il déclenche le plan <<O.R.S.E.C.>> ou tout autre plan d'urgence, le représentant de l'Etat dans le département a autorité sur l'ensemble des moyens des régions, des départements et des communes, qui concourent à la mise en oeuvre de ces plans.

Lorsque plusieurs départements sont concernés, le Premier ministre peut charger un seul représentant de l'Etat de la direction de l'ensemble des opérations de secours.

Article 102.

Tout accroissement net de charges résultant des transferts de compétences effectués entre l'Etat et les collectivités territoriales ou la région sera compensé par un transfert de ressources. Ces ressources seront équivalentes aux charges existantes à la date du transfert et devront évoluer comme la dotation globale de fonctionnement.

Article 103.

Il est créé une dotation globale d'équipement qui se substitue aux subventions spécifiques d'investissement de l'Etat. Cette dotation, libre d'emploi, est versée chaque année par l'Etat aux communes, départements et régions.

La loi prévue à l'article 1er de la présente loi, relative à la répartition des compétences entre les communes, les départements, les régions et l'Etat, fixera les règles de calcul, les modalités de répartition de cette dotation ainsi que les conditions de son évolution. Son montant ne pourra être inférieur à celui des subventions qu'elle remplace.

La loi comportera également des dispositions permettant aux petites communes de garantir leur capacité d'investissement.

TITRE V DISPOSITIONS DIVERSES

Article 104.

Les dispositions de la présente loi relatives au régime des actes administratifs et budgétaires des communes et des départements sont applicables à Paris sous réserve des dispositions prévues à l'article ci-dessous et sous réserve des pouvoirs conférés au préfet de police par les articles 10 et 11 de la loi n° 64-707 du 10 juillet 1964 et par la loi n° 75-1331 du 31 décembre 1975 modifiée portant réforme du régime administratif de la ville de Paris.

Sont abrogés les articles L. 184-7, L. 184-8, L. 264-2, L. 264-3, L. 264-4, L. 264-5, L. 264-6, L. 264-8, L. 264-11, L. 264-12, L. 264-13, L. 264-14, L. 264-15, L. 264-16, L. 264-17 du code des communes.

Sont abrogés les articles 19, 20 et 23 de la loi n° 75-1331 du 31 décembre 1975 précitée.

Article 105.

I. -- Lorsqu'un emploi de la commune de Paris est équivalent à un emploi de la fonction publique d'Etat, le statut particulier de l'emploi de la commune de Paris et la rémunération qui lui est afférente doivent respecter les règles fixées pour l'emploi de l'Etat. Il peut toutefois être dérogé à ces règles lorsqu'un emploi de la commune de Paris et un emploi de la fonction publique d'Etat sont équivalents mais sont soumis, à la date d'entrée en vigueur de la présente loi, à des statuts particuliers différents et bénéficient de rémunérations différentes.

II. -- Lorsqu'un emploi de la commune de Paris est équivalent à un emploi inscrit au tableau figurant dans l'arrêté modifié du 3 novembre 1958, le statut particulier de l'emploi de la commune de Paris et la rémunération qui lui est afférente doivent respecter les règles fixées pour l'emploi inscrit audit tableau. Il peut toutefois être dérogé à ces règles lorsqu'un emploi de la commune de Paris et un emploi inscrit au tableau sont équivalents mais sont soumis, à la date d'entrée en vigueur de la présente loi, à des statuts particuliers différents et bénéficient de rémunérations différentes.

III. -- Le conseil de Paris détermine les statuts particuliers et les rémunérations des emplois autres que ceux visés aux paragraphes I et II.

IV. -- Les statuts particuliers, et les rémunérations qui leur sont afférentes, des emplois du département de Paris sont fixés par le conseil de Paris.

Toutefois:

1 Les conditions de nomination aux emplois fonctionnels de directeur, de sous-directeur et d'ingénieur général, ainsi que les statuts particuliers des corps d'administrateurs et d'attachés sont fixés par décret en Conseil d'Etat;

2 Les échelles indiciaires de traitement sont fixées par le conseil de Paris après avis du conseil administratif supérieur de la commune et du département de Paris dans les conditions déterminées par arrêté du ministre de l'intérieur et de la décentralisation et du ministre du budget;

3 Les indemnités sont fixées par le conseil de Paris dans la limite du plafond fixé par arrêté du ministre de l'intérieur et de la décentralisation et du ministre du budget.

Article 106.

Le titre IV de la présente loi relatif aux dispositions communes et aux relations entre l'Etat, les communes, les départements et les régions est applicable à Paris.

Article 107.

Sans préjudice des dispositions des articles précédents, une loi fixera les modalités d'application à Paris du régime de droit commun dans un délai de six mois.

Article 108.

Les dispositions du titre II ainsi que celles de l'article 71 de la présente loi entreront en vigueur le jour de la première réunion du conseil général qui suivra le renouvellement triennal.

Les autres dispositions du titre III de la présente loi entreront en vigueur le 15 avril 1982. La présente loi sera exécutée comme loi de l'Etat.

Fait à Paris, le 2 mars 1982.

REGOLAMENTO COMUNALE

DEI CONSIGLI DI CIRCOSCRIZIONE

Articolo 1

LE CIRCOSCRIZIONI

L'intero territorio comunale è ripartito, a norma della Legge 8-4-1976, n. 278, in circoscrizioni. Le circoscrizioni sono istituite al fine di promuovere la partecipazione popolare e democratica alla definizione delle scelte comunali ed alla gestione della comunità locale.

Il numero delle circoscrizioni, la loro consistenza e le loro specifiche delimitazioni territoriali sono indicate negli allegati A, B e C del presente regolamento (rispettivamente: descrizione, stradario e cartina), che ne fanno parte integrante.

Articolo 2

ORGANI DEL DECENTRAMENTO E ISTITUTI DELLA PARTECIPAZIONE

Sono organi del decentramento:

- Il Consiglio Circoscrizionale
- **Il Presidente del Consiglio Circoscrizionale**
- L'Ufficio di Presidenza
- Le Commissioni permanenti di lavoro istituite dal Consiglio circoscrizionale
- **La Commissione di coordinamento dei Consigli di Circoscrizione**

Sono istituti della partecipazione:

- L'assemblea di circoscrizione
- Le petizioni popolari

Articolo 3

IL CONSIGLIO CIRCOSCRIZIONE

Il Consiglio Circoscrizionale rappresenta le esigenze della popolazione della Circoscrizione nell'ambito dell'unità del Comune.

Il Consiglio Circoscrizionale si compone di 15 membri eletti a suffragio diretto secondo le disposizioni vigenti in materia e dura in carica per un periodo corrispondente a quello del Consiglio comunale.

Le cause di ineleggibilità e incompatibilità dei consiglieri circoscrizionale sono disciplinate dalla vigente normativa per i Consigli comunali e dalla legge 8-4-1976, n. 278.

Articolo 4

PRIMA SEDUTA DEL CONSIGLIO DI CIRCOSCRIZIONE

Il Consiglio Circostrizionale tiene la prima seduta entro il quindicesimo giorno successivo alla proclamazione degli eletti.

La convocazione della prima seduta e di tutte quelle eventualmente successive fino alla avvenuta nomina del Presidente, è disposta da Sindaco in carica, con invito notificato almeno 5 giorni prima della data fissata per la seduta.

Nella prima seduta, presieduta dal consigliere anziano (con riferimento alla cifra elettorale) il Consiglio circostrizionale provvede:

- alla convalida degli eletti
- all'elezione del Presidente
- all'elezione dell'Ufficio Presidenza, composto da 5 Consiglieri eletti dal Consiglio secondo le modalità di elezione della Giunta comunale.

Articolo 5

CESSAZIONE DELLA CARICA DI CONSIGLIERE DI CIRCOSTRIZIONE: CAUSE E PROCEDURE

I consiglieri circostrizionali decadono dal mandato sia al verificarsi di una delle cause di incompatibilità o di ineleggibilità previste dalla legge, sia non intervenendo a 3 sedute consecutive senza giustificati motivi che vanno resi, a mezzo lettera, al Presidente del Consiglio di Circostrizione, entro la data della seduta del Consiglio.

Il potere di promuovere la procedura di decadenza spetta a qualsiasi consigliere della Circostrizione o da un Consigliere comunale, limitatamente, per quest'ultimo, alle cause di ineleggibilità e di incompatibilità previste dalla legge.

Il presidente è tenuto a notificare entro 10 giorni dalla decisione del Consiglio la proposta di decadenza all'interessato il quale, entro 10 giorni, può presentare le proprie contro deduzioni scritte al Consiglio Circostrizionale, che dovrà pronunciarsi entro il termine inderogabile di 15 giorni.

Qualora la procedura di decadenza dalla carica di consigliere riguardi il Presidente, la notifica dovrà essere effettuata dal Sindaco con le stesse modalità.

Articolo 6

DIMISSIONI DA CONSIGLIERE DI CIRCOSTRIZIONE

Il Consigliere di Circostrizione può dimettersi dalla carica con atto scritto che va indirizzato al Presidente del Consiglio di Circostrizione.

Delle dimissioni il Consiglio di Circostrizione prende atto nella seduta immediatamente successiva alla presentazione delle stesse, deliberandone l'accettazione o il rifiuto che, entro 5 giorni, va notificato al Consigliere interessato.

Le dimissioni sono da considerarsi definitive qualora ripresentate dal Consigliere entro i 5 giorni successivi.

Articolo 7

SURROGA DEI CONSIGLIERI CIRCOSTRIZIONALI

In caso di decadenza, morte o dimissioni di un Consigliere Circoscrizionale, si provvede alla sostituzione nei modi previsti per i Consiglieri Comunali, per i Comuni con popolazione superiore ai 5.000= abitanti.

Articolo 8

CONVOCAZIONI DEL CONSIGLIO DI CIRCOSCRIZIONE

La convocazione dei Consiglieri Circoscrizionali è fatta da Presidente o da chi autorizzato a sostituirlo, a norma del presente regolamento, con avvisi scritti, contenenti gli oggetti iscritti all'ordine del giorno, fatto pervenire almeno tre giorni prima della seduta.

In caso di urgenza è consentito procedere alla convocazione con il solo avviso scritto, fatto pervenire almeno 24 ore prima della seduta: in questo caso se, in apertura di seduta, la maggioranza dei Consiglieri Circoscrizionali presenti non ravvisa le cause d'urgenza, la seduta va riconvocata secondo la normale procedura.

Delle convocazioni del Consiglio Circoscrizionale e degli oggetti da trattare, va data comunicazione alla Giunta Municipale, inoltre l'avviso di convocazione dovrà essere divulgato a mezzo stampa e a mezzo manifesti da affliggersi negli spazi destinati alle comunicazioni degli organi di circoscrizione ed in qualsiasi altro modo che favorisca effettivamente la partecipazione dei cittadini.

Articolo 9

SESSIONI DEL CONSIGLIO DI CIRCOSCRIZIONE

Il Consiglio di Circoscrizione si riunisce di norma almeno una volta ogni due mesi ed ogni qualvolta se ne ravvisi la necessità:

- per determinazione del Presidente
- per determinazione del Sindaco
- su richiesta scritta di almeno cinque consiglieri
- su richiesta scritta di almeno 50 cittadini elettori residenti nella circoscrizione.

Negli ultimi tre casi vanno indicati esattamente gli argomenti da inserire all'ordine del giorno ed il Presidente è tenuto a convocare il Consiglio entro 15 giorni dalla richiesta.

Nel caso di richiesta di cittadini elettori, i primi due firmatari della richiesta stessa possono intervenire nella discussione senza però diritto di voto.

Per la trattazione di particolari problemi, uno o più Consigli, il Sindaco o l'Assessore delegato possono richiedere di tenere sedute congiunte. In tal caso la seduta congiunta è convocata e presieduta dal Sindaco o dall'Assessore delegato.

Articolo 10

REDAZIONE VERBALI E CONSERVAZIONE ATTI CONSIGLI CIRCOSCRIZIONALI

Di ogni decisione, risoluzione o parere, il Segretario, nominato ai sensi del successivo art.14 compila i relativi verbali, che devono contenere il dispositivo di quanto adottato, l'esito delle votazioni, il resoconto sommario degli interventi, documenti, ordini del giorno e quant'altro ciascun Consigliere chieda di verbalizzare.

I verbali, sottoscritti dal Segretario e dal Presidente, sono affissi entro 40 giorni dalla loro adozione all'Albo Pretorio della Circoscrizione per 15 giorni e sottoposti all'approvazione del Consiglio di Circoscrizione nella sua successiva seduta.

Il Segretario curerà la tenuta e la conservazione di tutti gli atti riguardanti la Circoscrizione e l'invio all'Ufficio Decentramento Democratico del Comune di ogni provvedimento degli Organi Circoscrizionali.

Articolo 11

DECADENZA E SCIoglimento DEL CONSIGLIO DI CIRCOSCRIZIONE

Il Consiglio di Circoscrizione decade quando per dimissioni o altre cause abbia perduto la metà più uno dei Consiglieri e questi non possono essere surrogati per mancanza di candidati.

La decadenza è dichiarata dal Consiglio Comunale.

Lo scioglimento è pronunciato con provvedimento, immediatamente esecutivo deliberato a maggioranza di almeno due terzi dei Consiglieri Comunali in carica, con il quale viene altresì designato il Collegio Commissariale composto da due Commissari e da un Presidente.

Il Collegio Commissariale svolge le funzioni del Consiglio Circoscrizionale per un periodo non superiore a due anni, scaduto il quale saranno indette nuove elezioni del Consiglio Circoscrizionale stesso.

Articolo 12

REGOLAMENTO DI GESTIONE

Relativamente allo svolgimento delle sedute, al funzionamento dell'organismo circoscrizionale e all'esercizio dei diritti di ogni consigliere in rapporto alle proprie funzioni, valgono le norme contenute nel regolamento di gestione che costituisce l'allegato "D" al presente regolamento.

Articolo 13

INFORMAZIONI – NOTIZIE – RAPPORTI CON L'AMMINISTRAZIONE COMUNALE

I Consigli di Circoscrizione curano la più ampia informazione dei cittadini sui rispettivi programmi e realizzazioni, nonché sui dibattiti svolti nei rispettivi consigli, utilizzando i mezzi e gli strumenti più opportuni.

A tal fine negli organi di informazione del Comune è riservato adeguato spazio ai Consigli di Circoscrizione, fermo restando il diritto per ogni Circoscrizione di adottare propri strumenti di informazione.

Al Consiglio di Circoscrizione sono estesi, in via permanente, i diritti di visione dei documenti comunali che, previa autorizzazione del Sindaco, spettano ai Consiglieri comunali e limitatamente ai provvedimenti di specifico interesse per la Circoscrizione o di interesse complessivo per l'intera città.

I Consigli di Circoscrizione possono altresì richiedere la partecipazione alle proprie adunanze della Giunta e di tutti i capigruppo del Consiglio comunale.

La Giunta deve riunirsi con il Consiglio di Circoscrizione che lo richieda a maggioranza dei due terzi dei suoi componenti; deve riunirsi con tutti i Consigli di Circoscrizione qualora la richiesta venga avanzata da più della metà dei Consigli di Circoscrizione.

Documentazioni o informazioni possono essere richiesti in forma scritta e, in tal caso, vanno rese di norma entro tre giorni prima della seduta di Circoscrizione, ed in via eccezionale, entro i termini che saranno di volta in volta concordati. Destinatario di tali richieste dovrà essere l'Ufficio Decentramento (il quale dovrà pertanto avere stabili collegamenti con funzionari all'interno delle varie ripartizioni).

Per problemi di particolare rilevanza il Sindaco, anche su richiesta del Consiglio di Circoscrizione, sentito il parere della Giunta e dei capigruppo consiliari, può invitare il Consiglio di Circoscrizione a designare una propria delegazione che assista al Consiglio comunale per illustrare i problemi summenzionati.

Ai Consigli di Circoscrizione debbono essere trasmessi gli estremi delle concessioni edilizie rilasciate dall'Amministrazione comunale dell'ambito del territorio di competenza.

I Consigli di Circoscrizione possono rivolgere interpellanze al Sindaco per conoscere le ragioni dell'adozione o mancata adozione di provvedimenti relativi ai problemi della Circoscrizione o del Comune, alle quali va data risposta entro 20 giorni (con le stesse modalità previste dal Regolamento del Consiglio comunale).

Articolo 14

PERSONALE ADDETTO ALLE CIRCOSCRIZIONI

Per l'espletamento delle funzioni di propria competenza, gli Organi della Circoscrizione si avvalgono di personale comunale con qualifica corrispondente alle funzioni attribuite.

Il personale da adibire ai Servizi ed agli Uffici della Circoscrizione sarà assegnato con appositi provvedimenti deliberativi della Giunta Municipale, tenuto conto sia della necessità di conseguire l'efficienza funzionale e la massima rispondenza agli interventi degli Organi della Circoscrizione e alle esigenze della popolazione in essa residente, sia dell'unitarietà dell'apparato comunale: per tale scopo la Direzione funzionale del personale adibito ai Servizi di cui sopra viene svolta dall'Ufficio Decentramento.

Articolo 15

ELEZIONI DEL PRESIDENTE

Il Presidente del Consiglio di Circoscrizione è eletto a scrutinio segreto, nella prima seduta presenti almeno i due terzi dei Consiglieri in carica.

E' proclamato eletto il Consigliere che ha conseguito la maggioranza assoluta dei Consiglieri della Circoscrizione.

Se dopo due votazioni nessuno dei candidati ha riportato la maggioranza assoluta, si procede ad ulteriore votazione, presente almeno la maggioranza dei Consiglieri in carica, a seguito della quale viene eletto che abbia ottenuto il maggior numero di voti.

In caso di parità di voti si procederà al ballottaggio.

Le deliberazioni relative sono trasmesse al Consiglio comunale che ne verifica la regolarità nella prima seduta.

Articolo 16

DURATA IN CARICA – SOSTITUZIONE TEMPORANEA – DIMISSIONI – RINUNCIA E CAUSE DI CESSAZIONE O SOSPENSIONE DALLA CARICA DI PRESIDENTE DEL CONSIGLIO DI CIRCOSCRIZIONE

Il Presidente del Consiglio di Circoscrizione dura in carica fino all'insediamento del successore.

Cessa dalla carica per revoca, dimissioni, decadenza o morte.

La revoca è effettuata dal Consiglio di Circoscrizione con deliberazione presa a maggioranza assoluta ($1/2 + 1$) dei Consiglieri in carica alla Circoscrizione, sulla base di una proposta motivata scritta da $1/3$ dei Consiglieri della Circoscrizione; tale proposta deve contenere altresì per dimissioni volontarie che devono essere date per iscritto al Consiglio e comunicate anche al Sindaco.

Le dimissioni vanno discusse nella prima seduta; qualora esse vengano accolte, ma non si provveda nella stessa seduta all'elezione di un nuovo Presidente, alle successive convocazioni, provvederà il Consigliere anziano.

La decadenza e la sospensione si verificano nelle stesse condizioni e per le stesse cause previste per il Sindaco.

Il Presidente del Consiglio Circoscrizionale, in caso di temporaneo dichiarato impedimento ad adempiere il proprio Ufficio, è sostituito da un Consigliere Circoscrizionale da lui delegato.

Articolo 17

ATTRIBUZIONE DEI CONSIGLI CIRCOSCRIZIONALI.

Vengono attribuiti ai Consigli Circoscrizionali:

- funzioni di proposta, iniziativa e promozione su qualsiasi problema di particolare interesse per la collettività,
- funzioni consultive generalizzate sui problemi di rilevante interesse cittadino;
- funzioni consultive particolari su problemi di fondamentale rilevanza per la Circoscrizione;
- funzioni deliberative sulle materie indicate dalla Legge 278 ed in particolare sulle materie di cui all'art.20 del Regolamento e delegate dal Consiglio comunale.

Articolo 18

FUNZIONI DI PROPOSTA, INIZIATIVA E PROMOZIONE

Di propria iniziativa o su richiesta dell'Amministrazione Comunale o di altri Enti Locali, il Consiglio Circoscrizionale ha facoltà di proporre provvedimenti circa l'attività dell'Amministrazione Comunale e di quella degli Enti, Organismi o Società nei cui organi gestionali il Comune nomina propri rappresentanti. (Anche se impropriamente, ma per comodità di linguaggio, gli "Enti, organismi o società nei cui organi gestionali il Comune nomina propri rappresentanti" verranno, nel seguito di questo documento definiti con la dizione "Enti Comunali".)

Oltre a ciò, il Consiglio Circoscrizionale può assumere iniziative atte a:

- migliorare la tutela dei diritti costituzionali e civili dei cittadini residenti nella circoscrizione, con particolare riferimento alla attuazione del diritto allo studio e alla giustizia fiscale;
- accrescere la partecipazione dei cittadini alla vita amministrativa e all'impegno sociale, civile e politico;
- concretizzare la solidarietà umana e civile con i popoli del mondo, le popolazioni colpite da sciagure, i gruppi sociali più deboli o emarginati.

Ha infine funzione di promuovere:

- la costituzione di strutture associative nei settori economico- produttivo, culturale ricreativo e sportivo;
- lo sviluppo dell'iniziativa volontaria per la realizzazione di opere, beni e strutture destinate alla circoscrizione;
- iniziative atte ad individuare l'acquisizione di aree, edifici, beni e strutture necessari per servizi sociali del quartiere;
- gli studi e le ricerche necessari alla conoscenza della situazione della circoscrizione, sia in generale sia in rapporto ai singoli problemi;
- lo sviluppo dei rapporti e della collaborazione organica con le Associazioni esistenti a livello cittadino o superiore.

Articolo 19

FUNZIONI CONSULTIVE

Il Consiglio Circoscrizionale ha facoltà di esprimere, già nella fase istruttoria, pareri relativi a provvedimenti dell'Amministrazione Comunale e degli Enti Comunali.

L'Amministrazione comunale è inoltre obbligata a sentire, già nella fase istruttoria, il parere di tutti i Consigli di Circoscrizione su tutte le materie previste dall'Art.12 della L. 278/76, nonché sui programmi dell'A.S.M., sulla loro attuazione e sui seguenti atti:

- a) piani commerciali ed ubicazione dei mercati;
- b) piani di intervento nei settori sociali ed economici;
- c) programmi annuali e pluriennali degli Enti Comunali;
- d) programmi del traffico, della viabilità e del trasporto pubblico;
- e) criteri per la determinazione dei livelli tariffari,
- f) progetti di opere pubbliche di fondamentale rilevanza cittadina;
- g) criteri per l'assegnazione degli alloggi di proprietà del Comune e delle aree destinate ad edilizia economico-popolare.

Il Consiglio Comunale è infine tenuto obbligatoriamente a sentire il parere del Consiglio Circoscrizionale interessato ai provvedimenti relativi a:

- a) piani particolareggiati;
- b) convenzioni urbanistiche;
- c) progetti per la realizzazione di opere e servizi pubblici;
- d) acquisto, alienazione permuta e modificazione di beni e immobili;
- e) piani zonali e agricoli;
- f) insediamenti anche privati di rilevante interesse pubblico;
- g) occupazione di suolo pubblico permanente.

I pareri dei Consiglieri Circoscrizionali hanno valore consultivo e vanno resi all'Amministrazione Comunale nei termini di tempo di volta in volta determinati dalla stessa, ma che comunque non possono essere inferiori a giorni quindici e superiori a giorni novanta e debbono essere richiesti alla Circoscrizione per iscritto.

Articolo 20

FUNZIONI DELIBERATIVE DELEGATE

Sono delegate ai Consigli di Circoscrizione le seguenti funzioni deliberative:

- 1) la formulazione dei programmi poliennali di massima delle Circoscrizioni;
- 2) la individuazione delle opere pubbliche a carattere Circoscrizionale da realizzare sul proprio territorio;
- 3) la formulazione dei programmi per la manutenzione degli edifici di proprietà comunale, con destinazione Circoscrizionale;
- 4) il programma di interventi di manutenzione ordinaria in materia di lavori pubblici nell'ambito Circoscrizionale, nei limiti fissati dal Bilancio comunale; (art.13 della Legge 278/1976);
- 5) interventi di manutenzione di edifici, di impianti sportivi e di aree di verde pubblico, di proprietà dell'Amministrazione comunale;
- 6) attività culturali, sportive e di tempo libero e gestione delle relative strutture;
- 7) progettazione realizzazione degli arredi e gestione di aree di verde pubblico;
- 8) l'ammissione alle istituzioni sociali gestite dal Comune e l'attribuzione delle relative quote di rimborso secondo le norme generali fissate dall'Amministrazione comunale (ammissione a sussidio anziani ed inabili al lavoro – Legge reg. 16.3.1974);
- 9) l'espletamento, per quanto di specifica competenza, degli adempimenti stabiliti nei Regolamenti comunali;
- 10) la intitolazione degli edifici comunali a carattere circoscrizionale, già di competenza consiliare;

- 11) la designazione dei rappresentanti della Circoscrizione stessa, previsti da Leggi o Regolamenti comunali.

Oltre a quanto specificato nei punti precedenti, con apposite delibere integrative, possono essere delegate al Consiglio Circoscrizionale altre funzioni deliberative.

Per le attribuzioni di cui al presente articolo, che si intendono tutte riferite al territorio della Circoscrizione, il Consiglio Circoscrizionale ha funzioni deliberative da esercitarsi con formale provvedimento nell'ambito dei Regolamenti comunali o dei programmi di massima nei quali sono fissati i criteri direttivi e previsti i fondi disponibili stanziati nel Bilancio comunale, all'interno del quale, devono essere pertanto formulati appositi capitoli di spesa per ogni Circoscrizione per quanto attiene le materie oggetto di delibera da parte di esse.

L'apposito atto deliberativo di trasferimento della delega da parte del Consiglio comunale, dovrà indicare, oltre alle attività e alle strutture delegate o affidate al Quartiere, anche il riordino conseguente delle procedure, le modalità di utilizzo e la disponibilità del personale comunale e dell'Assessorato competente, nonché le modalità di rapporto dello stesso con le Circoscrizioni attraverso l'Ufficio Decentramento.

Le deliberazioni adottate dal Consiglio Circoscrizionale, nell'esercizio di funzioni proprie o delegate, sono rimesse al Sindaco entro 10 giorni dalla pubblicazione, e diventano atti del Comune, a tutti gli effetti, se non vengono sospesi con atto formale e motivato della Giunta Municipale nel termine di 15 giorni.

La Giunta Municipale, qualora decida di sospendere il provvedimento, deve darne immediata comunicazione al Consiglio di Circoscrizione, il quale, dopo averlo riesaminato, può confermare la propria decisione; in questo caso il provvedimento verrà trasmesso direttamente al Consiglio comunale nella sua prima convocazione successiva.

Il Consiglio comunale adotta le deliberazioni definitive sulle contro deduzioni eventuali del Consiglio di Circoscrizione.

Sia le deliberazioni del Consiglio Circoscrizionale divenute atti del Comune per decorrenza dei termini, sia le deliberazioni adottate dal Consiglio comunale seguito di riesame sono soggette alle forme di pubblicità e di controllo previste dalla legge per gli atti del Comune.

Articolo 21

CONCESSIONE DI SALE PER MANIFESTAZIONI

L'Amministrazione comunale assegna, laddove esistono, ad ogni Circoscrizione la disponibilità di edifici, sale e spazi di uso collettivo la cui utilizzazione è consentita per conferenze, convegni, manifestazioni artistiche, culturali, sportive, ricreative, scientifiche, mostre, iniziative di carattere politico e sindacale promosse da Enti o Associazioni, che svolgono la loro attività nell'ambito della Costituzione Repubblicana e che non abbiano fini di lucro.

Tale utilizzazione è subordinata all'autorizzazione scritta del Presidente il quale, qualora non ritenga di potersi assumere tali responsabilità, può, in casi particolari ed eccezionali proporre la deliberazione al Consiglio di Circoscrizione.

Articolo 22

GESTIONE DEI FONDI ECONOMICI

Il Consiglio di Circoscrizione ha inoltre autonomia di gestione dei fondi economici ad esso assegnati annualmente dal Consiglio comunale secondo le modalità previste dalla deliberazione d'attuazione che costituisce allegato "E" al presente Regolamento.

Il Consiglio di Circoscrizione, entro 30 giorni dall'approvazione del Bilancio comunale, approva il Bilancio di gestione dei fondi economici.

I rendiconti delle spese, sottoscritti dal Presidente e dal Segretario, devono essere presentati alla fine di ogni semestre (30 giugno – 31 dicembre).

Articolo 23

ATTRIBUZIONE DELL'UFFICIO DI PRESIDENZA

L'Ufficio di Presidenza ha il compito di coordinare l'attività del Consiglio e delle Commissioni e di coadiuvare il Presidente nel:

- fissare l'ordine del giorno delle sedute del Consiglio;
- predisporre il Programma di attività;
- proporre il Bilancio di gestione dei fondi economici.

L'ufficio di Presidenza, su convocazione del Presidente, si riunisce di norma almeno prima di ogni seduta di Consiglio.

Articolo 24

ATTRIBUZIONI DEL PRESIDENTE DEL CONSIGLIO DI CIRCOSCRIZIONE

Il Presidente del Consiglio Circoscrizionale:

- rappresenta la Circoscrizione e firma tutti gli atti riguardanti la attività e gli adempimenti di competenza della Circoscrizione;
- cura l'esecuzione delle deliberazioni del Consiglio di Circoscrizione;
- convoca e presiede il Consiglio Circoscrizionale e l'assemblea della Circoscrizione;
- tutela le prerogative dei Consiglieri e garantisce l'esercizio effettivo delle loro funzioni;
- cura l'applicazione dei regolamenti e l'osservanza delle deliberazioni comunali;
- dirige l'attività amministrativa nelle materie assegnate alla Circoscrizione;
- vigila sulla corretta, democratica ed ordinata gestione degli Uffici, servizi ed istituzioni comunali esistenti nella Circoscrizione, riferendone al Consiglio;
- predispone la proposta di relazione annuale sullo stato e sui problemi della Circoscrizione che diventa specifico oggetto di una deliberazione del Consiglio Circoscrizionale ed è inviata al Consiglio comunale per il dibattito generale sullo stato dei Quartieri;
- convoca e presiede l'Ufficio di Presidenza.

Articolo 25

L'ASSEMBLEA

L'Assemblea dei cittadini della Circoscrizione è momento fondamentale della vita del Quartiere. Ha valore di strumento mediante il quale verificare la validità delle scelte fatte, controllare l'attività del Consiglio Circoscrizionale e dell'Amministrazione comunale, e stimolare la partecipazione popolare.

Nelle assemblee hanno diritto di parola tutti i cittadini della Circoscrizione, gli amministratori comunali o degli Enti comunali quando si discuta di problemi riguardanti il rispettivo Ente.

Le decisioni dell'Assemblea hanno valore di raccomandazione verso gli Organi competenti.

Articolo 26

CONVOCAZIONE DELL'ASSEMBLEA

L'Assemblea della Circoscrizione è convocata in seduta ordinaria nel primo trimestre dell'anno per discutere la relazione sullo stato e sui problemi della Circoscrizione.

La convocazione avviene per atto formale del Presidente:

- su decisione del Consiglio Circoscrizionale;
- a seguito di richiesta popolare sottoscritta da almeno un ventesimo degli elettori iscritti alle liste dei seggi componenti la circoscrizione;
- per richiesta della Giunta municipale.

L'atto di convocazione dell'assemblea deve essere emesso entro 5 giorni dalla deliberazione del Consiglio Circoscrizionale o dalla presentazione della richiesta popolare o della Giunta.

Gli avvisi pubblici di convocazione sono esposti almeno cinque giorni prima della data dell'assemblea e contengono i punti di trattazione.

Articolo 27

PETIZIONI POPOLARI

I cittadini residenti nel territorio della circoscrizione possono rivolgere petizioni scritte al Consiglio di Circoscrizione.

Se la petizione è firmata da almeno un trentesimo degli elettori della Circoscrizione, il Consiglio Circoscrizionale, entro trenta giorni dalla presentazione della stessa, delibera se indire una assemblea apposita o adottare altri strumenti atti alla discussione dell'oggetto della richiesta.

Se la petizione è firmata da almeno un decimo del corpo elettorale della circoscrizione, il Consiglio di Circoscrizione deve obbligatoriamente discuterne entro e non oltre il termine di venti giorni trasmettendo il testo della petizione al Consiglio Comunale, con la eventuale richiesta di esame entro i successivi quaranta giorni mediante iscrizione all'O.d.G..

Le firme degli elettori devono essere apposte su appositi moduli, nei quali devono altresì figurare nome, luogo di nascita e data relativa e l'abitazione dei firmatari.

Articolo 28

CONSULTAZIONE POPOLARE

Al fine di permettere ai cittadini della circoscrizione di dare un contributo diretto di idee e proposte su un problema di rilevante interesse generale della circoscrizione, il Consiglio può stabilire di predisporre indagini sulle materie di sua competenza.

Spetta al Consiglio Circoscrizionale stabilire, di volta in volta, oltre che i modi, i tempi per la realizzazione delle indagini, gli orientamenti e le più opportune iniziative da assumere, tenuto conto dei risultati della consultazione.

Articolo 29

PARTECIPAZIONE DELLE CIRCOSCRIZIONI ALLE ATTIVITA' DEL COMUNE

I Consigli di Circoscrizione nominano un proprio Rappresentante nelle commissioni consultive nominate dal Consiglio Comunale già esistenti ed in quelle di futura costituzione.

Articolo 30

COORDINAMENTO

Al fine di realizzare il necessario coordinamento tra i Consigli di Circoscrizione ed il loro collegamento con l'Amministrazione comunale, è costituita la "Commissione comunale per il Decentramento e la partecipazione democratica", di cui fanno parte:

- il Sindaco, che la presiede, o l'Assessore delegato;
- un rappresentante per ogni Gruppo costituitosi in Consiglio comunale;
- il Presidente o un suo delegato e due Consiglieri (uno di maggioranza ed uno di minoranza) per ogni Consiglio Circoscrizionale.

La Commissione ha facoltà di proporre al Consiglio comunale e ai Consigli di Circoscrizione, le modifiche alle disposizioni del presente Regolamento e delle delimitazioni territoriali delle Circoscrizioni: può inoltre formulare proposte e suggerimenti su tutto quanto attiene alla partecipazione e al Decentramento.

La Commissione si riunisce di norma ogni due mesi.

Viene, di norma, convocata dal Sindaco; la Commissione deve essere convocata qualora lo richiedano 1/3 dei suoi componenti (con richiesta scritta) o due Consigli di Circoscrizione (mediante delibera).

Articolo 31

RIUNIONE GENERALE DEI CONSIGLI CIRCOSCRIZIONALI

Per problemi di straordinaria importanza o gravità, la Giunta Municipale può convocare congiuntamente il Consiglio Comunale e tutti i Consigli Circoscrizionali.

Articolo 32**RICHIAMO ALLA LEGGE – DISPOSIZIONI TRANSITORIE E FINALI**

Per quanto non previsto dal presente Regolamento, si richiamano le norme vigenti in materia.

La Commissione consiliare alle Circoscrizioni e alla partecipazione popolare è composta da Consiglieri comunali alla cui nomina procede il Consiglio comunale su indicazione autonoma dei singoli Gruppi consiliari.

Articolo 33**VARIAZIONI DELLE CIRCOSCRIZIONI**

Il numero, la consistenza, la delimitazione delle circoscrizioni possono essere variati dal Consiglio Comunale previa deliberazione adottata con voto favorevole di due terzi dei consiglieri di ciascuna Circoscrizione interessata.

Variazioni toponomastiche e la realizzazione di nuove vie, strade, piazze, vicoli o viali nell'ambito di ogni circoscrizione, comportano soltanto un aggiornamento d'ufficio degli allegati A, B e C.

E' invece di competenza del Consiglio Comunale l'assegnazione e la ripartizione fra le circoscrizioni interessate di eventuali future realizzazioni stradali che riguardino più di una circoscrizione.

ALLEGATO "D"

REGOLAMENTO DI GESTIONE

Il regolamento interno di ciascun Consiglio di Circoscrizione riguarda:

- 1) lo svolgimento delle sedute;
- 2) il funzionamento dell'organismo circoscrizionale;
- 3) l'esercizio dei diritti di ogni consigliere in rapporto alle proprie funzioni.

ART. 1

Il Consiglio Circoscrizionale si riunisce almeno una volta ogni due mesi, nei casi e con le modalità previste dall'art.9 del Regolamento Comunale, nella propria sede.

Qualora circostanze speciali, e gravi e giustificati motivi di ordine pubblico o di forza maggiore, non permettano la riunione nella sede consueta, il Presidente, con apposita deliberazione, determina il luogo di riunione del Consiglio.

ART. 2

Nella stessa sede si riuniscono le Commissioni Consultive di cui agli articoli seguenti e l'Assemblea Circoscrizionale, che potrà essere convocata anche presso altra sede idonea.

ART. 3

Le sedute del Consiglio Circostrizionale sono pubbliche eccetto quando si tratti di questioni concernenti persone.

Il pubblico non ha facoltà di prendere la parola o di intervenire nel dibattito.

Può altresì consegnare, prima che inizi la seduta, a chi la presiede interventi scritti e firmati, indirizzati al Presidente del Consiglio di Circostrizione.

Chi presiede la seduta ha facoltà di leggere tali interventi trattando il punto "Comunicazioni del Presidente".

Il Consiglio può a maggioranza dei 2/3 votare la messa in discussione di tale argomento.

Chi presiede la riunione deve assicurare il rispetto di questa disposizione e, se necessario, dopo aver dato gli opportuni avvertimenti, può ordinare che venga espulso chiunque sia causa di disordini o turbi il regolare svolgimento delle sedute.

Nella sala delle riunioni dovrà essere riservato un apposito spazio a disposizione del pubblico.

ART. 4

Le sedute sono presiedute dal Presidente o, in caso di suo temporaneo impedimento, da un Consigliere espressamente delegato dal Presidente.

In assenza di tale delega la seduta è presieduta dal Consigliere Anziano.

ART. 5

Per la validità della seduta in prima convocazione è richiesta la presenza della metà dei consiglieri; per la validità della seduta in seconda convocazione, che dovrà essere espressamente prevista nell'ordine del giorno, è sufficiente la presenza di n. 4 Consiglieri.

La legalità del numero dei consiglieri deve raggiungersi entro 30 minuti dall'ora fissata nell'avviso di convocazione.

I Consiglieri che dichiarino di astenersi dal votare si computano nel numero dei presenti necessari a rendere legale la seduta, ma non nel numero dei votanti.

I Consiglieri che dichiarino esplicitamente di non partecipare al voto o che escano dalla sala prima della votazione non si computano nel numero necessario a rendere legale la seduta.

ART.6

Le sedute del Consiglio Circostrizionale si articolano nel seguente modo:

- a) appello,
- b) nomina da parte del Presidente di due scrutatori, uno di maggioranza e uno di minoranza, con la collaborazione dei quali il Presidente accerta il risultato delle votazioni e ne proclama l'esito;
- c) "Comunicazioni del Presidente" ed eventuali presentazioni di ordini del giorno;
- d) approvazione del verbale della seduta precedente;

- e) discussione dei punti all'ordine del giorno e votazioni;
- f) interpellanze, interrogazioni e mozioni.

ART. 7

Ogni punto all'O.d.G. comporta una distinta votazione.

Nei casi in cui non sia prevista per Legge la votazione segreta a mezzo schede, si procede per alzata di mano.

ART. 8

Una proposta è approvata quando abbia raccolto la maggioranza assoluta, cioè un numero di voti favorevoli pari alla metà più uno dei votanti.

Non è ammesso il ricorso al ballottaggio se non nel caso espressamente previsto dall'art.15 del "Regolamento Comunale del Consiglio di Circoscrizione".

ART. 9

Il Presidente ha la facoltà di inserire nell'O.d.G. argomenti su cui il Consiglio di Circoscrizione debba unicamente esprimere un parere, il che esclude che su ciò, in tale seduta, si giunga a votazione.

ART. 10

Il Presidente ha il compito di condurre il dibattito e far sì che si svolga in modo pacato e costruttivo.

Egli ha la facoltà di richiamare il Consigliere che dovesse turbare l'ordine durante la seduta.

La parola è concessa ai Consiglieri a turno, seguendo l'ordine delle richieste.

Nel dibattito non è stabilito un limite di tempo agli interventi dei consiglieri, tuttavia il Presidente, ritenuta l'urgenza, può di volta in volta, fissare un limite massimo agli stessi.

Il Presidente può concedere la parola ai componenti delle Commissioni, non Consiglieri, per contributi tecnici e questioni di competenza della o delle Commissioni di appartenenza.

ART. 11

I Consiglieri possono presentare interpellanze, interrogazioni e mozioni su argomenti che riguardano la Circoscrizione.

ART.. 12

L'interrogazione è una domanda, che può essere scritta o verbale, fatta al Presidente, per sapere se un fatto sia vero, se una data informazione è pervenuta al Presidente, se egli intenda comunicare al Consiglio documenti che al richiedente occorrono per trattare un argomento, o se il Presidente sia intenzionato o meno di prendere qualche risoluzione su determinati affari.

Alla interrogazione verbale fatta nel corso della seduta, risponde il Presidente o un suo delegato.

L'interrogante deve limitarsi a dichiarare se la risposta lo soddisfa o meno.

Il Presidente o un suo delegato hanno il diritto di replicare.

Se l'interrogazione è fatta per iscritto, è posta all'O.d.G. della prima seduta consiliare, a meno che il Presidente non ritenga più opportuno rispondere per lettera all'interrogante, omettendo la risposta in Consiglio.

L'interrogazione non può dar luogo a discussione, avendo carattere informativo.

ART. 13

L'interpellanza consiste nel richiedere al Presidente i motivi e gli intendimenti della sua condotta in un determinato affare.

L'interpellanza è fatta per iscritto, deve pervenire al Presidente almeno 24 ore prima della data fissata per la seduta ed è posta all'ordine del giorno della prima seduta.

Essa è svolta dall'interpellante al quale risponde il Presidente o suo delegato, salvo che dichiarare di voler differire la risposta alla seduta successiva.

Se il Consigliere non si ritiene soddisfatto ed intende promuovere una discussione sulla spiegazione data dal Presidente, può presentare una mozione.

Nessuna deliberazione può essere presa a seguito dell'interpellanza, a meno che non sia trasformata in mozione.

ART. 14

Dicesi mozione una proposta concreta, tendente a provocare un giudizio sulla condotta o azione del Presidente, od un voto circa i criteri da seguire nella trattazione di determinato affare.

La mozione può presentarsi per iscritto (ed allora viene iscritta all'O.d.G. della prima seduta) oppure anche seduta stante, verbalmente, come conclusione e conseguenza delle discussioni avvenute.

La mozione importa l'adozione di voto deliberativo.

ART. 15

Il Consiglio di Circoscrizione nomina cinque commissioni consultive permanenti per i settori di intervento concernenti l'attività della Circoscrizione (Lavori pubblici, Urbanistica, Viabilità, Trasporti, Servizi sociali, Igiene e sanità, Istruzione, Cultura, Sport e tempo libero, Agricoltura, Industria, Commercio, Artigianato, Ecologia, Rapporti con le altre Circoscrizioni, Rapporti con le forze sociali e i cittadini).

Ogni commissione è presieduta dal componente dell'Ufficio di Presidenza delegato dal Presidente; essa è costituita inoltre da due consiglieri e da due cittadini esterni.

Ogni consigliere non può far parte di più di una commissione.

ART. 16

Le commissioni rimangono in carica per tutto il mandato del Consiglio di Circoscrizione.

ART. 17

La cessazione da componente la commissione avviene per dimissioni, revoca, decadenza, morte.

La revoca è effettuata dal Consiglio di Circoscrizione con deliberazione presa a maggioranza assoluta dei consiglieri in carica sulla base di una proposta motivata scritta del responsabile della commissione e sottoscritta da almeno un altro componente della commissione.

La decadenza avviene per assenza ingiustificata a tre sedute consecutive della commissione e deve essere votata dal Consiglio di Circoscrizione.

La procedura di decadenza spetta a qualsiasi componente della commissione.

Per le modalità di tale procedura valgono le norme previste dall'art.5 del Regolamento comunale dei Consigli di Circoscrizione.

ART. 18

La convocazione delle commissioni è fatta dal responsabile o, in casi eccezionali e per particolari argomenti, dal Presidente del Consiglio di Circoscrizione.

ART. 19

Le commissioni si riuniscono di regola presso la sede della Circoscrizione.

La commissione a maggioranza può decidere la pubblicità o meno delle sedute e la possibilità di intervento da parte del pubblico nel dibattito fatta salva l'esclusività della commissione per ciò che attiene alla votazione finale.

Art.20

Il responsabile della commissione permanente:

- a) convoca la commissione e ne assicura il regolare svolgimento dei lavori;
- b) cura i rapporti con il Consiglio di Circoscrizione riferendo periodicamente sui lavori della commissione;
- c) presenta al Presidente, perché siano messi all'ordine del giorno, eventuali proposte formulate in sede di Commissione e sottoscritte da almeno uno dei Consiglieri che ne fanno parte; la presentazione al Presidente deve avvenire entro 30 giorni dalla presentazione della proposta in Commissione.

ART. 21

Per singoli problemi non attinenti ad argomenti demandati alle commissioni permanenti o per singoli obiettivi il Consiglio di Circoscrizione può nominare gruppi di lavoro presieduti da un consigliere di circoscrizione.

ART. 22

Delle sedute delle Commissioni deve essere tenuto apposito verbale a cura del responsabile; il verbale entra a far parte dell'archivio della Circoscrizione.

ALLEGATO " E "**IL CONSIGLIO COMUNALE DELIBERA:**

1 - l'assegnazione, ad ogni Consiglio di Circoscrizione di una somma da determinarsi annualmente dal Consiglio Comunale;

2 - i fondi potranno essere utilizzati per la realizzazione di attività culturali di quartieri, per attività promozionali di quartiere nel campo dello sport e della ricreazione, per strumenti di informazione e pubblicazioni illustrative dell'attività dei Consigli di Circoscrizione cittadini per spese minute di cancelleria, per cerimonie;

3 - l'intera somma per i quartieri sarà messa a disposizione dell'Economo comunale ad avvenuta approvazione del Bilancio di previsione annuale del Comune. In caso di ritardata approvazione del Bilancio i Consigli di Circoscrizione potranno utilizzare mese per mese somme non superiori ad 1/12 della somma globale stanziata nell'anno precedente a quello in corso;

4 - di delegare ai Consigli di Circoscrizione la gestione di detti fondi sulla base delle seguenti norme generali:

a) il Presidente del Consiglio di Circoscrizione, nell'esercizio delle funzioni che gli derivano dal "Regolamento comunale dei Consigli di Circoscrizione", può disporre direttamente spese per un importo unitario non superiore a £50.000.= . Per importi superiori la spesa dovrà essere autorizzata preventivamente dal Consiglio di Circoscrizione con apposita deliberazione nella quale dovranno essere indicati:

- motivazione della spesa;

- entità della spesa;

- disponibilità dei fondi.

b) tutte le spese dovranno essere effettuate utilizzando gli appositi buoni d'ordine numerati predisposti dall'Ufficio Economato, sui quali dovranno essere apposte le firme del Presidente e del Segretario della Circoscrizione;

c) ogni buono d'ordine è composto di tre parti uguali delle quali:

- la prima rimarrà alla Segreteria della Circoscrizione;

- la seconda sarà utilizzata per effettuare direttamente la spesa presso la ditta convenzionata con l'amministrazione comunale;

- la terza verrà inviata all'Ufficio Economato.

d) tutte le fatture dovranno essere inviate all'Ufficio Economato che, effettuato il saldo, provvederà a recapitarne copia alla Segreteria del Consiglio di Circoscrizione.

5 - La segreteria della Circoscrizione avrà l'onere di annotare ogni spesa in un apposito registro vidimato dal Sindaco.

Ley 7/1985, de 2 de abril, reguladora de las Bases del Régimen Local
(actualizada a fecha 21/12/03)
 (B.O.E. 3-04-1985)

Don Juan Carlos I,
 Rey de España.

A todos los que la presente vieren y entendieren, sabed:

Que las Cortes Generales han aprobado y Yo vengo en sancionar la siguiente Ley:

Preámbulo.

I.

La organización democrática de nuestra convivencia representada por la [Constitución](#) es un hecho singular de nuestra convulsa historia de los últimos siglos; singular por el grado de sosegado consenso que alcanzó en su elaboración y aprobación, hecho de por sí ya sin precedentes, y singular, también, por la importancia de los asuntos y viejas querellas que abordó; así en lo tocante a libertades y organización territorial del Estado, en torno a los cuales tal historia es pródiga en mostrarnos las notables y graves diferencias que dividían el sentimiento de los ciudadanos y eran causa de profundas alteraciones en la cosa pública.

La implantación de un cimiento tan sólido de convivencia, que vale tanto como decir de futuro, por fuerza ha de producir beneficiosos efectos a lo largo y ancho del ser nacional insuflando nueva savia y nuevas energías en los últimos reductos de la organización social; en una palabra, regenerando un tejido social desatendido cuando no decrepito y lacerado por los sucesivos embates de cuantos vicios y abusos asolaron nuestra vida pública, transformándola en campo de Agramante de quienes disputaban el dominio de las instituciones para satisfacción de privados intereses.

Uno de los ámbitos en que mayores efectos produce y ha producido ya la aprobación de nuestra querida Constitución es el relativo a la Administración local tan necesitada de adaptación a la nueva realidad. En el día son numerosas las pruebas de la urgencia de definir desde el Estado el alcance de la autonomía que se reconoce a estas Entidades tan ricas en historia y en muestras de su importante contribución a la defensa y engrandecimiento de España, pero tan expuestas a sufrir los males que puedan derivarse de una abusiva limitación de su capacidad de actuación en los asuntos que son del procomún de las villas, pueblos, parroquias, alfores, comunidades y otros lugares que con distintos nombres son conocidos en las diferentes regiones de nuestra patria.

La gravedad del asunto no admite demora y mucho menos cuando, por mora de la nueva configuración territorial del Estado, las nuevas Comunidades Autónomas esperan, algunas con impaciencia, a que el Estado trace las líneas maestras definitivas de estas Entidades para, inmediatamente, proceder al ejercicio de las facultades que sus novísimos Estatutos les confían.

Se comprenderá fácilmente que, al elaborar las presentes normas reguladoras del régimen local, el legislador sienta la carga de una especial responsabilidad, que le incita a extender sus reflexiones a todos aquellos ámbitos relacionados con el asunto y a indagar sobre la misma desde todas las perspectivas posibles y en primer lugar volviendo la vista a la Historia. Y es que las Instituciones que conforman el régimen local, además de su importancia intrínseca, además de su inmediata proximidad no ya a colectivos más o menos nutridos, sino a la práctica totalidad de los ciudadanos, poseen extraordinaria densidad histórica; cuentan con un pasado multiseccular susceptible por sí solo de proporcionar valiosas enseñanzas y de orientar el pulso del legislador.

Pensemos ante todo en el Municipio, marco por excelencia de la convivencia civil, cuya historia es en muy buena medida la del Occidente a que pertenecemos. Tanto en España como en Europa el progreso y el equilibrio social han estado asociados desde la antigüedad al esplendor de la vida urbana y al consiguiente florecimiento municipal. Y viceversa, los períodos de estancamiento o de retroceso se han caracterizado igualmente por la simultánea decadencia de las comunidades ciudadanas, que en siglos ya lejanos llegó a consumarse con la ruina y extinción de los Municipios.

Al clausurarse el primer milenio de nuestra era, la confluencia de factores múltiples y de diversa índole provocó el resurgimiento de la poco menos que inexistente vida urbana. Los países de Europa occidental, España entre ellos, volvieron a presenciar la erupción de núcleos humanos compactos. Sus asentamientos dejan de ser meros centros de población para adquirir superior organicidad, personalidad progresivamente definida; para forjar lentamente un régimen jurídico específico. El Municipio, claro es, no equivale sin más a la ciudad, a la materialidad de sus calles y edificios. El Municipio es la organización jurídica peculiar del núcleo urbano y también, con frecuencia, de su entorno geográfico. No se olvide, en efecto, que los nacientes Municipios medievales fueron durante varios siglos instrumentos esenciales de colonización de territorios ganados a los musulmanes. Con el decisivo concurso de los

Municipios y por impulso suyo se repoblaron amplias zonas y se crearon incontables villas y aldeas, organizándose, en suma, extensos términos y alfores estrechamente vinculados a las ciudades respectivas. La expresión más acabada del alcance de la expansión municipal seguramente se encuentra en las numerosas comunidades castellanas de villa y tierra.

Se ha aludido a la singularidad de la organización municipal, pero ¿en que consistió exactamente? Los hombres del siglo XX necesitamos ejercitar nuestra adormecida imaginación, trascender el horizonte histórico inmediato, para comprender cabalmente lo que antaño representó la emergencia del régimen municipal. Es menester recordar la anterior exclusividad de la vida agraria, controlada por entero por sectores señoriales cuya prepotencia se tradujo en el establecimiento y generalización de las relaciones de servidumbre. En ese contexto señorial, el renacimiento de las ciudades y su organización en Municipios posibilita el disfrute de libertades hasta entonces inasequibles; permite redimirse de los malos usos y de la opresión señorial, así como adquirir un estatuto jurídico liberador de las pasadas y pesadas restricciones.

No le faltaban motivos al hombre medieval para pregonar que el aire de la ciudad hace libre. Si el señorío es el arquetipo de la sujeción personal, el Municipio es el reducto de las libertades. En verdad los Municipios son enclaves liberadores en medio del océano señorial de payeses, solariegos, etcétera, sometidos a servidumbre.

No fue, naturalmente, el altruismo de los señores lo que motivó la concesión de esas libertades concretas. La iniciativa y el estímulo provienen de la Corona, interesada en debilitar la hegemonía y contrarrestar la influencia de las fuerzas señoriales, que se erige en protectora y aliada de las ciudades. De ahí que sea la monarquía la que otorga las normas singulares que cimentan el edificio municipal: innumerables y sucesivos fueros, privilegios, franquicias, exenciones, jalonan el régimen jurídico de las poblaciones que, tras recibirlas, se convierten en Municipios. Como consecuencia de ese proceso no se encuentran dos Municipios con idéntico régimen. Antes bien, coexisten tipos o modelos municipales diversos y dotados de distinto grado de desarrollo. Común a los Municipios de realengo es, empero, el contraste jurídico con el señorío rural y la íntima conexión con la monarquía, como lo es, desde luego, haber obtenido generosas dosis de autogobierno consustanciales al Municipio propiamente dicho. Porque, aun obviando los excesos interpretativos de la historiografía liberal, no es cuestionable que los Municipios medievales -principal y precozmente los castellanos- cohonestaron su indiscutida dependencia de la realeza con el goce de amplia autonomía en todos los órdenes.

No obstante, la participación inicialmente igualitaria de la totalidad de los vecinos en el gobierno municipal ni se mantuvo en toda su pureza ni fue demasiado duradera. La aceptación de los criterios de estratificación estamental, a los que se sumaron las acusadas diferencias de riqueza que entre los convecinos provocó en determinadas ciudades la prosperidad comercial, no favorecía la perpetuación de la democracia municipal. La traducción jurídica de las distinciones sociales de base estamental (o económica) introdujo en el seno de las poblaciones un poderoso germen de desunión, engendró incesantes convulsiones y sumió a los Municipios en una situación de crisis permanente.

La tendencia a la oligarquización del gobierno municipal, la descomposición y endémicos desórdenes del régimen urbano, la paralela propensión del poder central (en camino hacia el absolutismo) a fortalecer sus atribuciones en detrimento de la autonomía local, facilitaron la intervención de la monarquía.

Entre mediados del siglo XIV y finales del XV la organización municipal experimentó profundas mutaciones que contribuyeron a estrechar considerablemente el ámbito del anterior autogobierno. Mencionemos, a título de ejemplo, sendas manifestaciones paradigmáticas del fenómeno que se acaba de indicar: las tempranas reformas de Alfonso XI en Castilla y las tardías de Fernando II en Cataluña, distintas y distanciadas en el tiempo, pero inspiradas a la postre en directrices políticas análogas.

A lo largo del bajo medievo los Municipios quedaron, pues, literalmente atenazados de un lado - desde dentro -, por la acción de la nobleza y de los patricios urbanos; de otro - desde fuera -, por las pretensiones intervencionistas de la propia monarquía. La pugna triangular que esmalta el acaecer del Municipio hasta muy avanzado el Antiguo régimen desembocará en todo caso en el menoscabo de los sectores ciudadanos, a pesar de haberse alineado habitualmente en el bando de la realeza. El desarrollo de las oligarquías municipales se vio facilitado por la sustitución de las asambleas abiertas a todos los vecinos (Concejos abiertos) por organismos reducidos (Cabildos, Consells, Ayuntamientos) de los que todavía suelen formar parte, con los titulares de cargos de designación regia y sin confundirse con ellos, otros oficiales en principio rigurosamente electivos. La representatividad de las instituciones municipales es, sin embargo, decreciente. Mientras los oficios concebidos como resortes de protección del común de los vecinos pierden sustantividad, se desnaturalizan o se eclipsan, el fenómeno de patrimonialización de los cargos públicos que recorre Europa rompe el de por sí precario equilibrio y propicia el enquistamiento de las oligarquías locales gracias a la ocupación de los regimientos adquiridos por juro de heredad, transmisibles y perpetuos.

Factores políticos y fiscales condujeron entre tanto a la monarquía a estrechar el cerco. Las vicisitudes del Estado absoluto repercutieron sobre los Municipios en un doble orden de cosas. La formación de aquél supuso, en primer término, el notorio reforzamiento del control sobre el discurrir ciudadano, que se materializará en el despliegue de los corregidores reales por las poblaciones de cierta relevancia de la Corona castellana, sea cual fuere su posición geográfica (de Guipúzcoa a Cádiz, de La Coruña a Murcia). A los efectos que aquí atañen bastará con señalar que los corregidores eran los agentes por excelencia del poder regio y presidentes de los respectivos Ayuntamientos. La consolidación del Estado y los compromisos exteriores de los Austrias originaron, el segundo lugar, muy elevados costes y la consiguiente y crónica penuria de la Hacienda, que no reparó en medios para satisfacer sus perentorias exigencias. De esta suerte, a la desafortunada e inescrupulosa gestión económica de las oligarquías que gobiernan las ciudades, a la fortísima carga fiscal que gravita sobre la población pechera, se sumaron los trastornos ocasionados a los Municipios por el innecesario acrecentamiento de oficios, por la proliferación de las exenciones de villas y lugares de los alfores, por la imposición de múltiples gravámenes. Para alimentarse la Hacienda real vende sin tasa - oficios, villas, baldíos -, a riesgo de empobrecer simultáneamente a los Municipios y de poner en peligro la integridad de sus atrimonios.

La historia del Municipio moderno es, con todo, sumamente compleja y está colmada de hechos de significación ambivalente, de matices aún inexplorados. Desde una óptica general es indudable su decadencia. No obstante, el régimen municipal preliberal tardó en desplomarse; conservó durante un período quizá más prolongado de lo que a menudo se cree parte de su potencia y los rescoldos de su pretérita autonomía distaron de apagarse al punto. ¿Acaso los denostados corregidores, brazo ejecutor de los designios reales, no sirvieron a la vez de freno a los abusos de las minorías poderosas? En el tramo postrero del Antiguo Régimen, la organización municipal que los Austrias habían recibido, conservado y exportado a América, fue objeto de reformas inspiradas en los principios uniformistas y centralizadores característicos de la ilustración. Por más que resulten antagónicos de la orientación que preside esta Ley rehuyamos, en aras del rigor histórico, la tentación de silenciarlos o valorarlos acriticamente. No sería aceptable la atribución al despotismo ilustrado de pretensiones democratizadoras de la vida local. Interesa subrayar, sin embargo, tres vertientes de las reformas aludidas. Su gradación misma no carece de significado, por cuanto insinúa el orden de prioridades de los gobernantes de la época. En una primera etapa se acomete la unificación de los modelos municipales regnícolas.

Se aborda luego el saneamiento de las postradas haciendas locales. Y se ensaya, en fin, la tímida aplicación de determinados mecanismos representativos. Salvo en lo que se refiere al primer aspecto, las transformaciones del longevo régimen municipal absolutista no fueron demasiado profundas, a pesar de lo cual su ejecución tropezó con los intereses estamentales y provocó fuerte resistencia.

La llegada del liberalismo modificó sustancialmente los supuestos del régimen municipal que hasta aquí se ha descrito a grandes rasgos. El espíritu uniformista y centralizado, entonces al servicio de la renovación, se difundió por doquier. La abolición de los privilegios estamentales y la consagración del principio representativo tornó imposible la continuidad de los regimientos perpetuos, alteró por completo el procedimiento de acceso a los cargos municipales y prejuizó la composición de los Ayuntamientos constitucionales. La concepción de la propiedad sustentada por la burguesía no presagiaba precisamente el disfrute pacífico e indefinido de los bienes municipales amortizados. El propósito de racionalizar y dotar de homogeneidad a la actuación pública en el ámbito territorial condujo a la introducción de la fórmula Provincial y a la paralela creación de las Diputaciones.

La versión inicial del régimen local constitucional, regulada en Cádiz, se estableció efectivamente en el trienio liberal.

Se caracterizaba por la implantación de Ayuntamientos de traza uniforme en todas las poblaciones que contaran al menos con 1.000 habitantes y por el tendido de la red Provincial en torno al binomio Diputación-Jefe político. Los integrantes de los Ayuntamientos son elegidos por sufragio indirecto. Es innegable que la articulación de los órganos locales con los del poder central se realizó con el concurso de las técnicas centralizadoras en boga, si bien la esfera de las competencias reservadas a los Ayuntamientos era todavía amplia y, por otra parte, los autores de la Instrucción de 1823 no vacilaron en dar cabida a algunas soluciones que entonces resultaban prudentemente descentralizadoras.

Cuando, tras los consabidos interludios absolutistas se produce la definitiva instalación del sistema constitucional, el legado doceañista en materia de régimen local es prontamente reemplazado por un nuevo modelo de cuño doctrinario que moderados y progresistas comparten en lo fundamental, cierto que con variantes y diferencias de grado no desdeñables. El sufragio indirecto cede ante el directo en su modalidad censitaria. El fortalecimiento del poder ejecutivo y el coetáneo despegue de la Administración del Estado reduplican las posibilidades de controlar eficazmente a las Entidades locales, sometidas, al fin, a la férrea centralización que, ahora ya con miras inmovilistas, los moderados llevaron a sus últimas consecuencias en las leyes municipal y Provincial de 1845. Los progresistas propugnarán, por el contrario, la ampliación del censo y consiguiente extensión del sufragio, la suavización de los

mecanismos centralizadores, el incremento de las facultades de los Ayuntamientos, la plena electividad de los alcaldes. En la mayoría de las ocasiones, tales propuestas carecieron de eco y obtuvieron, en el mejor de los casos, éxitos fugaces. En el periodo isabelino se emprende, por lo demás, y a fuerte ritmo, la desamortización civil, que privó a los Municipios de buena parte de su patrimonio.

La aportación de la inmediata revolución de septiembre al régimen local - que se concretó en la legislación municipal y Provincial de 1870- consistirá en la adopción de sufragio universal, en la electividad de todos los cargos municipales, en el robustecimiento de las Diputaciones Provinciales y en la considerable atenuación del centralismo. Los gobernantes de la restauración no tardaron, sin embargo, en retornar a la orientación del régimen local de corte moderado anterior al sexenio. La modificación en ese sentido de las Leyes de 1870 tuvo lugar en diciembre de 1876.

El Real Decreto de 2 de octubre de 1877 contiene el texto refundido de la última Ley municipal del siglo, a la vez que la regulación del régimen Provincial luego sustituida por la de la Ley de 29 de agosto de 1882.

En verdad, el panorama que ofrecían las instituciones locales finiseculares era desolador. En el plano Provincial, las Diputaciones permanecen subordinadas por completo a los Gobernadores civiles; en el municipal, los Ayuntamientos, escasamente representativos, siguen sometidos a la estrecha tutela del Estado. El poder central continúa investido de atribuciones sobradas para intervenir en la designación de los alcaldes, remover a las autoridades locales o suspender los acuerdos municipales. Los criterios a que respondía la legislación local mencionada, lejos de infundir vitalidad a Ayuntamientos y Diputaciones, propiciaron su parálisis. La incidencia del caciquismo agravó la situación: atrapó al régimen local en las mallas de la inautenticidad, lo rodeó de prácticas corruptoras y lo condenó a pervivir en estado agónico. Los testimonios de los contemporáneos, unánimes a este respecto, no dejan lugar a dudas.

En esa tesitura, el régimen local, constreñido por leyes caducas y asfixiado por la espesa trama caciquil, devino en problemas político de grueso calibre. Al tiempo que una serie de proyectos legislativos predestinados a fracasar desfila por las Cortes, las críticas se generalizan hasta alcanzar en la voz de los regeneracionistas un volumen clamoroso.

Entre tales proyectos merecen ser recordados el de Sánchez Toca de 1891, el de Silvela de 1899 y, sobre todo, el de Maura de 1907, sin duda el más ambicioso y el que fue debatido con mayor ardor. Maura era consciente de la inocuidad de las reformas parciales y de la imposibilidad de frenar la degradación de la vida local sin extirpar el caciquismo y sin invertir la orientación centralizadora que inspiraba las leyes de 1877 y 1882 a la sazón vigentes. El suyo fue el intento más serio y meditado de reconsideración del régimen local en su conjunto, de lucha contra la corrupción y en favor del reforzamiento de los organismos municipales y Provinciales. El proyecto reconocía la diversidad local, derogaba las disposiciones desamortizadoras, fortalecía la posición de los alcaldes, aflojaba la tutela del Estado y simultáneamente pretendía extender la acción de los entes locales por la vía -entre otras- de la municipalización de servicios.

Los proyectos posteriores al de 1907 corrieron la misma suerte. Si hasta entonces la reforma del régimen local había concitado fortísima oposición, el planteamiento con caracteres agudos de la cuestión regional que a continuación sobrevino, al abrir una nueva brecha en el de por sí agrietado sistema político, aumentó las dificultades.

La trayectoria legislativa del régimen local desembocó durante la dictadura de Primo de Rivera en los Estatutos municipal de 8 de marzo de 1924 y Provincial de 20 de marzo de 1925, obra de José Calvo Sotelo íntimamente conectada con el ideario local maurista. El Estatuto municipal participa, en efecto, de la convicción de que el saneamiento de la vida local dependía, en buena parte, del previo abandono de las directrices uniformistas y centralizadoras. Se prestó en consecuencia cierta atención a los Municipios rurales y a las entidades menores, procediéndose, por otro lado, a suprimir algunas de las manifestaciones más rigurosas de la subordinación de los Ayuntamientos a la Administración del Estado y a ensanchar el ámbito de las competencias municipales. Medidas antes previstas por Maura y ya aludidas, como la derogación de la legislación desamortizadora y la municipalización de servicio, fueron igualmente incorporadas al Estatuto, expresión, en definitiva, de las soluciones técnicas que se habían ido gestando en las décadas precedentes y de las doctrinas políticas de signo autoritario, cuyo influjo se traduce, por ejemplo, en la introducción de la representación corporativa. Con independencia de las declaraciones formales en sentido contrario, régimen dictatorial, descentralización y vigorización del régimen local se excluían mutuamente; de hecho, la aplicación de aquellos preceptos de los Estatutos que simbolizaban el reflujo de la centralización se dejó en suspenso y no llegó a producirse.

El rapidísimo bosquejo que antecede sugiere algunas reflexiones, demasiado obvias por su misma elementalidad como para que el legislador prescinda de ellas y las olvide. La experiencia histórica demuestra de modo irrefutable que el florecimiento de la vida local presupone el disfrute de amplia autonomía nutrida por la participación auténtica de los vecinos. Es igualmente indudable que los entes locales precisan recursos suficientes, susceptibles de satisfacer las necesidades y de procurar los servicios

que el administrado requiere y reclama. Tampoco parece cuestionable, por último, que régimen local y régimen político han evolucionado al unísono, vertebrados ambos por idénticos principios.

No por otro motivo la historia tardía de nuestro régimen local es la historia de una prolongada, creciente y devastadora frustración. Cuando, como ocurrió de manera particularmente aleccionadora a partir de mediados del ochocientos, se coarta la participación vecinal, se adultera la representación, se usa y abusa de la centralización, las instituciones locales languidecen hasta agotarse. No se debió al azar que los reiterados intentos de reforma del régimen local de la restauración resultaran a la postre, estériles. El advenimiento del Estado democrático y autonómico exige consolidar de forma definitiva unas instituciones locales capaces de responsabilizarse de sus propios intereses y vivificadoras de todo el tejido del Estado.

II.

Como demuestra nuestra historia y proclama hoy la Constitución, decir régimen local es decir autonomía. La pervivencia misma, a lo largo del tiempo y bajo las mas diversas circunstancias políticas, de esta nota caracterizadora muestra, no obstante, la indeterminación y ambigüedad del concepto. Solo su configuración positiva desde unos postulados y en un contexto jurídico-político determinado, es capaz de dotarlo de un contenido preciso.

Para empezar, el sentido de la autonomía local no puede prescindir de esa referencia fundamentadora de nuestro orden constitucional en que España, designándose a sí misma como sujeto real y protagonista de su historia, se constituye en Estado social y democrático de derecho; anticipando así la formalización de ese dato en la fórmula concisa de residenciar toda soberanía en el pueblo español. La autonomía local ha de situarse, pues, a la luz de ese principio y en la perspectiva de los principios nucleares que la Constitución contiene para la total estructuración del Estado.

La voluntad del pueblo español ha sido la de enriquecer su trama organizativa, multiplicando sus centros de decisión, sin mengua de la superior unidad de su realidad unificadora. La definición de los Municipios y Provincias se hace de forma suficiente, aunque no proliza, en el texto supremo. La autonomía municipal debe ser el principio rector de la regulación de cada entidad. El criterio para evitar contradicciones con otras instancias radica en la determinación de sus intereses respectivos. Qué cosa sea el interés respectivo no ha sido desarrollado por la Constitución, aunque sí ha determinado los asuntos de interés de la Comunidad Autónoma (art. 148.1) y del Estado (art.149.1). Con esos elementos y con los datos que se desprenden de la realidad misma de las cosas, es posible construir las instituciones locales manteniéndolas en el lugar que debe corresponderles en un Estado complejo como el actual; y a las Cortes Generales compete enriquecer y concretar el diseño básico de las entidades locales como una de las piezas de la entera organización territorial del Estado. Presupone, pues, una perspectiva territorial, es decir, global y no sectorial. Su desarrollo representa poner en pie una institución territorial y, consecuentemente, su estatuto subjetivo - puntos de referencia del nuevo ordenamiento desde y por ellos vertebrado -, y la ordenación de la capacidad potencialmente universal de dicha institución.

Todos los sectores de la realidad a que se extiende la acción pública se encuentran, por ello, aludidos y en mayor o menor medida afectados. Se está, en definitiva, ante una Ley que atañe a la construcción misma del Estado y al diseño de uno de los ordenamientos jurídico-administrativos que en él se integran.

Si en sus orígenes medievales autonomía local es el Municipio urbano, la ciudad que nace libre por exención del mundo señorial en declive y si, en el momento del surgimiento del Estado constitucional, esa caracterización pudo completarse identificándola con un supuesto orden local de competencias, ninguna de esas dos ideas sirve hoy para determinar la autonomía. No se trata ahora de utilizar el escalón municipal como pieza decisiva en un proceso histórico de emergencia de un nuevo orden político, sino más bien de delimitar el espacio y el papel propios de las entidades locales en el seno de un orden constituido, pero tampoco es posible entender hoy los poderes públicos como estructuras monolíticas, construidas en cascada de mayor a menor y dotadas de funciones relativamente estables y diferenciadas por serlo también el mundo al que se enfrenta.

Muy al contrario, la realidad social, cultural, tecnológica y económica ha roto definitivamente las situaciones singulares de relativo aislamiento y hoy la sociedad se nos muestra como un todo continuo donde la distancia, antes factor explicativo de supuestas autarquías, ha sido vencida por los medios de transporte, por las ondas y por la dependencia de un mercado único a nivel nacional a su vez ya íntimamente relacionado con la realidad internacional.

Esa continuidad del tejido social hace imposible marcar unas fronteras nítidas a los intereses cuya tutela respectiva se encomienda a los distintos poderes que destacan así su condición de formar parte de un conjunto institucional de arquitectura compleja en que las partes adquieren sentido en función del todo, pero articulándose entre sí no por principios formales, sino por criterios materiales que tratan de adaptar las competencias a los intereses reales en juego.

La autonomía local no puede definirse de forma unidimensional desde el puro objetivismo localista o regionalista, sino que requiere ser situada en el marco del ordenamiento integral del Estado.

La dificultad específica de ese objetivo radica en que éste no es único y homogéneo, sino constituido por la acción simultánea de los principios de unidad y autonomía de las nacionalidades y regiones, que encuentran su expresión organizativa en la distribución del poder entre las instituciones generales de la Nación y las Comunidades Autónomas.

Puede calificarse de feliz la conceptualización de esa fórmula como Estado compuesto, un Estado con una única soberanía, un solo pueblo con un destino político común, que -reconociendo su diversidad- constituye el sistema de resolución permanente de sus contradicciones, conflictos y tensiones que no otra cosa es el Estado, sobre la base de una pluralidad de instancias autónomas y diversas, vertebradas entre sí para el mantenimiento del valor de la unidad.

Carece, pues, de verdadero sentido la apelación sin más a modelos preestablecidos, pues las Corporaciones locales tienen en el sistema así descrito una posición propia, que no se define por relación a ninguna otra de las instancias territoriales, afirmándose -igual que éstas- en su condición, ganada por su peso histórico y actual, de partes componentes de la total estructura del Estado.

Huelga decir que la autonomía local, para su realidad, precisa de una institución capaz de actuarla; institución que, por expreso mandato constitucional y cuando menos en el escalón básico municipal, ha de montarse sobre la doble nota de la representatividad directa y la personificación. Pero, en lo que más interesa ahora, ello significa que el régimen local tiene que ser, por de pronto, la norma institucional de los entes locales. Esta comprobación elemental implica dos consecuencias de primera importancia. En primer término, que esa norma desarrolla la garantía constitucional de la autonomía local, función ordinamental que, al estarle reservada o, lo que es igual, vedada a cualesquiera otras normas, presta a su posición en el ordenamiento en su conjunto una vis específica, no obstante su condición formal de Ley ordinaria. De otro lado, el hecho de que las entidades locales, no obstante su inequívoca sustancia política, desplieguen su capacidad en la esfera de lo administrativo, justifica tanto esta última condición del marco definidor de su autonomía, como identificación del título constitucional para su establecimiento en el artículo 149.1, apartado 18, en relación con el 148.1, apartado 2, del texto fundamental.

Queda explicado, así, que la determinación de ese marco es el resultado de la acción conjunta, según la concreta distribución de la potestad legislativa en la materia operada por el bloque normativo integrado por la Constitución y los Estatutos de Autonomía, de la Ley general y la Ley territorial.

La peculiar estructura de dicho marco -decisión básica constitucional en términos de garantía institucional y remisión al legislador ordinario de los entes locales-, no significa, sin embargo, que ese Estatuto deba quedar regulado agotadoramente por la Ley. Resurge aquí la vieja polémica entre uniformismo y diversidad en la organización local, en modo alguno resuelta con los intentos frustrados de tipificación de regímenes locales (que sólo suponen una estéril flexibilización del uniformismo), sólo que ahora transmutada en la tensión entre los valores constitucionales de unidad y autonomías (de las nacionalidades y regiones y de los entes locales). La resolución adecuada a esa tensión exige desde luego la constricción del marco general a lo estrictamente indispensable para satisfacer el interés nacional, pero también desde luego una específica ponderación, según su valor constitucional relativo, de las exigencias recíprocas del interés autonómico y el estrictamente local. De esa ponderación resulta que si en lo que trasciende a la conformación de la organización territorial (procesos de alteración de Municipios y creación de nuevos entes territoriales), debe primar el interés autonómico, no sucede lo mismo en el plano de la organización interna de las entidades locales; plano en el que procede reconocer la primacía del interés de la acomodación de aquella a las características específicas de éstas.

Por el régimen local, para cumplir su función de garantía de la autonomía e, incluso, su cometido específico en cuanto norma institucional de la Administración local, precisa extravasar lo puramente organizativo y de funcionamiento para penetrar en el campo de las competencias, las reglas de la actividad pública y el régimen de los medios personales y materiales. Obvio resulta decir que, en este campo, la regulación legal ha de tener muy presente la opción constitucional, expresada en el artículo 149.1, apartado 18, en favor de una ordenación común, configurando las inevitables peculiaridades de la Administración local desde ese fondo homogéneo, para su integración coherente en el mismo.

En punto al aspecto, absolutamente crucial, de las competencias, la base de partida no puede ser hoy otra que la de la radical obsolescencia, por las razones ya dichas anteriormente, de la vinculación de la autonomía a un bloque de competencias por naturaleza sedicentemente locales.

En efecto, salvo algunas excepciones son raras las materias que en su integridad puedan atribuirse al exclusivo interés de las corporaciones locales; lógicamente también son raras aquellas en las que no exista interés local en juego; de ahí que la cuestión de los ámbitos competenciales de los entes locales deba tener en cuenta una composición equilibrada de los siguientes factores:

- a) La necesidad de la garantía suficiente de la autonomía local, que cumple satisfacer en primer término a la Ley general por tratarse del desarrollo de una opción constructiva constitucional, que, por tanto, ha de tener vigencia en todo el territorio de la nación en términos de, cuando menos, un mínimo común denominador en cuanto al contenido de dicha autonomía.
- b) La exigencia de la armonización de esa garantía general con la distribución territorial de la disposición legislativa sobre las distintas materias o sectores orgánicos de acción pública, pues es a todas luces claro que una y otra no pueden, so pena de inconstitucionalidad, anularse recíprocamente.
- c) La imposibilidad material, en todo caso, de la definición cabal y suficiente de las competencias locales en todos y cada uno de los sectores de intervención potencial de la Administración local desde la legislación del régimen local.

El sistema legal de concreción competencial de la autonomía local pretende realizar esa composición equilibrada a que se ha hecho alusión. Sobre el fondo del reconocimiento expreso de las potestades y exorbitantes que corresponden a los entes locales territoriales en su condición de Administración Pública, todo el sistema pivota sobre la plasmación del criterio material desde el que debe producirse la concreción legal de las competencias; criterio que no es otro que el derecho de las Corporaciones locales a intervenir, con la intensidad y el alcance máximos -desde el principio constitucional de la descentralización y para la realización del derecho fundamental a la participación en los asuntos públicos- que permita la implicación relativa de los intereses de las diferentes colectividades territoriales en cualesquiera de dichos asuntos públicos. El mecanismo de cierre lo proporciona, de un lado, la imposición a la legislación sectorial -desde la especial posición ordinamental que a la Ley del régimen local es propia según ya se ha hecho notar- de la ponderación del expresado criterio, y de otro, la articulación de las competencias administrativas en la materia de que se trate de forma consecuente con la misma, así como la atribución a la legislación básica estatal de una función de aseguramiento de un mínimo competencial a la Administración local.

Finalmente, la organización básica de las Corporaciones locales y las relaciones de éstas con las otras dos Administraciones Públicas territoriales, se inscriben lógicamente en las líneas maestras que han quedado trazadas.

Por lo que hace referencia a las relaciones interadministrativas, salta a la vista la radical inadecuación del mantenimiento en el nuevo y compuesto Estado constitucional de las técnicas y las categorías cristalizadas en el estado centralista y autoritario. En particular, ese juicio de radical obsolescencia merece predicarse de las técnicas formalizadas actuables por voluntad unilateral de una de las administraciones e incidentes normalmente en la validez o la eficacia de los actos emanados de otra, en este sentido subordinada a la anterior, técnicas que no son sino trasunto y consecuencia lógicos de las construcción piramidal y jerárquica del poder público administrativo, puesto que la tutela, a la que todas ellas se reconducen, no es sino una categoría que expresa una situación de fuerte dependencia casi jerárquica. El principio constitucional de autonomía y el administrativo de la descentralización, en que se fundamenta el nuevo Estado, implican las diversificaciones de los centros del poder público administrativo y la actuación de cada uno de ellos, en su ámbito propio, con plena capacidad y bajo la propia responsabilidad, es decir, impiden la atribución a alguno de ellos de facultades de control que recaigan sobre la actividad en general de los otros y que supongan una limitación de la capacidad de estos. Ciertamente que ello no significa en modo alguno la invertebración del poder público administrativo, pues simultáneamente juega el principio de unidad y su traducción administrativa en los de coordinación y eficacia.

Sucede solo que ya no es legítima la realización de estos valores por las vías expuestas; antes bien, ha de ser el resultado del juego mismo de la vida institucional desde sus presupuestos de representatividad democrática y gestión autónoma de las propias competencias (con lo que todas las instancias administrativas son idénticas en cuanto a capacidad en la esfera de sus asuntos, derivando la desigualdad únicamente de la estructura inherente al interés público) como fruto del esfuerzo permanente de integración político-social en el orden constituido. De este modo, las técnicas de relación entre administraciones han de tener por objeto más bien la definición del marco y de los procedimientos que faciliten el encuentro y la comunicación, incluso de carácter informal, para la colaboración y la coordinación interadministrativas, fundamentalmente voluntarios y de base negocial. Naturalmente que el cuadro de técnicas ha de cerrarse por un sistema resolutorio del supuesto límite del conflicto, por fracaso de las mismas. La configuración de ese sistema de conflictos tiene que ser, a la vez, respetuosa con la esencial igualdad posicional de las administraciones territoriales y aseguradora de que el planteamiento y la substanciación del conflicto no alteran la específica estructura constitucional de los intereses públicos a los que sirven dichas administraciones.

Las anteriores reflexiones son un compendio de la filosofía que inspira la Ley. Esta, más que pretender garantizar la autonomía sobre la quietud de compartimentos estancos e incommunicados y, en definitiva, sobre un equilibrio estático propio de las cosas inanimadas, busca fundamentar aquella en el equilibrio dinámico propio de un sistema de distribución del poder, tratando de articular los intereses del

conjunto, reconociendo a cada uno lo suyo y estableciendo las competencias, principios, criterios y directrices que guíen la aplicación práctica de la norma en su conjunto de forma abierta a la realidad y a las necesidades del presente.

TÍTULO PRIMERO.

DISPOSICIONES GENERALES.

Artículo 1.

1. Los Municipios son entidades básicas de la organización territorial del Estado y cauces inmediatos de participación ciudadana en los asuntos públicos, que institucionalizan y gestionan con autonomía los intereses propios de las correspondientes colectividades.
2. La Provincia y, en su caso, la Isla gozan, asimismo, de idéntica autonomía para la gestión de los intereses respectivos.

Artículo 2.

1. Para la efectividad de la autonomía garantizada constitucionalmente a las entidades locales, la legislación del Estado y la de las Comunidades Autónomas, reguladora de los distintos sectores de acción pública, según la distribución constitucional de competencias, deberá asegurar a los Municipios, las Provincias y las Islas su derecho a intervenir en cuantos asuntos afecten directamente al círculo de sus intereses, atribuyéndoles las competencias que proceda en atención a las características de la actividad pública de que se trate y a la capacidad de gestión de la entidad local, de conformidad con los principios de descentralización y de máxima proximidad de la gestión administrativa a los ciudadanos.
2. Las Leyes básicas del Estado previstas constitucionalmente deberán determinar las competencias que ellas mismas atribuyan o que, en todo caso, deban corresponder a los Entes locales en las materias que regulen.

Artículo 3.

1. Son Entidades locales territoriales:
 - a) El Municipio.
 - b) La Provincia.
 - c) La Isla en los archipiélagos balear y canario.
2. Gozan, asimismo, de la condición de Entidades locales:
 - a) Las Entidades de ámbito territorial inferior al municipal, instituidas o reconocidas por las Comunidades Autónomas, conforme al artículo 45 de esta Ley.
 - b) Las Comarcas u otras Entidades que agrupen varios Municipios, instituidas por las Comunidades Autónomas de conformidad con esta Ley y los correspondientes Estatutos de Autonomía.
 - c) Las Áreas Metropolitanas.
 - d) Las Mancomunidades de Municipios.

Artículo 4. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. En su calidad de Administraciones públicas de carácter territorial, y dentro de la esfera de sus competencias, corresponden en todo caso a los municipios, las provincias y las islas:
 - a) Las potestades reglamentaria y de autoorganización.
 - b) Las potestades tributaria y financiera.
 - c) La potestad de programación o planificación.
 - d) Las potestades expropiatoria y de investigación, deslinde y recuperación de oficio de sus bienes.
 - e) La presunción de legitimidad y la ejecutividad de sus actos.
 - f) Las potestades de ejecución forzosa y sancionadora.
 - g) La potestad de revisión de oficio de sus actos y acuerdos.
 - h) Las prelaciones y preferencias y demás prerrogativas reconocidas a la Hacienda Pública para los créditos de la misma, sin perjuicio de las que correspondan a las Haciendas del Estado y de las Comunidades Autónomas; así como la inembargabilidad de sus bienes y derechos en los términos previstos en las leyes.
2. Lo dispuesto en el número precedente podrá ser de aplicación a las entidades territoriales de ámbito inferior al municipal y, asimismo, a las comarcas, áreas metropolitanas y demás entidades locales, debiendo las Leyes de las Comunidades Autónomas concretar cuáles de aquellas potestades serán de aplicación, excepto en el supuesto de las mancomunidades, que se rigen por lo dispuesto en el apartado siguiente.
3. Corresponden a las mancomunidades de municipios, para la prestación de los servicios o la ejecución de las obras de su competencia, las potestades señaladas en el apartado 1 de este artículo que determinen sus Estatutos. En defecto de previsión estatutaria, les corresponderán todas las potestades enumeradas en

dicho apartado, siempre que sean precisas para el cumplimiento de su finalidad, y de acuerdo con la legislación aplicable a cada una de dichas potestades, en ambos casos.

Artículo 5.

Para el cumplimiento de sus fines y en el ámbito de sus respectivas competencias, las Entidades locales, de acuerdo con la Constitución y las leyes, tendrán plena capacidad jurídica para adquirir, poseer, reivindicar, permutar, gravar o enajenar toda clase de bienes, celebrar contratos, establecer y explotar obras o servicios públicos, obligarse, interponer los recursos establecidos y ejercitar las acciones previstas en las leyes. ([Artículo redactado conforme a la Ley 11/1999, de 21 de abril](#))

Artículo 6.

1. Las Entidades locales sirven con objetividad los intereses públicos que les están encomendados y actúan de acuerdo con los principios de eficacia, descentralización, desconcentración y coordinación, con sometimiento pleno a la Ley y al Derecho.
2. Los Tribunales ejercen el control de legalidad de los acuerdos y actos de las Entidades locales.

Artículo 7.

1. Las competencias de las Entidades locales son propias o atribuidas por delegación. Las competencias propias de los Municipios, las Provincias, las Islas y demás Entidades locales territoriales solo podrán ser determinadas por Ley.
2. Las competencias propias se ejercen en régimen de autonomía y bajo la propia responsabilidad, atendiendo siempre a la debida coordinación en su programación y ejecución con las demás Administraciones Públicas.
3. Las competencias atribuidas se ejercen en los términos de la delegación, que puede prever técnicas de dirección y control de oportunidad que, en todo caso, habrán de respetar la potestad de autoorganización de los servicios de la Entidad local.

Artículo 8.

Sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo anterior, las Provincias y las Islas podrán realizar la gestión ordinaria de servicios propios de la Administración autonómica, de conformidad con los Estatutos de Autonomía y la legislación de las Comunidades Autónomas.

Artículo 9.

Las normas de desarrollo de esta Ley que afecten a los Municipios, Provincias, Islas u otras Entidades locales territoriales no podrán limitar su ámbito de aplicación a una o varias de dichas Entidades con carácter singular, sin perjuicio de lo dispuesto en esta Ley para los regímenes municipales o Provinciales especiales.

Artículo 10.

1. La Administración Local y las demás Administraciones Públicas ajustarán sus relaciones recíprocas a los deberes de información mutua, colaboración, coordinación y respeto a los ámbitos competenciales respectivos.
2. Procederá la coordinación de las competencias de las entidades locales entre sí y, especialmente, con las de las restantes Administraciones Públicas, cuando las actividades o los servicios locales trasciendan el interés propio de las correspondientes Entidades, incidan o condicionen relevantemente los de dichas Administraciones o sean concurrentes o complementarios de los de éstas.
3. Las funciones de coordinación no afectarán en ningún caso a la autonomía de las entidades locales.

[\[Arriba \]](#)

TÍTULO II.

EL MUNICIPIO.

Artículo 11.

1. El Municipio es la Entidad local básica de la organización territorial del Estado. Tiene personalidad jurídica y plena capacidad para el cumplimiento de sus fines.
2. Son elementos del Municipio el territorio, la población y la organización.

CAPÍTULO I.

TERRITORIO Y POBLACIÓN

Artículo 12. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. El término municipal es el territorio en que el ayuntamiento ejerce sus competencias.
2. Cada municipio pertenecerá a una sola provincia.

(Artículo redactado conforme a la Ley 4/1996, de 10 de enero).

Artículo 13. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. La creación o supresión de municipios, así como la alteración de términos municipales, se regularán por la legislación de las Comunidades Autónomas sobre régimen local, sin que la alteración de términos municipales pueda suponer, en ningún caso, modificación de los límites provinciales. Requerirán en todo caso audiencia de los municipios interesados y dictamen del Consejo de Estado o del órgano consultivo superior de los Consejos de Gobierno de las Comunidades Autónomas, si existiere. Simultáneamente a la petición de este dictamen se dará conocimiento a la Administración General del Estado.
2. La creación de nuevos municipios sólo podrá realizarse sobre la base de núcleos de población territorialmente diferenciados y siempre que los municipios resultantes cuenten con recursos suficientes para el cumplimiento de las competencias municipales y no suponga disminución en la calidad de los servicios que venían siendo prestados.
3. Sin perjuicio de las competencias de las Comunidades Autónomas, el Estado, atendiendo a criterios geográficos, sociales, económicos y culturales, podrá establecer medidas que tiendan a fomentar la fusión de Municipios con el fin de mejorar la capacidad de gestión de los asuntos públicos locales.

Artículo 14.

1. Los cambios de denominación de los Municipios solo tendrán carácter oficial cuando, tras haber sido anotados en un Registro creado por la Administración del Estado para la inscripción de todas las Entidades a que se refiere la presente Ley, se publiquen en el Boletín Oficial del Estado.
2. La denominación de los Municipios podrá ser, a todos los efectos, en castellano, en cualquier otra lengua española oficial en la respectiva Comunidad Autónoma, o en ambas.

Artículo 15.

Toda persona que viva en España está obligada a inscribirse en el Padrón del municipio en el que resida habitualmente. Quien viva en varios municipios deberá inscribirse únicamente en el que habite durante más tiempo al año.

El conjunto de personas inscritas en el Padrón municipal constituye la población del municipio.

Los inscritos en el Padrón municipal son los vecinos del municipio.

La condición de vecino se adquiere en el mismo momento de su inscripción en el Padrón.

(Artículo redactado conforme a la Ley 4/1996, de 10 de enero).

Artículo 16. (Artículo modificado por la Ley Orgánica 14/2003, de 20 de noviembre)

1. El Padrón municipal es el registro administrativo donde constan los vecinos de un municipio. Sus datos constituyen prueba de la residencia en el municipio y del domicilio habitual en el mismo. Las certificaciones que de dichos datos se expidan tendrán carácter de documento público y fehaciente para todos los efectos administrativos.

La inscripción en el Padrón Municipal sólo surtirá efecto de conformidad con lo dispuesto en el artículo 15 de esta Ley por el tiempo que subsista el hecho que la motivó y, en todo caso, deberá ser objeto de renovación periódica cada dos años cuando se trate de la inscripción de extranjeros no comunitarios sin autorización de residencia permanente.

El transcurso del plazo señalado en el párrafo anterior será causa para acordar la caducidad de las inscripciones que deban ser objeto de renovación periódica, siempre que el interesado no hubiese procedido a tal renovación. En este caso, la caducidad podrá declararse sin necesidad de audiencia previa del interesado

2. La inscripción en el Padrón municipal contendrá como obligatorios sólo los siguientes datos:

- a) Nombre y apellidos.
- b) Sexo.
- c) Domicilio habitual.
- d) Nacionalidad.
- e) Lugar y fecha de nacimiento.
- f) Número de documento nacional de identidad o, tratándose de extranjeros: Número de la tarjeta de residencia en vigor, expedida por las autoridades españolas o, en su defecto, número del documento acreditativo de la identidad o del pasaporte en vigor expedido por las autoridades

del país de procedencia, tratándose de ciudadanos nacionales de estados miembros de la Unión Europea, de otros Estados parte en el Acuerdo sobre el Espacio Económico Europeo o de Estados a los que, en virtud de un convenio internacional se extienda el régimen jurídico previsto para los ciudadanos de los Estados mencionados.

Número de identificación de extranjero que conste en documento, en vigor, expedido por las autoridades españolas o, en su defecto, por no ser titulares de éstos, el número del pasaporte en vigor expedido por las autoridades del país de procedencia, tratándose de ciudadanos nacionales de Estados no comprendidos en el inciso anterior de este párrafo. **(Párrafo modificado por la Ley Orgánica 14/2003, de 20 de noviembre)**.

g) Certificado o título escolar o académico que se posea.

h) Cuantos otros datos puedan ser necesarios para la elaboración del Censo Electoral, siempre que se garantice el respeto a los derechos fundamentales reconocidos en la Constitución.

3. Los datos del Padrón Municipal se cederán a otras Administraciones públicas que lo soliciten sin consentimiento previo al afectado solamente cuando les sean necesarios para el ejercicio de sus respectivas competencias, y exclusivamente para asuntos en los que la residencia o el domicilio sean datos relevantes. También pueden servir para elaborar estadísticas oficiales sometidas al secreto estadístico, en los términos previstos en la Ley 12/1989, de 9 de mayo, de la Función Estadística Pública y en las leyes de estadística de las comunidades autónomas con competencia en la materia. [\(Apartado redactado conforme a la Ley 4/1996, de 10 de enero\)](#).

Artículo 17.

1. La formación, mantenimiento, revisión y custodia del Padrón municipal corresponde al Ayuntamiento, de acuerdo con lo que establezca la legislación del Estado.

Con este fin, los distintos organismos de la Administración General del Estado, competentes por razón de la materia, remitirán periódicamente a cada Ayuntamiento información sobre las variaciones de los datos de sus vecinos que con carácter obligatorio deben figurar en el Padrón municipal, en la forma que se establezca reglamentariamente.

La gestión del Padrón municipal se llevará por los Ayuntamientos con medios informáticos. Las Diputaciones Provinciales, Cabildos y Consejos insulares asumirán la gestión informatizada de los Padrones de los municipios que, por su insuficiente capacidad económica y de gestión, no puedan mantener los datos de forma automatizada.

2. Los Ayuntamientos realizarán las actuaciones y operaciones necesarias para mantener actualizados sus Padrones de modo que los datos contenidos en éstos concuerden con la realidad.

Si un ayuntamiento no llevara a cabo dichas actuaciones, el Instituto Nacional de Estadística, previo informe del Consejo de Empadronamiento, podrá requerirle previamente concretando la inactividad, y si fuere rechazado, sin perjuicio de los recursos jurisdiccionales que procedan, podrá acudir a la ejecución sustitutoria prevista en el artículo 60 de la presente Ley. [\(Apartado redactado conforme a la Ley 4/1996, de 10 de enero\)](#).

3. Los Ayuntamientos remitirán al Instituto Nacional de Estadística los datos de sus respectivos Padrones, en la forma que reglamentariamente se determine por la Administración General del Estado, a fin de que pueda llevarse a cabo la coordinación entre los Padrones de todos los municipios.

El Instituto Nacional de Estadística, en aras a subsanar posibles errores y evitar duplicidades, realizará las comprobaciones oportunas, y comunicará a los Ayuntamientos las actuaciones y operaciones necesarias para que los datos padronales puedan servir de base para la elaboración de estadísticas de población a nivel nacional, para que las cifras resultantes de las revisiones anuales puedan ser declaradas oficiales, y para que los Ayuntamientos puedan remitir, debidamente actualizados, los datos del Censo Electoral.

Corresponderá al Presidente del Instituto Nacional de Estadística la resolución de las discrepancias que, en materia de empadronamiento, surjan entre los Ayuntamientos, Diputaciones Provinciales, Cabildos y Consejos insulares o entre estos entes y el Instituto Nacional de Estadística, así como elevar al Gobierno de la Nación la propuesta de cifras oficiales de población de los municipios españoles, comunicándolo en los términos que reglamentariamente se determinan al Ayuntamiento interesado.

El Instituto Nacional de Estadística remitirá trimestralmente a los Institutos estadísticos de las comunidades autónomas u órganos competentes en la materia, y en su caso, a otras Administraciones públicas los datos relativos a los padrones en los municipios de su ámbito territorial en los que se produzcan altas o bajas de extranjeros en las mismas condiciones señaladas en el artículo 16.3 de esta Ley. [\(Apartado redactado conforme a la Ley 4/1996, de 10 de enero\)](#).

4. Adscrito al Ministerio de Economía y Hacienda se crea el Consejo de Empadronamiento como órgano colegiado de colaboración entre la Administración General del Estado y los Entes Locales en materia padronal, de acuerdo con lo que reglamentariamente se establezca.

El Consejo será presidido por el Presidente del Instituto Nacional de Estadística y estará formado por representantes de la Administración General del Estado y de los Entes Locales.

El Consejo funcionará en Pleno y en Comisión, existiendo en cada provincia una Sección Provincial bajo la presidencia del Delegado del Instituto Nacional de Estadística y con representación de los Entes Locales.

El Consejo de Empadronamiento desempeñará las siguientes funciones:

- a) Elevar a la decisión del Presidente del Instituto Nacional de Estadística propuesta vinculante de resolución de las discrepancias que surjan en materia de empadronamiento entre Ayuntamientos, Diputaciones Provinciales, Cabildos, Consejos insulares o entre estos entes y el Instituto Nacional de Estadística.
- b) Informar, con carácter vinculante, las propuestas que eleve al Gobierno el Presidente del Instituto Nacional de Estadística sobre cifras oficiales de población de los municipios españoles.
- c) Proponer la aprobación de las instrucciones técnicas precisas para la gestión de los padrones municipales.
- d) Cualquier otra función que se le atribuya por disposición legal o reglamentaria.

5. La Administración General del Estado, en colaboración con los Ayuntamientos y Administraciones de las Comunidades Autónomas confeccionará un Padrón de españoles residentes en el extranjero, al que será de aplicación las normas de esta Ley que regulan el Padrón municipal.

Las personas inscritas en este Padrón se considerarán vecinos del municipio español que figura en los datos de su inscripción únicamente a efectos del ejercicio del derecho de sufragio, no constituyendo, en ningún caso, población del municipio.

(Artículo redactado conforme a la Ley 4/1996).

Artículo 18. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Son derechos y deberes de los vecinos:

- a) Ser elector y elegible de acuerdo con lo dispuesto en la legislación electoral.
- b) Participar en la gestión municipal de acuerdo con lo dispuesto en las leyes y, en su caso, cuando la colaboración con carácter voluntario de los vecinos sea interesada por los órganos de gobierno y administración municipal.
- c) Utilizar, de acuerdo con su naturaleza, los servicios públicos municipales, y acceder a los aprovechamientos comunales, conforme a las normas aplicables.
- d) Contribuir mediante las prestaciones económicas y personales legalmente previstas a la realización de las competencias municipales.
- e) Ser informado, previa petición razonada, y dirigir solicitudes a la Administración municipal en relación a todos los expedientes y documentación municipal, de acuerdo con lo previsto en el artículo 105 de la Constitución.
- f) Pedir la consulta popular en los términos previstos en la Ley.
- g) Exigir la prestación y, en su caso, el establecimiento del correspondiente servicio público, en el supuesto de constituir una competencia municipal propia de carácter obligatorio.
- h) Ejercer la iniciativa popular en los términos previstos en el artículo 70 bis.
- i) Aquellos otros derechos y deberes establecidos en las leyes.

2. La inscripción de los extranjeros en el padrón municipal no constituirá prueba de su residencia legal en España ni les atribuirá ningún derecho que no les confiera la legislación vigente, especialmente en materia de derechos y libertades de los extranjeros en España.

CAPÍTULO II. ORGANIZACIÓN.

Artículo 19. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

- 1. El Gobierno y la administración municipal, salvo en aquellos municipios que legalmente funcionen en régimen de Concejo Abierto, corresponde al ayuntamiento, integrado por el Alcalde y los Concejales.
- 2. Los Concejales son elegidos mediante sufragio universal, igual, libre, directo y secreto, y el Alcalde es elegido por los Concejales o por los vecinos; todo ello en los términos que establezca la legislación electoral general.
- 3. El régimen de organización de los municipios señalados en el título X de esta Ley se ajustará a lo dispuesto en el mismo. En lo no previsto por dicho título, será de aplicación el régimen común regulado en los artículos siguientes.

Artículo 20. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

- 1. La organización municipal responde a las siguientes reglas:

- a) El Alcalde, los Tenientes de Alcalde y el Pleno existen en todos los ayuntamientos.
 - b) La Junta de Gobierno Local existe en todos los municipios con población superior a 5.000 habitantes y en los de menos, cuando así lo disponga su Reglamento Orgánico o así lo acuerde el Pleno de su ayuntamiento.
 - c) En los municipios de más de 5.000 habitantes, y en los de menos en que así lo disponga su Reglamento Orgánico o lo acuerde el Pleno, existirán, si su legislación autonómica no prevé en este ámbito otra forma organizativa, órganos que tengan por objeto el estudio, informe o consulta de los asuntos que han de ser sometidos a la decisión del Pleno, así como el seguimiento de la gestión del Alcalde, la Junta de Gobierno Local y los concejales que ostenten delegaciones, sin perjuicio de las competencias de control que corresponden al Pleno. Todos los grupos políticos integrantes de la corporación tendrán derecho a participar en dichos órganos, mediante la presencia de concejales pertenecientes a los mismos en proporción al número de Concejales que tengan en el Pleno.
 - d) La Comisión Especial de Sugerencias y Reclamaciones existe en los municipios señalados en el título X, y en aquellos otros en que el Pleno así lo acuerde, por el voto favorable de la mayoría absoluta del número legal de sus miembros, o así lo disponga su Reglamento Orgánico.
 - e) La Comisión Especial de Cuentas existe en todos los municipios, de acuerdo con la estructura prevista en el artículo 116.
2. Las Leyes de las Comunidades Autónomas sobre el Régimen Local podrán establecer una organización municipal complementaria a la prevista en el número anterior.
3. Los propios municipios, en los Reglamentos Orgánicos, podrán establecer y regular otros órganos complementarios, de conformidad con lo previsto en este artículo y en las Leyes de las Comunidades Autónomas a las que se refiere el número anterior.
- Artículo 21. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)**
1. El Alcalde es el Presidente de la Corporación y ostenta las siguientes atribuciones:
- a) Dirigir el gobierno y la administración municipal.
 - b) Representar al ayuntamiento.
 - c) Convocar y presidir las sesiones del Pleno, salvo los supuestos previstos en esta Ley y en la legislación electoral general, de la Junta de Gobierno Local, y de cualesquiera otros órganos municipales cuando así se establezca en disposición legal o reglamentaria, y decidir los empates con voto de calidad.
 - d) Dirigir, inspeccionar e impulsar los servicios y obras municipales.
 - e) Dictar bandos.
 - f) El desarrollo de la gestión económica de acuerdo con el Presupuesto aprobado, disponer gastos dentro de los límites de su competencia, concertar operaciones de crédito, con exclusión de las contempladas en el artículo 158.5 de la Ley 39/1988, de 28 de diciembre, Reguladora de las Haciendas Locales, siempre que aquéllas estén previstas en el Presupuesto y su importe acumulado dentro de cada ejercicio económico no supere el 10 por 100 de sus recursos ordinarios, salvo las de tesorería que le corresponderán cuando el importe acumulado de las operaciones vivas en cada momento no supere el 15 por 100 de los ingresos corrientes liquidados en el ejercicio anterior, ordenar pagos y rendir cuentas; todo ello de conformidad con lo dispuesto en la Ley Reguladora de las Haciendas Locales.
 - g) Aprobar la oferta de empleo público de acuerdo con el Presupuesto y la plantilla aprobados por el Pleno, aprobar las bases de las pruebas para la selección del personal y para los concursos de provisión de puestos de trabajo y distribuir las retribuciones complementarias que no sean fijas y periódicas.
 - h) Desempeñar la jefatura superior de todo el personal, y acordar su nombramiento y sanciones, incluida la separación del servicio de los funcionarios de la Corporación y el despido del personal laboral, dando cuenta al Pleno, en estos dos últimos casos, en la primera sesión que celebre. Esta atribución se entenderá sin perjuicio de lo dispuesto en los artículos 99.1 y 3 de esta Ley.
 - i) Ejercer la jefatura de la Policía Municipal.
 - j) Las aprobaciones de los instrumentos de planeamiento de desarrollo del planeamiento general no expresamente atribuidas al Pleno, así como la de los instrumentos de gestión urbanística y de los proyectos de urbanización.
 - k) El ejercicio de las acciones judiciales y administrativas y la defensa del ayuntamiento en las materias de su competencia, incluso cuando las hubiere delegado en otro órgano, y, en caso de urgencia, en materias de la competencia del Pleno, en este supuesto dando cuenta al mismo en la primera sesión que celebre para su ratificación.
 - l) La iniciativa para proponer al Pleno la declaración de lesividad en materias de la competencia de la Alcaldía.
 - m) Adoptar personalmente, y bajo su responsabilidad, en caso de catástrofe o de infortunios públicos o grave riesgo de los mismos, las medidas necesarias y adecuadas dando cuenta inmediata al Pleno.
 - n) Sancionar las faltas de desobediencia a su autoridad o por infracción de las ordenanzas municipales, salvo en los casos en que tal facultad esté atribuida a otros órganos.

ñ) Las contrataciones y concesiones de toda clase cuando su importe no supere el 10 por 100 de los recursos ordinarios del Presupuesto ni, en cualquier caso, los seis millones de euros incluidas las de carácter plurianual, cuando su duración no sea superior a cuatro años, siempre que el importe acumulado de todas sus anualidades no supere ni el porcentaje indicado, referido a los recursos ordinarios del presupuesto del primer ejercicio, ni la cuantía señalada.

o) La aprobación de los proyectos de obras y de servicios cuando sea competente para su contratación o concesión y estén previstos en el presupuesto.

p) La adquisición de bienes y derechos cuando su valor no supere el 10 por 100 de los recursos ordinarios del presupuesto ni los tres millones de euros, así como la enajenación del patrimonio que no supere el porcentaje ni la cuantía indicados en los siguientes supuestos:

1º La de bienes inmuebles, siempre que esté prevista en el presupuesto.

2º La de bienes muebles, salvo los declarados de valor histórico o artístico cuya enajenación no se encuentre prevista en el presupuesto.

q) El otorgamiento de las licencias, salvo que las leyes sectoriales lo atribuyan expresamente al Pleno o a la Junta de Gobierno Local.

r) Ordenar la publicación, ejecución y hacer cumplir los acuerdos del Ayuntamiento.

s) Las demás que expresamente le atribuyan la leyes y aquellas que la legislación del Estado o de las Comunidades Autónomas asignen al municipio y no atribuyan a otros órganos municipales.

2. Corresponde asimismo al Alcalde el nombramiento de los Tenientes de Alcalde.

3. El Alcalde puede delegar el ejercicio de sus atribuciones, salvo las de convocar y presidir las sesiones del Pleno y de la Junta de Gobierno Local, decidir los empates con el voto de calidad, la concertación de operaciones de crédito, la jefatura superior de todo el personal, la separación del servicio de los funcionarios y el despido del personal laboral, y las enunciadas en los párrafos a), e), j), k), l) y m) del apartado 1 de este artículo.

No obstante, podrá delegar en la Junta de Gobierno Local el ejercicio de las atribuciones contempladas en el párrafo j)

Artículo 22. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. El Pleno, integrado por todos los Concejales, es presidido por el Alcalde.

2. Corresponden, en todo caso, al Pleno las siguientes atribuciones:

a) El control y la fiscalización de los órganos de gobierno.

b) Los acuerdos relativos a la participación en organizaciones supramunicipales; alteración del término municipal; creación o supresión de municipios y de las entidades a que se refiere el artículo 45; creación de órganos desconcentrados; alteración de la capitalidad del municipio y el cambio de nombre de éste o de aquellas entidades y la adopción o modificación de su bandera, enseña o escudo.

c) La aprobación inicial del planeamiento general y la aprobación que ponga fin a la tramitación municipal de los planes y demás instrumentos de ordenación previstos en la legislación urbanística.

d) La aprobación del Reglamento Orgánico y de las ordenanzas.

e) La determinación de los recursos propios de carácter tributario; la aprobación y modificación de los presupuestos, y la disposición de gastos en materia de su competencia y la aprobación de las cuentas; todo ello de acuerdo con lo dispuesto en la Ley Reguladora de las Haciendas Locales.

f) La aprobación de las formas de gestión de los servicios y de los expedientes de municipalización.

g) La aceptación de la delegación de competencias hecha por otras Administraciones públicas.

h) El planteamiento de conflictos de competencias a otras entidades locales y demás Administraciones públicas.

i) La aprobación de la plantilla de personal y de la relación de puestos de trabajo, la fijación de la cuantía de las retribuciones complementarias fijas y periódicas de los funcionarios y el número y régimen del personal eventual.

j) El ejercicio de acciones judiciales y administrativas y la defensa de la corporación en materias de competencia plenaria.

k) La declaración de lesividad de los actos del Ayuntamiento.

l) La alteración de la calificación jurídica de los bienes de dominio público.

m) La concertación de las operaciones de crédito cuya cuantía acumulada, dentro de cada ejercicio económico, exceda del 10 por 100 de los recursos ordinarios del Presupuesto -salvo las de tesorería, que le corresponderán cuando el importe acumulado de las operaciones vivas en cada momento supere el 15 por 100 de los ingresos corrientes liquidados en el ejercicio anterior- todo ello de conformidad con lo dispuesto en la Ley Reguladora de las Haciendas Locales.

n) Las contrataciones y concesiones de toda clase cuando su importe supere el 10 por 100 de los recursos ordinarios del Presupuesto y, en cualquier caso, los seis millones de euros, así como los contratos y concesiones plurianuales cuando su duración sea superior a cuatro años y los plurianuales de menor

duración cuando el importe acumulado de todas sus anualidades supere el porcentaje indicado, referido a los recursos ordinarios del presupuesto del primer ejercicio y, en todo caso, cuando sea superior a la cuantía señalada en esta letra.

ñ) La aprobación de los proyectos de obras y servicios cuando sea competente para su contratación o concesión, y cuando aún no estén previstos en los presupuestos.

o) La adquisición de bienes y derechos cuando su valor supere el 10 por 100 de los recursos ordinarios del presupuesto y, en todo caso, cuando sea superior a tres millones de euros, así como las enajenaciones patrimoniales en los siguientes supuestos:

1º Cuando se trate de bienes inmuebles o de bienes muebles que estén declarados de valor histórico o artístico, y no estén previstas en el Presupuesto.

2º Cuando estando previstas en el Presupuesto, superen los mismos porcentajes y cuantías indicados para las adquisiciones de bienes.

p) Aquellas otras que deban corresponder al Pleno por exigir su aprobación una mayoría especial.

q) Las demás que expresamente le confieran las leyes.

3. Corresponde, igualmente, al Pleno la votación sobre la moción de censura al Alcalde y sobre la cuestión de confianza planteada por el mismo, que serán públicas y se realizarán mediante llamamiento nominal en todo caso, y se rigen por lo dispuesto en la legislación electoral general.

4. El Pleno puede delegar el ejercicio de sus atribuciones en el Alcalde y en la Junta de Gobierno Local, salvo las enunciadas en el apartado 2, párrafos a), b), c), d), e), f), g), h), i), l) y p), y en el apartado 3 de este artículo.

Artículo 23. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. La Junta de Gobierno Local se integra por el Alcalde y un número de Concejales no superior al tercio del número legal de los mismos, nombrados y separados libremente por aquél, dando cuenta al Pleno.

2. Corresponde a la Junta de Gobierno Local:

a) La asistencia al Alcalde en el ejercicio de sus atribuciones.

b) Las atribuciones que el Alcalde u otro órgano municipal le delegue o le atribuyan las leyes.

3. Los Tenientes de Alcalde sustituyen, por el orden de su nombramiento y en los casos de vacante, ausencia o enfermedad, al Alcalde, siendo libremente designados y removidos por éste de entre los miembros de la Junta de Gobierno Local y, donde ésta no exista, de entre los Concejales.

4. El Alcalde puede delegar el ejercicio de determinadas atribuciones en los miembros de la Junta de Gobierno Local y, donde ésta no exista, en los Tenientes de Alcalde, sin perjuicio de las delegaciones especiales que, para cometidos específicos, pueda realizar en favor de cualesquiera Concejales, aunque no pertenecieran a aquélla.

Artículo 24. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Para facilitar la participación ciudadana en la gestión de los asuntos locales y mejorar ésta, los municipios podrán establecer órganos territoriales de gestión desconcentrada, con la organización, funciones y competencias que cada ayuntamiento les confiera, atendiendo a las características del asentamiento de la población en el término municipal, sin perjuicio de la unidad de gobierno y gestión del municipio.

2. En los municipios señalados en el artículo 121 será de aplicación el régimen de gestión desconcentrada establecido en el artículo 128.

CAPÍTULO III. COMPETENCIAS.

Artículo 25.

1. El Municipio, para la gestión de sus intereses y en el ámbito de sus competencias, puede promover toda clase de actividades y prestar cuantos servicios públicos contribuyan a satisfacer las necesidades y aspiraciones de la comunidad vecinal.

2. El Municipio ejercerá, en todo caso, competencias, en los términos de la legislación del Estado y de las Comunidades Autónomas, en las siguientes materias:

a) Seguridad en lugares públicos.

b) Ordenación del tráfico de vehículos y personas en las vías urbanas.

c) Protección civil, prevención y extinción de incendios.

d) Ordenación, gestión, ejecución y disciplina urbanística; promoción y gestión de viviendas; parques y jardines, pavimentación de vías públicas urbanas y conservación de caminos y vías rurales.

e) Patrimonio histórico-artístico.

f) Protección del medio ambiente.

- g) Abastos, mataderos, ferias, mercados y defensa de usuarios y consumidores.
 - h) Protección de la salubridad pública.
 - i) Participación en la gestión de la atención primaria de la salud.
 - j) Cementerios y servicios funerarios.
 - k) Prestación de los servicios sociales y de promoción y reinserción social.
 - l) Suministro de agua y alumbrado público; servicios de limpieza viaria, de recogida y tratamiento de residuos, alcantarillado y tratamiento de aguas residuales.
 - ll) Transporte público de viajeros.
 - m) Actividades o instalaciones culturales y deportivas; ocupación del tiempo libre; turismo.
 - n) Participar en la programación de la enseñanza y cooperar con la Administración educativa en la creación, construcción y sostenimiento de los centros docentes públicos, intervenir en sus órganos de gestión y participar en la vigilancia del cumplimiento de la escolaridad obligatoria.
3. Sólo la Ley determina las competencias municipales en las materias enunciadas en este artículo, de conformidad con los principios establecidos en el artículo 2.

Artículo 26.

1. Los Municipios por sí o asociados deberán prestar, en todo caso, los servicios siguientes:
En todos los Municipios: Alumbrado público, cementerio, recogida de residuos, limpieza viaria, abastecimiento domiciliario de agua potable, alcantarillado, acceso a los núcleos de población, pavimentación de las vías públicas y control de alimentos y bebidas.
- b) En los Municipios con población superior a 5.000 "habitantes-equivalentes," además: [\(Apartado 1. redactado según los criterios establecidos en el Real Decreto-Ley 11/1995, de 28 de diciembre\).](#)
Parque público, biblioteca pública, mercado y tratamiento de residuos.
- c) En los Municipios con población superior a 20.000 "habitantes-equivalentes", además:
Protección civil, prestación de servicios sociales, prevención y extinción de incendios e instalaciones deportivas de uso público. [\(Redactada esta letra c\) conforme al Real Decreto-Ley 7/1996, de 7 de junio\).](#)
- d) En los Municipios con población superior a 50.000 habitantes-equivalentes, además:
Transporte colectivo urbano de viajeros y protección del medio ambiente.
2. Los Municipios podrán solicitar de la Comunidad Autónoma respectiva la dispensa de la obligación de prestar los servicios mínimos que les correspondan según lo dispuesto en el número anterior cuando, por sus características peculiares, resulte de imposible o muy difícil cumplimiento el establecimiento y prestación de dichos servicios por el propio Ayuntamiento.
3. La asistencia de las Diputaciones a los Municipios, prevista en el artículo 36, se dirigirá preferentemente al establecimiento y adecuada prestación de los servicios públicos mínimos, así como la garantía del desempeño en las Corporaciones municipales de las funciones públicas a que se refiere el número 3 del artículo 92 de esta Ley.
4. Sin perjuicio de lo establecido en el artículo 40, las Comunidades Autónomas podrán cooperar con las Diputaciones Provinciales, bajo las formas y en los términos previstos en esta Ley, en la garantía del desempeño de las funciones públicas a que se refiere el apartado anterior. Asimismo, en las condiciones indicadas, las Diputaciones Provinciales podrán cooperar con los entes comarcales en el marco de la legislación autonómica correspondiente. [\(Apartado adicionado por la Ley 10/1993, de 21 de abril\)](#)

Artículo 27.

1. La Administración del Estado, de las Comunidades Autónomas y otras entidades locales podrán delegar en los Municipios el ejercicio de competencias en materias que afecten a sus intereses propios, siempre que con ello se mejore la eficacia de la gestión pública y se alcance una mayor participación ciudadana. La disposición o el acuerdo de delegación debe determinar el alcance, contenido, condiciones y duración de ésta, así como el control que se reserve la Administración delegante y los medios personales, materiales y económicos que esta transfiera.
2. En todo caso, la Administración delegante podrá, para dirigir y controlar el ejercicio de los servicios delegados, emanar instrucciones técnicas de carácter general y recabar, en cualquier momento, información sobre la gestión municipal, así como enviar comisionados y formular los requerimientos pertinentes para la subsanación de las deficiencias observadas. En caso de incumplimiento de las directrices, denegación de las informaciones solicitadas o inobservancia de los requerimientos formulados, la Administración delegante podrá revocar la delegación o ejecutar por sí misma la competencia delegada en sustitución del Municipio. Los actos de éste podrán ser recurridos ante los órganos competentes de la Administración delegante.
3. La efectividad de la delegación requerirá su aceptación por el Municipio interesado, y, en su caso, la previa consulta e informe de la Comunidad Autónoma, salvo que por Ley se imponga obligatoriamente,

en cuyo caso habrá de ir acompañada necesariamente de la dotación o el incremento de medios económicos para desempeñarlos.

4. Las competencias delegadas se ejercen con arreglo a la legislación del Estado o de las Comunidades Autónomas correspondientes o, en su caso, la reglamentación aprobada por la entidad local delegante.

Artículo 28.

Los Municipios pueden realizar actividades complementarias de las propias de otras Administraciones Públicas y, en particular, las relativas a la educación, la cultura, la promoción de la mujer, la vivienda, la sanidad y la protección del medio ambiente.

CAPÍTULO IV.

REGÍMENES ESPECIALES

Artículo 29.

1. Funcionan en Concejo Abierto:

a) Los Municipios con menos de 100 habitantes y aquellos que tradicionalmente cuenten con este singular régimen de gobierno y administración.

b) Aquellos otros en los que su localización geográfica, la mejor gestión de los intereses municipales u otras circunstancias lo hagan aconsejable.

2. La constitución en Concejo Abierto de los Municipios a que se refiere el apartado b) del número anterior, requiere petición de la mayoría de los vecinos, decisión favorable por mayoría de dos tercios de los miembros del Ayuntamiento y aprobación por la Comunidad Autónoma.

3. En el régimen del Concejo Abierto, el gobierno y la administración municipales corresponden a un Alcalde y una Asamblea vecinal de la que forman parte todos los electores. Ajustan su funcionamiento a los usos, costumbres y tradiciones locales y, en su defecto, a lo establecido en esta Ley y las Leyes de las Comunidades Autónomas sobre régimen local.

Artículo 30.

Las Leyes sobre régimen local de las Comunidades Autónomas, en el marco de lo establecido en esta Ley, podrán establecer regímenes especiales para Municipios pequeños o de carácter rural y para aquellos que reúnan otras características que lo hagan aconsejable, como su carácter histórico-artístico o el predominio en su término de las actividades turísticas, industriales, mineras u otras semejantes. **(Respecto a este artículo véase el fundamento jurídico 7 de la Sentencia del Tribunal Constitucional número 214/1989, de 21 de diciembre).**

TÍTULO III.

LA PROVINCIA

Artículo 31.

1. La Provincia es una Entidad local determinada por la agrupación de Municipios, con personalidad jurídica propia y plena capacidad para el cumplimiento de sus fines.

2. Son fines propios y específicos de la Provincia garantizar los principios de solidaridad y equilibrio intermunicipales, en el marco de la política económica y social, y, en particular:

a) Asegurar la prestación integral y adecuada en la totalidad del territorio provincial de los servicios de competencia municipal.

b) Participar en la coordinación de la Administración local con la de la Comunidad Autónoma y la del Estado.

3. El Gobierno y la administración autónoma de la Provincia corresponden a la Diputación u otras Corporaciones de carácter representativo.

CAPÍTULO I.

ORGANIZACIÓN

Artículo 32. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

La organización provincial responde a las siguientes reglas:

1. El Presidente, los Vicepresidentes, la Junta de Gobierno y el Pleno existen en todas las Diputaciones.

2. Asimismo, existirán en todas las Diputaciones órganos que tengan por objeto el estudio, informe o consulta de los asuntos que han de ser sometidos a la decisión del Pleno, así como el seguimiento de la gestión del Presidente, la Junta de Gobierno y los Diputados que ostenten delegaciones, siempre que la respectiva legislación autonómica no prevea una forma organizativa distinta en este ámbito y sin perjuicio

de las competencias de control que corresponden al Pleno. Todos los grupos políticos integrantes de la corporación tendrán derecho a participar en dichos órganos, mediante la presencia de Diputados pertenecientes a los mismos, en proporción al número de Diputados que tengan en el Pleno.

3. El resto de los órganos complementarios de los anteriores se establece y regula por las propias Diputaciones. No obstante las Leyes de las Comunidades Autónomas sobre Régimen Local podrán establecer una organización provincial complementaria de la prevista en este texto legal.

Artículo 33.

1. El Pleno de la Diputación está constituido por el Presidente y los Diputados.

2. Corresponde en todo caso al Pleno:

- a) La organización de la Diputación.
- b) La aprobación de las ordenanzas.
- c) La aprobación y modificación de los Presupuestos, la disposición de gastos dentro de los límites de su competencia y la aprobación provisional de las cuentas; todo ello de acuerdo con lo dispuesto en la Ley Reguladora de las Haciendas Locales.
- d) La aprobación de los planes de carácter provincial.
- e) El control y la fiscalización de los órganos de gobierno.
- f) La aprobación de la plantilla de personal, la relación de puestos de trabajo, la fijación de la cuantía de las retribuciones complementarias fijas y, periódicas de los funcionarios, y el número y régimen del personal eventual.
- g) La alteración de la calificación jurídica de los bienes de dominio público.
- h) El planteamiento de conflictos de competencias a otras Entidades locales y demás Administraciones públicas.
- i) El ejercicio de acciones judiciales y administrativas y la defensa de la Corporación en materias de competencia plenaria.
- j) La declaración de lesividad de los actos de la Diputación.
- k) La concertación de las operaciones de crédito cuya cuantía acumulada en el ejercicio económico exceda del 10 % de los recursos ordinarios, salvo las de tesorería, que le corresponderán cuando el importe acumulado de las operaciones vivas en cada momento supere el 15 % de los ingresos corrientes liquidados en el ejercicio anterior, todo ello de conformidad con lo dispuesto en la Ley Reguladora de las Haciendas Locales.
- l) Las contrataciones y concesiones de todo tipo, cuando su importe supere el 10 % de los recursos ordinarios del Presupuesto y, en todo caso, los 1.000.000.000 de pesetas, así como los contratos y concesiones plurianuales cuando su duración sea superior a cuatro años en todo caso, y los plurianuales de duración inferior cuando su importe acumulado supere el porcentaje indicado, referido a los recursos ordinarios de Presupuesto del primer ejercicio, y en todo caso, cuando sea superior a la cuantía señalada en esta letra. (Apartado redactado conforme a la Ley 55/1999, de 29 de diciembre)
- m) La aprobación de los proyectos de obra y de servicios cuando sea competente para su contratación o concesión y cuando aún no estén previstos en los Presupuestos.
- n) La adquisición de bienes y derechos cuando su valor supere el 10 % de los recursos ordinarios del Presupuesto y, en todo caso, cuando sea superior a 500.000.000 de pesetas, así como las enajenaciones patrimoniales en los siguientes supuestos:
Cuando se trate de bienes inmuebles o de bienes muebles, que estén declarados de valor histórico o artístico y no estén previstas en el Presupuesto.
Cuando estando previstas en el Presupuesto, superen el porcentaje y la cuantía que se indican para las adquisiciones de bienes.
- ñ) Aquellas atribuciones que deban corresponder al Pleno por exigir su aprobación una mayoría especial.
- o) Las demás que expresamente la atribuyan las leyes. (Apartado redactado conforme a la Ley 11/1999, de 21 de abril).

3. Corresponde, igualmente, al Pleno la votación sobre la moción de censura al Presidente y sobre la cuestión de confianza planteada por el mismo, que serán públicas y se realizarán mediante llamamiento nominal en todo caso, y se rigen por lo dispuesto en la legislación electoral general. **(Apartado modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)**

4. El Pleno puede delegar el ejercicio de sus atribuciones en el Presidente y en la Comisión de Gobierno, salvo las enunciadas en el número 2, letras a), b), c), d), e), f), h) y ñ), y número 3 de este artículo. (Apartado incorporado por Ley 11/1999).

Artículo 34.

1. Corresponde en todo caso al Presidente de la Diputación.

- a) Dirigir el gobierno y la administración de la provincia.

- b) Representar a la Diputación.
 - c) Convocar y presidir las sesiones del Pleno, salvo los supuestos previstos en la presente Ley y en la legislación electoral general, de la Junta de Gobierno y cualquier otro órgano de la Diputación, y decidir los empates con voto de calidad. **(Apartado modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)**
 - d) Dirigir, inspeccionar e impulsar los servicios y obras cuya titularidad o ejercicio corresponde a la Diputación Provincial.
 - e) Asegurar la gestión de los servicios propios de la Comunidad Autónoma cuya gestión ordinaria esté encomendada a la Diputación.
 - f) .El desarrollo de la gestión económica de acuerdo con el Presupuesto aprobado, disponer gastos dentro de los límites de su competencia, concertar operaciones de crédito, con exclusión de las contempladas en el artículo 158.5 de la Ley 39/1988, de 28 de diciembre, Reguladora de las Haciendas Locales, siempre que aquéllas estén previstas en el Presupuesto y su importe acumulado dentro de cada ejercicio económico no supere el 10 % de sus recursos ordinarios, salvo las de tesorería que le corresponderán cuando el importe acumulado de las operaciones vivas en cada momento no supere el 15 % de los ingresos corrientes liquidados en el ejercicio anterior, ordenar pagos y rendir cuentas; todo ello de conformidad con lo dispuesto en la Ley Reguladora de las Haciendas Locales. **(Apartado redactado conforme a la Ley 55/1999, de 29 de diciembre).**
 - g) Aprobar la oferta de empleo público de acuerdo con el Presupuesto y la plantilla aprobados por el Pleno, aprobar las bases de las pruebas para la selección del personal y para los concursos de provisión de puestos de trabajo y distribuir las retribuciones complementarias que no sean fijas y periódicas.
 - h) Desempeñar la jefatura superior de todo el personal, y acordar su nombramiento y sanciones, incluida la separación del servicio de los funcionarios de la Corporación y el despido del personal laboral, dando cuenta al Pleno en la primera sesión que celebre. Esta atribución se entenderá sin perjuicio de lo previsto en el artículo 99.1 y 3 de esta Ley.
 - i) El ejercicio de las acciones judiciales y administrativas y la defensa de la Diputación en las materias de su competencia, incluso cuando las hubiere delegado en otro órgano, y, en caso de urgencia, en materias de la competencia del Pleno, en este último supuesto dando cuenta al mismo en la primera sesión que celebre para su ratificación.
 - j) La iniciativa para proponer al Pleno la declaración de lesividad en materia de la competencia del Presidente.
 - k) Las contrataciones y concesiones de toda clase, cuando su importe no supere el 10 por 100 de los recursos ordinarios del presupuesto ni, en cualquier caso, los seis millones de euros, incluidas las de carácter plurianual cuando su duración no sea superior a cuatro años, siempre que el importe acumulado de todas sus anualidades no supere ni el porcentaje indicado, referido a los recursos ordinarios de presupuesto del primer ejercicio, ni la cuantía señalada. **(Apartado modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)**
 - l) La aprobación de los proyectos de obras y de servicios cuando sea competente para su contratación o concesión y estén previstos en el Presupuesto.
 - m) La adquisición de bienes y derechos cuando su valor no supere el 10 por 100 de los recursos ordinarios del presupuesto ni los tres millones de euros, así como la enajenación de patrimonio que no supere el porcentaje y la cuantía indicados en los siguientes supuestos:
La de bienes inmuebles, siempre que esté prevista en el presupuesto.
La de bienes muebles, salvo los declarados de valor histórico o artístico cuya enajenación no se encuentre prevista en el presupuesto. **(Apartado modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)**
 - n) Ordenar la publicación y ejecución y hacer cumplir los acuerdos de la Diputación.
 - ñ) Las demás que expresamente les atribuyan las leyes.
 - o) El ejercicio de aquellas otras atribuciones que la legislación del Estado o de las Comunidades Autónomas asigne a la Diputación y no estén expresamente atribuidas a otros órganos.
2. El Presidente puede delegar el ejercicio de sus atribuciones, salvo la de convocar y presidir las sesiones del Pleno y de la Junta de Gobierno, decidir los empates con el voto de calidad, concertar operaciones de crédito, la jefatura superior de todo el personal, la separación del servicio de funcionarios y el despido del personal laboral, y las enunciadas en los párrafos a), i) y j) del número anterior. **(Apartado modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)**
3. Corresponde, asimismo, al Presidente el nombramiento de los Vicepresidentes. **(Artículo redactado conforme a la Ley 11/1999, de 21 de abril).**

Artículo 35. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. La Junta de Gobierno se integra por el Presidente y un número de Diputados no superior al tercio del número legal de los mismos, nombrados y separados libremente por aquél, dando cuenta al Pleno.
2. Corresponde a la Junta de Gobierno:

- a) La asistencia al Presidente en el ejercicio de sus atribuciones.
 - b) Las atribuciones que el Presidente le delegue o le atribuyan las leyes.
3. El Presidente puede delegar el ejercicio de determinadas atribuciones en los miembros de la Junta de Gobierno, sin perjuicio de las delegaciones especiales que para cometidos específicos pueda realizar a favor de cualesquiera Diputados, aunque no perteneciera a la Junta de Gobierno.
4. Los Vicepresidentes sustituyen, por el orden de su nombramiento y en los casos de vacante, ausencia o enfermedad, al Presidente, siendo libremente designados por éste entre los miembros de la Junta de Gobierno.

CAPÍTULO II. COMPETENCIAS.

Artículo 36. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Son competencias propias de la Diputación las que les atribuyan, en este concepto, las leyes del Estado y de las Comunidades Autónomas en los diferentes sectores de la acción pública, y en todo caso:

- a) La coordinación de los servicios municipales entre sí para la garantía de la prestación integral y adecuada a que se refiere el apartado a) del número 2 del artículo 31.
- b) La asistencia y la cooperación jurídica, económica y técnica a los Municipios, especialmente los de menor capacidad económica y de gestión.
- c) La prestación de servicios públicos de carácter supramunicipal y, en su caso, supracomarcial.
- d) La cooperación en el fomento del desarrollo económico y social y en la planificación en el territorio provincial, de acuerdo con las competencias de las demás Administraciones Públicas en este ámbito.
- e) En general, el fomento y la administración de los intereses peculiares de la provincia.

2. A los efectos de lo dispuesto en los párrafos a) y b) del número anterior, la Diputación:

- a) Aprueba anualmente un plan provincial de cooperación a las obras y servicios de competencia municipal, en cuya elaboración deben participar los municipios de la provincia. El plan, que deberá contener una memoria justificativa de sus objetivos y de los criterios de distribución de los fondos, criterios que en todo caso han de ser objetivos y equitativos, podrá financiarse con medios propios de la Diputación, las aportaciones municipales y las subvenciones que acuerden la Comunidad Autónoma y el Estado con cargo a sus respectivos presupuestos. Sin perjuicio de las competencias reconocidas en los Estatutos de Autonomía y de las anteriormente asumidas y ratificadas por éstos, la Comunidad Autónoma asegura, en su territorio, la coordinación de los diversos planes provinciales, de acuerdo con lo previsto en el artículo 59 de esta Ley. El Estado y la Comunidad Autónoma, en su caso, pueden sujetar sus subvenciones a determinados criterios y condiciones en su utilización o empleo.

- b) Asegura el acceso de la población de la provincia al conjunto de los servicios mínimos de competencia municipal y la mayor eficacia y economía en la prestación de éstos mediante cualesquiera fórmulas de asistencia y cooperación municipal. Con esta finalidad, las Diputaciones podrán otorgar subvenciones y ayudas con cargo a sus fondos propios para la realización y el mantenimiento de obras y servicios municipales que se instrumentarán a través de planes especiales u otros instrumentos específicos.

Artículo 37.

1. Las Comunidades Autónomas podrán delegar competencias en las Diputaciones, así como encomendar a éstas la gestión ordinaria de servicios propios en los términos previstos en los Estatutos correspondientes. En este último supuesto las Diputaciones actuarán con sujeción plena a las instrucciones generales y particulares de las Comunidades.

2. El Estado podrá, asimismo, previa consulta e informe de la Comunidad Autónoma interesada, delegar en las Diputaciones competencias de mera ejecución cuando el ámbito provincial sea el más idóneo para la prestación de los correspondientes servicios.

3. El ejercicio por las Diputaciones de las facultades delegadas se acomodará a lo dispuesto en el artículo 27.

Artículo 38.

Las previsiones establecidas para la Diputación en este Capítulo y en los restantes de la presente Ley serán de aplicación a aquellas otras Corporaciones de carácter representativo a las que corresponda el gobierno y la administración autónoma de la Provincia.

CAPÍTULO III. REGÍMENES ESPECIALES.

Artículo 39.

Los órganos forales de Álava, Guipúzcoa y Vizcaya conservan su régimen peculiar en el marco del Estatuto de Autonomía de la Comunidad Autónoma del País Vasco. No obstante, las disposiciones de la presente Ley les serán de aplicación con carácter supletorio.

Artículo 40.

Las Comunidades Autónomas uniprovinciales y la Foral de Navarra asumen las competencias, medios y recursos que corresponden en el régimen ordinario a las Diputaciones Provinciales. Se exceptúa la Comunidad Autónoma de las Islas Baleares en los términos de su Estatuto propio.

Artículo 41. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Los Cabildos Insulares Canarios, como órganos de gobierno, administración y representación de cada isla, se rigen por las normas contenidas en la disposición adicional decimocuarta de esta Ley y supletoriamente por las normas que regulan la organización y funcionamiento de las Diputaciones provinciales, asumiendo las competencias de éstas, sin perjuicio de lo dispuesto en el Estatuto de Autonomía de Canarias.
2. En el Archipiélago Canario subsisten las mancomunidades provinciales interinsulares exclusivamente como órganos de representación y expresión de los intereses provinciales. Integran dichos órganos los Presidentes de los Cabildos insulares de las provincias correspondientes, presidiéndolos el del Cabildo de la Isla en que se halle la capital de la provincia.
3. Los Consejos Insulares de las Islas Baleares, a los que son de aplicación las normas de esta Ley que regulan la organización y funcionamiento de las Diputaciones provinciales, asumen sus competencias de acuerdo con lo dispuesto en esta Ley y las que les correspondan, de conformidad con el Estatuto de Autonomía de Baleares.

TÍTULO IV.**OTRAS ENTIDADES LOCALES.****Artículo 42.**

1. Las Comunidades Autónomas, de acuerdo con lo dispuesto en sus respectivos Estatutos, podrán crear en su territorio Comarcas u otras entidades que agrupen varios Municipios, cuyas características determinen intereses comunes precisados de una gestión propia o demanden la prestación de servicios de dicho ámbito.
2. La iniciativa para la creación de una Comarca podrá partir de los propios Municipios interesados. En cualquier caso, no podrá crearse la Comarca si a ello se oponen expresamente las dos quintas partes de los Municipios que debieran agruparse en ella, siempre que, en este caso, tales Municipios representen al menos la mitad del censo electoral del territorio correspondiente. Cuando la comarca deba agrupar a Municipios de más de una Provincia, será necesario el informe favorable de las Diputaciones Provinciales a cuyo ámbito territorial pertenezcan tales Municipios.
3. Las Leyes de las Comunidades Autónomas determinarán el ámbito territorial de las Comarcas, la composición y el funcionamiento de sus órganos de gobierno, que serán representativos de los Ayuntamientos que agrupen, así como las competencias y recursos económicos que, en todo caso, se les asignen.
4. La creación de las Comarcas no podrá suponer la pérdida por los Municipios de la competencia para prestar los servicios enumerados en el artículo 26, ni privar a los mismos de toda intervención en cada una de las materias enumeradas en el apartado 2 del artículo 25. **(En relación con este apartado 4 , téngase en cuenta lo indicado en el fundamento jurídico 13 de la Sentencia del Tribunal Constitucional número 214/1989, de 21 de diciembre. -Suplemento al BOE núm. 10, de 11 de enero de 1990-)**

Artículo 43.

1. Las Comunidades Autónomas, previa audiencia de la Administración del Estado y de los Ayuntamientos y Diputaciones afectados, podrán crear, modificar y suprimir, mediante Ley, áreas metropolitanas, de acuerdo con lo dispuesto en sus respectivos Estatutos.
2. Las áreas metropolitanas son Entidades locales integradas por los Municipios de grandes aglomeraciones urbanas entre cuyos núcleos de población existan vinculaciones económicas y sociales que hagan necesaria la planificación conjunta y la coordinación de determinados servicios y obras.
3. La legislación de la Comunidad Autónoma determinará los órganos de gobierno y administración, en los que estarán representados todos los Municipio integrados en el área; el régimen económico y de funcionamiento, que garantizará la participación de todos los Municipios en la toma de decisiones y una

justa distribución de las cargas entre ellos; así como los servicios y obras de prestación o realización metropolitana y el procedimiento para su ejecución.

Artículo 44. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Se reconoce a los municipios el derecho a asociarse con otros en mancomunidades para la ejecución en común de obras y servicios determinados de su competencia.
2. Las mancomunidades tienen personalidad y capacidad jurídicas para el cumplimiento de sus fines específicos y se rigen por sus Estatutos propios. Los Estatutos han de regular el ámbito territorial de la entidad, su objeto y competencia, órganos de gobierno y recursos, plazo de duración y cuantos otros extremos sean necesarios para su funcionamiento. En todo caso, los órganos de gobierno serán representativos de los ayuntamientos mancomunados.
3. El procedimiento de aprobación de los estatutos de las mancomunidades se determinará por la legislación de las Comunidades Autónomas y se ajustará, en todo caso, a las siguientes reglas:
 - a) La elaboración corresponderá a los concejales de la totalidad de los municipios promotores de la mancomunidad, constituidos en asamblea.
 - b) La Diputación o Diputaciones provinciales interesadas emitirán informe sobre el proyecto de estatutos.
 - c) Los Plenos de todos los ayuntamientos aprueban los estatutos.
4. Se seguirá un procedimiento similar para la modificación o supresión de mancomunidades.
5. Podrán integrarse en la misma mancomunidad municipios pertenecientes a distintas Comunidades Autónomas, siempre que lo permitan las normativas de las Comunidades Autónomas afectadas.

Artículo 45.

1. Las Leyes de las Comunidades Autónomas sobre régimen local regularán las entidades de ámbito territorial inferior al Municipio, para la administración descentralizada de núcleos de población separados, bajo su denominación tradicional de caseríos, parroquias, aldeas, barrios, anteiglesias, concejos, pedanías, lugares anejos y otros análogos, o aquella que establezcan las Leyes.
2. En todo caso se respetarán las siguientes reglas:
 - a) La iniciativa corresponderá indistintamente a la población interesada o al Ayuntamiento correspondiente. Este último debe ser oído en todo caso.
 - b) La entidad habrá de contar con un órgano unipersonal ejecutivo de elección directa y un órgano colegiado de control, cuyo número de miembros no podrá ser inferior a dos ni superior al tercio del número de Concejales que integren el respectivo Ayuntamiento. La designación de los miembros del órgano colegiado se hará de conformidad con los resultados de las elecciones para el Ayuntamiento en la Sección o Secciones constitutivas de la circunscripción para la elección del órgano unipersonal. *(El artículo 45.2. b., apartados primero y segundo, "no tiene carácter básico", según declara la Sentencia núm. 214/1989. Téngase en cuenta, en particular, las matizaciones recogidas en el fundamento jurídico 15 de la mencionada Sentencia).* No obstante, podrá establecerse el régimen de Concejo Abierto para las Entidades en que concurran las características previstas en el número 1 del artículo 29.
 - c) Los acuerdos sobre disposición de bienes, operaciones de crédito y expropiación forzosa deberán ser ratificados por el Ayuntamiento.

TÍTULO V.

DISPOSICIONES COMUNES A LAS ENTIDADES LOCALES

CAPÍTULO PRIMERO.

RÉGIMEN DE FUNCIONAMIENTO.

Artículo 46.

1. Los órganos colegiados de las Entidades locales funcionan en régimen de sesiones ordinarias de periodicidad preestablecida y extraordinarias, que pueden ser, además, urgentes.
2. En todo caso, el funcionamiento del Pleno de las Corporaciones Locales se ajusta a las siguientes reglas:
 - a) El Pleno celebra sesión ordinaria como mínimo cada mes en los Ayuntamientos de municipios de más de 20.000 habitantes y en las Diputaciones Provinciales; cada dos meses en los Ayuntamientos de los municipios de una población entre 5.001 habitantes y 20.000 habitantes; y cada tres en los municipios de hasta 5.000 habitantes. Asimismo, el Pleno celebra sesión extraordinaria cuando así lo decida el Presidente o lo solicite la cuarta parte, al menos, del número legal de miembros de la Corporación, sin que ningún concejal pueda solicitar más de tres anualmente. En este último caso, la celebración del mismo no podrá demorarse por más de quince días hábiles desde que fuera solicitada, no pudiendo incorporarse el

asunto al orden del día de un Pleno ordinario o de otro extraordinario con más asuntos si no lo autorizan expresamente los solicitantes de la convocatoria.

Si el Presidente no convocase el Pleno extraordinario solicitado por el número de concejales indicado dentro del plazo señalado, quedará automáticamente convocado para el décimo día hábil siguiente al de la finalización de dicho plazo, a las doce horas, lo que será notificado por el Secretario de la Corporación a todos los miembros de la misma al día siguiente de la finalización del plazo citado anteriormente. En ausencia del Presidente o de quien legalmente haya de sustituirle, el Pleno quedará válidamente constituido siempre que concurra el quórum requerido en la letra c) de este precepto, en cuyo caso será presidido por el miembro de la Corporación de mayor edad entre los presentes. (Esta letra a) ha sido redactada conforme a la Ley 11/1999).

b) Las sesiones plenarias han de convocarse, al menos, con dos días hábiles de antelación, salvo las extraordinarias que lo hayan sido con carácter urgente, cuya convocatoria con este carácter deberá ser ratificada por el Pleno. La documentación íntegra de los asuntos incluidos en el orden del día, que deba servir de base al debate y, en su caso, votación, deberá figurar a disposición de los Concejales o Diputados, desde el mismo día de la convocatoria, en la Secretaría de la Corporación.

c) El Pleno se constituye válidamente con la asistencia de un tercio del número legal de miembros del mismo, que nunca podrá ser inferior a tres. Este quórum deberá mantenerse durante toda la sesión.

En todo caso, se requiere la asistencia del Presidente y del Secretario de la Corporación o de quienes legalmente les sustituyan.

d) La adopción de acuerdos se produce mediante votación ordinaria, salvo que el propio Pleno acuerde, para un caso concreto, la votación nominal. El voto puede emitirse en sentido afirmativo o negativo, pudiendo los miembros de las Corporaciones abstenerse de votar.

La ausencia de uno o varios Concejales o Diputados, una vez iniciada la deliberación de un asunto, equivale, a efectos de la votación correspondiente, a la abstención.

En el caso de votaciones con resultado de empate, se efectuará una nueva votación, y si persistiera el empate, decidirá el voto de calidad del Presidente.

e) En los plenos ordinarios la parte dedicada al control de los demás órganos de la Corporación deberá presentar sustantividad propia y diferenciada de la parte resolutive, debiéndose garantizar de forma efectiva en su funcionamiento y, en su caso, en su regulación, la participación de todos los grupos municipales en la formulación de ruegos, preguntas y mociones. (Epígrafe incorporado por la Ley 11/1999).

Artículo 47. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Los acuerdos de las corporaciones locales se adoptan, como regla general, por mayoría simple de los miembros presentes. Existe mayoría simple cuando los votos afirmativos son más que los negativos.

2. Se requiere el voto favorable de la mayoría absoluta del número legal de miembros de las corporaciones para la adopción de acuerdos en las siguientes materias:

a) Creación y supresión de municipios y alteración de términos municipales.

b) Creación, modificación y supresión de las entidades a que se refiere el artículo 45 de esta Ley.

c) Aprobación de la delimitación del término municipal.

d) Alteración del nombre y de la capitalidad del municipio.

e) Adopción o modificación de su bandera, enseña o escudo.

f) Aprobación y modificación del Reglamento Orgánico propio de la corporación.

g) Creación, modificación o disolución de mancomunidades u otras organizaciones asociativas, así como la adhesión a las mismas y la aprobación y modificación de sus estatutos.

h) Transferencia de funciones o actividades a otras Administraciones públicas, así como la aceptación de las delegaciones o encomiendas de gestión realizadas por otras administraciones, salvo que por Ley se impongan obligatoriamente.

i) Cesión por cualquier título del aprovechamiento de los bienes comunales.

j) Concesión de bienes o servicios por más de cinco años, siempre que su cuantía exceda del 20 por 100 de los recursos ordinarios del presupuesto.

k) Municipalización o provincialización de actividades en régimen de monopolio y aprobación de la forma concreta de gestión del servicio correspondiente.

l) Aprobaciones de operaciones financieras o de crédito y concesiones de quitas o esperas, cuando su importe supere el 10 por 100 de los recursos ordinarios de su presupuesto, así como las operaciones de crédito previstas en el artículo 158.5 de la Ley 39/1988, de 28 de diciembre, Reguladora de las Haciendas Locales.

ll) Los acuerdos que corresponda adoptar a la corporación en la tramitación de los instrumentos de planeamiento general previstos en la legislación urbanística.

- m) Enajenación de bienes, cuando su cuantía exceda del 20 por 100 de los recursos ordinarios de su presupuesto.
 - n) Alteración de la calificación jurídica de los bienes demaniales o comunales.
 - ñ) Cesión gratuita de bienes a otras Administraciones o instituciones públicas.
 - o) Las restantes determinadas por la Ley.
3. Las normas relativas a adopción de acuerdos en los municipios señalados en el artículo 121 de esta Ley, son las contenidas en el apartado 2 del artículo 123.

Artículo 48.

En los asuntos en que sea preceptivo el dictamen del Consejo de Estado, la correspondiente solicitud se cursará por conducto del Presidente de la Comunidad Autónoma.

Cuando el dictamen deba ser solicitado conjuntamente por Entidades pertenecientes al ámbito territorial de distintas Comunidades Autónomas, la solicitud se cursará por conducto del Ministerio de Administraciones Públicas a petición de la Entidad de mayor población. [\(Párrafo incorporado por Ley 11/1999\)](#)

Artículo 49.

La aprobación de las ordenanzas locales se ajustará al siguiente procedimiento:

- a) Aprobación inicial por el Pleno.
- b) Información pública y audiencia a los interesados por el plazo mínimo de treinta días para la presentación de reclamaciones y sugerencias.
- c) Resolución de todas las reclamaciones y sugerencias presentadas dentro del plazo y aprobación definitiva por el Pleno.

En el caso de que no se hubiera presentado ninguna reclamación o sugerencia, se entenderá definitivamente adoptado el acuerdo hasta entonces provisional. [\(Este párrafo final ha sido incorporado por la Ley 11/1999\)](#)

Artículo 50.

1. Los conflictos de atribuciones que surjan entre órganos y Entidades dependientes de una misma Corporación local se resolverán:

- a) Por el Pleno, cuando se trate de conflictos que afecten a órganos colegiados, miembros de éstos o Entidades locales de las previstas en el artículo 45.
- b) Por el Alcalde o Presidente de la Corporación, en el resto de los supuestos.

2. Los conflictos de competencias planteados entre diferentes entidades locales serán resueltos por la Administración de la Comunidad Autónoma o por la Administración del Estado, previa audiencia de las Comunidades Autónomas afectadas, según se trate de entidades pertenecientes a la misma o a distinta Comunidad, y sin perjuicio de la ulterior posibilidad de impugnar la resolución dictada ante la Jurisdicción contencioso-administrativa.

3. Las cuestiones que se susciten entre municipios pertenecientes a distintas Comunidades Autónomas sobre deslinde de sus términos municipales se resolverán por la Administración del Estado, previo informe del Instituto Geográfico Nacional, audiencia de los municipios afectados y de las respectivas Comunidades Autónomas y dictamen del Consejo de Estado. [\(Apartado adicionado por Ley 11/1999, de 21 de abril\).](#)

Artículo 51.

Los actos de las Entidades locales son inmediatamente ejecutivos, salvo en aquellos casos en que una disposición legal establezca lo contrario o cuando se suspenda su eficacia de acuerdo con la Ley.

Artículo 52.

1. Contra los actos y acuerdos de las Entidades locales que pongan fin a la vía administrativa, los interesados podrán ejercer las acciones que procedan ante la jurisdicción competente, pudiendo no obstante interponer con carácter previo y potestativo recurso de reposición. [\(Apartado redactado conforme a la Ley 11/1999\).](#)

2. Ponen fin a la vía administrativa las resoluciones de los siguientes órganos y autoridades:

- a) Las del Pleno, los Alcaldes o Presidentes y las Juntas de Gobierno, salvo en los casos excepcionales en que una Ley Sectorial requiera la aprobación ulterior de la Administración del Estado o de la Comunidad Autónoma, o cuando proceda recurso ante éstas en los supuestos del artículo 27.2. (**Apartado modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre**)

b) Las de autoridades y órganos inferiores en los casos que resuelvan por delegación del Alcalde, del Presidente o de otro órgano cuyas resoluciones pongan fin a la vía administrativa.

c) Las de cualquier otra autoridad u órgano cuando así lo establezca una disposición legal.

Artículo 53.

Sin perjuicio de las previsiones específicas contenidas en los artículos 65, 67 y 110 de esta Ley, las Corporaciones locales podrán revisar sus actos y acuerdos en los términos y con el alcance que, para la Administración del Estado, se establece en la legislación del Estado reguladora del procedimiento administrativo común.

Artículo 54.

Las Entidades locales responderán directamente de los daños y perjuicios causados a los particulares en sus bienes y derechos como consecuencia del funcionamiento de los servicios públicos o de la actuación de sus autoridades, funcionarios o agentes, en los términos establecidos en la legislación general sobre responsabilidad administrativa.

CAPÍTULO II.

RELACIONES INTERADMINISTRATIVAS.

Artículo 55.

Para la efectividad de la coordinación y la eficacia administrativas, las Administraciones del Estado y de las Comunidades Autónomas, de un lado, y las Entidades locales, de otro, deberán en sus relaciones recíprocas:

- a) Respetar el ejercicio legítimo por las otras Administraciones de sus competencias y las consecuencias que del mismo se deriven para las propias.
- b) Ponderar, en la actuación de las competencias propias, la totalidad de los intereses públicos implicados y, en concreto, aquellos cuya gestión este encomendada a las otras Administraciones.
- c) Facilitar a las otras Administraciones la información sobre la propia gestión que sea relevante para el adecuado desarrollo por éstas de sus cometidos.
- d) Prestar, en el ámbito propio, la cooperación y asistencia activas que las otras Administraciones pudieran precisar para el eficaz cumplimiento de sus tareas.

Artículo 56.

1. Las Entidades locales tienen el deber de remitir a las Administraciones del Estado y de las Comunidades Autónomas, en los plazos y forma que reglamentariamente se determinen, copia o, en su caso, extracto comprensivo de los actos y acuerdos de las mismas. Los Presidentes y, de forma inmediata, los Secretarios de las Corporaciones serán responsables del cumplimiento de este deber.
2. En todo caso, las Administraciones del Estado y de las Comunidades Autónomas estarán facultadas, con el fin de comprobar la efectividad, en su aplicación y, respectivamente, de la legislación estatal y la autonómica, para recabar y obtener información concreta sobre la actividad municipal, pudiendo solicitar incluso la exhibición de expedientes y la emisión de informes.
3. La Administración del Estado y la de las Comunidades Autónomas deberán facilitar el acceso de los representantes legales de las Entidades locales a los instrumentos de planificación, programación y gestión de obras y servicios que les afecten directamente.

Artículo 57.

La cooperación económica, técnica y administrativa entre la Administración local y las Administraciones del Estado y de las Comunidades Autónomas, tanto en servicios locales como en asuntos de interés común, se desarrollará con carácter voluntario, bajo las formas y en los términos previstos en las Leyes, pudiendo tener lugar, en todo caso, mediante los consorcios o convenios administrativos que suscriban. De cada acuerdo de cooperación formalizado por alguna de estas Administraciones se dará comunicación a aquellas otras que, resultando interesadas, no hayan intervenido en el mismo, a los efectos de mantener una recíproca y constante información.

Artículo 58.

1. Las Leyes del Estado o de las Comunidades Autónomas podrán crear, para la coordinación administrativa, órganos de colaboración de las Administraciones correspondientes con las Entidades locales. Estos órganos, que serán únicamente deliberantes o consultivos, podrán tener ámbito autonómico o provincial y carácter general o sectorial.

Para asegurar la colaboración entre la Administración del Estado y la Administración local en materia de inversiones y de prestación de servicios, el Gobierno podrá crear en cada Comunidad Autónoma una Comisión Territorial de Administración Local. Reglamentariamente, se establecerá la composición, organización y funcionamiento de la Comisión.

2. Tanto la Administración del Estado como las de las Comunidades Autónomas podrán participar en los respectivos órganos de colaboración establecidos por cada una de ellas.

En todo caso, las Administraciones que tengan atribuidas la formulación y aprobación de instrumentos de planificación deberán otorgar a las restantes una participación que permita armonizar los intereses públicos afectados. ***(Téngase en cuenta las precisiones realizadas en el fundamento jurídico 20 de la Sentencia del Tribunal Constitucional núm. 214/1989, de 21 de diciembre).***

La participación de los municipios en la formación de los planes generales de obras públicas que les afecten se realizará en todo caso de conformidad con lo que disponga la correspondiente legislación sectorial. Asimismo, en la determinación de usos y en la adopción de resoluciones por parte de otras Administraciones públicas en materia de concesiones o autorizaciones relativa al dominio público de su competencia, será requisito indispensable para su aprobación el informe previo de los municipios en cuyo territorio se encuentre dicho dominio público, de acuerdo con lo establecido en los artículos 82 y 83 de la [Ley 30/1992](#), de 26 de noviembre, de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas y del Procedimiento Administrativo Común. ***(Esté párrafo final ha sido adicionado por la Ley 11/1999).***

Artículo 59.

1. A fin de asegurar la coherencia de la actuación de las Administraciones Públicas, en los supuestos previstos en el número 2 del artículo 10 y para el caso de que dicho fin no pueda alcanzarse por los procedimientos contemplados en los artículos anteriores o éstos resultaran manifiestamente inadecuados por razón de las características de la tarea pública de que se trate, las Leyes del Estado y las de las Comunidades Autónomas, reguladoras de los distintos sectores de la acción pública, podrán atribuir al Gobierno de la Nación, o al Consejo de Gobierno, la facultad de coordinar la actividad de la Administración Local y, en especial, de las Diputaciones Provinciales en el ejercicio de sus competencias. La coordinación se realizará mediante la definición concreta y en relación con una materia, servicio o competencia determinados de los intereses generales o comunitarios, a través de planes sectoriales para la fijación de los objetivos y la determinación de las prioridades de la acción pública en la materia correspondiente. En la tramitación de los mismos se observará lo dispuesto en el número 2 del artículo anterior.

Las Entidades locales ejercerán sus facultades de programación, planificación u ordenación de los servicios o actividades de su competencia en el marco de las previsiones de los planes a que se refiere el párrafo anterior. ***(Véase el fundamento jurídico 21 de la Sentencia del Tribunal Constitucional nº 214/1989, de 21 de diciembre).***

2. En todo caso, la Ley deberá precisar, con el suficiente grado de detalle, las condiciones y los límites de la coordinación, así como las modalidades de control que se reserven las Cortes Generales o las correspondientes Asambleas Legislativas.

Artículo 60.

Cuando una Entidad local incumpliera las obligaciones impuestas directamente por la Ley de forma que tal incumplimiento afectará al ejercicio de competencias de la Administración del Estado o de la Comunidad Autónoma, y cuya cobertura económica estuviere legalmente o presupuestariamente garantizada, una u otra, según su respectivo ámbito competencial, deberá recordarle su cumplimiento concediendo al efecto el plazo que fuere necesario. Si, transcurrido dicho plazo, nunca inferior a un mes, el incumplimiento persistiera, se procederá a adoptar las medidas necesarias para el cumplimiento de la obligación a costa y en sustitución de la Entidad local.

Artículo 61. [\(Modificado por Ley Orgánica 1/2003\)](#)

1. El Consejo de Ministros, a iniciativa propia y con conocimiento del Consejo de Gobierno de la Comunidad Autónoma correspondiente o a solicitud de éste y, en todo caso, previo acuerdo favorable del Senado, podrá proceder, mediante Real Decreto, a la disolución de los órganos de las corporaciones locales en el supuesto de gestión gravemente dañosa para los intereses generales que suponga incumplimiento de sus obligaciones constitucionales.

2. Se considerarán, en todo caso, decisiones gravemente dañosas para los intereses generales en los términos previstos en el apartado anterior, los acuerdos o actuaciones de los órganos de las corporaciones locales que den cobertura o apoyo, expreso o tácito, de forma reiterada y grave, al terrorismo o a quienes participen en su ejecución, lo enaltezcan o justifiquen, y los que menosprecien o humillen a las víctimas o a sus familiares.

3. Acordada la disolución, será de aplicación la legislación electoral general, cuando proceda, en relación a la convocatoria de elecciones parciales y, en todo caso, la normativa reguladora de la provisional administración ordinaria de la corporación.

Artículo 62.

En aquellos casos en que la naturaleza de la actividad de que se trate haga muy difícil o inconveniente una asignación diferenciada y distinta de facultades decisorias en la materia, las Leyes reguladoras de la

acción pública en relación con la misma asegurarán, en todo caso, a las entidades locales su participación o integración en actuaciones o procedimientos conjuntamente con la Administración del Estado y/o con la de la Comunidad Autónoma correspondiente, atribuyéndole a una de éstas la decisión final.

En ningún caso estas técnicas podrán afectar a la potestad de autoorganización de los servicios que corresponde a la Entidad local.

CAPÍTULO III.

IMPUGNACIÓN DE ACTOS Y ACUERDOS Y EJERCICIO DE ACCIONES

Artículo 63.

1. Junto a los sujetos legitimados en el régimen general del proceso contencioso-administrativo podrán impugnar los actos y acuerdos de las Entidades locales que incurran en infracción del ordenamiento jurídico:

a) La Administración del Estado y la de las Comunidades Autónomas, en los casos y términos previstos en este capítulo.

b) Los miembros de las Corporaciones que hubieran votado en contra de tales actos y acuerdos.

2. Están igualmente legitimadas en todo caso las Entidades locales territoriales para la impugnación de las disposiciones y actos de la Administraciones del Estado y de las Comunidades Autónomas que lesionen su autonomía, tal como esta resulta garantizada por la Constitución y esta Ley.

3. Asimismo, las Entidades locales territoriales estarán legitimadas para promover, en los términos del artículo 119 de esta Ley, la impugnación ante el Tribunal Constitucional de Leyes del Estado o de las Comunidades Autónomas cuando se estime que son estas las que lesionan la autonomía constitucionalmente garantizada.

Artículo 64.

La Administración del Estado y la de las Comunidades Autónomas pueden solicitar ampliación de la información a que se refiere el número 1 del artículo 56, que deberá remitirse en el plazo máximo de veinte días hábiles, excepto en el caso previsto en el artículo 67 de esta Ley, en el que lo será de cinco días hábiles. En tales casos se suspende el cómputo de los plazos a que se refieren el número 2 del artículo 65 y el 1 del artículo 67, que se reanudarán a partir de la recepción de la documentación interesada.

[\(Artículo redactado conforme a la Ley 11/1999, de 21 de abril\).](#)

Artículo 65.

1. Cuando la Administración del Estado o de las Comunidades Autónomas considere, en el ámbito de las respectivas competencias, que un acto o acuerdo de alguna Entidad local infringe el ordenamiento jurídico, podrá requerirla, invocando expresamente el presente artículo, para que anule dicho acto en el plazo máximo de un mes.

2. El requerimiento deberá ser motivado y expresar la normativa que se estime vulnerada. Se formulará en el plazo de quince días hábiles a partir de la recepción de la comunicación del acuerdo.

3. La Administración del Estado o, en su caso, la de la Comunidad Autónoma, podrá impugnar el acto o acuerdo ante la jurisdicción contencioso-administrativa dentro del plazo señalado para la interposición del recurso de tal naturaleza señalado en la Ley Reguladora de dicha Jurisdicción, contado desde el día siguiente a aquel en que venza el requerimiento dirigido a la Entidad local, o al de la recepción de la comunicación de la misma rechazando el requerimiento, si se produce dentro del plazo señalado para ello.

4. La Administración del Estado o, en su caso, la de la Comunidad Autónoma, podrá también impugnar directamente el acto o acuerdo ante la jurisdicción contencioso-administrativa, sin necesidad de formular requerimiento, en el plazo señalado en la Ley Reguladora de dicha Jurisdicción. [\(Artículo redactado conforme a la Ley 11/1999, de 21 de abril\).](#)

Artículo 66.

Los actos o acuerdos de las Entidades locales que menoscaben competencias del Estado o de las Comunidades Autónomas, interfieran su ejercicio o excedan de la competencia de dichas Entidades, podrán ser impugnados por cualquiera de los procedimientos previstos en el artículo anterior. [\(Este párrafo inicial está redactado según la Ley 11/1999, de 21 de abril\)](#)

La impugnación deberá precisar la lesión o, en su caso, extralimitación competencial que la motiva y las normas legales vulneradas en que se funda. En el caso de que, además, contuviera petición expresa de suspensión del acto o acuerdo impugnado, razonada en la integridad y efectividad del interés general o comunitario afectado, el Tribunal, si la estima fundada, acordará dicha suspensión en el primer trámite subsiguiente a la presentación de la impugnación. No obstante, a instancia de la entidad local y oyendo a

la Administración demandante, podrá alzar en cualquier momento, en todo o en parte, la suspensión decretada, en caso de que de ella hubiera de derivarse perjuicio al interés local no justificado por las exigencias del interés general o comunitario hecho valer en la impugnación.

Artículo 67. (Artículo redactado conforme a la Ley 11/1999).

1. Si una Entidad local adoptara actos o acuerdos que atenten gravemente al interés general de España, el Delegado del Gobierno, previo requerimiento para su anulación al Presidente de la Corporación efectuado dentro de los diez días siguientes al de la recepción de aquéllos, podrá suspenderlos y adoptar las medidas pertinentes para la protección de dicho interés.
2. El plazo concedido al Presidente de la Corporación en el requerimiento de anulación no podrá ser superior a cinco días. El del ejercicio de la facultad de suspensión será de diez días, contados a partir del siguiente al de la finalización del plazo del requerimiento o al de la respuesta del Presidente de la Corporación, si fuese anterior.
3. Acordada la suspensión de un acto o acuerdo, el Delegado del Gobierno deberá impugnarlo en el plazo de diez días desde la suspensión ante la Jurisdicción Contencioso-administrativa.

Artículo 68.

1. Las Entidades locales tienen la obligación de ejercer las acciones necesarias para la defensa de sus bienes y derechos.
2. Cualquier vecino que se hallare en pleno goce de sus derechos civiles y políticos podrá requerir su ejercicio a la entidad interesada. Este requerimiento, del que se dará conocimiento a quienes pudiesen resultar afectados por las correspondientes acciones, suspenderá el plazo para el ejercicio de las mismas por un término de treinta días hábiles.
3. Si en el plazo de esos treinta días la entidad no acordara el ejercicio de las acciones solicitadas, los vecinos podrán ejercitar dicha acción en nombre e interés de la entidad local.
4. De prosperar la acción, el actor tendrá derecho a ser reembolsado por la Entidad de las costas procesales y a la indemnización de cuantos daños y perjuicios se le hubieran seguido.

CAPÍTULO IV.

INFORMACIÓN Y PARTICIPACIÓN CIUDADANAS.

Artículo 69.

1. Las Corporaciones locales facilitarán la más amplia información sobre su actividad y la participación de todos los ciudadanos en la vida local.
2. Las formas, medios y procedimientos de participación que las Corporaciones establezcan en ejercicio de su potestad de autoorganización no podrán en ningún caso menoscabar las facultades de decisión que corresponden a los órganos representativos regulados por la Ley.

Artículo 70. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Las sesiones del Pleno de las corporaciones locales son públicas. No obstante, podrán ser secretos el debate y votación de aquellos asuntos que puedan afectar al derecho fundamental de los ciudadanos a que se refiere el artículo 18.1 de la Constitución, cuando así se acuerde por mayoría absoluta. No son públicas las sesiones de la Junta de Gobierno Local.
2. Los acuerdos que adopten las corporaciones locales se publican o notifican en la forma prevista por la Ley. Las ordenanzas, incluidos el articulado de las normas de los planes urbanísticos, así como los acuerdos correspondientes a éstos cuya aprobación definitiva sea competencia de los entes locales, se publicarán en el "Boletín Oficial" de la provincia y no entrarán en vigor hasta que se haya publicado completamente su texto y haya transcurrido el plazo previsto en el artículo 65.2 salvo los presupuestos y las ordenanzas fiscales que se publican y entran en vigor en los términos establecidos en la Ley 39/1988, de 28 de diciembre, Reguladora de las Haciendas Locales. Las Administraciones públicas con competencias urbanísticas deberán tener, a disposición de los ciudadanos que lo soliciten, copias completas del planeamiento vigente en su ámbito territorial.
3. Todos los ciudadanos tienen derecho a obtener copias y certificaciones acreditativas de los acuerdos de las corporaciones locales y sus antecedentes, así como a consultar los archivos y registros en los términos que disponga la legislación de desarrollo del artículo 105, párrafo b), de la Constitución. La denegación o limitación de este derecho, en todo cuanto afecte a la seguridad y defensa del Estado, la averiguación de los delitos o la intimidad de las personas, deberá verificarse mediante resolución motivada.

Artículo 70 bis. (Artículo añadido por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Los ayuntamientos deberán establecer y regular en normas de carácter orgánico procedimientos y órganos adecuados para la efectiva participación de los vecinos en los asuntos de la vida pública local,

tanto en el ámbito del municipio en su conjunto como en el de los distritos, en el supuesto de que existan en el municipio dichas divisiones territoriales.

2. Los vecinos que gocen del derecho de sufragio activo en las elecciones municipales podrán ejercer la iniciativa popular, presentando propuestas de acuerdos o actuaciones o proyectos de reglamentos en materias de la competencia municipal. Dichas iniciativas deberán ir suscritas al menos por el siguiente porcentaje de vecinos del municipio:

a) Hasta 5.000 habitantes, el 20 por 100.

b) De 5.001 a 20.000 habitantes, el 15 por 100.

c) A partir de 20.001 habitantes, el 10 por 100.

Tales iniciativas deberán ser sometidas a debate y votación en el Pleno, sin perjuicio de que sean resueltas por el órgano competente por razón de la materia. En todo caso, se requerirá el previo informe de legalidad del secretario del ayuntamiento, así como el informe del interventor cuando la iniciativa afecte a derechos y obligaciones de contenido económico del ayuntamiento. En los municipios a que se refiere el artículo 121 de esta Ley, el informe de legalidad será emitido por el secretario general del Pleno y cuando la iniciativa afecte a derechos y obligaciones de contenido económico, el informe será emitido por el Interventor general municipal.

Lo dispuesto en este apartado se entiende sin perjuicio de la legislación autonómica en esta materia. Tales iniciativas pueden llevar incorporada una propuesta de consulta popular local, que será tramitada en tal caso por el procedimiento y con los requisitos previstos en el artículo 71.

3. Asimismo, las entidades locales y, especialmente, los municipios, deberán impulsar la utilización interactiva de las tecnologías de la información y la comunicación para facilitar la participación y la comunicación con los vecinos, para la presentación de documentos y para la realización de trámites administrativos, de encuestas y, en su caso, de consultas ciudadanas.

Las Diputaciones provinciales, Cabildos y Consejos insulares colaborarán con los municipios que, por su insuficiente capacidad económica y de gestión, no puedan desarrollar en grado suficiente el deber establecido en este apartado.

Artículo 71.

De conformidad con la legislación del Estado y de la Comunidad Autónoma, cuando ésta tenga competencia estatutariamente atribuida para ello, los Alcaldes, previo acuerdo por mayoría absoluta del Pleno y autorización del Gobierno de la Nación, podrán someter a consulta popular aquellos asuntos de la competencia propia municipal y de carácter local que sean de especial relevancia para los intereses de los vecinos, con excepción de los relativos a la Hacienda local.

Artículo 72.

Las Corporaciones locales favorecen el desarrollo de las asociaciones para la defensa de los intereses generales o sectoriales de los vecinos, les facilitan la más amplia información sobre sus actividades, y, dentro de sus posibilidades, el uso de los medios públicos y el acceso a las ayudas económicas para la realización de sus actividades e impulsan su participación en la gestión de la Corporación en los términos del número 2 del artículo 69. A tales efectos pueden ser declaradas de utilidad pública.

CAPÍTULO V.

ESTATUTO DE LOS MIEMBROS DE LAS CORPORACIONES LOCALES.

Artículo 73.

1. La determinación del número de miembros de las Corporaciones locales, el procedimiento para su elección, la duración de su mandato y los supuestos de inelegibilidad e incompatibilidad se regularán en la legislación electoral.

2. Los miembros de las Corporaciones locales gozan, una vez que tomen posesión de su cargo, de los honores, prerrogativas y distinciones propios del mismo que se establezcan por la Ley del Estado o de las Comunidades Autónomas y están obligados al cumplimiento estricto de los deberes y obligaciones inherentes a aquél.

3. A efectos de su actuación corporativa, los miembros de las corporaciones locales se constituirán en grupos políticos, en la forma y con los derechos y las obligaciones que se establezcan con excepción de aquéllos que no se integren en el grupo político que constituya la formación electoral por la que fueron elegidos o que abandonen su grupo de procedencia, que tendrán la consideración de miembros no adscritos.

El Pleno de la corporación, con cargo a los Presupuestos anuales de la misma, podrá asignar a los grupos políticos una dotación económica que deberá contar con un componente fijo, idéntico para todos los grupos y otro variable, en función del número de miembros de cada uno de ellos, dentro de los límites

que, en su caso, se establezcan con carácter general en las Leyes de Presupuestos Generales del Estado y sin que puedan destinarse al pago de remuneraciones de personal de cualquier tipo al servicio de la corporación o a la adquisición de bienes que puedan constituir activos fijos de carácter patrimonial.

Los derechos económicos y políticos de los miembros no adscritos no podrán ser superiores a los que les hubiesen correspondido de permanecer en el grupo de procedencia, y se ejercerán en la forma que determine el Reglamento Orgánico de cada corporación. Esta previsión no será de aplicación en el caso de candidaturas presentadas como coalición electoral, cuando alguno de los partidos políticos que la integren decida abandonarla.

Los grupos políticos deberán llevar con una contabilidad específica de la dotación a que se refiere el párrafo segundo de este apartado 3, que pondrán a disposición del Pleno de la Corporación, siempre que éste lo pida.

Cuando la mayoría de los concejales de un grupo político municipal abandonen la formación política que presentó la candidatura por la que concurrieron a las elecciones o sean expulsados de la misma, serán los concejales que permanezcan en la citada formación política los legítimos integrantes de dicho grupo político a todos los efectos. En cualquier caso, el secretario de la corporación podrá dirigirse al representante legal de la formación política que presentó la correspondiente candidatura a efectos de que notifique la acreditación de las circunstancias señaladas. (**Apartado modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre**)

Artículo 74.

1. Los miembros de las Corporaciones locales quedan en situación de servicios especiales en los siguientes supuestos:

- a) Cuando sean funcionarios de la propia Corporación para la que han sido elegidos.
- b) Cuando sean funcionarios de carrera de otras Administraciones Públicas y desempeñen en la Corporación para la que han sido elegidos un cargo retribuido y de dedicación exclusiva.

En ambos supuestos, las Corporaciones afectadas abonarán las cotizaciones de las mutualidades obligatorias correspondientes para aquellos funcionarios que dejen de prestar el servicio que motivaba su pertenencia a ellas, extendiéndose a las cuotas de clases pasivas.

2. Para el personal laboral rigen idénticas reglas, de acuerdo con lo previsto en su legislación específica.

3. Los miembros de las Corporaciones locales que no tengan dedicación exclusiva en dicha condición tendrán garantizada, durante el período de su mandato, la permanencia en el centro o centros de trabajo públicos o privados en el que estuvieran prestando servicios en el momento de la elección, sin que puedan ser trasladados u obligados a concursar a otras plazas vacantes en distintos lugares.

Artículo 75. (Artículo redactado conforme a la Ley 14/2000, de 29 de diciembre, de Medidas fiscales, administrativas y del orden social).

1. Los miembros de las Corporaciones locales percibirán retribuciones por el ejercicio de sus cargos cuando los desempeñen con dedicación exclusiva, en cuyo caso serán dados de alta en el Régimen general de la Seguridad Social, asumiendo las Corporaciones el pago de las cuotas empresariales que corresponda, salvo lo dispuesto en el artículo anterior. En el supuesto de tales retribuciones, su percepción será incompatible con la de otras retribuciones con cargo a los presupuestos de las Administraciones públicas y de los entes, organismos o empresas de ellas dependientes, así como para el desarrollo de otras actividades, todo ello en los términos de la Ley 53/1984, de 26 de diciembre, de Incompatibilidades del Personal al Servicio de las Administraciones Públicas.

2. Los miembros de las Corporaciones locales que desempeñen sus cargos con dedicación parcial por realizar funciones de presidencia, vicepresidencia u ostentar delegaciones, o desarrollar responsabilidades que así lo requieran, percibirán retribuciones por el tiempo de dedicación efectiva a las mismas, en cuyo caso serán igualmente dados de alta en el Régimen General de la Seguridad Social en tal concepto, asumiendo las Corporaciones las cuotas empresariales que corresponda, salvo lo dispuesto en el artículo anterior. Dichas retribuciones no podrán superar en ningún caso los límites que se fijen, en su caso, en las Leyes de Presupuestos Generales del Estado.

En los acuerdos plenarios de determinación de los cargos que lleven aparejada esta dedicación parcial y de las retribuciones de los mismos, se deberá contener el régimen de la dedicación mínima necesaria para la percepción de dichas retribuciones. Los miembros de las Corporaciones locales que sean personal de las Administraciones públicas y de los entes, organismos y empresas de ellas dependientes solamente podrán percibir retribuciones por su dedicación parcial a sus funciones fuera de su jornada en sus respectivos centros de trabajo, en los términos señalados en el artículo 5 de la Ley 53/1984, de 26 de diciembre, sin perjuicio de lo dispuesto en el apartado sexto del presente artículo.

3. Sólo los miembros de la Corporación que no tengan dedicación exclusiva ni dedicación parcial percibirán asistencias por la concurrencia efectiva a las sesiones de los órganos colegiados de la Corporación de que formen parte, en la cuantía señalada por el pleno de la misma.
4. Los miembros de las Corporaciones locales percibirán indemnizaciones por los gastos efectivos ocasionados en el ejercicio de su cargo, según las normas de aplicación general en las Administraciones públicas y las que en desarrollo de las mismas apruebe el pleno corporativo.
5. Las Corporaciones locales consignarán en sus presupuestos las retribuciones, indemnizaciones y asistencias a que se hace referencia en los cuatro números anteriores, dentro de los límites que con carácter general se establezcan, en su caso. Deberán publicarse íntegramente en el “Boletín Oficial” de la Provincia y fijarse en el tablón de anuncios de la Corporación los acuerdos plenarios referentes a retribuciones de los cargos con dedicación exclusiva y parcial y régimen de dedicación de estos últimos, indemnizaciones y asistencias, así como los acuerdos del Presidente de la Corporación determinando los miembros de la misma que realizarán sus funciones en régimen de dedicación exclusiva o parcial.
6. A efectos de lo dispuesto en el artículo 37.3.d) del Estatuto de los Trabajadores y en el artículo 30.2 de la Ley 30/1984, se entiende por tiempo indispensable para el desempeño del cargo electivo de una Corporación local, el necesario para la asistencia a las sesiones del pleno de la Corporación o de las Comisiones y atención a las Delegaciones de que forme parte o que desempeñe el interesado.
7. Todos los miembros de las Corporaciones locales formularán declaración sobre causas de posible incompatibilidad y sobre cualquier actividad que les proporcione o pueda proporcionar ingresos económicos.

Formularán asimismo declaración de sus bienes patrimoniales.

Ambas declaraciones, efectuadas en los modelos aprobados por los plenos respectivos, se llevarán a cabo antes de la toma de posesión, con ocasión del cese y cuando se modifiquen las circunstancias de hecho.

Tales declaraciones se inscribirán en sendos Registros de Intereses constituidos en cada Corporación local. El Registro de causas de posible incompatibilidad y de actividades tendrá carácter público.

Los miembros de las corporaciones locales que consideren, en virtud de su cargo, amenazada su seguridad personal o la de sus bienes o negocios, la de sus familiares, socios, empleados o personas con quienes tuvieran relación económica o profesional podrán realizar las declaraciones de intereses a que se refieren los párrafos anteriores de este artículo, ante el secretario de la diputación provincial o, en su caso, ante el órgano competente de la Comunidad Autónoma correspondiente. Tales declaraciones se inscribirán en un Registro Especial de Intereses, creado a estos efectos en aquellas instituciones.

En este supuesto, los miembros de las corporaciones locales aportarán al secretario de su respectiva corporación mera certificación simple y sucinta acreditativa de haber cumplimentado sus declaraciones, y que éstas están inscritas en el Registro Especial de Intereses a que se refiere el párrafo anterior, que sea expedida por el funcionario encargado del mismo.

[\(Apartado 7 modificado por Ley Orgánica 1/2003, añade los dos últimos párrafos\)](#)

Artículo 76.

Sin perjuicio de las causas de incompatibilidad establecidas por la Ley, los miembros de las Corporaciones locales deberán abstenerse de participar en la deliberación, votación, decisión y ejecución de todo asunto cuando concurra alguna de las causas a que se refiere la legislación de procedimiento administrativo y contratos de las Administraciones Públicas. La actuación de los miembros en que concurren tales motivos implicará, cuando haya sido determinante, la invalidez de los actos en que hayan intervenido.

Artículo 77.

Todos los miembros de las Corporaciones locales tienen derecho a obtener del Alcalde o Presidente o de la Comisión de Gobierno cuantos antecedentes, datos o informaciones obren en poder de los servicios de la Corporación y resulten precisos para el desarrollo de su función.

La solicitud de ejercicio del derecho recogido en el párrafo anterior habrá de ser resuelta motivadamente en los cinco días naturales siguientes a aquél en que se hubiese presentado. [\(Apartado incorporado por Ley 11/1999\).](#)

Artículo 78.

1. Los miembros de las Corporaciones locales están sujetos a responsabilidad civil y penal por los actos y omisiones realizados en el ejercicio de su cargo. Las responsabilidades se exigirán ante los Tribunales de Justicia competentes y se tramitarán por el procedimiento ordinario aplicable.

2. Son responsables de los acuerdos de las Corporaciones locales los miembros de las mismas que los hubiesen votado favorablemente.

3. Las Corporaciones locales podrán exigir la responsabilidad de sus miembros cuando por dolo o culpa grave, hayan causado daños y perjuicios a la Corporación o a terceros, si éstos hubiesen sido indemnizados por aquélla.

4. Los Presidentes de las Corporaciones locales podrán sancionar con multa a los miembros de las mismas, por falta no justificada de asistencia a las sesiones o incumplimiento reiterado de sus obligaciones, en los términos que determine la Ley de la Comunidad Autónoma, y supletoriamente, la del Estado.

TÍTULO VI.

BIENES, ACTIVIDADES Y SERVICIOS, Y CONTRATACIÓN

CAPÍTULO I.

BIENES.

Artículo 79.

1. El patrimonio de las Entidades locales está constituido por el conjunto de bienes, derechos y acciones que les pertenezcan.
2. Los bienes de las Entidades locales son de dominio público o patrimoniales.
3. Son bienes de dominio público los destinados a un uso o servicio público. Tienen la consideración de comunales aquellos cuyo aprovechamiento corresponda al común de los vecinos.

Artículo 80.

1. Los bienes comunales y demás bienes de dominio público son inalienables, inembargables e imprescriptibles y no están sujetos a tributo alguno.
2. Los bienes patrimoniales se rigen por su legislación específica y, en su defecto, por las normas de Derecho privado.

Artículo 81.

1. La alteración de la calificación jurídica de los bienes de las Entidades locales requiere expediente en el que se acrediten su oportunidad y legalidad.
2. No obstante, la alteración se produce automáticamente en los siguientes supuestos:
 - a) Aprobación definitiva de los planes de ordenación urbana y de los proyectos de obras y servicios.
 - b) Adscripción de bienes patrimoniales por más de veinticinco años a un uso o servicio públicos.

Artículo 82.

Las Entidades locales gozan, respecto de sus bienes, de las siguientes prerrogativas:

- a) La de recuperar por sí mismas su posesión en cualquier momento cuando se trate de los de dominio público, y en el plazo de un año, los patrimoniales.
- b) La de deslinde, que se ajustará a lo dispuesto, en la legislación del Patrimonio del Estado y, en su caso, en la legislación de los montes.

Artículo 83.

Los montes vecinales en mano común se regulan por su legislación específica.

CAPÍTULO II.

ACTIVIDADES Y SERVICIOS.

Artículo 84.

1. Las Corporaciones locales podrán intervenir la actividad de los ciudadanos a través de los siguientes medios:
 - a) Ordenanzas y Bandos.
 - b) Sometimiento a previa licencia y otros actos de control preventivo.
 - c) Órdenes individuales constitutivas de mandato para la ejecución de un acto o la prohibición del mismo.
2. La actividad de intervención se ajustará, en todo caso, a los principios de igualdad de trato, congruencia con los motivos y fines justificativas y respeto a la libertad individual.
3. Las licencias o autorizaciones otorgadas por otras Administraciones públicas no eximen a sus titulares de obtener las correspondientes licencias de las Entidades locales, respetándose en todo caso lo dispuesto en las correspondiente leyes sectoriales. ([Apartado adicionado por Ley 11/1999](#)).

Artículo 85. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Son servicios públicos locales los que prestan las entidades locales en el ámbito de sus competencias.
2. Los servicios públicos de la competencia local podrán gestionarse mediante alguna de las siguientes formas:
 - A) Gestión directa:

- a) Gestión por la propia entidad local.
- b) Organismo autónomo local.
- c) Entidad pública empresarial local.
- d) Sociedad mercantil local, cuyo capital social pertenezca íntegramente a la entidad local o a un ente público de la misma.

B) Gestión indirecta, mediante las distintas formas previstas para el contrato de gestión de servicios públicos en el artículo 156 del Texto Refundido de la Ley de Contratos de las Administraciones Públicas, aprobado por el Real Decreto Legislativo 2/2000, de 16 de junio.

3. En ningún caso podrán prestarse por gestión indirecta ni mediante sociedad mercantil de capital social exclusivamente local los servicios públicos que impliquen ejercicio de autoridad.

Artículo 85 bis. (Artículo añadido por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. La gestión directa de los servicios de la competencia local mediante las formas de organismos autónomos locales y de entidades públicas empresariales locales se regirán, respectivamente, por lo dispuesto en los artículos 45 a 52 y 53 a 60 de la Ley 6/1997, de 14 de abril, de Organización y Funcionamiento de la Administración General del Estado, en cuanto les resultase de aplicación, con las siguientes especialidades:

a) Su creación, modificación, refundición y supresión corresponderá al Pleno de la entidad local, quien aprobará sus estatutos. Deberán quedar adscritas a una Concejalía, Área u órgano equivalente de la entidad local, si bien, en el caso de las entidades públicas empresariales, también podrán estarlo a un organismo autónomo local. Excepcionalmente, podrán existir entidades públicas empresariales cuyos estatutos les asignen la función de dirigir o coordinar a otros entes de la misma o distinta naturaleza.

b) El titular del máximo órgano de dirección de los mismos deberá ser un funcionario de carrera o laboral de las Administraciones públicas o un profesional del sector privado, titulados superiores en ambos casos, y con más de cinco años de ejercicio profesional en el segundo. En los municipios señalados en el título X, tendrá la consideración de órgano directivo.

c) En los organismos autónomos locales deberá existir un consejo rector, cuya composición se determinará en sus estatutos.

d) En las entidades públicas empresariales locales deberá existir un consejo de administración, cuya composición se determinará en sus Estatutos. El secretario del Consejo de Administración, que debe ser un funcionario público al que se exija para su ingreso titulación superior, ejercerá las funciones de fe pública y asesoramiento legal de los órganos unipersonales y colegiados de estas entidades.

e) La determinación y modificación de las condiciones retributivas, tanto del personal directivo como del resto del personal, deberán ajustarse en todo caso a las normas que al respecto apruebe el Pleno o la Junta de Gobierno, según corresponda.

f) Estarán sometidos a controles específicos sobre la evolución de los gastos de personal y de la gestión de sus recursos humanos por las correspondientes concejalías, áreas u órganos equivalentes de la entidad local.

g) Su inventario de bienes y derechos se remitirá anualmente a la concejalía, área u órgano equivalente de la entidad local.

h) Será necesaria la autorización de la concejalía, área u órgano equivalente de la entidad local a la que se encuentren adscritos, para celebrar contratos de cuantía superior a las cantidades previamente fijadas por aquélla.

i) Estarán sometidos a un control de eficacia por la concejalía, área u órgano equivalente de la entidad local a la que estén adscritos.

j) Cualquier otra referencia a órganos estatales efectuada en la Ley 6/1997, de 14 de abril, y demás normativa estatal aplicable, se entenderá realizada a los órganos competentes de la entidad local. Las referencias efectuadas en el presente artículo a la Junta de Gobierno, se entenderán efectuadas al Pleno en los municipios en que no exista aquélla.

2. Los estatutos de los organismos autónomos locales y de las entidades públicas empresariales locales comprenderán los siguientes extremos:

a) La determinación de los máximos órganos de dirección del organismo, ya sean unipersonales o colegiados, así como su forma de designación, con respeto en todo caso a lo dispuesto en el apartado anterior, con indicación de aquellos actos y resoluciones que agoten la vía administrativa.

b) Las funciones y competencias del organismo, con indicación de las potestades administrativas generales que éste puede ejercitar.

c) En el caso de las entidades públicas empresariales, los estatutos también determinarán los órganos a los que se confiera el ejercicio de las potestades administrativas.

d) El patrimonio que se les asigne para el cumplimiento de sus fines y los recursos económicos que hayan de financiar el organismo.

e) El régimen relativo a recursos humanos, patrimonio y contratación.

f) El régimen presupuestario, económico-financiero, de contabilidad, de intervención, control financiero y control de eficacia, que serán, en todo caso, conformes con la legislación sobre las Haciendas Locales y con lo dispuesto en el capítulo III del título X de esta Ley.

3. Los estatutos deberán ser aprobados y publicados con carácter previo a la entrada en funcionamiento efectivo del organismo público correspondiente.

Artículo 85 ter. (Artículo añadido por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Las sociedades mercantiles locales se regirán íntegramente, cualquiera que sea su forma jurídica, por el ordenamiento jurídico privado, salvo las materias en que les sea de aplicación la normativa presupuestaria, contable, de control financiero, de control de eficacia y contratación, y sin perjuicio de lo señalado en el apartado siguiente de este artículo.

2. La sociedad deberá adoptar una de las formas de sociedad mercantil de responsabilidad limitada, y en la escritura de constitución constará el capital, que deberá ser aportado íntegramente por la entidad local o un ente público de la misma.

3. Los estatutos determinarán la forma de designación y el funcionamiento de la Junta General y del Consejo de Administración, así como los máximos órganos de dirección de las mismas.

Artículo 86.

1. Las Entidades locales, mediante expediente acreditativo de la conveniencia y oportunidad de la medida, podrán ejercer la iniciativa pública para el ejercicio de actividades económicas conforme al artículo 128.2 de la Constitución.

2. Cuando el ejercicio de la actividad se haga en régimen de libre concurrencia, la aprobación definitiva corresponderá al Pleno de la Corporación, que determinará la forma concreta de gestión del servicio.

3. Se declara la reserva en favor de las Entidades locales de las siguientes actividades o servicios esenciales: abastecimiento y depuración de aguas; recogida, tratamiento y aprovechamiento de residuos; suministro de calefacción; mataderos, mercados y lonjas centrales; transporte público de viajeros. (Inciso redactado conforme al Real Decreto-Ley 7/1996, de 7 de junio, que suprime la mención "servicios mortuorios" que figuraba en el texto). El Estado y las Comunidades Autónomas, en el ámbito de sus respectivas competencias, podrán establecer, mediante Ley, idéntica reserva para otras actividades y servicios.

La efectiva ejecución de estas actividades en régimen de monopolio requiere, además de lo dispuesto en el número 2 de este artículo, la aprobación por el órgano de gobierno de la Comunidad Autónoma. (Apartado 3. redactado conforme a lo dispuesto por la disposición derogatoria única e) de la Ley 34/1998, de 7 de octubre).

Artículo 87. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. Las entidades locales pueden constituir consorcios con otras Administraciones públicas para fines de interés común o con entidades privadas sin ánimo de lucro que persigan fines de interés público, concurrentes con los de las Administraciones públicas.

2. Los consorcios podrán utilizarse para la gestión de los servicios públicos locales, en el marco de los convenios de cooperación transfronteriza en que participen las entidades locales españolas, y de acuerdo con las previsiones de los convenios internacionales ratificados por España en la materia.

**CAPÍTULO III.
CONTRATACIÓN.**

Artículo 88.

La contratación de las Corporaciones locales se ajustará a las siguientes peculiaridades:

1. La competencia para contratar de los distintos órganos se regirá por lo dispuesto en la presente Ley y en la legislación de las Comunidades Autónomas sobre régimen local.

2. Los supuestos de incapacidad e incompatibilidad para contratar con las Entidades locales se determinarán por la legislación básica del Estado.

3. Por razón de la cuantía, la contratación directa solo podrá acordarse en los contratos de obras, servicios y suministros cuando no excedan del 2% de los recursos ordinarios del Presupuesto. En ningún caso podrá superarse el límite establecido para la contratación directa en las normas básicas aplicables a todas las Administraciones Públicas. ***(El límite de 10% que figura en el texto, ha sido fijado por la Disposición adicional novena de la Ley de Contratos de las Administraciones Públicas, Real Decreto Legislativo 2/2000, de 16 de junio.)***

4. Las fianzas deberán depositarse en la Caja de la Corporación contratante.

TÍTULO VII.

PERSONAL AL SERVICIO DE LAS ENTIDADES LOCALES

CAPÍTULO I.

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 89.

El personal al servicio de las Entidades locales estará integrado por funcionarios de carrera, contratados en régimen de derecho laboral y personal eventual que desempeña puestos de confianza o asesoramiento especial.

Artículo 90.

1. Corresponde a cada Corporación local aprobar anualmente, a través del Presupuesto, la plantilla, que deberá comprender todos los puestos de trabajo reservados a funcionarios, personal laboral y eventual. Las plantillas deberán responder a los principios de racionalidad, economía y eficiencia y establecerse de acuerdo con la ordenación general de la economía, sin que los gastos de personal puedan rebasar los límites que se fijen con carácter general.

2. Las Corporaciones locales formarán la relación de todos los puestos de trabajo existentes en su organización, en los términos previstos en la legislación básica sobre función pública.

Corresponde al Estado establecer las normas con arreglo a las cuales hayan de confeccionarse las relaciones de puestos de trabajo, la descripción de puestos de trabajo tipo y las condiciones requeridas para su creación, así como las normas básicas de la carrera administrativa, especialmente por lo que se refiere a la promoción de los funcionarios a niveles y grupos superiores.

3. Las Corporaciones locales constituirán Registros de personal, coordinados con los de las demás Administraciones Públicas, según las normas aprobadas por el Gobierno. Los datos inscritos en tal registro determinarán las nóminas, a efectos de la debida justificación de todas las retribuciones.

Artículo 91.

1. Las Corporaciones locales formarán públicamente su oferta de empleo, ajustándose a los criterios fijados en la normativa básica estatal.

2. La selección de todo el personal, sea funcionario o laboral, debe realizarse de acuerdo con la oferta de empleo público, mediante convocatoria pública y a través del sistema de concurso, oposición o concurso-oposición libre en los que se garanticen, en todo caso, los principios constitucionales de igualdad, mérito y capacidad, así como el de publicidad.

CAPÍTULO II.

DISPOSICIONES COMUNES A LOS FUNCIONARIOS DE CARRERA

Artículo 92.

1. Los funcionarios al servicio de la Administración local se rigen, en lo no dispuesto por esta Ley, por la legislación del Estado y de las Comunidades Autónomas en los términos del artículo 149.1.18. de la Constitución.

2. Son funciones públicas, cuyo cumplimiento queda reservado exclusivamente a personal sujeto al estatuto funcional, las que impliquen ejercicio de autoridad, las de fe pública y asesoramiento legal preceptivo, las de control y fiscalización interna de la gestión económico-financiera y presupuestaria, las de contabilidad y tesorería y, en general, aquellas que, en desarrollo de la presente Ley, se reserven a los funcionarios para la mejor garantía de la objetividad, imparcialidad e independencia en el ejercicio de la función.

3. Son funciones públicas necesarias en todas las Corporaciones locales, cuya responsabilidad administrativa está reservada a funcionarios con habilitación de carácter nacional:

a) La de Secretaría, comprensiva de la fe pública y el asesoramiento legal preceptivo.

b) El control y la fiscalización interna de la gestión económico-financiera y presupuestaria y la contabilidad, tesorería y recaudación.

4. La responsabilidad administrativa de las funciones de contabilidad, tesorería y recaudación podrá ser atribuida a miembros de la Corporación o funcionarios sin habilitación de carácter nacional, en aquellos supuestos excepcionales en que así se determine por la legislación del Estado.

Artículo 93.

1. Las retribuciones básicas de los funcionarios locales tendrán la misma estructura e idéntica cuantía que las establecidas con carácter general para toda la función pública.
2. Las retribuciones complementarias se atenderán, asimismo, a la estructura y criterios de valoración objetiva de las del resto de los funcionarios públicos. Su cuantía global será fijada por el Pleno de la Corporación dentro de los límites máximos y mínimos que se señalen por el Estado.
3. Las Corporaciones locales reflejarán anualmente en sus presupuestos la cuantía de las retribuciones de sus funcionarios en los términos previstos en la legislación básica sobre función pública.

Artículo 94.

La jornada de trabajo de los funcionarios de la Administración local será en computo anual la misma que se fije para los funcionarios de la Administración Civil del Estado.
Se les aplicarán las mismas normas sobre equivalencia y reducción de jornada.

Artículo 95.

La participación de los funcionarios, a través de sus organizaciones sindicales, en la determinación de sus condiciones de empleo, será la establecida con carácter general para todas las Administraciones Públicas en el Estatuto básico de la función pública.

Artículo 96.

El Instituto Nacional de Administración Pública desarrollará cursos de perfeccionamiento, especialización y promoción para los funcionarios al servicio de las Entidades locales, y colaborará en dichas funciones con los Institutos o Escuelas de funcionarios de las Comunidades Autónomas, así como con las instituciones de este tipo que acuerden constituir las propias Corporaciones.

Artículo 97.

Los anuncios de convocatorias de pruebas de acceso a la función pública local y de concursos para la provisión de puestos de trabajo deberán publicarse en el Boletín Oficial del Estado.
Las bases se publicarán en el Boletín Oficial de la Provincia, salvo las relativas a las convocatorias de pruebas selectivas para la obtención de la habilitación de carácter nacional, que se publicarán en el Boletín Oficial del Estado.

CAPÍTULO III.

SELECCIÓN Y FORMACIÓN DE LOS FUNCIONARIOS CON HABILITACIÓN DE CARÁCTER NACIONAL Y SISTEMA DE PROVISIÓN DE PLAZAS.

Artículo 98.

1. La selección, formación y habilitación de los funcionarios a que se refiere el número 3 del artículo 92 corresponde al Instituto Nacional de Administración Pública, conforme a las bases y programas aprobados reglamentariamente.

Podrá descentralizarse territorialmente la realización de las pruebas de selección para el acceso a los cursos de formación en relación con las Corporaciones de determinado nivel de población, en los términos que establezca la Administración del Estado.

El Instituto Nacional de Administración Pública deberá encomendar, mediante convenio, a los Institutos o Escuelas de funcionarios de las Comunidades Autónomas que así lo soliciten, la formación, por delegación, de los funcionarios que deben obtener una habilitación de carácter nacional.

2. Quienes hayan obtenido la habilitación a que se refiere el número anterior ingresarán en la Función Pública Local y estarán legitimados para participar en los concursos de méritos convocados por la provisión de las plazas o puestos de trabajo reservados a estos funcionarios en las plantillas de cada entidad local.

Artículo 99. (Modificado por [Ley 31/1991](#), [Ley 10/1993](#))

1. El concurso será el sistema normal de provisión de puestos de trabajo y en él se tendrán en cuenta los méritos generales, entre los que figuran la posesión de un determinado grado personal, la valoración del trabajo desarrollado, los cursos de formación y perfeccionamiento superados y la antigüedad; los méritos correspondientes al conocimiento de las especialidades de la organización territorial de cada Comunidad Autónoma y de la normativa autonómica, y los méritos específicos directamente relacionados con las características del puesto.

Los méritos generales serán de preceptiva valoración en todo caso, se determinarán por la Administración del Estado, y su puntuación alcanzará el 65% del total posible conforme al baremo correspondiente. No regirá esta limitación cuando no se establezcan otros méritos.

Los méritos correspondientes al conocimiento de las especialidades de la organización territorial de la Comunidad Autónoma y de su normativa específica se fijará por cada Comunidad Autónoma, y su puntuación podrá alcanzar hasta un 10% del total posible.

Los méritos específicos se podrán determinar por cada Corporación local, y su puntuación alcanzará hasta un 25% del total posible.

Las Corporaciones locales aprobarán las bases del concurso, con inclusión de los méritos específicos que puedan establecer los determinados por su Comunidad Autónoma, así como el conocimiento de la lengua oficial propia de la misma en los términos previstos en la legislación autonómica respectiva.

Los Presidentes de las Corporaciones locales efectuarán las convocatorias de los concursos y las remitirán a las correspondientes Comunidades Autónomas para su publicación simultáneamente en los diarios oficiales, dentro de los plazos fijados reglamentariamente. Asimismo, el Ministerio de Administraciones Públicas publicará en el Boletín Oficial del Estado extracto de las mismas, que servirá de base para el cómputo de plazos.

Las resoluciones de los concursos se efectuarán por las Corporaciones locales y se remitirán al Ministerio de Administraciones Públicas, quien previa coordinación de las mismas para evitar la pluralidad simultánea de adjudicaciones a favor de un mismo concursante, procederá a formalizar los nombramientos, que serán objeto de publicación en los diarios oficiales de las Comunidades Autónomas y en el Boletín Oficial del Estado.

(Párrafo redactado conforme a la Ley 24/2001) El Ministerio de Administraciones Públicas efectuará, supletoriamente, en función de los méritos generales y los de valoración autonómica y de acuerdo con las Comunidades Autónomas respecto del requisito de la lengua, la convocatoria anual de los puestos de trabajo vacantes reservados a funcionarios de Administración Local con habilitación de carácter nacional que deban proveerse mediante concurso y que se encuentren en alguna de las siguientes situaciones:

a) Aquellos puestos que, encontrándose vacantes, no hubiesen sido convocados por las Corporaciones Locales en el concurso ordinario.

b) Aquellos puestos que, habiendo sido convocados en el concurso ordinario, se hubiesen quedado desiertos.

c) Aquellos puestos que, habiendo sido incluidos en el concurso ordinario, no se hubieran adjudicado por la Corporación Local por otras causas.

d) Aquellos puestos cuyas Corporaciones Locales soliciten expresamente su inclusión, a pesar de haber resultado vacantes con posterioridad a la convocatoria del concurso ordinario. La solicitud de la inclusión de nuevos puestos en el concurso unitario se efectuará por el Presidente de la Corporación que la enviará a la Dirección General para la Administración Local del Ministerio de Administraciones Públicas.

2. Excepcionalmente, podrán cubrirse por el sistema de libre designación, entre habilitados de carácter nacional de la subescala y categoría correspondientes, los puestos a ellos reservados que se determinen en las relaciones de puestos de trabajo. Dicho sistema sólo podrá adoptarse, en atención al carácter directivo de sus funciones o a la especial responsabilidad que asuman, respecto de los puestos en Diputaciones Provinciales, Cabildos y Consejos Insulares, Ayuntamientos, capitales de Comunidad Autónoma o de provincia y de municipio con población superior a 100.000 habitantes, siempre que tengan asignado nivel 30 de complemento de destino.

Cuando se trate de puestos de intervención o tesorería, además de los requisitos anteriores, la cuantía mínima del presupuesto ordinario de la Corporación habrá de ser superior a 3.000.000.000 de pesetas.

A los funcionarios cesados en los mismos se les garantizará un puesto de trabajo de su subescala y categoría en la Corporación, que deberá figurar en su relación de puestos de trabajo.

Las bases de la convocatoria para cubrir estos puestos serán aprobadas por el Presidente de la Corporación y contendrán la denominación y requisitos indispensables para desempeñarlos. (Apartado modificado por la Ley 24/2001)

La convocatoria, que se realizará con los requisitos de publicidad de los concursos, y la resolución, previa constatación de la concurrencia de los requisitos exigidos en la convocatoria, corresponden al Presidente de la Corporación, quien dará cuenta de esta última al Pleno de la misma.

3. La toma de posesión determina la adquisición de los derechos y deberes funcionariales inherentes a la situación en activo, pasando a depender el funcionario de la correspondiente Corporación, sin perjuicio de la facultad disciplinaria de destitución del cargo y de separación definitiva del servicio que queda reservada en todo caso a la Administración del Estado.

4. En todo caso, en esta última Administración se llevará un Registro relativo a los funcionarios locales con habilitación nacional, en el que deberán inscribirse, para su efectividad, todas las incidencias y situaciones de dichos funcionarios.

(Artículo redactado conforme a la Ley 10/1993, de 21 de abril, excepto su apartado 1 al que dio nueva redacción el Real Decreto Legislativo 2/1994)

[Arriba]

CAPÍTULO IV. SELECCIÓN DE LOS RESTANTES FUNCIONARIOS Y REGLAS SOBRE PROVISIÓN DE PUESTOS DE TRABAJO.

Artículo 100.

1. Es de competencia de cada Corporación local la selección de los funcionarios no comprendidos en el número 3 del artículo 92.
2. Corresponde, no obstante, a la Administración del Estado, establecer reglamentariamente:
 - a) Las reglas básicas y los programas mínimos a que debe ajustarse el procedimiento de selección y formación de tales funcionarios.
 - b) Los títulos académicos requeridos para tomar parte en las pruebas selectivas, así como los diplomas expedidos por el Instituto Nacional de Administración Pública o por los Institutos o Escuelas de funcionarios establecidos por las Comunidades Autónomas, complementarios de los títulos académicos, que puedan exigirse para participar en las mismas.

Artículo 101.

Los puestos de trabajo vacantes que deban ser cubiertos por los funcionarios a que se refiere el artículo anterior se proveerán en convocatoria pública por los procedimientos de concurso de méritos o de libre designación, de acuerdo con las normas que regulen estos procedimientos en todas las Administraciones públicas.

En dichas convocatorias de provisión de puestos de trabajo, además de la participación de los funcionarios propios de la entidad convocante, podren participar los funcionarios que pertenezcan a cualquiera de las Administraciones públicas, quedando en este caso supeditada la participación a lo que al respecto establezcan las relaciones de puestos de trabajo.

Artículo 102.

1. Las pruebas de selección y los concursos para la provisión de puestos de trabajo, a que se refiere el presente capítulo, se regirán por las bases que apruebe el Presidente de la Corporación, a quien corresponderá su convocatoria.
2. En las pruebas selectivas, el tribunal u órgano similar elevará la correspondiente relación de aprobados al Presidente de la Corporación para hacer el nombramiento, a quien también corresponderá la resolución motivada de los concursos para la provisión de puestos de trabajo, previa propuesta de aquellos órganos de selección. (Artículo redactado conforme a la Ley 14/2000, de 29 de diciembre, de Medidas fiscales, administrativas y del orden social).

CAPÍTULO V. DEL PERSONAL LABORAL Y EVENTUAL.

Artículo 103.

El personal laboral será seleccionado por la propia Corporación atendándose, en todo caso, a lo dispuesto en el artículo 91 y con el máximo respeto al principio de igualdad de oportunidades de cuantos reúnan los requisitos exigidos.

Artículo 104.

1. El número, características y retribuciones del personal eventual será determinado por el Pleno de cada Corporación, al comienzo de su mandato. Estas determinaciones solo podrán modificarse con motivo de la aprobación de los Presupuestos anuales.
2. El nombramiento y cese de estos funcionarios es libre y corresponde al Alcalde o al Presidente de la Entidad local correspondiente. Cesan automáticamente en todo caso cuando se produzca el cese o expire el mandato de la autoridad a la que presten su función de confianza o asesoramiento.
3. Los nombramientos de funcionarios de empleo, el régimen de sus retribuciones y su dedicación se publicarán en el Boletín Oficial de la Provincia y, en su caso, en el propio de la Corporación.

TÍTULO VIII. HACIENDAS LOCALES.

Artículo 105.

1. Se dotará a las Haciendas locales de recursos suficientes para el cumplimiento de los fines de las Entidades locales.
2. Las Haciendas locales se nutren, además de tributos propios y de las participaciones reconocidas en los del Estado y en los de las Comunidades Autónomas, de aquellos otros recursos que prevea la Ley.

Artículo 106.

1. Las Entidades locales tendrán autonomía para establecer y exigir tributos de acuerdo con lo previsto en la legislación del Estado reguladora de las Haciendas locales y en las Leyes que dicten las Comunidades Autónomas en los supuestos expresamente previstos en aquélla.
2. La potestad reglamentaria de las Entidades locales en materia tributaria se ejercerá a través de Ordenanzas fiscales reguladoras de sus tributos y de Ordenanzas generales de gestión, recaudación e inspección. Las Corporaciones locales podrán emanar disposiciones interpretativas y aclaratorias de las mismas.
3. Es competencia de las Entidades locales la gestión, recaudación e inspección de sus tributos propios, sin perjuicio de las delegaciones que puedan otorgar a favor de las entidades locales de ámbito superior o de las respectivas Comunidades Autónomas, y de las fórmulas de colaboración con otras entidades locales, con las Comunidades Autónomas o con el Estado, de acuerdo con lo que establezca la legislación del Estado.

Artículo 107.

1. Las Ordenanzas fiscales reguladoras de los tributos locales comenzarán a aplicarse en el momento de su publicación definitiva en el Boletín Oficial de la Provincia o, en su caso, de la Comunidad Autónoma uniprovincial, salvo que en las mismas se señale otra fecha. [\(Apartado redactado conforme a la Disposición adicional primera de la Ley 39/1988, de 28 de diciembre\).](#)
2. Las Ordenanzas fiscales obligan en el territorio de la respectiva Entidad local y se aplican conforme a los principios de residencia efectiva y de territorialidad, según los casos.

Artículo 108. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

Contra los actos sobre aplicación y efectividad de los tributos locales, y de los restantes ingresos de Derecho Público de las entidades locales, tales como prestaciones patrimoniales de carácter público no tributarias, precios públicos, y multas y sanciones pecuniarias, se formulará el recurso de reposición específicamente previsto a tal efecto en la Ley Reguladora de las Haciendas Locales. Dicho recurso tendrá carácter potestativo en los municipios a que se refiere el título X de esta Ley.

Artículo 109.

La extinción total o parcial de las deudas que el Estado, las Comunidades Autónomas, los Organismos autónomos, la Seguridad Social y cualesquiera otras Entidades de derecho público tengan con las Entidades locales, o viceversa, podrá acordarse por vía de compensación, cuando se trate de deudas vencidas, líquidas y exigibles.

Artículo 110.

1. Corresponderá al Pleno de la Corporación la declaración de nulidad de pleno derecho y la revisión de los actos dictados en vía de gestión tributaria, en los casos y de acuerdo con el procedimiento establecido en los artículos 153 y 154 de la Ley General Tributaria.
2. En los demás casos, las Entidades locales no podrán anular sus propios actos declarativos de derechos, y su revisión requerirá la previa declaración de lesividad para el interés público y su impugnación en vía contencioso-administrativa, con arreglo a la Ley de dicha Jurisdicción.

Artículo 111.

Los acuerdos de establecimiento, supresión y ordenación de tributos locales, así como las modificaciones de las correspondientes Ordenanzas fiscales, serán aprobados, publicados y entrarán en vigor, de acuerdo con lo dispuesto en las normas especiales reguladoras de la imposición y ordenación de tributos locales, sin que les sea de aplicación lo previsto en el artículo 70.2 en relación con el 65.2, ambos de la presente Ley. [\(Artículo redactado conforme a la Disposición adicional 1ª. 2 de la Ley 39/1988, de 28 de diciembre\).](#)

Artículo 112.

1. Las Entidades locales aprueban anualmente un Presupuesto único que constituye la expresión cifrada, conjunta y sistemática de las obligaciones que, como máximo, pueden reconocer, y de los derechos con vencimiento o que se prevean realizar durante el correspondiente ejercicio económico. El Presupuesto

coincide con el año natural y está integrado por el de la propia Entidad y los de todos los Organismos y Empresas locales con personalidad jurídica propia dependientes de aquélla.

2. La Administración del Estado determinará con carácter general la estructura de los Presupuestos de las entidades locales.

3. Aprobado inicialmente el Presupuesto, se expondrá al público durante el plazo que señale la legislación del Estado reguladora de las Haciendas locales, con objeto de que los interesados puedan interponer reclamaciones frente al mismo. Una vez resueltas las que se hayan presentado, en los términos que prevea la Ley, el Presupuesto definitivamente aprobado será insertado en el Boletín Oficial de la Corporación, si lo tuviera, y resumido, en el de la Provincia.

4. La aprobación definitiva del Presupuesto por el Pleno de la Corporación habrá de realizarse antes del 31 de diciembre del año anterior al del ejercicio en que deba aplicarse.

5. Si el Presupuesto no fuera aprobado antes del primer día del ejercicio económico correspondiente, quedará automáticamente prorrogada la vigencia del anterior.

Artículo 113.

1. Contra los actos que pongan fin a las reclamaciones formuladas en relación con los acuerdos de las Corporaciones en materia de presupuestos, imposición, aplicación y efectividad de tributos o aprobación y modificación de Ordenanzas fiscales, los interesados podrán interponer directamente el recurso contencioso-administrativo.

2. El Tribunal de Cuentas deberá en todo caso emitir informe cuando la impugnación afecte o se refiera a la nivelación presupuestaria.

3. La interposición del recurso previsto en el párrafo primero y de las reclamaciones establecidas en los artículos 49, 108 y 112, número 3, no suspenderá por sí sola la efectividad del acto o acuerdo impugnado.

Artículo 114.

Las Entidades locales quedan sometidas al régimen de contabilidad pública. La Administración del Estado establecerá, con carácter general, el plan de cuentas de las Entidades locales.

Artículo 115.

La fiscalización externa de las cuentas y de la gestión económica de las Entidades locales corresponde al Tribunal de Cuentas, con el alcance y condiciones que establece la Ley Orgánica que lo regula, y sin perjuicio de los supuestos de delegación previstos en la misma.

Artículo 116.

Las cuentas anuales se someterán antes del 1 de junio a informe de la Comisión Especial de Cuentas de la entidad local, la cual estará constituida por miembros de los distintos grupos políticos integrantes de la Corporación, y será asimismo objeto de información pública antes de someterse a la aprobación del Pleno, a fin de que puedan formularse contra las mismas reclamaciones, reparos u observaciones. Todo ello sin perjuicio de que pueda denunciarse ante el Tribunal de Cuentas la existencia de irregularidades en la gestión económica y en las cuentas aprobadas.

TÍTULO IX.

ORGANIZACIONES PARA LA COOPERACIÓN ENTRE LAS ADMINISTRACIONES PÚBLICAS EN MATERIA DE ADMINISTRACIÓN LOCAL.(Título modificado por la Ley 57/2003)

Artículo 117. (Artículo modificado por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

1. La Comisión Nacional de Administración Local es el órgano permanente para la colaboración entre la Administración General del Estado y la Administración local.

2. La Comisión estará formada, bajo la presidencia del Ministro de Administraciones Públicas, por un número igual de representantes de las entidades locales y de la Administración General del Estado. La designación de los representantes de las entidades locales corresponde en todo caso a la asociación de ámbito estatal con mayor implantación.

Su composición, funcionamiento y régimen de adopción de acuerdos se determinará reglamentariamente, mediante Real Decreto aprobado por el Consejo de Ministros, a propuesta del Ministro de Administraciones Públicas.

3. La Comisión se reúne previa convocatoria de su Presidente, a iniciativa propia o a solicitud de la representación local. A sus reuniones podrán asistir, cuando sean convocados por su Presidente, representantes de las Comunidades Autónomas.

4. El Pleno de la Comisión Nacional de Administración Local podrá delegar funciones en sus Subcomisiones, con excepción del informe de los anteproyectos de Ley que versen sobre las siguientes materias:

- a) Normativa básica de régimen local.
- b) Haciendas Locales.
- c) Leyes Orgánicas que afecten a la Administración Local.

Artículo 118.

1. Corresponde a la Comisión:

A) Emitir informe en los siguientes supuestos:

- a) Anteproyectos de Ley y proyectos de disposiciones administrativas de competencia del Estado en las materias que afecten a la Administración local, tales como las referentes a su régimen organizativo y de funcionamiento; régimen sustantivo de sus funciones y servicios -incluidas la atribución o supresión de competencias-; régimen estatutario de sus funcionarios; procedimiento administrativo, contratos, concesiones y demás formas de prestación de los servicios públicos; expropiación y responsabilidad patrimonial; régimen de sus bienes y haciendas locales. (Epígrafe redactado conforme a la Ley 11/1999).
- b) Criterios para las autorizaciones de operaciones de endeudamiento de las Corporaciones locales.
- c) Previamente y en los supuestos en que el Consejo de Ministros acuerde la aplicación de lo dispuesto en el artículo 61 de la presente Ley.

B) Efectuar propuestas y sugerencias al Gobierno en materia de Administración local y, en especial, sobre:

- a) Atribución y delegación de competencias en favor de las Entidades locales.
- b) Distribución de las subvenciones, créditos y transferencias del Estado a la Administración local.
- c) Participación de las Haciendas locales en los tributos del Estado.
- d) Previsiones de los Presupuestos Generales del Estado que afecten a las entidades locales. *(Véase el fundamento jurídico 29 de la Sentencia del Tribunal Constitucional nº 214/1989, de 21 de diciembre – Suplemento al BOE nº 10, de 11 de enero de 1990; corrección de errores en Suplemento al BOE, de 1 de marzo-).*

2. La Comisión, para el cumplimiento de sus funciones, puede requerir del Instituto Nacional de Administración Pública la realización de estudios y la emisión de informes.

Artículo 119.

La Comisión podrá solicitar de los órganos constitucionalmente legitimados para ello la impugnación ante el Tribunal Constitucional de las Leyes del Estado o de las Comunidades Autónomas que estime lesivas para la autonomía local garantizada constitucionalmente.

Esta misma solicitud podrá realizarla la representación de las Entidades locales en la Comisión.

Artículo 120.

1. El Instituto de Estudios de Administración Local, adscrito al Ministerio de Administración Territorial, (Actualmente Ministerio de Administraciones Públicas) es una entidad de Derecho público, dotada de personalidad y capacidad jurídicas y patrimonio propios, que actúa con plena autonomía funcional para el cumplimiento de sus fines.

Son fines esenciales del Instituto la investigación, el estudio, la información y la difusión sobre todas las materias que afecten a la Administración local, así como la selección, formación y perfeccionamiento de funcionarios de las entidades locales.

2. Son órganos de gobierno del Instituto el Director y el Consejo Rector. El Director asume las funciones representativas, ejecutivas, de programación y coordinación, así como de dirección de los servicios. El Consejo Rector, al que corresponde la aprobación del presupuesto, programa de actividades y Memoria anuales, está integrado por el Director, que lo preside, y por ocho representantes de las entidades locales designados por la asociación de éstas de ámbito estatal de mayor implantación, tres representantes de las Comunidades Autónomas designados por un periodo anual y por orden cronológico de aprobación de los Estatutos de Autonomía y cinco representantes de la Administración del Estado designados por el Ministerio de Administración Territorial (Actualmente Ministerio de Administraciones Públicas).

3. El Instituto, comprendido entre las entidades a que se refiere el artículo 5 de la Ley de Entidades Estatales Autónomas de 26 de diciembre de 1958, tendrá la consideración de organismo autónomo de carácter administrativo a los efectos de lo establecido en el artículo 4 de la Ley General Presupuestaria de 4 de enero de 1977.

El Reglamento de régimen interior regula su organización y funcionamiento y será aprobado por el Ministerio de Administración Territorial (Actualmente Ministerio de Administraciones Públicas), a propuesta del Consejo Rector.

Artículo 120 bis. (Artículo añadido por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

El Estado impulsará la colaboración con las Comunidades Autónomas con el fin de crear órganos de cooperación conjuntos en materia de régimen local, tanto bajo la forma jurídica de Conferencia Sectorial como de otra naturaleza, de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 5 de la Ley 30/1992, de 26 de noviembre, de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas y del Procedimiento Administrativo Común.

TÍTULO X. Régimen de organización de los municipios de gran población

(Título añadido por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

CAPÍTULO I. Ámbito de aplicación

Artículo 121. Ámbito de aplicación.

1. Las normas previstas en este título serán de aplicación:

- a) A los municipios cuya población supere los 250.000 habitantes.
 - b) A los municipios capitales de provincia cuya población sea superior a los 175.000 habitantes.
 - c) A los municipios que sean capitales de provincia, capitales autonómicas o sedes de las instituciones autonómicas.
 - d) Asimismo, a los municipios cuya población supere los 75.000 habitantes, que presenten circunstancias económicas, sociales, históricas o culturales especiales.
- En los supuestos previstos en los párrafos c) y d), se exigirá que así lo decidan las Asambleas Legislativas correspondientes a iniciativa de los respectivos ayuntamientos.

2. Cuando un municipio, de acuerdo con las cifras oficiales de población resultantes de la revisión del padrón municipal aprobadas por el Gobierno con referencia al 1 de enero del año anterior al del inicio de cada mandato de su ayuntamiento, alcance la población requerida para la aplicación del régimen previsto en este título, la nueva corporación dispondrá de un plazo máximo de seis meses desde su constitución para adaptar su organización al contenido de las disposiciones de este Título. A estos efectos, se tendrá en cuenta exclusivamente la población resultante de la indicada revisión del padrón, y no las correspondientes a otros años de cada mandato.

3. Los municipios a los que resulte de aplicación el régimen previsto en este título, continuarán rigiéndose por el mismo aun cuando su cifra oficial de población se reduzca posteriormente por debajo del límite establecido en esta Ley.

CAPÍTULO II. Organización y funcionamiento de los órganos municipales necesarios

Artículo 122. Organización del Pleno.

1. El Pleno, formado por el Alcalde y los Concejales, es el órgano de máxima representación política de los ciudadanos en el gobierno municipal.

2. El Pleno será convocado y presidido por el Alcalde, salvo en los supuestos previstos en esta Ley y en la legislación electoral general, al que corresponde decidir los empates con voto de calidad. El Alcalde podrá delegar exclusivamente la convocatoria y la presidencia del Pleno, cuando lo estime oportuno, en uno de los concejales.

3. El Pleno se dotará de su propio Reglamento, que tendrá la naturaleza de orgánico. No obstante, la regulación de su organización y funcionamiento podrá contenerse también en el Reglamento Orgánico Municipal.

En todo caso, el Pleno contará con un secretario general y dispondrá de Comisiones, que estarán formadas por los miembros que designen los grupos políticos en proporción al número de concejales que tengan en el Pleno.

4. Corresponderán a las comisiones las siguientes funciones:

- a) El estudio, informe o consulta de los asuntos que hayan de ser sometidos a la decisión del Pleno.
 - b) El seguimiento de la gestión del Alcalde y de su equipo de gobierno, sin perjuicio del superior control y fiscalización que, con carácter general, le corresponde al Pleno.
 - c) Aquéllas que el Pleno les delegue, de acuerdo con lo dispuesto en esta Ley.
- En todo caso, serán de aplicación a estas Comisiones las previsiones contenidas para el Pleno en el artículo 46.2, párrafos b), c) y d).

5. Corresponderá al secretario general del Pleno, que lo será también de las comisiones, las siguientes funciones:

- a) La redacción y custodia de las actas, así como la supervisión y autorización de las mismas, con el visto bueno del Presidente del Pleno.
- b) La expedición, con el visto bueno del Presidente del Pleno, de las certificaciones de los actos y acuerdos que se adopten.

c) La asistencia al Presidente del Pleno para asegurar la convocatoria de las sesiones, el orden en los debates y la correcta celebración de las votaciones, así como la colaboración en el normal desarrollo de los trabajos del Pleno y de las comisiones.

d) La comunicación, publicación y ejecución de los acuerdos plenarios.

e) El asesoramiento legal al Pleno y a las comisiones, que será preceptivo en los siguientes supuestos:

1º Cuando así lo ordene el Presidente o cuando lo solicite un tercio de sus miembros con antelación suficiente a la celebración de la sesión en que el asunto hubiere de tratarse.

2º Siempre que se trate de asuntos sobre materias para las que se exija una mayoría especial.

3º Cuando una ley así lo exija en las materias de la competencia plenaria.

4º Cuando, en el ejercicio de la función de control y fiscalización de los órganos de gobierno, lo solicite el Presidente o la cuarta parte, al menos, de los Concejales.

Dichas funciones quedan reservadas a funcionarios de Administración local con habilitación de carácter nacional. Su nombramiento corresponderá al Presidente en los términos previstos en la disposición adicional octava, teniendo la misma equiparación que los órganos directivos previstos en el artículo 130 de esta Ley, sin perjuicio de lo que determinen a este respecto las normas orgánicas que regulen el Pleno.

Artículo 123. Atribuciones del Pleno.

1. Corresponden al Pleno las siguientes atribuciones:

a) El control y la fiscalización de los órganos de gobierno.

b) La votación de la moción de censura al Alcalde y de la cuestión de confianza planteada por éste, que será pública y se realizará mediante llamamiento nominal en todo caso y se regirá en todos sus aspectos por lo dispuesto en la legislación electoral general.

c) La aprobación y modificación de los reglamentos de naturaleza orgánica. Tendrán en todo caso naturaleza orgánica:

La regulación del Pleno.
 La regulación del Consejo Social de la ciudad.
 La regulación de la Comisión Especial de Sugerencias y Reclamaciones.
 La regulación de los órganos complementarios y de los procedimientos de participación ciudadana.
 La división del municipio en distritos, y la determinación y regulación de los órganos de los distritos y de las competencias de sus órganos representativos y participativos, sin perjuicio de las atribuciones del Alcalde para determinar la organización y las competencias de su administración ejecutiva.
 La determinación de los niveles esenciales de la organización municipal, entendiéndose por tales las grandes áreas de gobierno, los coordinadores generales, dependientes directamente de los miembros de la Junta de Gobierno Local, con funciones de coordinación de las distintas Direcciones Generales u órganos similares integradas en la misma área de gobierno, y de la gestión de los servicios comunes de éstas u otras funciones análogas y las Direcciones Generales u órganos similares que culminen la organización administrativa, sin perjuicio de las atribuciones del Alcalde para determinar el número de cada uno de tales órganos y establecer niveles complementarios inferiores.
 La regulación del órgano para la resolución de las reclamaciones económico-administrativas.

d) La aprobación y modificación de las ordenanzas y reglamentos municipales.

e) Los acuerdos relativos a la delimitación y alteración del término municipal; la creación o supresión de las entidades a que se refiere el artículo 45 de esta Ley; la alteración de la capitalidad del municipio y el cambio de denominación de éste o de aquellas Entidades, y la adopción o modificación de su bandera, enseña o escudo.

f) Los acuerdos relativos a la participación en organizaciones supramunicipales.

g) La determinación de los recursos propios de carácter tributario.

h) La aprobación de los presupuestos, de la plantilla de personal, así como la autorización de gastos en las materias de su competencia. Asimismo, aprobará la cuenta general del ejercicio correspondiente.

i) La aprobación inicial del planeamiento general y la aprobación que ponga fin a la tramitación municipal de los planes y demás instrumentos de ordenación previstos en la legislación urbanística.

j) La transferencia de funciones o actividades a otras Administraciones públicas, así como la aceptación de las delegaciones o encomiendas de gestión realizadas por otras Administraciones, salvo que por ley se impongan obligatoriamente.

k) La determinación de las formas de gestión de los servicios, así como el acuerdo de creación de organismos autónomos, de entidades públicas empresariales y de sociedades mercantiles para la gestión de los servicios de competencia municipal, y la aprobación de los expedientes de municipalización.

l) Las facultades de revisión de oficio de sus propios actos y disposiciones de carácter general.

m) El ejercicio de acciones judiciales y administrativas y la defensa jurídica del Pleno en las materias de su competencia.

- n) Establecer el régimen retributivo de los miembros del Pleno, de su secretario general, del Alcalde, de los miembros de la Junta de Gobierno Local y de los órganos directivos municipales.
 - ñ) El planteamiento de conflictos de competencia a otras entidades locales y otras Administraciones públicas.
 - o) Acordar la iniciativa prevista en el último inciso del artículo 121.1, para que el municipio pueda ser incluido en el ámbito de aplicación del título X de esta Ley.
 - p) Las demás que expresamente le confieran las leyes.
2. Se requerirá el voto favorable de la mayoría absoluta del número legal de miembros del Pleno, para la adopción de los acuerdos referidos en los párrafos c), e), f), j) y o) y para los acuerdos que corresponda adoptar al Pleno en la tramitación de los instrumentos de planeamiento general previstos en la legislación urbanística.
- Los demás acuerdos se adoptarán por mayoría simple de votos.
3. Únicamente pueden delegarse las competencias del Pleno referidas en los párrafos d), k), m) y ñ) a favor de las comisiones referidas en el apartado 4 del artículo anterior.

Artículo 124. El Alcalde.

- 1. El Alcalde ostenta la máxima representación del municipio.
- 2. El Alcalde es responsable de su gestión política ante el Pleno.
- 3. El Alcalde tendrá el tratamiento de Excelencia.
- 4. En particular, corresponde al Alcalde el ejercicio de las siguientes funciones:
 - a) Representar al ayuntamiento.
 - b) Dirigir la política, el gobierno y la administración municipal, sin perjuicio de la acción colegiada de colaboración en la dirección política que, mediante el ejercicio de las funciones ejecutivas y administrativas que le son atribuidas por esta Ley, realice la Junta de Gobierno Local.
 - c) Establecer directrices generales de la acción de gobierno municipal y asegurar su continuidad.
 - d) Convocar y presidir las sesiones del Pleno y las de la Junta de Gobierno Local y decidir los empates con voto de calidad.
 - e) Nombrar y cesar a los Tenientes de Alcalde y a los Presidentes de los Distritos.
 - f) Ordenar la publicación, ejecución y cumplimiento de los acuerdos de los órganos ejecutivos del ayuntamiento.
 - g) Dictar bandos, decretos e instrucciones.
 - h) Adoptar las medidas necesarias y adecuadas en casos de extraordinaria y urgente necesidad, dando cuenta inmediata al Pleno.
 - i) Ejercer la superior dirección del personal al servicio de la Administración municipal.
 - j) La Jefatura de la Policía Municipal.
 - k) Establecer la organización y estructura de la Administración municipal ejecutiva, sin perjuicio de las competencias atribuidas al Pleno en materia de organización municipal, de acuerdo con lo dispuesto en el párrafo c) del apartado 1 del artículo 123.
 - l) El ejercicio de las acciones judiciales y administrativas en materia de su competencia y, en caso de urgencia, en materias de la competencia del Pleno, en este supuesto dando cuenta al mismo en la primera sesión que celebre para su ratificación.
 - m) Las facultades de revisión de oficio de sus propios actos.
 - n) La autorización y disposición de gastos en las materias de su competencia.
 - ñ) Las demás que le atribuyan expresamente las leyes y aquéllas que la legislación del Estado o de las Comunidades Autónomas asignen al municipio y no se atribuyan a otros órganos municipales.
- 5. El Alcalde podrá delegar mediante decreto las competencias anteriores en la Junta de Gobierno Local, en sus miembros, en los demás concejales y, en su caso, en los coordinadores generales, directores generales u órganos similares, con excepción de las señaladas en los párrafos b), e), h) y j), así como la de convocar y presidir la Junta de Gobierno Local, decidir los empates con voto de calidad y la de dictar bandos. Las atribuciones previstas en los párrafos c) y k) sólo serán delegables en la Junta de Gobierno Local.

Artículo 125. Los Tenientes de Alcalde.

- 1. El Alcalde podrá nombrar entre los concejales que formen parte de la Junta de Gobierno Local a los Tenientes de Alcalde, que le sustituirán, por el orden de su nombramiento, en los casos de vacante, ausencia o enfermedad.
 - 2. Los Tenientes de Alcalde tendrán el tratamiento de Ilustrísima.
- Artículo 126. Organización de la Junta de Gobierno Local.**

1. La Junta de Gobierno Local es el órgano que, bajo la presidencia del Alcalde, colabora de forma colegiada en la función de dirección política que a éste corresponde y ejerce las funciones ejecutivas y administrativas que se señalan en el artículo 127 de esta Ley.

2. Corresponde al Alcalde nombrar y separar libremente a los miembros de la Junta de Gobierno Local, cuyo número no podrá exceder de un tercio del número legal de miembros del Pleno, además del Alcalde. El Alcalde podrá nombrar como miembros de la Junta de Gobierno Local a personas que no ostenten la condición de concejales, siempre que su número no supere un tercio de sus miembros, excluido el Alcalde. Sus derechos económicos y prestaciones sociales serán los de los miembros electivos.

En todo caso, para la válida constitución de la Junta de Gobierno Local se requiere que el número de miembros de la Junta de Gobierno Local que ostentan la condición de concejales presentes sea superior al número de aquellos miembros presentes que no ostentan dicha condición.

Los miembros de la Junta de Gobierno Local podrán asistir a las sesiones del Pleno e intervenir en los debates, sin perjuicio de las facultades que corresponden a su Presidente.

3. La Junta de Gobierno Local responde políticamente ante el Pleno de su gestión de forma solidaria, sin perjuicio de la responsabilidad directa de cada uno de sus miembros por su gestión.

4. La Secretaría de la Junta de Gobierno Local corresponderá a uno de sus miembros que reúna la condición de concejal, designado por el Alcalde, quien redactará las actas de las sesiones y certificará sobre sus acuerdos. Existirá un órgano de apoyo a la Junta de Gobierno Local y al concejal-secretario de la misma, cuyo titular será nombrado entre funcionarios de Administración local con habilitación de carácter nacional. Sus funciones serán las siguientes:

- a) La asistencia al concejal-secretario de la Junta de Gobierno Local.
- b) La remisión de las convocatorias a los miembros de la Junta de Gobierno Local.
- c) El archivo y custodia de las convocatorias, órdenes del día y actas de las reuniones.
- d) Velar por la correcta y fiel comunicación de sus acuerdos.

5. Las deliberaciones de la Junta de Gobierno Local son secretas. A sus sesiones podrán asistir los concejales no pertenecientes a la Junta y los titulares de los órganos directivos, en ambos supuestos cuando sean convocados expresamente por el Alcalde.

Artículo 127. Atribuciones de la Junta de Gobierno Local.

1. Corresponde a la Junta de Gobierno Local:

a) La aprobación de los proyectos de ordenanzas y de los reglamentos, incluidos los orgánicos, con excepción de las normas reguladoras del Pleno y sus comisiones.

b) La aprobación del proyecto de presupuesto.

c) La aprobación de los proyectos de instrumentos de ordenación urbanística cuya aprobación definitiva o provisional corresponda al Pleno.

d) Las aprobaciones de los instrumentos de planeamiento de desarrollo del planeamiento general no atribuidas expresamente al Pleno, así como de los instrumentos de gestión urbanística y de los proyectos de urbanización.

e) La concesión de cualquier tipo de licencia, salvo que la legislación sectorial la atribuya expresamente a otro órgano.

f) Las contrataciones y concesiones, incluidas las de carácter plurianual, la ampliación del número de anualidades y la modificación de los porcentajes de gastos plurianuales, así como la gestión, adquisición y enajenación del patrimonio, la concertación de operaciones de crédito, todo ello de acuerdo con el presupuesto y sus bases de ejecución.

g) El desarrollo de la gestión económica, autorizar y disponer gastos en materia de su competencia, disponer gastos previamente autorizados por el Pleno, y la gestión del personal.

h) Aprobar la relación de puestos de trabajo, las retribuciones del personal de acuerdo con el presupuesto aprobado por el Pleno, la oferta de empleo público, las bases de las convocatorias de selección y provisión de puestos de trabajo, el número y régimen del personal eventual, la separación del servicio de los funcionarios del Ayuntamiento, sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo 99 de esta Ley, el despido del personal laboral, el régimen disciplinario y las demás decisiones en materia de personal que no estén expresamente atribuidas a otro órgano.

La composición de los tribunales de oposiciones será predominantemente técnica, debiendo poseer todos sus miembros un nivel de titulación igual o superior al exigido para el ingreso en las plazas convocadas. Su presidente podrá ser nombrado entre los miembros de la Corporación o entre el personal al servicio de las Administraciones públicas.

i) El nombramiento y el cese de los titulares de los órganos directivos de la Administración municipal, sin perjuicio de lo dispuesto en la disposición adicional octava para los funcionarios de Administración local con habilitación de carácter nacional.

j) El ejercicio de las acciones judiciales y administrativas en materia de su competencia.

k) Las facultades de revisión de oficio de sus propios actos.

- l) Ejercer la potestad sancionadora salvo que por ley esté atribuida a otro órgano.
 - m) Las demás que le correspondan, de acuerdo con las disposiciones legales vigentes.
2. La Junta de Gobierno Local podrá delegar en los Tenientes de Alcalde, en los demás miembros de la Junta de Gobierno Local, en su caso, en los demás concejales, en los coordinadores generales, directores generales u órganos similares, las funciones enumeradas en los párrafos e), f), g), h) con excepción de la aprobación de la relación de puestos de trabajo, de las retribuciones del personal, de la oferta de empleo público, de la determinación del número y del régimen del personal eventual y de la separación del servicio de los funcionarios, y l) del apartado anterior.

Artículo 128. Los distritos.

1. Los ayuntamientos deberán crear distritos, como divisiones territoriales propias, dotadas de órganos de gestión desconcentrada, para impulsar y desarrollar la participación ciudadana en la gestión de los asuntos municipales y su mejora, sin perjuicio de la unidad de gobierno y gestión del municipio.
2. Corresponde al Pleno de la Corporación la creación de los distritos y su regulación, en los términos y con el alcance previsto en el artículo 123, así como determinar, en una norma de carácter orgánico, el porcentaje mínimo de los recursos presupuestarios de la corporación que deberán gestionarse por los distritos, en su conjunto.
3. La presidencia del distrito corresponderá en todo caso a un concejal.

Artículo 129. La asesoría jurídica.

1. Sin perjuicio de las funciones reservadas al secretario del Pleno por el párrafo e) del apartado 5 del artículo 122 de esta Ley, existirá un órgano administrativo responsable de la asistencia jurídica al Alcalde, a la Junta de Gobierno Local y a los órganos directivos, comprensiva del asesoramiento jurídico y de la representación y defensa en juicio del ayuntamiento, sin perjuicio de lo dispuesto en el apartado segundo del artículo 447 de la Ley 6/1985, de 1 de julio, del Poder Judicial.
2. Su titular será nombrado y separado por la Junta de Gobierno Local, entre personas que reúnan los siguientes requisitos:
 - a) Estar en posesión del título de licenciado en derecho.
 - b) Ostentar la condición de funcionario de administración local con habilitación de carácter nacional, o bien funcionario de carrera del Estado, de las Comunidades Autónomas o de las entidades locales, a los que se exija para su ingreso el título de doctor, licenciado, ingeniero, arquitecto o equivalente.

Artículo 130. Órganos superiores y directivos.

1. Son órganos superiores y directivos municipales los siguientes:
 - A) Órganos superiores:
 - a) El Alcalde.
 - b) Los miembros de la Junta de Gobierno Local.
 - B) Órganos directivos:
 - a) Los coordinadores generales de cada área o concejalía.
 - b) Los directores generales u órganos similares que culminen la organización administrativa dentro de cada una de las grandes áreas o concejalías.
 - c) El titular del órgano de apoyo a la Junta de Gobierno Local y al concejal-secretario de la misma.
 - d) El titular de la asesoría jurídica.
 - e) El Secretario general del Pleno.
 - f) El interventor general municipal.
 - g) En su caso, el titular del órgano de gestión tributaria.
2. Tendrán también la consideración de órganos directivos, los titulares de los máximos órganos de dirección de los organismos autónomos y de las entidades públicas empresariales locales, de conformidad con lo establecido en el artículo 85 bis, párrafo b).
3. El nombramiento de los coordinadores generales, y de los directores generales deberá efectuarse entre funcionarios de carrera del Estado, de las Comunidades Autónomas, de las entidades locales o funcionarios de administración local con habilitación de carácter nacional, a los que se exija para su ingreso el título de doctor, licenciado, ingeniero, arquitecto o equivalente, salvo que el Pleno, al determinar los niveles esenciales de la organización municipal, de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 123.1 c), permita que, en atención a las características específicas del puesto directivo, su titular no reúna dicha condición de funcionario. En este caso los nombramientos habrán de efectuarse motivadamente y de acuerdo con criterios de competencia profesional y experiencia en el desempeño de puestos de responsabilidad en la gestión pública o privada.

4. Los órganos superiores y directivos quedan sometidos al régimen de incompatibilidades establecido en la Ley 53/1984, de 26 de diciembre, de Incompatibilidades del Personal al Servicio de las Administraciones públicas, y en otras normas estatales o autonómicas que resulten de aplicación.

Artículo 131. El Consejo Social de la Ciudad.

1. En los municipios señalados en este título, existirá un Consejo Social de la Ciudad, integrado por representantes de las organizaciones económicas, sociales, profesionales y de vecinos más representativas.
2. Corresponderá a este Consejo, además de las funciones que determine el Pleno mediante normas orgánicas, la emisión de informes, estudios y propuestas en materia de desarrollo económico local, planificación estratégica de la ciudad y grandes proyectos urbanos.

Artículo 132. Defensa de los derechos de los vecinos.

1. Para la defensa de los derechos de los vecinos ante la Administración municipal, el Pleno creará una Comisión especial de Sugerencias y Reclamaciones, cuyo funcionamiento se regulará en normas de carácter orgánico.
2. La Comisión especial de Sugerencias y Reclamaciones estará formada por representantes de todos los grupos que integren el Pleno, de forma proporcional al número de miembros que tengan en el mismo.
3. La citada Comisión podrá supervisar la actividad de la Administración municipal, y deberá dar cuenta al Pleno, mediante un informe anual, de las quejas presentadas y de las deficiencias observadas en el funcionamiento de los servicios municipales, con especificación de las sugerencias o recomendaciones no admitidas por la Administración municipal. No obstante, también podrá realizar informes extraordinarios cuando la gravedad o la urgencia de los hechos lo aconsejen.
4. Para el desarrollo de sus funciones, todos los órganos de Gobierno y de la Administración municipal están obligados a colaborar con la Comisión de Sugerencias y Reclamaciones.

CAPÍTULO III. Gestión económico-financiera

Artículo 133. Criterios de la gestión económico-financiera.

La gestión económico-financiera se ajustará a los siguientes criterios: 7

- a) Cumplimiento del objetivo de estabilidad presupuestaria, de acuerdo con lo dispuesto en la legislación que lo regule.
- b) Separación de las funciones de contabilidad y de fiscalización de la gestión económico-financiera.
- c) La contabilidad se ajustará en todo caso a las previsiones que en esta materia contiene la Ley 39/1988, de 28 de diciembre, Reguladora de las Haciendas Locales.
- d) El ámbito en el que se realizará la fiscalización y el control de legalidad presupuestaria será el presupuesto o el estado de previsión de ingresos y gastos, según proceda.
- e) Introducción de la exigencia del seguimiento de los costes de los servicios.
- f) La asignación de recursos, con arreglo a los principios de eficacia y eficiencia, se hará en función de la definición y el cumplimiento de objetivos.
- g) La administración y rentabilización de los excedentes líquidos y la concertación de operaciones de tesorería se realizarán de acuerdo con las bases de ejecución del presupuesto y el plan financiero aprobado.
- h) Todos los actos, documentos y expedientes de la Administración municipal y de todas las entidades dependientes de ella, sea cual fuere su naturaleza jurídica, de los que se deriven derechos y obligaciones de contenido económico estarán sujetos al control y fiscalización interna por el órgano que se determina en esta Ley, en los términos establecidos en los artículos 194 a 203 de la Ley 39/1988, de 28 de diciembre, Reguladora de las Haciendas Locales.

Artículo 134. Órgano u órganos de gestión económico- financiera y presupuestaria.

1. Las funciones de presupuestación, contabilidad, tesorería y recaudación serán ejercidas por el órgano u órganos que se determinen en el Reglamento Orgánico Municipal.
2. El titular o titulares de dicho órgano u órganos deberá ser un funcionario de Administración local con habilitación de carácter nacional, salvo el del órgano que desarrolle las funciones de presupuestación.

Artículo 135. Órgano de Gestión Tributaria.

1. Para la consecución de una gestión integral del sistema tributario municipal, regido por los principios de eficiencia, suficiencia, agilidad y unidad en la gestión, se habilita al Pleno de los ayuntamientos de los municipios de gran población para crear un órgano de gestión tributaria, responsable de ejercer como propias las competencias que a la Administración Tributaria local le atribuye la legislación tributaria.
2. Corresponderán a este órgano de gestión tributaria, al menos, las siguientes competencias:

- a) La gestión, liquidación, inspección, recaudación y revisión de los actos tributarios municipales.
 - b) La recaudación en período ejecutivo de los demás ingresos de derecho público del ayuntamiento.
 - c) La tramitación y resolución de los expedientes sancionadores tributarios relativos a los tributos cuya competencia gestora tenga atribuida.
 - d) El análisis y diseño de la política global de ingresos públicos en lo relativo al sistema tributario municipal.
 - e) La propuesta, elaboración e interpretación de las normas tributarias propias del ayuntamiento.
 - f) El seguimiento y la ordenación de la ejecución del presupuestos de ingresos en lo relativo a ingresos tributarios.
3. En el caso de que el Pleno haga uso de la habilitación prevista en el apartado 1, la función de recaudación y su titular quedarán adscritos a este órgano, quedando sin efecto lo dispuesto en el artículo 134.1 en lo que respecta a la función de recaudación.

Artículo 136. Órgano responsable del control y de la fiscalización interna.

1. La función pública de control y fiscalización interna de la gestión económico-financiera y presupuestaria, en su triple acepción de función interventora, función de control financiero y función de control de eficacia, corresponderá a un órgano administrativo, con la denominación de Intervención general municipal.
2. La Intervención general municipal ejercerá sus funciones con plena autonomía respecto de los órganos y entidades municipales y cargos directivos cuya gestión fiscalice, teniendo completo acceso a la contabilidad y a cuantos documentos sean necesarios para el ejercicio de sus funciones.
3. Su titular será nombrado entre funcionarios de Administración local con habilitación de carácter nacional.

Artículo 137. Órgano para la resolución de las reclamaciones económico-administrativas.

1. Existirá un órgano especializado en las siguientes funciones:
 - a) El conocimiento y resolución de las reclamaciones sobre actos de gestión, liquidación, recaudación e inspección de tributos e ingresos de derecho público, que sean de competencia municipal.
 - b) El dictamen sobre los proyectos de ordenanzas fiscales.
 - c) En el caso de ser requerido por los órganos municipales competentes en materia tributaria, la elaboración de estudios y propuestas en esta materia.
 2. La resolución que se dicte pone fin a la vía administrativa y contra ella sólo cabrá la interposición del recurso contencioso-administrativo.
 3. No obstante, los interesados podrán, con carácter potestativo, presentar previamente contra los actos previstos en el apartado 1 a) el recurso de reposición regulado en el artículo 14 de la Ley 39/1988, de 28 de diciembre, Reguladora de las Haciendas Locales.
- Contra la resolución, en su caso, del citado recurso de reposición, podrá interponerse reclamación económico-administrativa ante el órgano previsto en el presente artículo.
4. Estará constituido por un número impar de miembros, con un mínimo de tres, designados por el Pleno, con el voto favorable de la mayoría absoluta de los miembros que legalmente lo integren, de entre personas de reconocida competencia técnica, y cesarán por alguna de las siguientes causas:
 - a) A petición propia.
 - b) Cuando lo acuerde el Pleno con la misma mayoría que para su nombramiento.
 - c) Cuando sean condenados mediante sentencia firme por delito doloso.
 - d) Cuando sean sancionados mediante resolución firme por la comisión de una falta disciplinaria muy grave o grave.

Solamente el Pleno podrá acordar la incoación y la resolución del correspondiente expediente disciplinario, que se regirá, en todos sus aspectos, por la normativa aplicable en materia de régimen disciplinario a los funcionarios del ayuntamiento.

5. Su funcionamiento se basará en criterios de independencia técnica, celeridad y gratuidad. Su composición, competencias, organización y funcionamiento, así como el procedimiento de las reclamaciones se regulará por Reglamento aprobado por el Pleno, de acuerdo en todo caso con lo establecido en la Ley General Tributaria y en la normativa estatal reguladora de las reclamaciones económico-administrativas, sin perjuicio de las adaptaciones necesarias en consideración al ámbito de actuación y funcionamiento del órgano.
6. La reclamación regulada en el presente artículo se entiende sin perjuicio de los supuestos en los que la Ley prevé la reclamación económico-administrativa ante los Tribunales Económico-Administrativos del Estado.

CAPÍTULO IV. Conferencia de Ciudades

Artículo 138.

En el seno de la Conferencia sectorial para asuntos locales, existirá una Conferencia de ciudades de la que formarán parte la Administración General del Estado, las Comunidades Autónomas y los alcaldes de los municipios comprendidos en el ámbito de aplicación del título X de esta Ley.

TÍTULO XI. Tipificación de las infracciones y sanciones por las Entidades Locales en determinadas materias

(Título añadido por la Ley 57/2003, de 16 de diciembre)

Artículo 139. Tipificación de infracciones y sanciones en determinadas materias.

Para la adecuada ordenación de las relaciones de convivencia de interés local y del uso de sus servicios, equipamientos, infraestructuras, instalaciones y espacios públicos, los entes locales podrán, en defecto de normativa sectorial específica, establecer los tipos de las infracciones e imponer sanciones por el incumplimiento de deberes, prohibiciones o limitaciones contenidos en las correspondientes ordenanzas, de acuerdo con los criterios establecidos en los artículos siguientes.

Artículo 140. Clasificación de las infracciones.

1. Las infracciones a las ordenanzas locales a que se refiere el artículo anterior se clasificarán en muy graves, graves y leves.

Serán muy graves las infracciones que supongan:

- a) Una perturbación relevante de la convivencia que afecte de manera grave, inmediata y directa a la tranquilidad o al ejercicio de derechos legítimos de otras personas, al normal desarrollo de actividades de toda clase conformes con la normativa aplicable o a la salubridad u ornato públicos, siempre que se trate de conductas no subsumibles en los tipos previstos en el capítulo IV de la Ley 1/1992, de 21 de febrero, de Protección de la Seguridad Ciudadana.
- b) El impedimento del uso de un servicio público por otra u otras personas con derecho a su utilización.
- c) El impedimento o la grave y relevante obstrucción al normal funcionamiento de un servicio público.
- d) Los actos de deterioro grave y relevante de equipamientos, infraestructuras, instalaciones o elementos de un servicio público.
- e) El impedimento del uso de un espacio público por otra u otras personas con derecho a su utilización.
- f) Los actos de deterioro grave y relevante de espacios públicos o de cualquiera de sus instalaciones y elementos, sean muebles o inmuebles, no derivados de alteraciones de la seguridad ciudadana.

2. Las demás infracciones se clasificarán en graves y leves, de acuerdo con los siguientes criterios:

- a) La intensidad de la perturbación ocasionada en la tranquilidad o en el pacífico ejercicio de los derechos de otras personas o actividades.
- b) La intensidad de la perturbación causada a la salubridad u ornato públicos.
- c) La intensidad de la perturbación ocasionada en el uso de un servicio o de un espacio público por parte de las personas con derecho a utilizarlos.
- d) La intensidad de la perturbación ocasionada en el normal funcionamiento de un servicio público.
- e) La intensidad de los daños ocasionados a los equipamientos, infraestructuras, instalaciones o elementos de un servicio o de un espacio público.

Artículo 141. Límites de las sanciones económicas.

Salvo previsión legal distinta, las multas por infracción de Ordenanzas locales deberán respetar las siguientes cuantías:

Infracciones	muy graves:	hasta	3.000	euros.
Infracciones	graves:	hasta	1.500	euros.
Infracciones leves: hasta 750 euros.				

DISPOSICIONES FINALES.**Primera.**

Se autoriza al Gobierno de la Nación para refundir en el plazo de un año, y en un solo texto, las disposiciones legales vigentes de acuerdo con lo dispuesto en la disposición derogatoria. La refundición comprenderá también la regularización, aclaración y armonización de dichas disposiciones.

El Gobierno, en idéntico plazo, procederá a actualizar y acomodar a lo dispuesto en la misma, todas las normas reglamentarias que continúen vigentes y, en particular, los siguientes Reglamentos:

- a) El Reglamento de Población y Demarcación Territorial de las Entidades locales, aprobado por Decreto de 17 de mayo de 1952, con las modificaciones de que haya sido objeto por disposiciones posteriores.

- b) El Reglamento de Organización, Funcionamiento y Régimen Jurídico de las Corporaciones locales, aprobado por Decreto de 17 de mayo de 1952, con las modificaciones de que haya sido objeto por disposiciones posteriores.
- c) El Reglamento de Funcionarios de Administración local, aprobado por Decreto de 30 de mayo de 1952, con las modificaciones de que haya sido objeto por disposiciones posteriores.
- d) El Reglamento de Contratación de las Corporaciones locales, aprobado por Decreto de 9 de enero de 1953, con las modificaciones de que haya sido objeto por disposiciones posteriores. (***Expresamente derogado por la Ley 13/1995, de Contratos de las Administraciones Públicas, Ley derogada por Real Decreto Legislativo 2/2000***).
- e) El Reglamento de Bienes de las Entidades locales, aprobado por Decreto de 27 de mayo de 1955, con las modificaciones de que haya sido objeto por disposiciones posteriores.
- f) El Reglamento de Servicios de las Corporaciones Locales, aprobado por Decreto de 17 de junio de 1955, con las modificaciones de que haya sido objeto por disposiciones anteriores.

Segunda.

1. Los funcionarios públicos de la Administración local tendrán la misma protección social, en extensión e intensidad, que la que se dispense a los funcionarios públicos de la Administración del Estado y estará integrada en el sistema de Seguridad Social.
2. La aportación de los funcionarios de la Administración local para la financiación de su Seguridad Social será la misma que se establezca para los funcionarios públicos de la Administración del Estado, cuando sea idéntica la acción protectora.

Tercera.

El personal de las Policías municipales y de los Cuerpos de Bomberos gozará de un Estatuto específico, aprobado reglamentariamente, teniendo en cuenta respecto de los primeros la Ley de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado.

Cuarta.

1. Quedan expresamente derogados los artículos 344 a 360, ambos inclusive, de la Ley de Régimen Local, de 24 de junio de 1955, sobre el Servicio Nacional de Inspección y Asesoramiento de las Corporaciones Locales.
2. El Gobierno regulará en el plazo de tres meses, a contar desde la entrada en vigor de la presente Ley, las peculiaridades del régimen orgánico y funcional del personal anteriormente adscrito a dicho servicio, que se regirá por la legislación de funcionarios civiles del Estado.
3. Para el debido cumplimiento de las funciones que le competen a la Administración del Estado, en relación con las Entidades locales, el Gobierno podrá adscribir a sus servicios funcionarios de las Corporaciones locales.

Quinta.

A partir de la entrada en vigor de esta Ley, los Municipios cabeza de partido judicial en que no exista establecimiento penitenciario alguno asumirán, en régimen de competencia delegada, la ejecución del servicio de depósito de detenidos a disposición judicial, correspondiendo la custodia de dichos detenidos a la Policía Municipal en funciones de Policía Judicial.

La Administración competente en materia penitenciaria pondrá a disposición de los Municipios a que se refiere el párrafo anterior los medios económicos suficientes para el mantenimiento del referido servicio en los términos previstos por la legislación sectorial correspondiente.

Por tanto, mando a todos los españoles, particulares y autoridades que guarden y hagan guardar esta Ley.
Palma de Mallorca a 2 de abril de 1985.

- Juan Carlos R. -

El Presidente del Gobierno, Felipe González Márquez.